

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão



Governador

Cláudio Bomfim de Castro e Silva

Vice-Governador

Thiago Pampolha Gonçalves

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Adilson de Faria Maciel

Subsecretário de Planejamento Estratégico

João Roberto Cardoso

EQUIPE TÉCNICA

Amilsem de Aguiar Muzer Junior

Ana Fernanda Batista Coelho Alves

Bianca Ottoni Lourenço Ferreira

Carlos Fernando Martins Miranda

Eduardo Duprat Ferreira de Mello

Erick Buonocore Nunes Penedo

Guilherme Oliveira dos Santos

Ísis Mathias de Lima

Juliana Alves da Silva

Leandro da Silva Torquato

Leandro Galheigo Damaceno

Luciana Pereira Leis

Marcela Pinheiro Fontes

Marcos Thimoteo Dominguez

Mário de Castro Amaral Kemper

Mateus Coelho Ferreira

Vanessa de Amorim Pereira Cortes

Vitor Lorrain da Silva Costa

Lista de tabelas, quadros, figuras e gráficos

Tabelas

TABELA 1 - PROJETOS PASSÍVEIS DE FINANCIAMENTO POR FUNDOS PÚBLICOS DO ESTADO.....	120
---	-----

Quadros

QUADRO 1 - NOTAS TÉCNICAS TEMÁTICAS PARA O DIAGNÓSTICO FLUMINENSE	17
QUADRO 2 - CAPACIDADES ESTATAIS NECESSÁRIAS PARA DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DE POMS	87
QUADRO 3 - CAPACIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	89
QUADRO 4 - CAPACIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS MISSÕES	90
QUADRO 5 - COMPOSIÇÃO DA GOVERNANÇA DO PEDES.....	100
QUADRO 6 - INSTITUIÇÕES E ENTIDADES PARTICIPANTES DO CONSELHO ESTADUAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	129
QUADRO 7 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS COMPLEXOS ECONÔMICOS	142

Figuras

FIGURA 1 - PLANEJAMENTO MULTIDIMENSIONAL	15
FIGURA 2 – PEDES EM NÚMEROS	23
FIGURA 3 - MISSÕES E SEUS DESDOBRAMENTOS	26
FIGURA 4 - MISSÕES X ODS	28
FIGURA 5 - PROPORÇÃO DE PESSOAS INSCRITAS NO CADÚNICO EM FAMÍLIAS COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA MENSAL DE ATÉ R\$ 218,00, EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO RESIDENTE – JAN. 2022	39
FIGURA 6 – MUNICÍPIOS FLUMINENSES AGRUPADOS SEGUNDO GRAUS DE VULNERABILIDADE EM DESNUTRIÇÃO - 2022	53
FIGURA 7 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ÁGUA DA POPULAÇÃO - 2021	57
FIGURA 8 - TONELADAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) EMITIDAS POR ANO - 2019	59
FIGURA 9 - ÍNDICE DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS – IRR - 2021	63
FIGURA 10 - PROPORÇÃO DE EMPREGADOS COM NÍVEL SUPERIOR NO TOTAL DOS SETORES NA INDÚSTRIA E EM SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO – 2021	69
FIGURA 11 - EMPREGO FORMAL PER CAPITA - 2021	72
FIGURA 12 - ATRIBUTOS DE UMA GOVERNANÇA TRANSFORMACIONAL	86
FIGURA 13 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO PEDES.....	91

FIGURA 14 - APERFEIÇOAMENTO DO PEDES	97
FIGURA 15 - POLÍTICAS PÚBLICAS INDUTORAS E SUAS RELAÇÕES	102
FIGURA 16 - ETAPAS PARA APROVAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	116
FIGURA 17 - REGIÕES OFICIAIS DE GOVERNO DO ERJ	133
FIGURA 18 - COMPLEXOS ECONÔMICOS ESTRATÉGICOS PARA O RIO DE JANEIRO.....	139
FIGURA 19 - ESTRUTURA BÁSICA DA CADEIA DE PETRÓLEO E GÁS	143
FIGURA 20 - SETORES LÍDERES DO COMPLEXO DE PETRÓLEO E GÁS.....	144
FIGURA 21 - FATORES DE COMPETITIVIDADE DO COMPLEXO DE PETRÓLEO E GÁS.....	144
FIGURA 22 - ESTRUTURA BÁSICA DA CADEIA PRODUTIVA DA ECONOMIA VERDE	146
FIGURA 23 - SETORES LÍDERES DO COMPLEXO DA ECONOMIA VERDE	146
FIGURA 24 - FATORES DE COMPETITIVIDADE DO COMPLEXO DA ECONOMIA VERDE	147
FIGURA 25 - ESTRUTURA BÁSICA DA CADEIA PRODUTIVA DA ECONOMIA DA SAÚDE	148
FIGURA 26 - SETORES LÍDERES DO COMPLEXO DA ECONOMIA DA SAÚDE	149
FIGURA 27 - FATORES DE COMPETITIVIDADE DO COMPLEXO DA ECONOMIA DA SAÚDE	150
FIGURA 28 - ESTRUTURA BÁSICA DA CADEIA PRODUTIVA DA ECONOMIA DA DO MAR	151
FIGURA 29 - SETORES LÍDERES DO COMPLEXO DA ECONOMIA DO MAR	152
FIGURA 30 - FATORES DE COMPETITIVIDADE DO COMPLEXO DA ECONOMIA DO MAR	152
FIGURA 31 - ESTRUTURA BÁSICA DA CADEIA PRODUTIVA DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	154
FIGURA 32 - SETORES LÍDERES DO COMPLEXO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.....	155
FIGURA 33 - FATORES DE COMPETITIVIDADE DO COMPLEXO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.....	155
FIGURA 34 - ESTRUTURA BÁSICA DA CADEIA PRODUTIVA DA CULTURA E TURISMO	157
FIGURA 35 - SETORES LÍDERES DO COMPLEXO DA CULTURA E TURISMO	158
FIGURA 36 - FATORES DE COMPETITIVIDADE DO COMPLEXO DA CULTURA E TURISMO	158
FIGURA 37 - MISSÃO 1: ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA	174
FIGURA 38 - MISSÃO 2: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO FLUMINENSE	175
FIGURA 39 - MISSÃO 3: SEGURANÇA HÍDRICA DO TERRITÓRIO FLUMINENSE.....	176
FIGURA 40 - MISSÃO 4: DESCARBONIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	177
FIGURA 41 - MISSÃO 5: REDUÇÃO DO IMPACTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	178
FIGURA 42 - MISSÃO 6: VANTAGEM COMPETITIVA ASSOCIADA À ECONOMIA DO CONHECIMENTO.....	179
FIGURA 43 - MISSÃO 7: AMPLIAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO TERRITORIAL	180
FIGURA 44 - MISSÃO 8: ECONOMIAS URBANAS FORTES E CIDADES AMBIENTALMENTE INCLUSIVAS....	181

Gráficos

GRÁFICO 1 - PROPORÇÃO DE PESSOAS COM RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA MENOR QUE US\$ 3,2 SEM CONSIDERAR BENEFÍCIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS GOVERNAMENTAIS	182
GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE PESSOAS COM RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA MENOR QUE US\$ 3,2 CONSIDERANDO BENEFÍCIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS GOVERNAMENTAIS.....	183
GRÁFICO 3 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ÁGUA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	183
GRÁFICO 4 - GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) EMITIDAS POR ANO, EM MILHÕES DE TONELADAS, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	184
GRÁFICO 5 - ÍNDICE DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS (IRR) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	185
GRÁFICO 6 - PROPORÇÃO DE EMPREGADOS COM NÍVEL SUPERIOR NO TOTAL DOS SETORES NA INDÚSTRIA E EM SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .	186
GRÁFICO 7 - PROPORÇÃO DE EMPREGADOS COM NÍVEL MÉDIO NO TOTAL DOS SETORES NA INDÚSTRIA E EM SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	186
GRÁFICO 8 - PROPORÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	187

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
Premissas do planejamento estratégico do Estado do Rio de Janeiro	7
METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	15
Estruturação de dados	15
Diagnósticos	17
Mapeamento das macrotendências globais.....	18
Definição do desafio	18
Construção de cenários para o enfrentamento do desafio	19
DESENVOLVIMENTO POR MISSÕES	24
Missões e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	27
Missão 1: Erradicação da extrema pobreza	30
Missão 2: Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional	39
Missão 3: Segurança hídrica do território fluminense	53
Missão 4: Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro	57
Missão 5: Redução do impacto dos resíduos sólidos	60
Missão 6: Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento	64
Missão 7: Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego	70
Missão 8: Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	72
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO GOVERNAMENTAL.....	82
Governança.....	82
Políticas públicas indutoras	101
Financiamento do PEDES	105
EIXOS ESTRATÉGICOS DE AÇÃO	122
Ciência, tecnologia e inovação	123
Desenvolvimento territorial	132
Caminhos para o desenvolvimento: atendimento às missões por meio de ações estratégicas.....	161
CONCLUSÃO.....	164
REFERÊNCIAS	166

INTRODUÇÃO

“O Rio tem quilômetros de crônicas, mas pouca reflexão, análise.”

Carlos Lessa

“Desenvolvimento é ser dono do próprio destino.”

Celso Furtado

Os desafios econômicos e sociais com que o Estado do Rio de Janeiro se depara constantemente exigem respostas imediatas do setor público para mitigar seus efeitos negativos e potencializar oportunidades. Tendo que lidar com a exigência por soluções rápidas, o gestor público acaba se afastando da visão de longo prazo. Assim, se impõe um desafio: manter o atendimento às demandas de curto prazo e, ao mesmo tempo, criar estratégias que permitam ao Estado assumir seu papel indutor a longo prazo.

Como apontou Celso Furtado (1983, p.64), “*não há política de desenvolvimento se a ação do Estado não se orienta de forma prioritária para a solução dos problemas sociais*”. Portanto, requer intencionalidade e impulso político deliberado, mas com base na técnica capaz de elevar o nível de racionalidade nos processos de decisão coletiva. Nesse sentido, cabe resgatar e consolidar o papel de coordenação do Estado, porque “*a complexidade da tarefa que cabe a este realizar exige uma visão global, sincrônica e diacrônica, que só se obtém com o planejamento*” (Furtado, 1990, p.185). Especificamente, é necessário pensar de forma sistêmica para se antecipar aos fatos e otimizar a utilização dos recursos escassos, começando por um planejamento adequado à realidade do ente. Planejar é criar um plano para alcançar determinado objetivo, e corresponde à primeira das funções básicas da administração (planejamento, organização, direção e controle), servindo de base para as demais.

Nesse sentido, o desenvolvimento de um planejamento estratégico conectado aos demais instrumentos de planejamento público - do mais amplo ao mais restrito – e, respeitando o nível de detalhamento de cada um, visa preservar uma diretriz de longo prazo e o atendimento às demandas sociais imediatas.

Premissas do planejamento estratégico do Estado do Rio de Janeiro

O Planejamento Estratégico tem como premissas o aumento da capacidade de investimento do Estado, a geração de emprego e renda, o planejamento de base territorial e a gestão baseada em evidências. Visa, como desafio, o Estado do Rio de Janeiro assumir posição de protagonismo em relevantes debates nacionais e internacionais através de uma estratégia de desenvolvimento econômico regional de longo prazo, inovativo e sustentável socioambientalmente. Esse desenvolvimento será orientado por missões definidas pela correspondência com grandes frentes de transição a partir de macrotendências globais e fatores portadores de futuro associados, bem como sua determinação para processos de indução de mudança estrutural a partir do desenvolvimento territorial fluminense, considerando a reindustrialização da economia, o adensamento dos setores produtivos, a integração territorial e o desenvolvimento justo e sustentável.

A partir da ótica do planejamento estratégico, a defesa explícita dos interesses regionais pelo ERJ passa a ser algo decisivo, inclusive para o desenvolvimento nacional pela natureza das questões que evidencia. Em particular, diante da problemática econômica e fiscal fluminense que tem raízes estruturais e entrelaçadas. Quanto a esse último ponto, sua análise extrapola a dimensão estrita das finanças públicas e qualifica o debate sobre Brasil sintetizando importantes elementos para uma estratégia de desenvolvimento. Portanto, aprofundar-se nesse debate sobre o quadro fluminense é entender não só sua especificidade, mas também a radicalidade, no sentido raiz, dessa questão nacional. O ERJ tem condições de contribuir muito mais ao progresso brasileiro sem perder de vista sua dimensão territorial e regional interna, caso as restrições atuais que o impedem de performar forem superadas em prol de uma visão estratégica assertiva. Isso que deve ser o cerne da discussão de planejamento e gestão.

Aumento da capacidade de investimento do Estado

A primeira premissa do Planejamento Estratégico do ERJ é o aumento da capacidade de investimento do Estado, uma vez que não há como dissociar essa premissa

de seu recente histórico de crises fiscais e consequente adesão ao programa de recuperação fiscal formulado pelo governo federal.

O primeiro processo de adesão do ERJ ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF em 2017 não foi fruto de planejamento, mas, dentre outros fatores, da falta dele. A ausência de um diagnóstico adequado da realidade da economia fluminense – seja em seu aspecto estrutural como também conjuntural; as tomadas de decisão estratégicas na alocação de recursos desconsiderando os impactos futuros nas finanças públicas e os efeitos sobre a cadeia produtiva e o bem-estar da população fluminense; e a limitação instrumental dos entes subnacionais em gerar receitas próprias colaboraram para o quadro que levou o Estado do Rio de Janeiro a se submeter a um conjunto de regras de restrição fiscal. Passados os três primeiros anos da primeira adesão, o ERJ se viu obrigado a ingressar numa segunda versão do RRF, atualizado pela Lei Complementar Federal nº 178/2021, também conhecido como Novo Regime de Recuperação Fiscal (NRRF), visto a ausência de condições financeiras do ente subnacional de arcar com o estoque acumulado das dívidas com a União.

O novo Plano de Recuperação Fiscal (PRF) de 10 de fevereiro de 2022, homologado pela União em 22 de junho de 2022 (BRASIL, 2022), apresentou de maneira inovadora uma abordagem que propõe realizar o ajuste fiscal não apenas com atenção a fatores conjunturais, mas com foco nas raízes estruturais da crise fiscal do Estado do Rio de Janeiro. Como diferença fundamental em relação ao primeiro plano, o Estado apresentou um extenso diagnóstico da situação fiscal fluminense, dando centralidade à problemática da “estrutura produtiva oca” (SOBRAL, 2013, 2017 e 2019) e a debilidade associada na arrecadação pública. Entre os principais pontos, ganharam destaque:

- Uma crise financeira profunda sofrida pelo Estado em meados da última década, que amplificou os impactos de uma crise econômica nacional e que, somada a especificidades regionais, levaram a um impasse na trajetória de desenvolvimento, gerando uma grave desorganização de sua gestão fiscal.
- A dificuldade de se lidar com uma economia carente de maior redinamização e transformação estrutural positiva se nenhuma ação indutora do gasto público for impulsionada de forma mais efetiva.

- A necessidade de se garantir um maior horizonte de planejamento estratégico para o desenvolvimento econômico e regional do estado.

Em síntese, o novo PRF objetiva garantir sustentação de longo prazo. Por conseguinte, não visa apenas a contenção das despesas, mas também a promoção das receitas através do direcionamento estratégico das despesas públicas para a recuperação econômica do estado. Afinal, a crise fiscal fluminense não se deveu a gastos públicos excessivos, o que explica repetidos movimentos significativos de cortes terem sido insuficientes para conseguir o equilíbrio devido a receitas desfavoráveis.

Especificamente, o PRF apresenta eixos de ações prioritárias em um quadro de síntese da sua visão conceitual, sendo uma delas o fortalecimento das funções da administração pública, em especial, o planejamento estratégico. Nesse sentido, o planejamento é considerado um elemento para a tomada de decisão em relação à qualidade do gasto em investimentos públicos a partir de seus efeitos multiplicadores. Na lógica estabelecida no PEDES, é uma premissa associar os investimentos públicos à melhoria do emprego e renda do trabalho, com vistas à superação estrutural das raízes econômicas da crise fiscal do estado.

Dito isso, as sólidas bases abarcadas nesta proposta são fundamentais não apenas para a ação do Estado em aumentar sua capacidade de investimento público, como também para a adequada efetivação do Plano de Recuperação Fiscal.

Geração de emprego e renda

A segunda premissa é a geração de emprego e renda. Assim, considerando que existe uma pluralidade de possíveis trajetórias para promover o desenvolvimento socioeconômico, impõe-se a necessidade de instrumentos estratégicos que induzam uma trajetória de alta qualidade alicerçada em inovação e pesquisa e que seja norteada pelas questões sociais colocadas pela realidade brasileira. De forma que, intrínseca a uma estratégia de reindustrialização e retomada do desenvolvimento do Rio de Janeiro, encontra-se a articulação entre as dimensões social e econômica.

A reindustrialização continua sendo uma questão central, o que não envolve o avanço simplesmente de setores industriais, mas o processo de adensamento produtivo enquanto consolidação de uma base de valorização intersetorial ágil e diversificada que ancora seu elemento motor para alcançar dinamismo próprio na maior diferenciação dos setores produtivos. Ademais, o cerne do problema não se refere simplesmente à busca de maiores vantagens competitivas para a dinamização de alguns setores econômicos, mas sim qual o tipo de dinamismo desejável entre os interesses múltiplos, a heterogeneidade socioespacial.

Diversas ações do Estado, assim como diversos processos em curso no território, possuem efeitos dinamizadores sobre a economia, mas que podem ter impactos restritos em termos de inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Como agravante, as flutuações do ciclo econômico e sua distribuição territorial podem gerar efeitos adversos de destruição de atividades produtivas, com consequências sociais deletérias. Sinteticamente, crescimento econômico não implica de forma direta em desenvolvimento socioeconômico.

Neste sentido, na construção deste planejamento, assume-se como premissa o objetivo de geração de emprego e renda, o que significa qualificar a criação direta e indireta (externalidades geradas a médio prazo) de postos de trabalho, avaliando sua remuneração média, estabilidade e distribuição territorial. Com essa premissa, permite-se qualificar de maneira mais próxima as relações entre crescimento econômico e a melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

Planejamento de base territorial

A terceira premissa é a concepção de um planejamento de base territorial, no qual a dimensão espacial e suas dinâmicas específicas balizam a ação estatal.

Os territórios do Estado do Rio de Janeiro são formados por contínuos processos socioeconômicos, ambientais e demográficos e devem ser compreendidos como a base socioespacial da política pública. Essa noção permite contemplar tanto as

diferentes regionalizações dos setores da Administração Pública, a exemplo das regiões de governo, como as múltiplas regionalidades constituídas pela sociedade. Essas dimensões, por sua vez, atravessam as estruturas político-administrativas e introduzem complexidade à gestão e ao planejamento público. Qualquer projeto de transformação socioeconômica de caráter amplo envolve, mobiliza e exige estratégias destinadas às diferentes escalas em que se configuram os processos sociais, econômicos e relações políticas.

Buscar o desenvolvimento socioeconômico, a organização de redes de serviços, a integração de cadeias produtivas e um melhor posicionamento na divisão territorial do trabalho envolvem mapear dinâmicas regionais, os deslocamentos demográficos, a espacialização de equipamentos sociais, a presença de plataformas logísticas e de infraestruturas urbanas. Da mesma forma, a temática ambiental, em todos esses processos, e por intermédio da dimensão da sustentabilidade, se impõe como agenda urgente que exige da Administração e do planejamento público respostas efetivas nas escalas local, regional e nacional.

Definem-se os conceitos de territorialização e centralidades regionais, que são basilares para a abordagem territorial do planejamento, e a seguir a sua operacionalização:

1. Territorialização

As noções de territorialização e de região, formando espaços com similaridades, identidades e padrões de relações bem definidos territorialmente, assumiram uma nova função no próprio campo das políticas públicas. Região e territorialização se organizam, hoje, a partir da complexidade territorial e da organização socioespacial do trabalho no mundo (SANTOS, 2005). Atualmente, as regiões são vistas como espacialidades em permanente transformação, que funcionam como escalas de mediação entre uma visão de totalidade (Estado, sociedade, nação) e as particularidades locais (territórios).

O que se quer enfatizar é que nenhum espaço permanece estático. Há um permanente processo de territorialização (HAESBAERT, 2004), ou seja, novas

abordagens surgem, enquanto outras desaparecem. A partir dessa perspectiva, o planejamento territorial deve saber lidar com essas mudanças, atuando sobre elas, mas sabendo absorver conflitos e contradições do próprio processo de produção socioeconômica de espaços e regiões.

2. Centralidades regionais

As centralidades e regiões de influência, a exemplo das regiões metropolitanas, são espaços dinâmicos capazes de receber e processar fluxos de informação, recursos financeiros e serviços, e de redistribuir (difundir) recursos e bens recebidos de outras centralidades interligadas por meio da rede de cidades.

No Brasil, o surgimento de novas centralidades vem sendo impulsionado pelo recuo da metropolização nos grandes centros urbanos do Sudeste, acompanhado do avanço das cidades médias (IBGE, 2016). Há, em escala nacional, uma reconfiguração da estrutura regional e na hierarquia das próprias redes de cidade, caracterizada pelo processo de desconcentração-concentrada da atividade industrial e a expansão das fronteiras agropecuária e extração mineral (SIMÕES et. al, 2013).

O Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, vem seguindo um movimento próprio nas últimas décadas. A forma como a capital está integrada à rede de cidades – voltada para a escala nacional e global – acaba por enfraquecer e, até mesmo, inviabilizar o adensamento produtivo estadual com desdobramentos regionais. Não há estudos contínuos sobre os arranjos regionais fluminenses, que deveriam analisar suas estruturas produtivas a partir de uma visão de desenvolvimento regional pautado por reorganização de centralidades urbanas.

Um dos objetivos do planejamento de base territorial é, justamente, compreender melhor as dinâmicas regionais do estado, a organização da sua estrutura produtiva e a configuração real de suas centralidades e concentrações urbanas. É fundamental que a gestão pública tenha condições de estimar cenários em torno da forte concentração econômica e espacial e apontar diretrizes para uma futura proposta de reorganização produtiva pautada numa nova configuração regional, menos concentrada e mais policêntrica.

3. Operacionalização

Diante desse quadro, fica claro que a esfera estadual é elemento indispensável à solução das questões territoriais em diferentes escalas. Cabe ao planejamento estratégico territorial, então, estabelecer diretrizes capazes de promover a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental. Da mesma forma, uma abordagem multiescalar deve conseguir diagnosticar problemas nos diferentes níveis de complexidade e de relações de produção, assim como identificar os diferentes níveis de poder interfederativos pertinentes àquele problema específico e possibilitar arranjos políticos e coalizões de poder e decisão estratégica (BRANDÃO; SIQUEIRA, 2014).

Portanto, sem planejamento governamental adequado, há o risco da reprodução de uma série de descontinuidades estruturais no território. Diante disso, ganha evidência o desafio de efetivar um amplo processo de integração socioeconômico, o que exige o presente esforço de criar uma metodologia em prol de mecanismos públicos de coordenação decisória em escala regional.

Gestão baseada em evidências

A quarta premissa é a gestão baseada em evidências. Esse é um modelo de gestão que utiliza as evidências científicas na formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas, programas e ações.

Ou seja, confere, como insumos para esse modelo de gestão, as produções e formas de conhecimento advindas de diferentes áreas das ciências humanas e exatas, sendo aplicadas para elaboração tanto no desenho quanto na avaliação da efetividade das políticas públicas. Assim, a avaliação da continuidade ou pertinência da política pública decorre das evidências científicas que demonstram se ela é realmente eficiente em relação ao problema em que pretende atuar.

A partir de teorias científicas, é possível formular indicadores sociais, que são definidos, por Paulo Jannuzzi, como:

“Indicadores sociais são medidas, em geral quantitativas, dotadas de significado social substantivo, usado para quantificar, qualificar ou operacionalizar um conceito social abstrato (crime, violência, desigualdade, faixa etária, sexo) de interesse teórico (para a pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas)” (Jannuzzi, 2002, p.55).

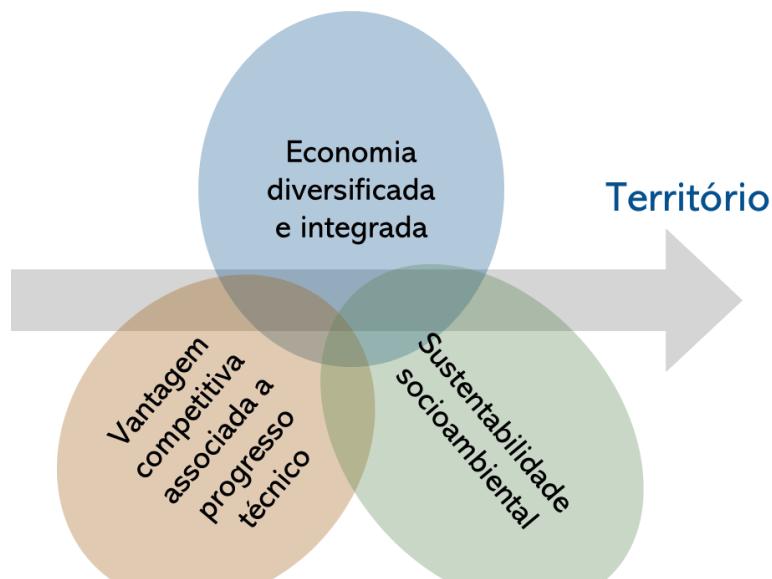
Um indicador social se detém a um recorte da realidade e, baseado em uma teoria, subsidia a análise e explicação de um fenômeno social. Os indicadores podem ser produzidos tanto por pesquisas quanto por registros administrativos – principalmente, a partir do avanço da informatização dos serviços públicos e da sistematização de bases de dados –, mas que precisam de tratamento e interpretação adequadas para se transformarem em estatísticas, informação e conhecimento; subsidiando, assim, a tomada de decisão pelo gestor e a elaboração do planejamento.

A formulação do planejamento estratégico estabelecido com base em evidências científicas permite uma melhor identificação da conjuntura estadual, em termos de potencialidades e necessidades. O diagnóstico dos problemas, riscos, capacidades e potencialidades para criação de soluções, com base em dados de um horizonte temporal amplo, abordando diferentes facetas, e com detalhamentos específicos para cada caso em questão, é a essência de uma política pública eficaz e eficiente, posto que customizada para a realidade em que atua, identificando e considerando aspectos conjunturais e estruturais.

METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Definidas as premissas, foi estabelecido um arcabouço teórico, já abordado no Documento Base de referência do planejamento estratégico (RIO DE JANEIRO, 2023b) que subsidiou o desenvolvimento da metodologia, amparada analiticamente por instrumentos para tratamento de dados e estabelecida em um planejamento multidimensional com o território em uma perspectiva transversal, transpassando todos as demais dimensões, conforme figura abaixo:

Figura 1 - Planejamento multidimensional



Fonte: Elaboração própria

A construção da metodologia foi realizada através das seguintes fases:

Estruturação de dados

A etapa da estruturação de dados compreendeu duas fases distintas, não sequenciais, mas com cronologias parcialmente sobrepostas:

Levantamento de dados

Objetivo	Coletar dados quantitativos públicos, abrangentes e territorializados
O que foi feito	Mapeamento de dados que permitam identificar a situação do estado e possibilitem o acompanhamento do seu desenvolvimento
Produto	Conjunto de dados e indicadores de acompanhamento

Na primeira fase, foram mapeados dados que permitiram identificar a situação do estado e regiões, com o objetivo de coletar dados quantitativos públicos, abrangentes e territorializados para que se tivesse um retrato do diagnóstico do Estado e possibilitasse o posterior acompanhamento do desenvolvimento socioeconômico. Os dados levantados nesta fase viabilizam o monitoramento e acompanhamento do planejamento estratégico, considerando a premissa da gestão baseada em evidências, de forma territorializada, para posterior impressão de experiência, valores e conveniência do gestor público.

Sistematização e disponibilização de dados e informações socioeconômicas sobre o ERJ

Objetivo	Disponibilizar dados e informações sistematizados acerca do desenvolvimento do ERJ
O que foi feito	Construção da plataforma integrada de planejamento estratégico do Estado do Rio de Janeiro
Produto	Plataforma virtual aberta e interativa www.estrategia.planejamento.rj.gov.br

O conjunto de dados e informações levantadas está disponibilizado na Plataforma Integrada de Planejamento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro – Estratégia Rio, tendo o intuito de fomentar a participação de outros atores na formulação de propostas, tais como entidades patronais e a academia. A oferta de informação sistematicamente organizada de modo espacial é fundamental à produção de projetos técnicos e diagnósticos socioespaciais e ambientais de cidades e regiões, assim como para o acompanhamento de programas prioritários e identificação de problemas estruturais em termos socioeconômicos e regionais. Em sua segunda etapa, a plataforma oferecerá, além da base de dados exportável, painéis temáticos delineados pelos especialistas das áreas, estudos estratégicos sobre regiões, setores e aspectos específicos da dinâmica do RJ.

Atualmente, a plataforma é composta por:

- PAINEL ESTRATÉGIA RJ - Painel interativo de dados socioeconômicos e ambientais (repositório de dados);
- Repositório de produtos e processo de construção do planejamento estratégico;
- Calculadora da Matriz Insumo-Produto (MIP-RJ);
- Biblioteca dos documentos produzidos no âmbito do planejamento estratégico.

Diagnósticos

Diagnóstico fluminense correspondente à situação do estado

Objetivo	Contextualizar e constatar a situação do estado
O que foi feito	Análise de dados e informações para diagnosticar as fragilidades e potencialidades
Produto	Notas técnicas temáticas

Concomitantemente à estruturação de dados, foram realizadas análises de temáticas específicas para constatação da situação do estado e diagnóstico das fragilidades e potencialidades; fortemente atrelados às premissas de gestão baseada em evidências e planejamento de base territorial. Nesse sentido, foram construídas uma série de notas técnicas que compõem diagnósticos preliminares produzidos sobre o Estado do Rio de Janeiro. Evidentemente, esses diagnósticos não esgotam o entendimento sobre o território fluminense, mas direciona para questões cruciais ao se pensar o desenvolvimento econômico e social do estado. Segue abaixo quadro com as notas técnicas produzidas no âmbito de elaboração do planejamento estratégico:

Quadro 1 - Notas técnicas temáticas para o diagnóstico fluminense

Referência	Assunto	Processo administrativo
Nota Técnica nº 001/2022/SUBPLE	Agenda Estratégica de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro	SEI-120001/006074/2022
Nota Técnica nº 002/2022/SUBPLE	Estudo de Competitividade	SEI-120001/007617/2022
Nota Técnica nº 003/2022/SUBPLE	Estudo de Centralidades	SEI-120001/009764/2022
Nota Técnica nº 004/2022/SUBPLE	Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Rio de Janeiro	SEI-120001/009820/2022
Nota Técnica nº 005/2022/SUBPLE	Infraestrutura e Logística	SEI-120001/011579/2022

Nota Técnica nº 006/2022/SUBPLE	Resultado Fiscal Estrutural para o Estado do Rio de Janeiro	SEI-120001/011843/2022
Nota Técnica nº 001/2023/SUBPLE	Metodologia Insumo-Produto no Planejamento Estratégico	SEI-120001/000583/2023
Nota Técnica nº 002/2023/SUBPLE	Metodologia de Complexidade Econômica	SEI-120001/002226/2023

Fonte: elaboração própria

Mapeamento das macrotendências globais

Objetivo	Identificar as macrotendências que influenciam mundialmente
O que foi feito	Investigação e sistematização das macrotendências globais
Produto	Mapeamento de macrotendências e fatores portadores de futuro que delas se desdobram

A identificação de forças globais formadas pela conjunção de diversas tendências poderosas, transformadoras e que trazem mudanças estruturais a longo prazo foi realizada, inicialmente, por vasta pesquisa metodológica utilizada no Brasil e no mundo para orientar a atividade e sua sistematização. A seguir, ampla pesquisa do conteúdo referente às macrotendências foi realizada, com base na pesquisa metodológica, feita de forma abrangente e de fontes diversas. O conteúdo foi então analisado e sistematizado para potencializar o apoio à proposta. Evidencia-se que o diagnóstico realizado nesta fase, além de buscar a identificação das questões locais, ampliou-se para as questões que estão influenciando todo o mundo e possuem potencial de mudanças estruturais na sociedade ao longo do tempo.

Definição do desafio

Objetivo	Identificar desafio a ser enfrentado para promover o desenvolvimento
O que foi feito	Definição do desafio para promover o desenvolvimento desejado
Produto	Desafio definido

A partir dessa etapa, evidenciou-se a aplicação do desenvolvimento baseado em missões com a identificação do desafio a ser enfrentado para promover o desenvolvimento desejado.

Diante disso, foi definido o desafio para o estado: **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DE LONGO PRAZO, INOVATIVO E SOCIAL E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL do ERJ.**

Construção de cenários para o enfrentamento do desafio

A construção de cenários compreendeu três fases distintas que forneceram o núcleo do trabalho, tendo como resultado esperado um conjunto diversificado de recomendações relacionadas às missões, que respondem ao enfrentamento do desafio estabelecido.

Definição de missões e indicadores

Objetivo	Identificar alternativas para ação transformadora no desafio
O que foi feito	Construção de repertório de alternativas para enfrentar o desafio a partir do diagnóstico
Produto	Rol de missões (objetivos e vias para enfrentar o desafio) e seus indicadores

As missões trazem a definição de objetivos e direções para enfrentar o desafio social identificado na etapa anterior com a articulação de diferentes atores.

A definição de missões apresenta-se como o produto com mais evidente grau de sinergia com o Plano Plurianual - PPA, instrumento de planejamento de médio prazo que deverá se conectar ao Planejamento Estratégico, levando à concretização das definições das políticas a serem adotadas e implementadas pelo aparato governamental. Um dos pontos que revela a sinergia é a notória adjacência às temáticas de ODS, usadas, nesse caso, como linguagem comum às duas metodologias. Nessa fase, foi realizada a compatibilização das missões aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), convergindo com a metodologia de elaboração do Plano Plurianual (PPA), evidenciando-se o nascimento dos instrumentos com diretrizes convergentes.

Caracterização de relevantes e potenciais complexos econômicos como estratégia para o atingimento das missões

Objetivo	Identificar complexos econômicos aderentes ao Estado do Rio de Janeiro
O que foi feito	Estudos da estrutura produtiva do ERJ, mapeando relevantes complexos econômicos
Produto	Definição e caracterização de complexos econômicos potenciais do ERJ

Para atingimento das missões, busca-se a dinamização da economia por intermédio de estratégias de crescimento econômico que tenham efeitos virtuosos no território pelo desenvolvimento de complexos econômicos relevantes no estado. Assim, primeiramente, foram definidos, caracterizados e analisados seis complexos econômicos de acordo com critérios estabelecidos, tais como geração de renda, criação de empregos, importância para a arrecadação do estado, dentre outros. Tais complexos se relacionam com uma ou mais missões, possibilitando uma base analítica para o desenvolvimento de projetos que estão vinculados a diversos setores econômicos existentes no território fluminense. Nessa etapa de caracterização, houve a identificação de um conjunto de elementos que dariam suporte à realização das câmaras técnicas, e estariam relacionados a um nível mais estratégico, ou seja, tais elementos não poderiam ser materializados de um nível tático, pois ainda necessitam de uma teia complexa de iniciativas e ações de diversos agentes e não possuem prazo determinado para execução.

Realização das oficinas de missões e das câmaras técnicas dos complexos econômicos

No processo de elaboração do PEDES, foram realizadas etapas consultivas junto aos órgãos de estado por meio de Oficinas e Câmaras Técnicas - CTs intersetoriais.

Em relação às CTs, o trabalho foi centrado nas discussões a respeito das principais dinâmicas econômicas do estado, considerando os setores e cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional fluminense. A partir do recorte de complexos econômicos, foram reunidos em um só ambiente os atores de governo que trabalham direta ou indiretamente com atividades econômicas. Desse modo, foram realizadas oito reuniões das CTs em duas fases: seis encontros na Fase 1 (nivelamento e início dos trabalhos) e dois encontros na Fase 2 (validação); além de encontros de

alinhamento estratégico com órgãos selecionados para sensibilização, esclarecimentos técnicos necessários e aprofundamentos das ações propostas.

A Fase 1 (nivelamento e início dos trabalhos) foi realizada com o intuito de explicar a metodologia e os conceitos abordados pelo planejamento estratégico, bem como sensibilizar e oportunizar a participação das áreas de Governo do Estado na construção do Plano Estratégico. Os trabalhos da Fase 1 se estenderam além da reunião presencial, que foi seguida do envio de um formulário para preenchimento dos órgãos participantes com suas propostas de ações estratégicas voltadas ao adensamento produtivo dos setores econômicos tratados. Após a recepção das propostas externas, a equipe da SUBPLE realizou a avaliação, adequação e concatenação das respostas enviadas pelos órgãos participantes.

Dando sequência aos trabalhos das CTs, os órgãos foram convocados para a Fase 2 (validação) quando o material recepcionado e adequado foi apresentado aos proponentes para avaliação e validação desses. Novamente, a reunião presencial da Fase 2 foi seguida do envio de um formulário, no qual os participantes puderam propor formalmente ajustes nas ações apresentadas, desde modificações na redação até a inclusão de ressalvas e complementaridades, além de terem recebido outra oportunidade para propor ações faltantes.

As propostas consolidadas das CTs serviram de base técnica para a identificação de problemas estruturais, potencialidades territoriais e oportunidades para o desenvolvimento econômico regional.

Quanto às oficinas, tratou-se de uma dinâmica desenvolvida para efetivamente estruturar as missões com a ampla participação dos órgãos do Executivo Estadual. Aos representantes dos órgãos, foram explicadas as etapas do processo de trabalho de elaboração, os detalhes dos elementos constitutivos das missões e, posteriormente, a definição de arranjos e processos para o seu adequado monitoramento. Para discussão e contribuições à proposta inicial de estrutura, foram apresentadas as diretrizes e objetivos específicos associados às missões.

As diretrivas foram enunciadas de forma mais alongada e elaborada no texto de apresentação das missões no Documento Base (RIO DE JANEIRO, 2023b), mas para fins de melhor compreensão das estratégias para a consecução das missões, foi empreendido um esforço de mapeamento de hipóteses das vias para a resolução dos problemas ou aproveitamento de potencialidades e oportunidades pouco exploradas, a depender do caso.

Para a apresentação da proposta de trabalho e da discussão dessa estrutura foram organizadas três oficinas, agrupando as missões por proximidade temática, ou seja: uma oficina para as três missões sociais; uma para as duas missões ambientais e; uma oficina abordando as duas missões econômicas. Os eventos tiveram ampla participação dos órgãos e, em média, 50 participantes por oficina. No total, participaram 85 servidores públicos, entre representantes indicados e convidados, vinculados a 28 órgãos.

Em cada oficina, os participantes foram divididos em grupos de aproximadamente 10 pessoas para discutir os objetivos específicos agrupados por suas diretrivas associadas. Os grupos tiveram a facilitação de técnicos da equipe responsável pelo desenvolvimento das missões que estimularam o debate e anotaram as contribuições de cada grupo.

Subsequentemente às oficinas, os facilitadores se reuniram para rever os objetivos específicos e ajustes às diretrivas à luz das críticas e sugestões apresentadas, chegando à versão final apresentada no presente documento.

Concluído o rol dos objetivos específicos, foi realizado um primeiro levantamento e proposição de indicadores para sua mensuração e monitoramento. Em sequência e considerando as atribuições dos órgãos, as equipes técnicas foram convidadas a discutir e contribuir para a construção dos indicadores elaborados e em processo de elaboração, igualmente constantes do PEDES.

Figura 2 – PEDES em números



Ao todo, foram realizadas **03 Oficinas de Missões** e **08 Câmaras Técnicas de Complexos Econômicos**

DESENVOLVIMENTO POR MISSÕES

O enquadramento das missões para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, em consonância com as premissas, metodologias e características próprias do estado foi construído ao longo de um processo múltiplo e integrado a órgãos e entidades estaduais, além da área central de planejamento responsável pelo Plano Plurianual.

Nesse sentido, foram estruturadas 8 (oito) missões que se relacionam sistematicamente, de modo que a inclusão, exclusão ou alteração de qualquer uma afeta o caminho para o **desenvolvimento econômico regional de longo prazo, inovativo e social e ambientalmente sustentável do ERJ**.

São endereçadas as dimensões da sustentabilidade econômica, ambiental e social, cooperando entre si, e com pontos de convergência que refletem as características de complementariedade e integração das missões.

O Documento Base (RIO DE JANEIRO, 2023b) assentou a análise histórica, contextual e de relevância das missões. A partir das atividades realizadas desde então, demonstra-se os contornos que devem orientar a implementação adequada e coerente das políticas públicas.

As missões foram exploradas coletivamente a partir de hipóteses, que se desdobram em: a) diretrivas; b) objetivos específicos; e c) diretrizes.

As diretrivas são caminhos coerentes e indissociáveis para a realização da missão. Dessa forma, as diretrivas indicam alvos, grandes objetivos, cujo atingimento é uma realização parcial, porém necessária, da missão.

Para que cada diretiva seja alcançada, é necessário que sejam atingidos objetivos específicos – elementos que associados entre si compõem o quadro que a diretiva descreve. Os objetivos específicos são traduzidos em indicadores para a avaliação do avanço e realização dos objetivos mais detalhados do desenho da estratégia. Realizações mensuráveis não esgotam as orientações estratégicas direcionadas à concretização da diretiva. Sempre que encontradas questões que exigem atenção e

empenho relacionadas às diretrizes, enquanto orientação incontável ou de mensuração impalpável, serão apresentadas como diretrizes.

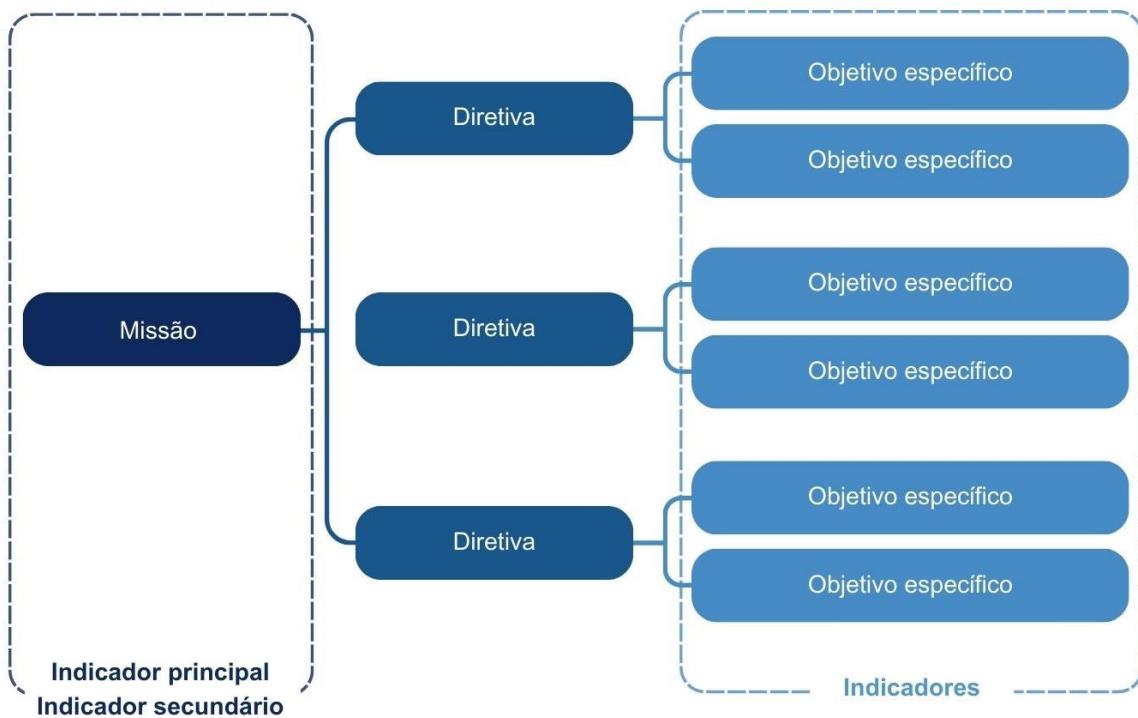
Garantindo a gestão por evidências, para cada uma das missões foi elencado um repertório de indicadores em 3 (três) níveis: indicadores principais e complementares de missão e indicadores de objetivos específicos.

Os indicadores principais de missão apresentam uma visão contextual do cenário ligado à missão, tendo em vista a amplitude do objeto, retratando questões estruturais e de mudanças de longo prazo. É um tipo de indicador a ser acompanhado a longos intervalos de tempo. Ressalta-se que essa amplitude reflete ações do Estado e eventos externos, fora do alcance da Administração Pública, mas que, ainda assim, devem ser observados.

Os indicadores complementares de missão buscam avultar a análise do indicador principal, de modo a ampliar o ângulo de observação para formar uma perspectiva suficiente do contexto relacionado à missão.

Os indicadores de objetivo específico estão mais ligados à ação do Estado, observando tanto o esforço empregado quanto os resultados obtidos. Podem ser desdobrados em projetos estratégicos e vinculados a órgãos e entidades estaduais.

Figura 3 - Missões e seus desdobramentos



Fonte: elaboração própria

A estrutura das missões é apresentada textualmente a seguir e sua representação gráfica encontra-se no Anexo I.

Além dos cenários e metas propostas, um planejamento estratégico baseado em missões deve ter a capacidade de relativizar e aproximar sua visão de longo prazo e seus objetivos à realidade das dinâmicas socioespaciais e ambientais dos territórios nos quais pretende intervir.

Nesse sentido, para o atendimento às missões é fundamental a Administração Pública ter capacidade de construir conhecimento territorial sistematizado. Considerando os atuais desafios postos pelas macrotendências e especificidades socioculturais e econômicas do estado, torna-se central uma abordagem territorial multiescalar e uma análise espacial dos indicadores estratégicos.

Missões e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

As missões definem os objetivos e as direções para a resolução de desafios, presentes e futuros, por meio da mobilização e articulação de diferentes atores e estratégias quanto ao desenvolvimento social, econômico e sustentável do Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – objetivos globais adotados pelos países-membros das Nações Unidas como um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade¹ – estabelecidos em 2015 oferecem um conjunto de temáticas tão amplas quanto as missões definidas para o estado do Rio de Janeiro.

Ainda que as missões não tenham surgido a partir dos ODS, o campo de ação convergente, bem como a amplitude temática entre eles, permitem que seja feita uma correlação abrangente pelo nível mais agregado. Essa correspondência direta não descarta outras na avaliação detalhada, visto a necessária observação sistêmica das missões estabelecidas.

Dessa forma, ressalta-se o alinhamento das missões contidas no Planejamento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro com as tendências mundiais e o desenvolvimento de forma equilibrada entre sustentabilidade social, econômica e ambiental, conforme ilustrado na figura a seguir.

¹ Fonte: [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | United Nations Development Programme \(undp.org\)](http://www.undp.org)

Figura 4 - Missões X ODS

MISSÃO	ODS RELACIONADOS
Missão 1 Erradicação da extrema pobreza	 1 ERRADEIRAÇÃO DA POBREZA Erradicação da pobreza
Missão 2 Segurança alimentar e nutricional da população fluminense	 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL Fome zero e agricultura sustentável
Missão 3 Segurança hídrica do território fluminense	 3 SAÚDE E BEM-ESTAR 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 14 VIDA NA ÁGUA Saúde e bem-estar Água potável e saneamento Vida na água
Missão 4 Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro	 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA 15 VIDA TERRESTRE Energia limpa e acessível Ação contra a mudança global do clima Vida terrestre
Missão 5 Redução do impacto dos resíduos sólidos	 3 SAÚDE E BEM-ESTAR 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA Saúde e bem-estar Água potável e saneamento Consumo e produção responsáveis Ação contra a mudança global do clima

Missão 6 Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento	9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA  Indústria, inovação e infraestrutura		
Missão 7 Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro	1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA  Erradicação da pobreza	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO  Trabalho decente e crescimento econômico	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES  Redução das desigualdades
Missão 8 Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS  Cidades e comunidades sustentáveis		

Fonte: Elaboração própria.

Missão 1: Erradicação da extrema pobreza

O foco desta missão é erradicar a extrema pobreza medida a partir de sua dimensão monetária, uma vez que tal fenômeno expressa e potencializa a exclusão social e as desigualdades sociais, incorrendo em limitação na efetivação dos direitos de cidadania de contingente significativo da população fluminense, sendo causa e efeito da trajetória econômica e social que o estado trilhou até aqui.

Pode-se entender que erradicar a extrema pobreza significa alcançar uma condição na qual, virtualmente, nenhum cidadão fluminense sobreviva com renda inferior àquela apontada como indispensável para assegurar acesso a bens e serviços essenciais². Decomposta, essa missão exige a elevação da renda das famílias em extrema pobreza e o desenvolvimento de potencialidades e o acesso a oportunidades que possibilitem a saída segura da condição de extrema pobreza representada pela renda e suas demais dimensões.

Isto é, três caminhos e conquistas são necessárias: suportar, por meio de transferência de renda e outros benefícios que elevem seu poder aquisitivo, todos os cidadãos que se encontram abaixo da linha da pobreza; construir vias para que esses indivíduos e famílias, de acordo com suas condições objetivas, adquiram autonomia de renda por meio de sua inclusão socioprodutiva; e finalmente, desenhar políticas públicas

² Espera-se elevar a renda familiar per capita das famílias. Para a verificação do cumprimento da Missão 1: considerando a importância dos benefícios para o enfrentamento das pobrezas, será acompanhado o indicador de “Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 3,2 PPC 2011/dia com benefícios de programas sociais governamentais”; e a fim de avaliar o nível de extrema pobreza por meio da renda obtida pelas famílias de forma autônoma, será usado o indicador “Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 3,2 PPC 2011/dia sem benefícios de programas sociais governamentais”, que exclui da soma de rendimentos o que a família recebeu como benefícios de programas sociais (fonte: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>, acessado em 06 de setembro de 2023). Relativamente aos bens e serviços básicos, entendem-se os direitos sociais elencados no art. 6º da Constituição Federal de 1988.

intersectoriais direcionadas à interrupção e superação do ciclo intergeracional da pobreza, com foco no apoio às famílias e seus responsáveis e no desenvolvimento pleno das capacidades das gerações mais jovens.

Essas três estratégias de atuação (diretivas) frente ao desafio da Missão 1 advêm da compreensão de que a elevação da renda é um meio primário, embora não exclusivo, para superar a extrema pobreza. A promoção de níveis minimamente dignos de vida e a eliminação das privações mais graves deverão ser alcançadas em curto prazo por meio de programas sociais de transferência de renda, de benefícios, renda básica e/ou outras formas. Entretanto, passos significativos para criar oportunidades de um futuro melhor e, portanto, uma efetiva superação da extrema pobreza – e de redução da pobreza – ocorrerão quando os indivíduos passarem a gerar renda de forma autônoma, por meio da inclusão socioprodutiva; assim como quando as famílias passarem a romper ciclos de pobreza entre gerações.

A estratégia de **alívio da extrema pobreza** deve ser compreendida como emergencial e indispensável, porque permite estabelecer as condições mínimas necessárias para suportar as trajetórias individuais, familiares, comunitárias e territoriais de superação da pobreza em suas múltiplas dimensões.

Por meio dessa diretiva, busca-se assegurar condições mínimas de sobrevivência e dignidade de cidadãos em extrema pobreza; o eixo central é, portanto, o fornecimento de assistência financeira direta e facilitação de acesso a esse direito àqueles em situação de extrema vulnerabilidade. Nesse sentido, programas de transferência de renda são a base para essa atuação e o Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico) se mantém como a ferramenta fundamental nesse processo.

Tendo em vista que, a ampliação dos programas de auxílio financeiro desempenha um papel importante para reduzir o número de famílias pertencentes à linha de corte da extrema pobreza e amparar indivíduos mais vulneráveis, o alívio da extrema pobreza é especificado, em princípio, como a **ampliação da cobertura dos programas de transferência de renda**. Compreende-se, assim, que a relevante expansão da cobertura dos programas de auxílio financeiro para incluir beneficiários elegíveis aos programas existentes acarretará no acompanhamento de seus efeitos e a necessidade de

ajustes de parâmetro. Para tal, a ferramenta – e esforço primário – consiste na ampliação da cobertura e atualização cadastral, acompanhado da implementação de ações e programas complementares.

Focalizar a assistência aos grupos vulneráveis, com maior dificuldade de acessar direitos e oportunidades, é outro prisma a ser destacado. O **aumento da cobertura de programas sociais dirigidos a grupos vulneráveis** demonstra outra especificação quanto ao alívio da extrema pobreza, indicando a necessidade de dupla focalização com especificidade entre os extremamente pobres, que são aqueles cuja condição os coloca em situação de ainda maior precariedade material e risco social e, por isso, devem ser alvo de atenção e ação mais dirigida.

O esforço não deve ser restrito à garantia de renda para o suprimento e sobrevivência das famílias em vulnerabilidade, sendo necessária a implementação de uma estratégia que crie e amplie as oportunidades sociais e econômicas para a população que se encontra em situação de pobreza e, assim, possibilitar, em médio prazo, que fração significativa desse contingente alcance poder aquisitivo para os bens e serviços básicos de forma autônoma. Para isso, foi definida a diretiva da **inclusão socioprodutiva** que deve atuar enfrentando uma das questões estruturais da pobreza: a ausência de emprego, associada à baixa escolarização e baixa qualificação para o trabalho.

A inclusão socioprodutiva, como forma de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, pressupõe oportunidade de trabalho e salário digno e desdobram-se, inclusive, em deveres dos entes estatais. Tanto no contexto urbano quanto no rural, refere-se a oportunidades de emprego formal, trabalho autônomo ou associativo, qualificado e com maior viabilidade de sucesso.

Diz-se socioprodutiva pois, além da inclusão via inserção no mercado de trabalho, é importante a inclusão social para integração dos cidadãos à sociedade, promovendo a igualdade de oportunidades. Nesse sentido, oferece maior chance de as pessoas ampliarem perspectivas profissionais e de vida a partir de direitos.

A inclusão socioprodutiva será importante também na promoção do desenvolvimento econômico de modo que, sendo tal inclusão um dos elementos que

atuam para a erradicação da extrema pobreza, aventa-se que ela promova o fortalecimento do consumo, e, portanto, do mercado interno, afetando positivamente a produção de bens e serviços, gerando novos empregos e aumentando a renda.

A pobreza é fortemente associada a baixos níveis de escolaridade. A **elevação dos anos de estudo** e a **inclusão digital da população jovem e adulta** são fatores importantes para o aumento da escolaridade e a inclusão socioprodutiva, pois se tem, potencialmente, maiores chances de um melhor nível educacional – desde que concomitante a uma educação cidadã, analítica, crítica e promotora de autonomia. Nesse processo, tendo em vista a dinâmica da sociedade contemporânea, nota-se a importância da inclusão digital.

A elevação da escolarização da população jovem e adulta em situação de pobreza, seja no contexto urbano ou no rural, é fundamental para que tenham acesso a oportunidades de **qualificação profissional** e **acesso a postos de trabalho com maior renda e estabilidade**. Dessa forma, o **aumento da inserção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no mercado formal de trabalho** deve ser buscado como um dos principais resultados associados à diretiva da inclusão socioprodutiva. Ainda que existam outros meios de inclusão econômica da população que se pretende atingir nessa missão, além de ser via mais segura para o trabalho decente, encontra-se também associada à geração de emprego, premissa para o desenvolvimento econômico e que é transversal às missões.

No campo, o trabalho de capacitação especializado é fator de fundamental importância na inclusão socioprodutiva da população rural. O desenvolvimento sustentável rural, pesqueiro e aquícola, depende da continuidade das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Assistência Técnica e Pesqueira (ATEPA)³, tendo o agricultor familiar e pequenos agricultores e pescadores artesanais como público prioritário, possibilitando melhores processos de produção, organização,

³ Assim, tal oferta visa melhorar a qualidade e eficiência das atividades desenvolvidas nessas produções e ampliar as habilidades e competências dos produtores rurais, pescadores artesanais e demais pescadores.

educação não formal, atuando diretamente na inclusão socioprodutiva desses trabalhadores.

A oferta de capacitação em extensão rural e pesqueira – associada à oferta de educação rural de alta qualidade – fomentará um cenário de pequenos produtores mais capacitados para gerenciar suas atividades produtivas e desenvolver de maneira sustentável sua produção. Portanto, outro objetivo fundamental em relação à inclusão socioprodutiva é o **aumento da oferta de capacitação em extensão destinada à produção rural e pesqueira e o fortalecimento da educação rural**.

A qualificação permanente do produtor de alimentos, em especial do agricultor familiar e do pescador artesanal, é instrumento associado ao atingimento de outros resultados indispensáveis à inclusão socioprodutiva, como o **aumento da renda dos pequenos produtores rurais e o aumento dos empregos ligados à cadeia⁴ agropecuária e pesqueira**. A ambos se vincula a melhoria da qualidade de vida no campo e ao aumento de sua renda e a ampliação e diversificação das oportunidades de sua geração. A dinamização da cadeia de produção de alimentos advindos da agropecuária e da pesca, em especial sua capacidade de absorver a população local de baixa renda e em situação de pobreza, significará também fortalecer o desenvolvimento local.

O reflorestamento, seja para exploração comercial ou para a recuperação e restauração da cobertura florestal permanente como esforço de conservação ambiental, pode gerar oportunidades de trabalho para a população na área rural, assim como o desenvolvimento das cadeias agropecuária e pesqueira. Tais atividades ocorreriam em distritos florestais, ou seja, em áreas que tenham aptidão para a implantação e desenvolvimento de atividades de silvicultura econômica, fornecendo empregos formais

⁴ A cadeia produtiva agropecuária e pesqueira é aqui compreendida como um conjunto de atividades econômicas que envolvem, além da produção, também o processamento, a distribuição e comercialização de produtos e outras possíveis etapas, bem como demais setores produtivos alinhados e afetados, como, por exemplo, os dos insumos necessários, ou mesmo relações com etapas de beneficiamento.

à população de baixa renda e com potencial de cooperativismo e associativismo. Assim, tem-se como objetivo o **aumento da área reflorestada no estado**.

No entanto, para que haja mais trabalho, maior renda de produtores agrícolas e pesqueiros, fortalecimento da agricultura familiar e dinamização da cadeia produtiva deverão ser propostas formas de se superar questões estruturais fomentando a **ampliação do acesso à terra e regularização fundiária** que, muitas vezes, são grandes empecilhos para o desenvolvimento e inclusão socioprodutiva de muitos trabalhadores rurais. No mesmo sentido, deve-se buscar o **aumento da formalização dos agricultores e pescadores**. Os instrumentos para a segurança jurídica do pequeno produtor proporcionarão maior estabilidade e organização para o acesso a crédito agrícola e outros benefícios e direitos.

Por fim, outra diretriz que pode impactar positivamente a inclusão socioprodutiva no campo é a busca pelo **aumento do valor agregado da produção agropecuária e pesqueira**, a fim de aumentar o valor agregado dos produtos por meio da inovação.

Para que a inclusão socioprodutiva do segmento em situação de extrema pobreza e pobreza ocorra, deverá ser realizada, no contexto urbano e rural, uma priorização da capacitação profissional em consonância às necessidades específicas dos contextos sociofamiliares dos indivíduos. Ao considerar o perfil sociofamiliar na oferta de capacitação, é reconhecida a desigualdade no acesso a recursos e oportunidades e a necessidade de realizar adequações nas capacitações - e no suporte ao público - que possam viabilizar a entrada de segmentos da faixa de pobreza no mercado de trabalho.

A capacitação profissional amplia chances de acesso a oportunidades de vínculos empregatícios, em que aspectos ligados à característica “empreendedora” e “cooperativista” também pode desempenhar papel significativo no fortalecimento do cooperativismo e desenvolvimento de negócios próprios - desde que haja incentivos, amparo e suporte aos riscos desses empreendedores categorizados numa faixa de renda mais baixa. Assim, atuar-se-á também com o objetivo de **ampliação da oferta da capacitação profissional, empreendedora e cooperativista, levando em consideração o perfil sociofamiliar**.

Somadas às duas estratégias apresentadas, faz-se necessário refletir sobre outro aspecto que impacta diretamente a população mais vulnerável: os ciclos de perpetuação de vulnerabilidades entre gerações e acesso a oportunidades a diversos direitos ao longo de uma vida.

Assim, impõe-se o debate sobre a **superação da pobreza intergeracional** no qual se busca quebrar ou atenuar, a partir de um processo de intervenção estatal, o ciclo de pobreza transmitido ao longo de gerações, visando diminuir carências e desigualdades, garantindo melhores perspectivas para as futuras gerações.

A superação da pobreza intergeracional advirá da implementação de políticas abrangentes e estratégicas incidindo sobre causas profundas e garantindo acesso igualitário a serviços essenciais para maior igualdade de oportunidade à população em extrema pobreza e pobreza. Isso inclui investir em educação de qualidade, expandir a atenção primária à saúde, reduzir o déficit habitacional, promover proficiência em habilidades-chave e combater o abandono escolar. Tal acesso - a fim de ampliar as possibilidades de um futuro mais igualitário - deverá considerar também aspectos de igualdade a grupos historicamente marginalizados, populações discriminadas por raça/etnia, gênero, orientação sexual, e demais segmentos com menores espaços de poder.

O primeiro objetivo desta diretiva é o **aumento da cobertura e qualidade da atenção primária à saúde no estado**, essencial para superar a pobreza intergeracional e promover o bem-estar da população em situação de vulnerabilidade.

A atenção primária abrange ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com enfoque na saúde individual e coletiva e, assim, pode identificar problemas de saúde e atuar no tratamento precocemente. Logo, é fundamental para a população em situação de vulnerabilidade ou em condição de pobreza e extrema pobreza.

Outro fato que impacta de modo estrutural a vida das populações mais pobres – e que tem estreita relação com a saúde e acesso a oportunidades econômicas e sociais – é a condição de moradia, fator que impacta direta e indiretamente na superação da pobreza intergeracional. A escassez de habitações adequadas tem um impacto negativo nas famílias em situação de pobreza, prejudicando seu bem-estar e seu futuro. Portanto,

deverá ser considerado essencial assegurar moradias adequadas, pois isso contribui para a saúde e qualidade de vida de moradores. Ao promover a **redução do déficit habitacional**, promove-se maior igualdade e bem-estar destas famílias vulneráveis e espera-se que com tal objetivo possa ser acompanhada a melhora nas condições de moradia/habitação da população fluminense.

Deve ser compreendida, com suas devidas especificidades e particularidades, as condições de déficit habitacional no território fluminense sob duas perspectivas: o déficit quantitativo, que trata da necessidade de produção de novas unidades; e o déficit qualitativo, que trata da implantação de infraestrutura em assentamentos precários ou adequações e melhorias em moradias existentes.

No âmbito da educação, a busca pelo **aumento da proficiência em disciplinas-chave como português, matemática e letramento digital** é essencial para equipar os indivíduos com as habilidades necessárias para a vida contemporânea. Essas capacidades são fundamentais para a trajetória que esses indivíduos terão no futuro, seja no mercado de trabalho seja na vida de um modo amplo.

Por fim, espera-se a **redução do abandono escolar** como um objetivo central a essa diretiva, pois a evasão escolar tem o potencial de perpetuar desigualdades. Assegurar que todas as crianças e jovens tenham acesso à educação e permaneçam na escola é uma estratégia vital para romper o ciclo de desvantagem socioeconômica. Assim, faz-se importante medida para a redução do abandono escolar, sobretudo perfis de alunos pobres e extremamente pobres de escolas com níveis socioeconômico baixos, devendo-se atuar para a garantia de ambientes educacionais inclusivos, acolhedores e de qualidade.

O aspecto da territorialização da **Erradicação da extrema pobreza no ERJ** pode ser verificado com a observação de um indicador geral relativo aos municípios. Ressalva-se que a municipalização apresentada não corresponde ao indicador elencado da missão, mas um dado que se relaciona ao tema e está disponível com o nível de desagregação municipal.

A figura 5 demonstra a distribuição da população inscrita no Cadastro Único (CadÚnico), o que denota o número de famílias próximas à linha da pobreza e que

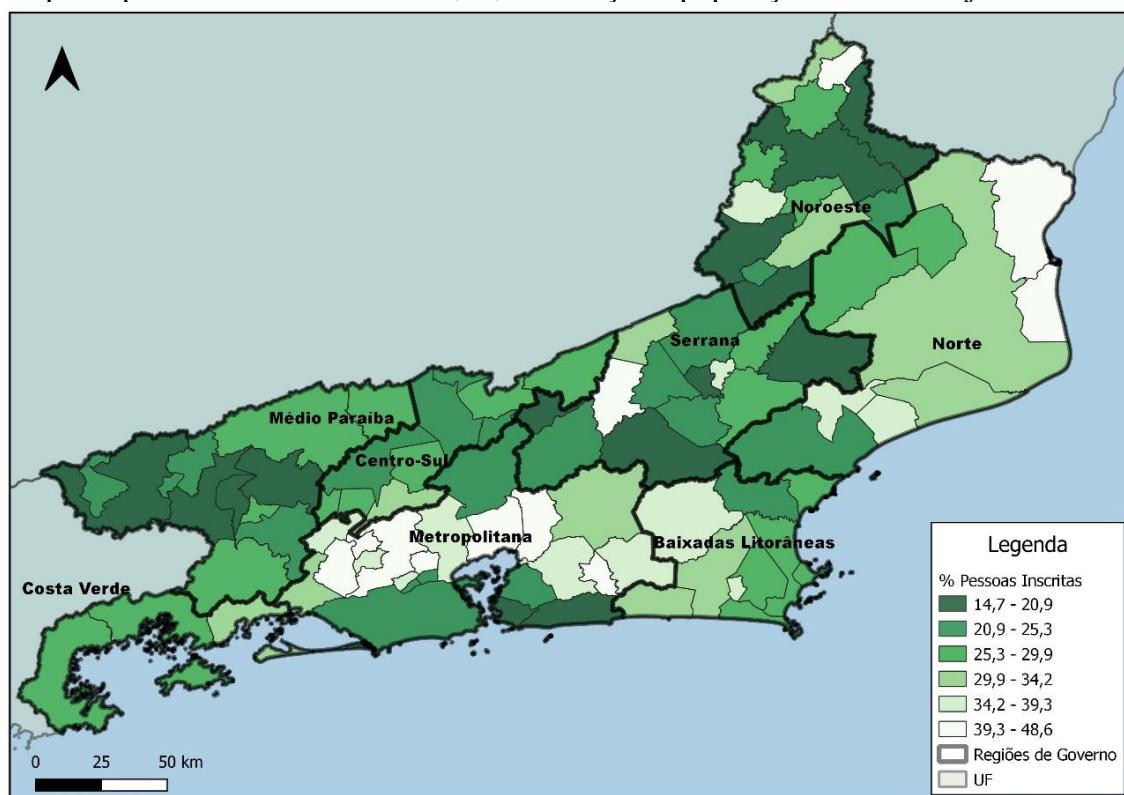
necessitam de auxílio de programas sociais em relação à população total do município. A partir de um olhar socioespacial, observa-se que o comportamento do indicador é bastante distinto no comparativo entre municípios e regiões do estado.

Há uma concentração do percentual de famílias com renda familiar per capita mensal de até R\$ 218,00⁵ na Região Metropolitana (RMRJ), com destaque para os municípios da Baixada Fluminense. Outra região que possui indicador acima de 30% é o Norte Fluminense, em direção à divisa com o Espírito Santo. Por outro lado, nota-se uma maior predominância de percentuais menores na Região do Médio Paraíba, principalmente, ao longo da Rodovia Dutra, no eixo Rio-São Paulo.

A breve análise do fenômeno da pobreza a partir do recorte regional evidencia a complexidade do problema a ser enfrentado na missão, pois ele mostra-se presente tanto em aglomerações urbanas, a exemplo da RMRJ, como em municípios localizados em zonas semiurbanas e rurais no Norte Fluminense.

⁵ O Art 4º do Decreto nº 11.566, de junho de 2023, , que regulamenta a Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023, para disciplinar a gestão dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e a administração de seus pagamentos, define famílias em situação de pobreza aquelas cuja renda familiar **per capita** mensal é de até R\$ 218,00, estabelecendo esse valor como linha de pobreza para fins do programa (acessado em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.566-de-16-de-junho-de-2023-490337261> em 06 de setembro de 2023)

Figura 5 - Proporção de pessoas inscritas no CadÚnico em famílias com renda familiar per capita mensal de até R\$ 218,00, em relação à população residente – jan. 2022



Fonte: Elaboração própria com base no VIS DATA 3.

Missão 2: Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional

A justificativa dessa missão é amparada pelo direito humano à alimentação⁶ e pretende garantir o:

“direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.”⁷

⁶ Consagrado a todos os cidadãos brasileiros no Art. 6º da Constituição Federal.

⁷ Definição de Segurança Alimentar e Nutricional segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

Em 2022, havia aproximadamente 2,7 milhões⁸ de cidadãos fluminenses em situação de fome⁹ e menos da metade dos domicílios (42,8%) se encontravam em situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Esses dados agravantes podem afetar o desenvolvimento das crianças, sobretudo na primeira infância e no desenvolvimento social. Espera-se, assim, que a instituição, manutenção e ampliação de políticas públicas, que garantam o papel constitucional em direção à efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), afetem positivamente a vida dos cidadãos fluminenses e o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro.

A estratégia para se atingir tal missão buscará ampliar o número de domicílios em situação de Segurança Alimentar e Nutricional, e por consequência, de cidadãos em estado de SAN. Para tanto, a missão de garantir a segurança alimentar e nutricional busca também reduzir as formas de insegurança alimentar - INSAN¹⁰, fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar - SISAN no território fluminense, assim como a produção de alimentos e a agricultura familiar. Soma-se a esses pontos a busca por melhores resultados nutricionais da população, reduzindo prevalências de excesso de peso e baixo peso em crianças e ampliar a alimentação mais saudável à população.

⁸ Segundo Pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) – Suplemento por Estados - <https://olheparaafome.com.br/>

⁹ A fome a partir do pensamento do sociólogo Josué de Castro, em Geografia da Fome (1946), foi compreendida como um fenômeno epidêmico e social, relativo à falta de alimentos para uma população, sendo uma expressão biológica de males sociológicos. Segundo a PNAD-IBGE (p.132, 2014)⁹, fome é: “Condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto provocada pela falta de comida. No contexto estudado, a fome é referida como uma condição involuntária, causada pela falta de recursos dos indivíduos ou famílias para a obtenção dos alimentos necessários. Pode ser de diversos graus e, consequentemente, seu impacto é tanto maior sobre o bem-estar dos indivíduos e populações, quanto mais grave for a carência de alimentos”.

¹⁰ Segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), os domicílios são tipificados em quatro níveis de (in)segurança alimentar e nutricional: 1- Segurança alimentar (SA): acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente e moradores sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo; 2 - Insegurança alimentar leve (IAL): preocupação ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas; 3 - Insegurança alimentar moderada (IAM): redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; e 4 - Insegurança alimentar grave (IAG): redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome.

O pressuposto, como pano de fundo, para a consecução desta missão será o fortalecimento das instâncias estaduais do SISAN: a Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CAISANS¹¹, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA e a Conferência. Deverá também o I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - PLESANS ser norteador da implantação das diversas ações integradas e articuladas por várias áreas e atores do Poder Executivo Estadual, de modo que os demais instrumentos de planejamento deverão se guiar e dialogar com o PLESANS. Outro ponto chave será o aprimoramento da governança, da participação da sociedade e a colaboração dos três entes federativos.

As formas escolhidas para direcionar a garantia de segurança alimentar são ligadas às diretrivas de: a) **Acesso à alimentação adequada e superação da insegurança alimentar e nutricional** e b) **Produção e abastecimento de alimentos de qualidade com sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar.**

De um modo geral, comprehende-se que nos últimos anos houve uma deterioração das condições de renda da população, a ampliação da população em situação de rua, o crescimento da alimentação fora do domicílio, a elevação do custo de vida e de alimentação nas cidades e aumento da extrema pobreza. Todos são fatores que impactam no acesso à alimentação adequada e à superação da INSAN.

No contexto nacional de 2022, constatou-se¹² a presença de forte relação entre a insegurança alimentar - em especial suas formas grave e moderada - com a baixa renda, o desemprego e a informalidade no trabalho¹³. Ou seja, o acesso à alimentação

¹¹ A CAISANS RJ deve elaborar, a partir das diretrizes emanadas pelo CONSEA/RJ, a Política e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, estabelecendo diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, de monitoramento e de avaliação de sua implementação; coordenar a execução da Política e do Plano; e articular as políticas e planos de suas congêneres municipais.

¹² II Inquérito VIGISAN - Pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) – Suplemento por Estados - <https://olheparaafome.com.br/>

¹³ Outra forte relação apontada entre a insegurança alimentar - em especial suas formas grave e moderada – se deu com a baixa escolaridade e com a presença de crianças menores de 10 anos no

adequada pode se dar de modo mais direto a partir da própria renda obtida através de emprego; assim, esta missão tem relação estreita com um dos princípios estruturantes deste Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES): a geração de empregos. Relaciona-se, também, às temáticas que estão no centro de outras missões: como a ampliação das oportunidades de trabalho e emprego e a inclusão socioprodutiva da população pobre. O acesso também deverá ser mais amplamente garantido via programas de transferência de renda, em conexão com a Missão 1 – Diretiva: Alívio da extrema pobreza.

Para além do trabalho, emprego e transferências de renda, é também fundamental o acesso à alimentação por meio de outras formas, sendo que ganhará destaque de atuação a oferta de alimentos pelo Estado. Tal oferta vai além do dever - fundamentado nos princípios da Constituição – do Estado em ofertar alimentação em escolas, hospitais e presídios como parte do direito à saúde, à educação e à dignidade da pessoa humana. Ela diz respeito à ampliação de rede de equipamentos e programas especificamente voltados à oferta de alimentação adequada subsidiada, a baixo preço ou gratuita.

Assim, o primeiro objetivo referente ao acesso à alimentação adequada e à superação da insegurança alimentar e nutricional se dará a partir da atuação da **expansão da oferta de alimentos em equipamentos públicos e programas voltados à segurança alimentar e nutricional**. A oferta em Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSANs) refere-se ao aumento de infraestrutura, serviços e programas governamentais projetados para garantir a segurança alimentar e promover a nutrição adequada para a população, pois desempenham um papel vital - sobretudo a populações pobres e vulneráveis – com a oferta de alimentos nutritivos, acessíveis, seguros e promovem hábitos alimentares saudáveis. O serviço é universal, mas geralmente atende

domicílio, como apontada no II Inquérito VIGISAN. Para essas determinantes, a atuação se dará por meio de outros objetivos vinculas às missões de Erradicação da extrema pobreza - M1 (Aumento da proficiência em matemática, língua portuguesa e letramento digital e Redução do abandono escolar) e de Cidades urbanas fortes e socioambientalmente inclusivas – M8 (Aumento do IDEB do ensino fundamental e médio).

a população vulnerável e de baixa renda por meio do fornecimento de refeições balanceadas e saudáveis.

A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, em seu Art. 7º normatiza que a realização do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)¹⁴ e que esse é composto por diversos atores constituídos por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e instituições privadas, com ou sem fins lucrativos afetas à segurança alimentar.

A partir desse arcabouço normativo que evidencia a importância da governança e integração de ações e políticas de segurança alimentar e nutricional nos níveis federal, estadual e municipal, a estratégia de atuação para essa missão será fortalecer esse sistema, assim como a figura do município como ente e ator chave para a captação dos problemas de segurança alimentar e nutricional no nível local e suas estratégias de solução.

Portanto, um objetivo central de atuação para se atingir essa missão será a de **aumentar o número de municípios fluminense com adesão ao SISAN**, uma vez que os municípios desempenham papel central na implementação de políticas e ações.

O Estado do Rio de Janeiro aderiu ao SISAN em novembro de 2011, adequando os componentes de três instâncias: o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e uma Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CAISANS.

¹⁴ O SISAN é o instrumento criado pelo Estado brasileiro para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, e seu arranjo institucional é inspirado nos demais sistemas de políticas públicas, porém apresenta como especificidade o fato de ser um sistema cogerido por um grupo de pastas setoriais.

Até agosto de 2023, havia apenas 10 dos 92 municípios aderidos ao SISAN¹⁵, portanto, é urgente um amplo debate público e ações que visem o aumento da adesão ao sistema, de modo a proporcionar que mais municípios possam se estruturar com os dois pilares da política de segurança alimentar e nutricional: a intersetorialidade das ações e a participação social, por meio das instâncias participativas.

Outro ponto complementar importante e que fortalece o SISAN é relacionado à organização de dados e informações; assim, espera-se o fortalecimento da coleta, sistematização e tratamento de dados de segurança alimentar e nutricional no nível estadual, para uma melhor compreensão do SISAN. A aplicação do MapaSAN¹⁶ em todos os municípios fluminenses com regularidade será fundamental.

A insegurança alimentar deve ser percebida para além de sua clara associação com a pobreza, com a privação de renda e/ou da inserção laboral. Isto porque outros fatores afetam o acesso e as possibilidades a uma alimentação adequada - desde a educação alimentar até falta da oferta de produtos variados e frescos. Assim, mesmo a parcela da população que, porventura, não sofra privações de acesso, pode também não estar tendo acesso ao aspecto saudável e adequado da alimentação.

Um exemplo é o de uma alimentação carente de frutas e hortaliças e rica em alimentos processados, modelo esse que explica os números crescentes de incidência de sobrepeso e obesidade, demandando ações de promoção da alimentação saudável, uma vez que tal incidência é fator de risco para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

¹⁵ Belfort Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Maricá, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Volta Redonda, Cordeiro e Três Rios.

¹⁶ O Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) consiste em uma pesquisa que coleta informações acerca da Gestão do SISAN, Equipamento de Segurança Alimentar e Nutricional e Ações de SAN.

Conforme apontam estudos¹⁷, há desafios ao estado fluminense e a necessidade de aprimoramento da implementação de políticas públicas para se enfrentar a fome, promover acesso a alimentos de qualidade, e de ambientes alimentares saudáveis.

Tendo em vista a importância de se obter um consumo alimentar adequado, com baixo impacto negativo à saúde em curto e longo prazos, espera-se que ações e intervenções estatais gerem melhorias na situação de saúde da população por meio da alimentação adequada, saudável e de qualidade. Assim, dois objetivos no âmbito de acesso à alimentação são o **aumento percentual do consumo de alimentos frescos** pela população fluminense e **diminuição do percentual do consumo de alimentos ultraprocessados pela população fluminense**.

Para que tais objetivos possam ser observados no futuro, se fará necessária dar ampla importância e concretização de outro objetivo associado a esta diretiva, o **aumento da oferta de educação alimentar e de acompanhamento nutricional**, pois a má qualidade da alimentação tem demandado ações que fomentem escolhas e hábitos alimentares promotores de saúde e que estimulem a ampliação da disponibilidade de alimentos saudáveis.

Por fim, uma diretriz fundamental a ser perseguida pelas ações do estado e diversos atores é a **introdução e ampliação de mecanismos e instrumentos**

¹⁷ Como a avaliação do estado nutricional (baixo peso e excesso de peso) de crianças de 0 a 10 anos a partir de registros do SISVAN, realizado pela a Área Técnica de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Estado de Saúde (ATAN/SAPS/SUBVAPS/SES-RJ) intitulado “Duas faces da Insegurança Alimentar em crianças no Estado do Rio de Janeiro – ano 2022”. Secretaria de Estado de Saúde - Subsecretaria de Vigilância e Atenção Primária à Saúde - Superintendência de Atenção Primária à Saúde – Área Técnica de Alimentação e Nutrição - Elaboração e coordenação de Katiana dos Santos Teléfora – Equipe Técnica: Laura Jane Neumann e Regiane Borges. Equipe Administrativa: Raimunda Nocelina. Disponível em <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NTc2MTM%2C#:~:text=DO%20RIO%20DE%20JANEIRO%20E%2080%93%20ANO,dados%20preocupantes%20de%20obesidade%20infantil> acessado em 15/08/2023.

regulatórios com fins de contribuir com a redução do consumo de alimentos ultraprocessados.

Saindo da perspectiva de acesso à alimentação e, noutro ângulo de atuação para o alcance desta missão, surge a diretiva de produção e abastecimento de alimentos de qualidade com sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar, a qual se articula com o acesso aos produtos e tem inúmeras implicações com diversas áreas.

Um ponto central da produção de alimentos é a agricultura familiar, responsável por expressiva parte dos alimentos produzidos no estado. Trabuco (2022)¹⁸, analisando dados do Censo Agropecuário (IBGE) de 1975 a 2017, observa que ao longo das últimas décadas, houve uma queda na área agropecuária e de lavouras, coincidindo com o crescimento de pastagens, efetivo bovino e produção de leite.

Neste sentido, a ampliação da agricultura de baixo carbono será importante para o desenvolvimento sustentável no estado, de preferência de agricultura familiar e de bases sustentáveis para a recuperação de pastagens degradadas.

Espera-se ações de fortalecimento da agricultura familiar e o aumento de sua produção, ampliando-se a oferta de alimentos saudáveis e de qualidade para a população, já que na agricultura familiar é maior o potencial de utilização de práticas de produção agrícola mais sustentáveis, como a agricultura orgânica e agroecológica, maior diversidade de cultivos e com menor processamento industrial e químico. Assim, tem-se como primeiro objetivo o **aumento da produção da agricultura familiar fluminense**.

Para que o aumento da produção da agricultura familiar possa de fato contribuir para a inclusão socioprodutiva no estado do Rio de Janeiro, é preciso que sejam criadas políticas públicas adequadas para o setor, que garantam o acesso a recursos,

¹⁸ TRABUCO, G. L. P. Comida importa? A política dos alimentos na trajetória de conformação do Estado do Rio de Janeiro como importador de alimentos. 2022. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA – UFRRJ.

créditos, capacitação, assistência técnica e mercados. Dessa forma, é possível promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais para todo o estado.

Avanços importantes para a consecução do objetivo de ampliação da produção da agricultura familiar perpassam o fortalecimento de programas que gerem renda para agricultores e agricultoras familiares, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, mas também a concretização da Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar (Lei nº 7923, de 20 de março de 2018) e a Modalidade Compra Direta com Doação Simultânea (Lei nº 8987, de 25 de agosto de 2022), assim como as demais compras públicas. Outros aspectos envolvem a implantação e fortalecimento de programas de agroecologia e de programas voltados para a agricultura urbana. Cabe destacar também que deverá ser realizado estímulo à pesquisa e inovação de produção de alimentos da agricultura familiar e ampliação de pesquisas em biofertilizantes e biodefensivos sustentáveis e não ofensivos ao meio ambiente.

No que tange à produção, tem-se também a produção de pescado no estado do Rio de Janeiro como um papel de extrema importância para segurança alimentar, pois é fonte valiosa de proteína de alta qualidade e nutrientes essenciais para a população¹⁹, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico, social e ambiental, beneficiando trabalhadores dessa cadeia pesqueira. A produção²⁰ se dá de

¹⁹Os peixes são ricos em proteína de alta qualidade, possuindo também vitaminas, minerais e uma alta proporção de gorduras saudáveis (gorduras insaturadas), logo são alimentos importantes do ponto de vista da qualidade do alimento, de acordo com o Guia Alimentar da População Brasileira (2022). Segundo esse guia, os pescados são os peixes (de água doce e de água salgada), crustáceos (camarão, caranguejos e siris) e moluscos (polvos, lulas, ostras, mariscos). O Guia está disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf e acessado em 15/08/2023.

²⁰Segundo o I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio de Janeiro – I PLESANS, p. 37-38: “(...) a pesca comercial industrial, tem expressiva representação no estado (...) o relatório do Programa de Monitoramento da atividade pesqueira em execução pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) [aponta que] a pesca extrativa industrial é responsável por 70% de todo o pescado capturado pelo Estado (...) porque o principal recurso pesqueiro, a sardinha, é capturada pelas embarcações industriais tendo como principais pontos de desembarque a região metropolitana do ERJ. Porém, em quase 90% dos municípios costeiros monitorados, a pesca

modo industrial e artesanal e espera-se como objetivo o **aumento da produção de pescado no estado.**

No âmbito econômico, a produção de pescado gera empregos diretos e indiretos ao longo de toda a cadeia produtiva. Desde a pesca até o processamento, distribuição e comercialização, essa atividade dinamizará a economia local com grande potencial de integrar economia do mar, gastronomia local, turismo, entre outros. Ainda no âmbito econômico, espera-se que a criação e fortalecimento de cooperativas e associações de pescadores possam melhorar suas condições socioeconômicas, assim como a atuação por meio da ampliação da inclusão de pescadores e aquicultores nos programas de compras institucionais pode ser importante para a consecução desse objetivo.

A fim de que a diretiva de produção e abastecimento de alimentos de qualidade com sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar seja eficaz para o alcance da missão, é importante que algumas diretrizes sejam consideradas para as políticas públicas, programas e ações.

Espera-se, com as medidas de fortalecimento à agricultura familiar, à produção e aos produtores, melhores resultados percentuais sobre o volume de alimentos comercializados no estado e que são produzidos no território fluminense. O estudo de Trabuco (2022)²¹ apontou que a produção estadual é marginalizada no volume comercializado pela CEASA-RJ, onde quase 80% das toneladas de hortigranjeiros comercializadas por mês no principal equipamento público estadual de abastecimento provém de outros estados ou países. Ou seja, a diretriz será buscar estratégias para

artesanal é protagonista na captura dos peixes(...) A pesca artesanal no estado é de vital importância para o fornecimento e abastecimento dos mercados municipais, além de envolver quantidade importante de empregos diretos e indiretos(...)".

²¹ TRABUCO, G. L. P. Comida importa? A política dos alimentos na trajetória de conformação do Estado do Rio de Janeiro como importador de alimentos. 2022. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA – UFRRJ.

aumentar o percentual de comercialização de alimentos locais, diminuindo o percentual de importação de alimentos de outros estados ou países.

A partir dos dados do último Censo Agropecuário (2017), verificou-se que 93% da área agrícola colhida no estado do Rio de Janeiro é ocupada por somente 11 culturas, de modo que um terço da área ocupada está comprometida com a colheita de cana de açúcar²². Espera-se que o aumento da produção de alimentos no estado do Rio de Janeiro venha acompanhada de uma diversificação da produção, de modo que se possa explorar a oportunidade de comercialização no mercado urbano da região metropolitana, buscando-se atenuar a dependência de importação de muitos gêneros alimentícios por outros estados brasileiros.

Ainda nesse aspecto, espera-se que se ganhe relevo a temática do abastecimento, em que são fundamentais o fortalecimento da gestão das centrais de abastecimento de modo adequado e com qualidade, proporcionando o melhor atendimento aos diversos públicos do segmento da cadeia de suprimentos e dando centralidade e modernização técnica à CEASA-RJ. É importante avaliar a viabilidade para implantação de entrepostos em regiões estratégicas para pequenos e médios produtores, a fim melhorar a logística de escoamento, bem como se espera ampliar e fortalecer iniciativas que conectem diretamente produtores e consumidores por meio da formação de circuitos curtos de comercialização.

Outro ponto estrutural é o de promover o investimento em estradas rurais e em vias de ligação com distritos produtores para impulsionar o desenvolvimento das áreas agrícolas, facilitar o escoamento e reduzir custos logísticos. A manutenção e recuperação das estradas vicinais, além de ajudar no escoamento da safra, também são fundamentais para garantir a conectividade entre as áreas rurais e urbanas. Assim, tem-se como diretriz a busca por **melhorar a infraestrutura logística de escoamento da distribuição da produção agropecuária e pesqueira no estado.**

²² Idem

Além da Assistência Técnica Rural - ATER e Assistência Técnica Pesqueira e Aquícola - ATEPA, o crédito é fundamental para os agricultores familiares, pois esses produtores muitas vezes não possuem acesso a recursos financeiros suficientes para investir em suas atividades, qualificá-las e expandi-las. Diante disso, uma diretriz fundamental a ser perseguida é **o acesso a crédito por agricultores familiares e pescadores**, com linhas de crédito adequadas.

Tendo em vista a natureza majoritariamente urbana do Estado do Rio de Janeiro e a concentração populacional em sua região metropolitana, emerge a compreensão da importância das medidas propiciadoras da produção alimentar em âmbitos urbanos e periurbanos para o cumprimento da diretriz de **aumento da produção de alimentos oriundos de área urbana e periurbana**. Essas medidas têm o poder de encurtar cadeias de abastecimento e estabelecer circuitos de comercialização mais diretos, que não apenas salvaguardam a qualidade dos alimentos, mas também contribuem para preços mais equitativos. Além disso, elas podem se revelar estratégicas no combate à pobreza e à insegurança alimentar, especialmente entre populações vulneráveis, e no fortalecimento de vínculos comunitários. Essa abordagem permite a implementação de estratégias para acessar alimentos saudáveis de autoconsumo, enquanto viabiliza oportunidades de emprego para indivíduos com pouca qualificação e geração de renda para aqueles com níveis educacionais mais baixos. Por fim, espera-se que possa haver margem para um sem número de articulações de políticas, desde o estímulo por meio de compras públicas do estado, quanto por ações e programas destinados às famílias vulneráveis, como aquelas inscritas no CadÚnico.

Espera-se também que se possa avançar na criação de canais de comercialização da produção de cooperativas e associações de agricultores familiares e redes de agricultura urbana, cumprindo assim a diretriz de **fortalecimento das cooperativas e associações de agricultores e pescadores**.

Producir alimentos em bases sustentáveis é sinérgico à agenda ambientalmente sustentável, à organização e apoio da produção orgânica e à transição agroecológica e, portanto, para a produção de alimentos saudáveis e seguros. Assim, tem-se o objetivo de **aumento do número de agricultores familiares inseridos em Sistemas Agroalimentares Sustentáveis**. Ademais, cabe destacar que o estado fluminense tem se

direcionado normativamente para estímulos que impactam em tal produção, como a existência da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia e Produção Orgânica do Estado do RJ (Lei nº 8625, de 18 de novembro de 2019). Por fim, tal produção em base sustentável pode contribuir também com a missão de Descarbonização do estado do Rio de Janeiro.

Outra importante diretriz é o de **monitoramento e controle de agrotóxicos²³**, tanto para uma produção ambientalmente sustentável, quanto pela saúde dos agricultores e consumidores.

Por fim, o acompanhamento temporal da missão e a análise da condição de segurança alimentar e nutricional da população fluminense, em nível municipal, podem ser realizados por intermédio do “Grau de Vulnerabilidade” em desnutrição em crianças menores de 5 anos de idade.

Com base no Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional - Mapa InSAN, que leva em consideração os dados de desnutrição infantil do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), do Ministério da Saúde, é possível espacializar as informações relativas ao acompanhamento nutricional para todos os municípios do país.

De acordo com a metodologia do mapa, os municípios podem ser classificados em distintos graus de vulnerabilidade à desnutrição infantil (média, alta e muito alta). A linha de corte para classificação leva em conta três indicadores: o Déficit de altura para a idade - DAI; o Déficit de peso para a idade - DPI; e o Número de crianças beneficiárias acompanhadas. Ainda, esses três elementos alinharam-se à taxa de prevalência de déficit estatural para a idade em crianças menores de cinco anos de idade; e em relação

²³ Segundo o I Plano de Segurança Alimentar e Nutricional – PLESANS RJ, p. 36 “A agricultura no ERJ é baseada principalmente em métodos convencionais de produção e no uso excessivo de agrotóxicos. Entre 2007 e 2014, foram notificados ao Ministério da Saúde 25.106 mil casos de intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola em todo o país(...)Cabe destacar que, de acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para cada caso de intoxicação notificada estima-se que outros 50 não são notificados.”

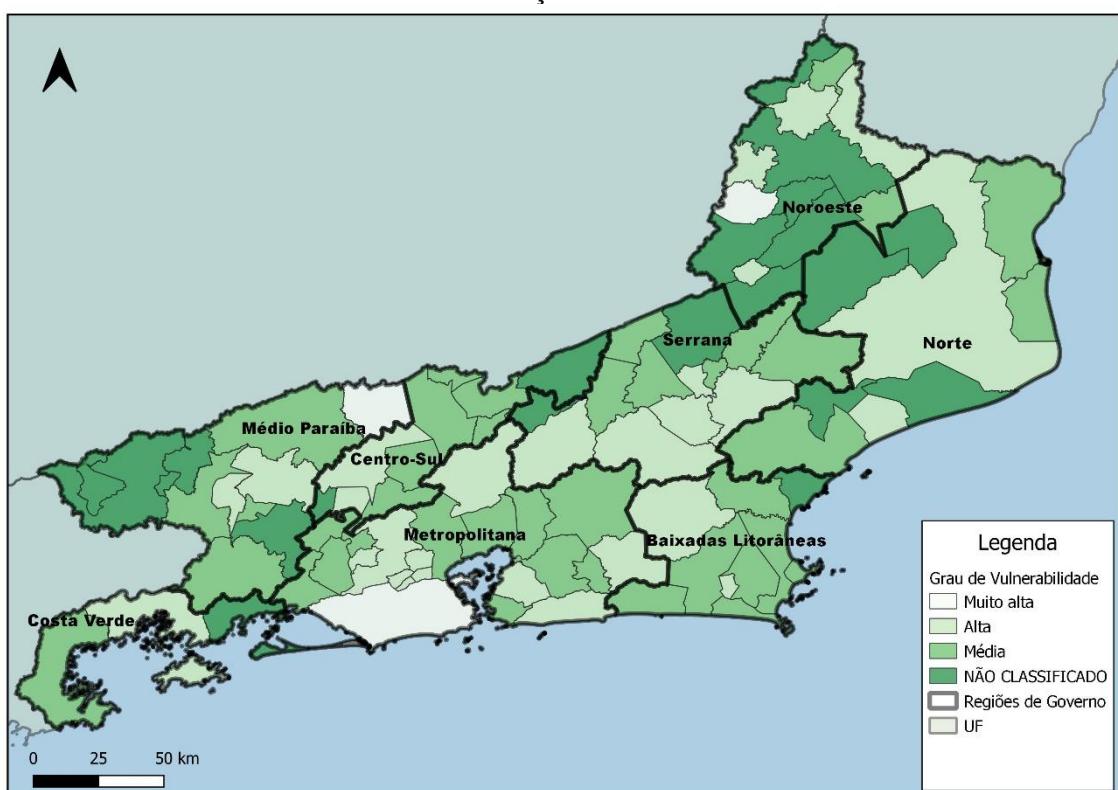
à proporção de crianças menores e 5 anos de idade com déficit ponderal para a idade, baseada na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – PNDS (2006).

De acordo com a metodologia do grau de vulnerabilidade, excluem-se da classificação aqueles municípios que: apresentaram o DAI menor do que 6,7%; os que possuem o DPI menor do que 1,8%; e os municípios com menos de 20 crianças beneficiárias acompanhadas no ano.

No caso do ERJ, entre os 92 municípios, 71 foram classificadas em termos de vulnerabilidade em desnutrição no Mapa InSAN (77%); enquanto os demais, 21 (23%), não foram enquadrados em nenhum grau (médio, alto e muito alto).

Na figura 6 a seguir é possível visualizar a distribuição espacial do indicador por municípios do estado. De forma geral, em 2022, todas as regiões fluminenses possuíam grau de vulnerabilidade em desnutrição infantil. Contudo, vale ressaltar, que na Região do Médio Paraíba, assim como no Noroeste Fluminense, há concentrações de municípios não classificados, ou seja, a princípio regiões com boa condição em termos de nutrição da população de 0 a 5 anos de idade.

Figura 6 – Municípios fluminenses agrupados segundo graus de vulnerabilidade em desnutrição²⁴ - 2022



Fonte: Elaboração própria com base no MapaInsan 2022 - Relatórios de Acesso Público SISVAN

Missão 3: Segurança hídrica do território fluminense

A insegurança hídrica ou a falta de disponibilidade de água em quantidade suficiente para a população e para as atividades industriais é um dos fatores limitantes para o desenvolvimento, uma vez que água desempenha um papel crucial na vida e na subsistência humana, assim como para a atividade econômica em várias dimensões, sendo um recurso fundamental para o desenvolvimento e a sustentabilidade de diversos ramos e setores como agricultura, indústria e energia. Com isso, uma importante missão é

²⁴ "Diferentemente das fontes empregadas no estudo publicado em 2018 (BRASIL, 2018) baseado em microdados dos registros administrativos constantes no SISVAN e do CadÚnico, o estudo está baseado nos relatórios públicos do SISVAN, composto por três sistemas de origem de dados (SISVAN-WEB, Sistema de Gestão do Auxílio Brasil e e-SUS AB) e que compõem os acompanhamentos nutricionais de condicionalidades em saúde dos Programas Bolsa Família e Auxílio Brasil. Os dados advêm do Sistema de Gestão do Auxílio Brasil, que abrange parte das crianças de 0 a 5 anos beneficiárias desses programas para o período considerado nas análises aqui apresentadas" (MapaInsan, 2022)

garantir a segurança hídrica da população fluminense. A pressão sobre a demanda de água tende a aumentar caso não se tome medidas no sentido de frear o assoreamento de mananciais, relacionando essa medida a uma orientação para o planejamento urbano e integrado considerando a preservação dos recursos naturais como água e solo. É necessária a proteção dos recursos hídricos, do ambiente e também prevenir impactos socioambientais e externalidades negativas oriundas da escassez de água. O ERJ convive com baixa diversidade de abastecimento e uma forma de garantir a segurança hídrica é a recuperação e proteção de mananciais.

Se comparada a outros estados da federação, o estado do Rio de Janeiro não possui uma situação que possa ser caracterizada como confortável a longo prazo. As regiões hidrográficas apresentam situações diversas quanto à disponibilidade hídrica natural; e também de fatores de pressão ambiental com rebatimento sobre os recursos hídricos. Considerando que a disponibilidade hídrica do estado é bastante influenciada pela diversidade climática e geomorfológica e pelo efeito das intervenções antrópicas na dinâmica natural dos cursos hídricos, a questão torna-se complexa e envolve a necessidade de estratégias que deem conta dessa complexidade.

A hidrografia do Rio de Janeiro pode ser caracterizada por duas grandes áreas separadas pela Serra do Mar, sendo uma voltada para o continente e outra para o oceano Atlântico. A parte continental engloba o território drenante para a bacia do Paraíba do Sul e a parte oposta drena para o oceano. A Serra do Mar serve como uma barreira natural para as nuvens carregadas de chuva, ocasionando uma menor precipitação na parte continental. Portanto, enquanto a costa tende a receber uma quantidade mais significativa de chuvas devido à influência do oceano e à topografia favorável, as áreas montanhosas no interior da bacia do Paraíba do Sul podem experimentar um clima mais seco devido à sombra pluviométrica e outros fatores. Essa discrepância na distribuição de chuva pode ter implicações significativas para a gestão da água e dos ecossistemas da região. As ações antrópicas como desmatamento, barragens, desvios de cursos d'água e a própria densidade demográfica também influenciam diretamente na disponibilidade hídrica.

O reflorestamento relaciona-se não só com a questão da recuperação de áreas degradadas, mas também com a própria **segurança hídrica**. A bacia do Rio Paraíba do Sul é de grande importância para o abastecimento de água do estado e sofre com um

histórico de deterioração (desmatamento e transposição Guandu). Os mananciais do rio Paraíba do Sul são de grande relevância estratégica para o abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, uma vez que cede 60% de suas águas para o Sistema Guandu. Cabe salientar a importância da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em questão de concentração populacional e de atividades econômicas. Sendo assim, a garantia de **acesso à água** de qualidade para a população e para as atividades industriais é uma diretiva da Missão 3, uma vez que a água é essencial para alguns processos de produção industrial, incluindo a indústria de alimentos e bebidas, produtos químicos, têxteis, eletrônicos e indústrias de transformação em geral, além de sua importância para segurança energética, garantindo a produção de energia hidrelétrica.

Uma das formas de garantir o acesso à água é garantindo um aumento na **eficiência na distribuição de água** para uma população, hoje, de 16 milhões de habitantes no Estado do Rio de Janeiro. Evitando as perdas na distribuição e estimulando formas de consumo através de fontes alternativas, como **água de reuso**, a pressão nos corpos hídricos tende a diminuir, o que contribui para a disponibilidade de água nos corpos hídricos que abastecem o território fluminense e para o **aumento da produção de água** no ERJ através do reuso.

Ainda no sentido de assegurar a saúde dos corpos hídricos e consequente garantia da segurança hídrica, deve-se avançar na questão do **esgotamento sanitário adequado**, ou seja, quanto maior for a proporção da população atendida com o serviço, menos carga de poluentes são despejados nos rios. O esgotamento sanitário desempenha um papel crucial na **despoluição dos corpos hídricos** e na preservação dos recursos hídricos. A coleta, o tratamento e a disposição adequada dos resíduos provenientes de atividades domésticas, industriais e comerciais, evita que poluentes sejam lançados diretamente nos corpos d'água. O **aumento do percentual de esgoto com o tratamento adequado** garante que as substâncias poluentes sejam removidas ou reduzidas a níveis seguros antes de serem descartadas no ambiente. A captação no ERJ é realizada de forma superficial dos corpos hídricos. Portanto, mantê-los despoluídos é questão central na segurança hídrica do estado.

A segurança hídrica justifica-se como missão pois pode aumentar a competitividade e ser um fator de atração para determinado território (região hídrica). Por

consequente, torna-se necessária a proteção dos mananciais, por meio de políticas de conservação florestal e de reflorestamento que recuperem o bioma Mata Atlântica e contribua para o potencial sequestro de carbono. Obras de infraestrutura para o abastecimento e esgotamento adequado de resíduos líquidos tornam-se ações estratégicas para evitar que haja poluição dos rios e mananciais que abastecem a população fluminense.

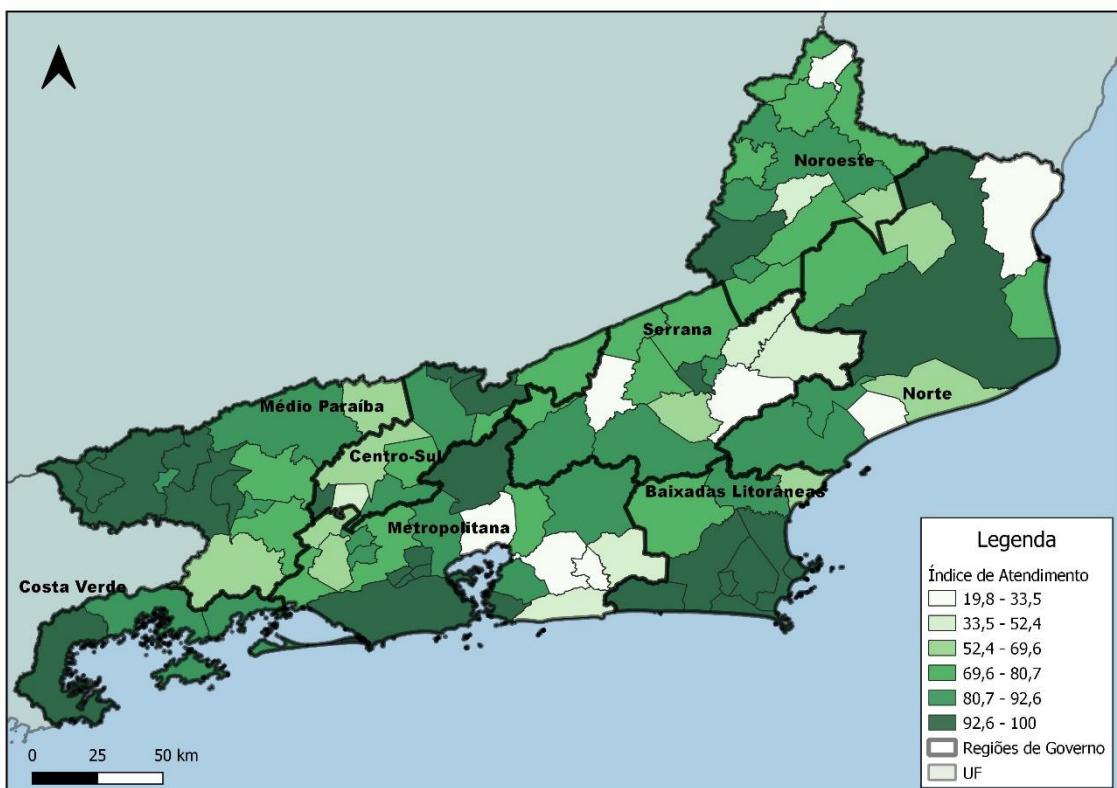
O aspecto da territorialização da **garantia da segurança hídrica para a população fluminense** pode ser verificado por um conjunto de indicadores associados ao tema e que possuem produção contínua e desagregada por município. Na figura a seguir, é possível visualizar o comportamento, por exemplo, do indicador geral da missão: Índice de Atendimento de Água.

As informações são divulgadas periodicamente pelo Sistema de Informação de Saneamento - SNIS e permitem organizar espacialmente os valores relativos à cobertura de atendimento em escala municipal. O índice resulta da relação entre a população atendida sobre o total de população das cidades.

De acordo com a figura 7, as maiores coberturas estão na Região do Médio Paraíba e nas Baixadas Litorâneas. Por outro lado, a Região Metropolitana apresenta serviço desigual, tanto com índices elevados como reduzidos em termos de atendimento. Assim como, há baixa cobertura na Região Serrana, principalmente na divisa com o Norte e Noroeste Fluminense.

Importante destacar, ainda, que há diferentes formatos de concessão dos serviços de saneamento no estado, não havendo um padrão em termos de qualidade de cobertura por tipo ou modelo de concessão. Verifica-se bom atendimento tanto em municípios com gestão própria de saneamento, como naqueles com concessão privada ou atendidos pela companhia estadual.

Figura 7 - Índice de atendimento de água da população - 2021



Fonte: Elaboração própria com base no SNIS.

Missão 4: Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro

A missão de descarbonizar a economia fluminense passa por diversos temas que surgem como oportunidade para um desenvolvimento sustentável. O ERJ hoje é o maior produtor de hidrocarboneto do país. O que se espera dessa oportunidade histórica é que não se repita os equívocos de exploração de uma *commodity* de maneira insustentável, considerando sua complexidade e oportunidade de encadeamentos que o Petróleo e Gás - P&G oferecem para a alavancagem do desenvolvimento econômico fluminense.

Já a produção de petróleo no pré-sal muda a escala da indústria brasileira do petróleo. O estado ainda pode aproveitar essa janela de oportunidades gerada pela exploração e construir uma política de desenvolvimento que assegure, para as próximas décadas, essa trajetória de crescimento, inclusive investindo em alternativas mais sustentáveis de exploração do petróleo.

Na perspectiva da sustentabilidade ambiental, as receitas obtidas da exploração do petróleo podem servir tanto para investir na recuperação de áreas degradadas, que podem ser desenvolvidas através da implantação de uma agricultura de baixo carbono, mas principalmente para investimento num parque tecnológico que tenha como princípio a sustentabilidade com desenvolvimento de energias mais limpas que o petróleo, como, por exemplo, o gás natural, a energia eólica e o hidrogênio verde.

Cabe ressaltar que uma das maneiras de mitigar os efeitos da emissão de gases de efeito estufa (GEE) é através da **conservação dos recursos naturais**. No caso do Rio de Janeiro, se revela uma interessante oportunidade de se **aumentar a área reflorestada do estado** que hoje conta com mais de 2 milhões de hectares de áreas de pastagem ou degradadas. Cada hectare reflorestado pode gerar três empregos formais, além dos informais que possuem maior complexidade e menor precisão na quantificação. O território fluminense está todo inserido sob o domínio da Mata Atlântica. Esse bioma tem a maior concentração de carbono no solo por hectare entre os biomas do Brasil. Portanto, não só a sua conservação, mas também a restauração se torna estratégica para a descarbonização, devido a sua grande capacidade de sequestro de CO₂.

A **transição energética** se torna questão fundamental na busca pela descarbonização. Um dos caminhos a se seguir para o atingimento da missão é **ampliar a participação de energias de fontes renováveis na matriz energética do território fluminense**. A **redução das emissões de CO₂ pela queima de combustíveis fósseis no território fluminense** é um dos pontos centrais a ser avançado. De acordo com o Inventário de Emissões de GEE no estado (2015), verifica-se que o setor de transportes é o que tem a participação mais importante, sendo o transporte rodoviário o maior emissor, respondendo por 74,7% das emissões dentro do setor. Portanto, buscar alternativas para uma **transição energética** é primordial para um desenvolvimento sustentável, o que justifica a descarbonização enquanto missão no ERJ.

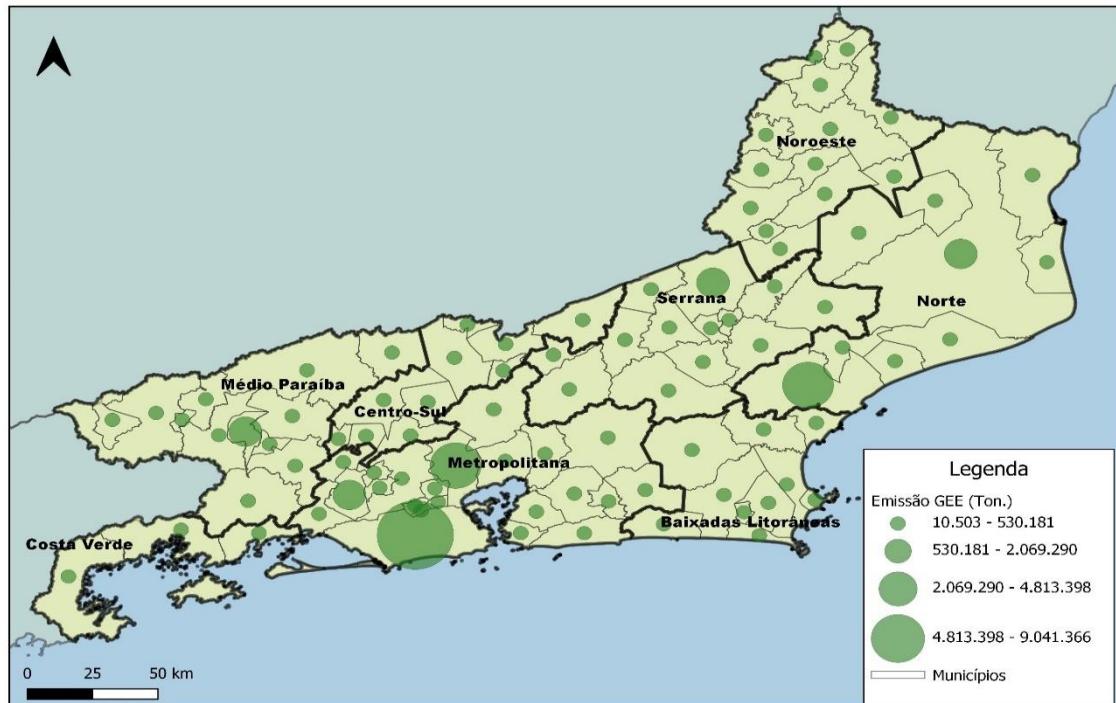
A descarbonização da economia fluminense como missão é capaz gerar oportunidades para inovação, geração de empregos, produção de alimentos e diminuição da emissão de GEE e ainda mitigação dessas emissões na atmosfera, tornando o ERJ um ator de destaque na busca por um modelo de desenvolvimento sustentável e inovativo que conjuga as questões econômicas, ambientais e sociais.

O aspecto da territorialização da **descarbonização da economia fluminense** pode ser verificado com a observação do indicador geral de emissão de Gases de Efeito Estufa - GEE desagregado por municípios. As informações são mensuradas por toneladas emitidas e disponibilizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa - SEEG, Observatório do Clima.

A figura 8 demonstra que as maiores emissões se localizam na Região Metropolitana e no Norte Fluminense. No primeiro caso, a principal fonte é a queima de combustível a partir dos fluxos e dos sistemas de transportes urbanos. O problema da mobilidade nos grandes centros e aglomerações urbanas está intrinsecamente relacionado às emissões de GEE. Ou seja, nos debates em torno da transição energética, a gestão sustentável de cidades é fator estrutural para o processo de descarbonização.

No segundo caso, no Norte Fluminense, a causa central das emissões também é a queima de combustível. Porém, neste caso, há uma maior correlação com as atividades de produção e exploração de petróleo e gás, especialmente por conta da geração de energia por usinas termelétricas de gás.

Figura 8 - Toneladas de Gases de Efeito Estufa (GEE) emitidas por ano - 2019



Fonte: Elaboração própria com base no SEEG – Observatório Clima Tempo.

Missão 5: Redução do impacto dos resíduos sólidos

O estado do Rio de Janeiro produz aproximadamente 17 mil toneladas de lixo por dia, de acordo com a Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, sendo que 83% desses resíduos são gerados pela população da Região Metropolitana. Porém, apenas 3% (60 mil toneladas/ano) dos vidros, papel/papelão, metais e plásticos descartados têm como destino a reciclagem.

O ERJ tem na gestão de resíduos sólidos uma janela de oportunidade socioeconômica, uma vez que supre uma lacuna na logística reversa estadual, sendo que mais de 90% dos resíduos reciclados chegam ao estado do Rio de Janeiro advindos de outros estados, já beneficiados, tendo aí uma preponderância expressiva para o vidro, quase 98% do total das 60 mil toneladas/ano, abrindo uma oportunidade para ERJ de reverter esse quadro através de uma **gestão adequada dos resíduos sólidos**. Nesse sentido, busca-se nessa missão desenvolver a **economia circular e logística reversa com aumento da recuperação de materiais**, principalmente através da reciclagem e reuso. Além disso, apresenta-se como oportunidade o desenvolvimento de cadeias produtivas que possibilitem o **aumento do aproveitamento energético desses resíduos**, reduzindo a pressão exercida sobre os recursos naturais.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010²⁵, considera como adequada a destinação dos resíduos sólidos que inclua a **reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes**. A indústria da reciclagem cria empregos em várias etapas do processo, desde a coleta e triagem até a fabricação de produtos reciclados, contribuindo para a economia local.

Alguns dos princípios estabelecidos no art. 6º da referida lei indicam que a **gestão de resíduos sólidos** é atividade que visa atuar prevenindo e precavendo a

²⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

sociedade de possíveis danos que possam advir da incorreta destinação de resíduos, para promover saúde e bem-estar, por exemplo. Outros princípios dessa política são também indicativos que justificam a instituição de uma missão específica para o tema de resíduos sólidos: o desenvolvimento sustentável, o qual compreende o crescimento sinérgico entre as dimensões econômica, social e ambiental; e a gestão compartilhada, que entende que governos, empresas e cidadãos têm responsabilidade compartilhada para se atingir a redução dos impactos ao meio ambiente e à sociedade.

Os dados apontam para uma baixa quantidade proporcional de toneladas recicladas apesar de o volume total de resíduos ter a destinação correta direcionada aos aterros; assim como as informações apontam para um baixíssimo percentual de resíduos sólidos recuperados no território fluminense (0,49% do total)²⁶.

A importância em termos de volume na comparação entre resíduos aponta que o Estado do Rio de Janeiro totaliza, em termos de resíduos recebidos de outros estados, o volume de 871.266 toneladas de resíduo, ante um volume de 28.395 toneladas exportadas para outros estados. Deste total de volume recebido, destaca-se que o município do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense concentram 60% desta recepção de resíduos.²⁷

Ao se comparar os estados da região Sudeste, constata-se um desequilíbrio e falta de exploração adequada de oportunidades pelo Estado do Rio de Janeiro e de inadequada estrutura de logística, quando comparado com Espírito Santo, São Paulo e

²⁶ Segundo o Relatório Estadual de Gestão de 2019, organizado pelo Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão de Resíduos Sólidos – SINIR do Ministério do Meio Ambiente.

²⁷ Mapeamento dos Fluxos de Recicláveis Pós-Consumo no Estado do Rio de Janeiro, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN

Minas Gerais, que recebem metal, papel e papelão, plástico, vidro e mistura para processamento e beneficiamento, e de que mais de 90% dos resíduos que chegam ao estado do Rio de Janeiro, advindos de outros estados, já chegam beneficiados.

Nesse sentido, comprehende-se que a preservação e remissão de recursos naturais (água e solo) impactarão no direcionamento de futuro do Estado do Rio de Janeiro, relacionando sobretudo com a pressão por recursos naturais e qualidade de vida. A disposição de resíduos diretamente no solo sem tratamento adequado caracteriza um passivo ambiental de grandes proporções. É de suma importância que estratégias de mitigação dos impactos dessa realidade sejam traçadas.

Com isso, garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e o encerramento de lixões e ações de remediação desses vazadouros mostram-se como questão de grande importância para o alcance da missão em tela.

Uma etapa anterior e muito importante na gestão de resíduos é a universalização da coleta e da coleta seletiva nos domicílios do estado. A coleta seletiva desempenha um papel fundamental na gestão de resíduos sólidos e é de grande importância tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista econômico e social, além de ser uma importante etapa da economia circular. No estado do Rio de Janeiro, 39 dos 92 municípios possuem o serviço público de coleta seletiva. A grande maioria deles (36) oferece a coleta seletiva domiciliar e apenas três realizam o trabalho de recuperação de recicláveis em unidades de triagem e compostagem.

As iniciativas para a correta gestão de resíduos são importantes do ponto de vista socioambiental, de saúde pública e geração de emprego a partir do associativismo e cooperativismo, inclusive no cumprimento legal para licenciamento de empresas, bem como o estímulo à pesquisa em ciência e tecnologia para o tratamento de resíduos sólidos.

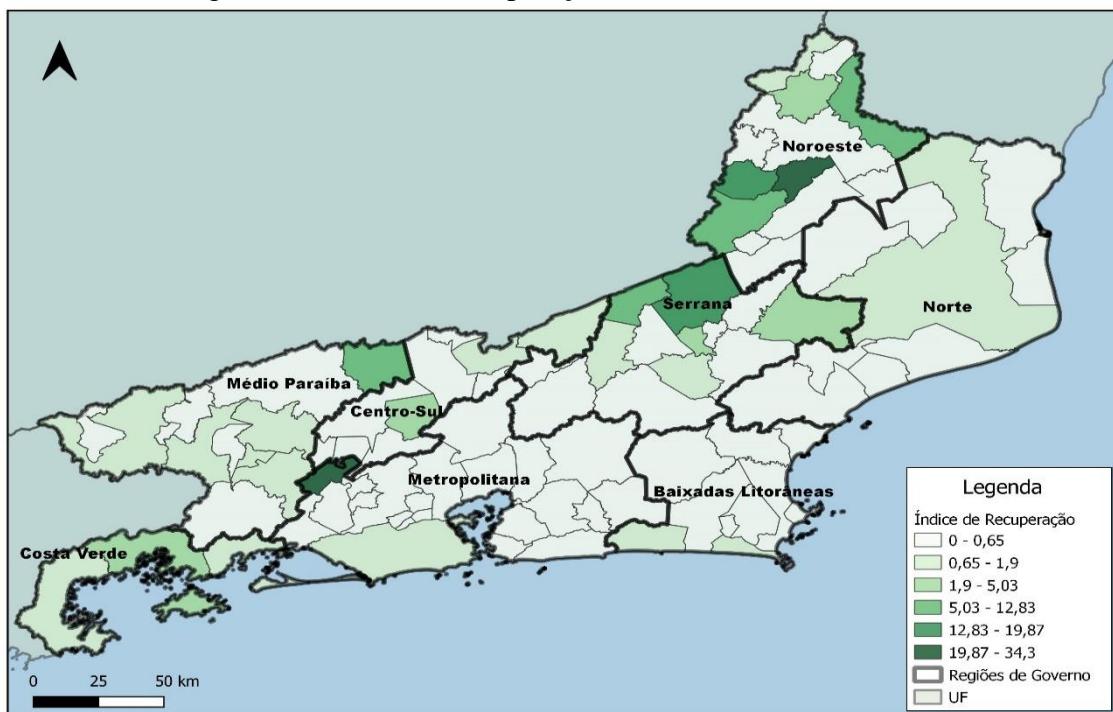
Neste sentido, analisar o Índice de Recuperação de Resíduos no âmbito da redução da geração e destinação adequada dos resíduos sólidos do Estado do Rio de Janeiro é fator importante para o desenvolvimento social, ambiental e econômico.

O aspecto da territorialização da **Redução do impacto dos resíduos sólidos** pode ser verificado com a observação de um indicador geral relativo aos municípios para mensurar o volume de resíduos que são recuperados de alguma forma (reuso, reciclagem ou transferência energética) em relação ao volume de resíduos brutos coletados.

Observa-se que, de uma forma geral, os resíduos têm baixo percentual de recuperação em todas as regiões do estado. A grande maioria dos municípios apresentaram indicadores abaixo de 1% ou 2% de recuperação. Com raras exceções, especificamente nas regiões Noroeste e Serrana, as coberturas de coleta e tratamento de resíduos, mesmo quando elevadas, não conseguem ser transvestidas em processo de reciclagem e recuperação para fins produtivos e de geração de trabalho e renda. Trata-se de um problema estrutural do estado.

Conforme mencionado, o desenvolvimento sustentável passa necessariamente por uma transformação na forma de produção, descarte, reciclagem e aproveitamento dos materiais, seja por conta das metas de sustentabilidade postas pela missão, seja para oferta de insumos para as indústrias e demais atividades econômicas.

Figura 9 - Índice de Recuperação de Resíduos – IRR - 2021



Fonte: Elaboração própria com base no SINIR.

Missão 6: Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento

O principal foco dessa missão é avançar na construção de uma competitividade regional ancorada na geração, difusão e aplicação sistemática de conhecimento e inovação ao longo da estrutura produtiva em detrimento de vantagens competitivas associadas ao baixo valor da mão de obra ou da concessão de incentivos fiscais.

Neste sentido, o caminho a ser perseguido é a **dinamização do Sistema Regional de Inovação - SRI do estado**, ou dos sistemas para ser mais preciso. À medida que o conceito de SRI é estreitamente ligado à dimensão espacial, as particularidades territoriais conformam sistemas específicos dentro de cada região. Em outras palavras, o SRI fluminense não é homogêneo, sendo formado por diferentes sistemas regionais, mais precisamente Metropolitano, Norte e Sul (RIO DE JANEIRO, 2022c).

As estratégias, portanto, serão moldadas de acordo com as especificidades de cada sistema e, para tanto, deverão ser discutidas com e articuladas entre os municípios que compõem cada um deles. Não obstante, foram identificadas três diretrizes gerais com objetivos que podem servir de meios para o alcance da missão.

Primeiramente, espera-se promover a **inovação impulsionada por setores dinâmicos e estabelecidos e grandes empresas**, isto é, utilizar os setores dinâmicos em termos de inovação no estado, a maior parte dominados por grandes empresas com forte investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, para impulsionar a inovação ao longo da estrutura produtiva fluminense. Foram selecionados três complexos econômicos como estratégicos para este fim: Petróleo e Gás; da Economia da Saúde e Economia Verde. O primeiro se justifica pelo bem-sucedido arranjo construído historicamente entre a Petrobras e a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e responsável por colocar o Brasil na vanguarda tecnológica na exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas. Dois objetivos foram estabelecidos neste tópico: o **aumento do percentual do fornecimento de bens e serviços de maior valor agregado para a cadeia de P&G por empresas locais**, uma vez que isto aumentaria o conteúdo tecnológico e a atividade inovativa das empresas envolvidas e diminuiria a dependência de outros estados

e países (ALERJ, 2022); paralelamente, a **ampliação do volume da produção de derivados do petróleo e gás de 2^a geração e 3^a geração**²⁸, por conta da complexidade tecnológica inerente e o maior potencial de encadeamento produtivo desses segmentos, o que impactaria a geração de emprego e renda no estado.

Em relação ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde - CEIS (GADELHA e TEMPORÃO, 2018), o ERJ possui uma posição privilegiada, sobretudo por conta da presença da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e de uma base de produção de conhecimento expressiva para o setor. Contudo, nas últimas décadas o estado sofreu uma significativa perda da base produtiva associada ao complexo, sobremaneira na produção de farmoquímicos e farmacêuticos. O objetivo perseguido, portanto, é, com base nas oportunidades e potencialidades identificadas, uma **recuperação da base produtiva do Complexo da Economia da Saúde** com foco nos segmentos de maior valor agregado e conteúdo tecnológico. Por fim, o Complexo da Economia Verde pode contribuir para a dinamização do SRI fluminense a partir de dois eixos: energias renováveis e Agricultura 4.0. Ambas envolvem o desenvolvimento de tecnologia e a geração de inovações. O objetivo associado é a **ampliação da participação de energias de fontes renováveis na matriz energética do estado**, que ainda é dependente de fontes fósseis. Neste sentido, destacam-se oportunidades no segmento de eólica *offshore* e hidrogênio verde. No que tange o agro, entende-se como uma importante diretriz o **aumento da incorporação de tecnologia na produção agropecuária do estado**, como forma de aumentar o valor agregado dos produtos locais e a produção e renda do pequeno produtor do estado. Ademais, o estado pode ser um *hub* de desenvolvimento e validação

²⁸ Derivados de petróleo de segunda e terceira geração são produtos produzidos a partir de matérias-primas derivadas do petróleo. Os derivados de petróleo de segunda geração são aqueles produzidos a partir da refinação do petróleo bruto, como gasolina, diesel, querosene, óleo lubrificante, entre outros. Já os derivados de petróleo de terceira geração são produtos produzidos a partir de processos químicos e biológicos de transformação de matérias-primas derivadas do petróleo, como o plástico, borracha sintética, tecidos sintéticos, entre outros. Esses derivados de petróleo de terceira geração são chamados de produtos químicos de base e são utilizados como matéria-prima na fabricação de uma ampla variedade de produtos, incluindo produtos farmacêuticos, alimentos, cosméticos, materiais de construção e muitos outros.

de tecnologias e inovações para a produção agropecuária de grande escala de outras regiões.

Um Sistema Regional de Inovação dinâmico encontra-se sempre associado à uma forte **interação universidade-empresa**, sendo essa uma importante diretriz para o fortalecimento da SRI estadual. Apesar da pujante infraestrutura científico-tecnológica, o ERJ ainda enfrenta dificuldades para transformar o conhecimento produzido nas Instituições Científico-Tecnológicas - ICTs em inovações nas empresas locais. Desta feita, deve-se buscar a **expansão da transferência de tecnologia para o setor produtivo** e a **criação e fortalecimento de redes de inovação envolvendo múltiplos atores**, dentre eles universidades e empresas. O primeiro envolve, dentre outras atividades, o licenciamento ou compra de propriedade intelectual, contratos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, pesquisa colaborativa, parcerias público-privadas, compartilhamento de laboratórios e *spin-offs*. Evidentemente, tais interações dependem da constituição de arranjos institucionais que envolvem atores com interesses e iniciativas próprios, no entanto, o estado pode alavancar e facilitar esta articulação a partir de editais de fomento e, sobretudo, da utilização mais efetiva da Lei Estadual de Inovação, Lei nº 9809 de 22 de julho de 2022. Na mesma linha, as redes de inovação podem ser impulsionadas não apenas em torno de setores ou tecnologias, mas também por meio da busca pela solução de desafios sociais e ambientais de interesse do estado²⁹.

Um dos pontos-chave para a dinamização do SRI fluminense é a difusão da **inovação de pequenas e médias empresas - MPMEs**, principalmente aquelas de setores tradicionais, mas também de serviços intensivos em conhecimento. Este tópico também se associa ao desafio de qualificar tais empresas para se conectar às cadeias de valor dos setores dinâmicos apontados na primeira diretriva. A tarefa é complexa, contudo, existem múltiplos caminhos a serem explorados. Por conta disso, um conjunto diverso de objetivos foi estabelecido para dar conta da heterogeneidade que marca esse universo. Do

²⁹ A interação universidade-empresa é uma dimensão chave do Sistema Regional de Inovação e é percebida como basilar para o alcance da presente missão, contudo a produção de dados e indicadores para monitoramento e a avaliação dessa dimensão dependem do desenvolvimento institucional, com a definição de arranjos e compromissos dos atores envolvidos em gerar e compartilhar dados, algo que deve ser priorizado no desenvolvimento desta missão.

ponto de vista dos *inputs*, espera-se um **aumento da oferta de capacitação empreendedora**, tanto para empreendedores potenciais quanto existentes, e, ao mesmo tempo, a **ampliação da captação de subvenção econômica e crédito para inovação por parte das empresas fluminenses**. Ambos os objetivos se complementam, pois a grande maioria das MPMEs não acessa recursos para a inovação por falta de informação e/ou capacitação. Ainda nessa seara, **o aumento e o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais - APLs³⁰** do estado também podem ser uma estratégia relevante para estimular a inovação entre pequenas e médias empresas.

No que diz respeito aos resultados (*outputs*), espera-se o **aumento da Taxa de Inovação e do Índice de Complexidade Econômica - ICE** do estado – foco principal da missão –, bem como a **redução da taxa de mortalidade das MPMEs** criadas no estado. Esta última se relaciona com a diretiva em questão na medida em que empresas que inovam têm maior chance de sobrevivência. Em relação à taxa de inovação, cabe ressaltar que a mesma é medida atualmente pela Pesquisa de Inovação Tecnológica do IBGE - PINTEC/IBGE, realizada a cada três anos. No entanto, há algumas fragilidades associadas à defasagem temporal – a última edição é de 2017 – e ao formato amostral da pesquisa, que, por ser nacional, não permite uma extração microrregional satisfatória. Recomenda-se, portanto, que o estado invista na realização de uma pesquisa de inovação estadual seguindo a metodologia da PINTEC – oriunda do Manual de Oslo – a fim de ter um mecanismo de monitoramento adequado do panorama da inovação ao longo da estrutura produtiva regional.

Por fim, foi estabelecida uma diretiva ligada ao estímulo do **empreendedorismo de base científica e tecnológica**, modalidade que possui alto grau

³⁰ Arranjos Produtivos Locais - APLs são concentrações geográficas de empresas, instituições e outras organizações que estão interligadas por meio de relações econômicas, sociais e políticas para o desenvolvimento de atividades produtivas em um determinado território. Essas concentrações de empresas podem se basear em um setor produtivo específico ou em uma diversidade de atividades econômicas. Os APLs são importantes para o desenvolvimento econômico regional, pois podem aumentar a produtividade e a competitividade das empresas envolvidas, promover inovação e melhorar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Além disso, os APLs podem contribuir para a geração de empregos locais e para a redução da desigualdade regional, uma vez que estimulam a criação de novas empresas e oportunidades de trabalho em áreas menos desenvolvidas.

de inovação e potencial de geração de empregos altamente qualificados. Três objetivos foram identificados como pilares dessa diretiva. A **ampliação e fortalecimento dos mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no estado**, sobretudo para além da Região Metropolitana, visam potencializar os ecossistemas locais de inovação a partir de ambientes que estimulem a interação dinâmica da Hélice Quádrupla³¹, que abrange empresas, universidades, governo e sociedade civil. Estes ambientes, que podem ser incubadoras, aceleradoras, hubs, laboratórios de inovação, entre outros, estimulam a geração e consolidação de *startups*. Estudos mostram que empresas que passam por esses ambientes aumentam sua chance de sobrevivência. Nesse sentido, a **redução da taxa de mortalidade das startups criadas no estado** se configura como objetivo complementar ao primeiro. Não obstante, cabe ressaltar que a sobrevivência das *startups* depende de fatores mais amplos como ambiente de negócios adequado, políticas públicas de apoio, mão de obra qualificada, disponibilidade de crédito, fortalecimento da cultura empreendedora, entre outros. Dessa maneira, iniciativas que endereçam esses elementos e, consequentemente, **aperfeiçoem o cenário para a sobrevivência das startups criadas no estado**, devem ser estimuladas e articuladas pelos diferentes atores que compõem o ecossistema de inovação fluminense.

O aspecto da territorialização da **Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento** no ERJ pode ser verificado com a observação de um indicador geral relativo.

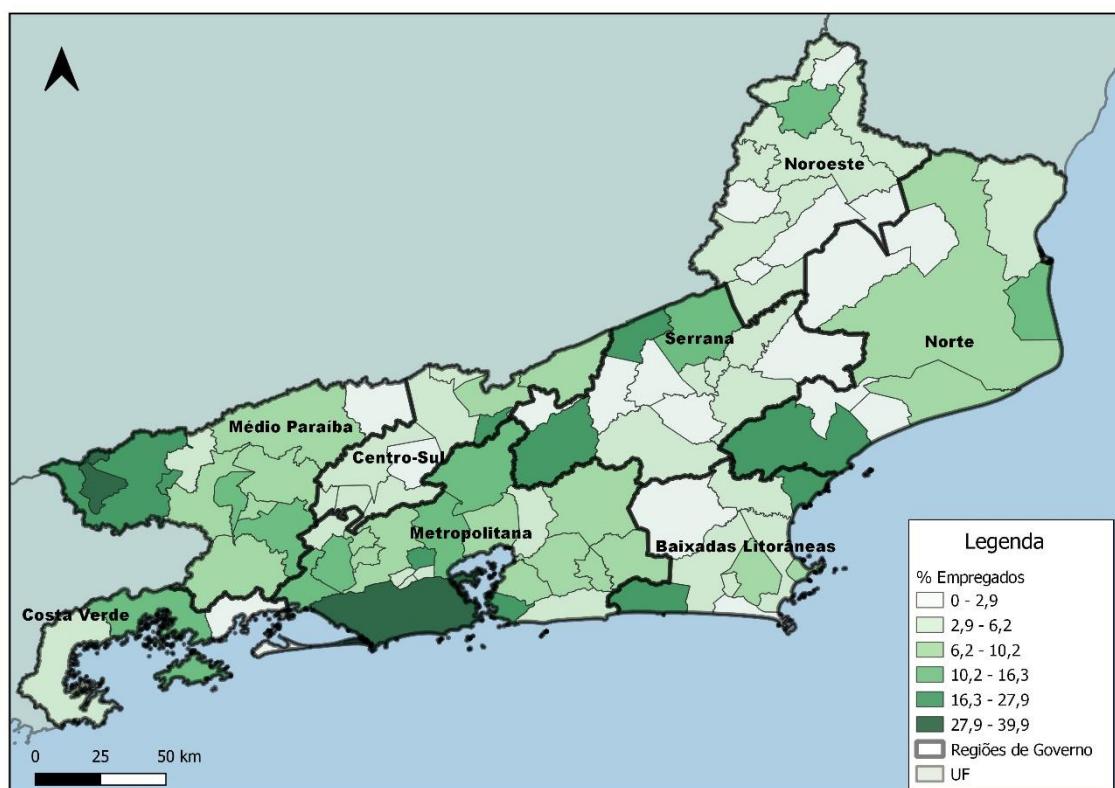
³¹ A teoria da Hélice Quádrupla é um conceito utilizado em estudos de inovação e desenvolvimento regional. Ele foi proposto pela primeira vez por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff, em meados da década de 1990, e é uma extensão da teoria da Hélice Tripla. A Hélice Tripla, por sua vez, descreve a interação entre três principais atores no processo de inovação: universidades, indústrias e governo. Esses três setores trabalham em conjunto para impulsionar a inovação e o desenvolvimento econômico. No entanto, a teoria da Hélice Quádrupla acrescenta um quarto elemento, que são os atores da sociedade civil. A ideia da hélice quádrupla é que a inovação não é apenas impulsionada pelos atores tradicionais (universidades, indústrias e governo), mas também pela participação e envolvimento da sociedade civil. Isso envolve organizações não governamentais, grupos de interesse, comunidades locais e outros atores sociais que desempenham um papel ativo no processo de inovação. Ao adicionar a sociedade civil como um elemento-chave na teoria da hélice quádrupla, busca-se promover a colaboração e a participação de uma gama mais ampla de atores no processo de inovação. Acredita-se que essa abordagem mais inclusiva possa levar a soluções mais abrangentes e sustentáveis para os desafios sociais, econômicos e ambientais.

A proporção de empregados com nível superior no total dos setores na indústria e em serviços intensivos em conhecimento.

Observa-se na figura 10 que os maiores percentuais estão localizados em municípios e regiões com forte presença de atividades industriais. São destaques a Região do Médio Paraíba, principalmente devido ao setor automotivo e metal mecânico; a Região Metropolitana, por conta da diversidade de atividades produtivas; e pontualmente, o norte do estado, especificamente pela presença de atividades industriais de apoio ao segmento de petróleo e gás.

Por outro lado, há pouca presença de trabalhadores qualificados em atividades econômicas intensivas em conhecimento nos demais municípios e regiões. Tal fato é um evidente gargalo estrutural, inibidor de um desenvolvimento com base em tecnologia e inovação. Nesse sentido, os esforços em direção ao atendimento da missão tornam-se estratégicos para o estado retomar seu processo de reindustrialização e sua capacidade competitiva.

Figura 10 - Proporção de empregados com nível superior no total dos setores na indústria e em serviços intensivos em conhecimento – 2021



Fonte: Elaboração própria com base em RAIS/MTE.

Missão 7: Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego

Com base no diagnóstico que atesta a alta concentração de vagas formais de emprego e perspectivas de trabalho na Região Metropolitana, sobretudo na capital, mesmo considerando a distribuição percentual da população, esta missão visa, simultaneamente, ampliar e desconcentrar territorialmente as oportunidades de trabalho e emprego no estado. Dois caminhos principais foram identificados para serem explorados: o desenvolvimento endógeno, ou seja, o **desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais e regionais estabelecidas**; e a **atração de investimentos**. O desenvolvimento local endógeno, por sua vez, pode ser ativado por uma série de elementos. A seguir vamos apresentar brevemente os objetivos que refletem essas alternativas.

De forma geral, enquanto estratégias para fortalecer as capacidades e potencialidades da população local, espera-se ampliar a **oferta de capacitação empreendedora** e de qualificação profissional. Se bem-sucedidas, a combinação dessas ações pode resultar tanto na maior **formalização das empresas/cooperativas e empregos**, quanto no **aumento da empregabilidade da população local**, isto é, na capacidade dos cidadãos em se manter ou se (re)inserir no mercado de trabalho. Cabe ressaltar que a formalização de empreendimentos passa também pela desburocratização do processo, facilitando e acelerando o mesmo.

Sugere-se também explorar a riqueza do território em sentido amplo, por meio da geração de valor a partir dos ativos culturais, históricos, ambientais e produtivos específicos aos locais, principalmente no interior do estado. Nesse sentido, será dada ênfase ao **fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas** e ao mapeamento e **fomento aos arranjos produtivos locais**, em especial àqueles dedicados à produção de **bens e serviços no âmbito de grupos e associações regionais**. Busca-se, a partir dessas iniciativas, a **ampliação do número de marcas relacionadas à produção local** e sua

respectiva proteção na forma de marcas coletivas³² e indicações geográficas³³. Como resultado indireto deste movimento, espera-se o **aumento do número de empregos ligados à cadeia agropecuária e pesqueira**, uma vez que a maior parte dessas marcas locais está associada ao setor de alimentos.

Por fim, assim como na Missão 6, o estímulo à inovação, sobremaneira em MPMEs de setores tradicionais, é um elemento fundamental para a manutenção da sobrevivência e expansão das empresas no mercado no contexto do aumento da competição global e regional. A redução da taxa de mortalidade ou simplesmente a conservação das empresas no território resulta na preservação e, em muitos casos, na geração de empregos. Desse modo, espera-se **capilarizar e fortalecer os mecanismos de geração de empreendimentos inovadores no território fluminense**, incluindo incubadoras, aceleradoras, *hubs* de inovação, *living labs*, entre outros, a fim de dinamizar os ecossistemas locais e, por consequência, difundir a inovação ao longo da estrutura produtiva regional, portanto, **aumentando a taxa de inovação do estado**.

O aspecto da territorialização da **Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego** no ERJ pode ser verificado com a observação de um indicador geral relativo à proporção de empregados formais em relação ao total da população no estado e em suas regiões administrativas. Como os dados são gerados periodicamente pela Relação Anual de Informações Sociais (Ministério do Trabalho) para a escala municipal, eles permitem espacializar e analisar de forma desagregada a distribuição do emprego formal por regiões fluminenses.

Para o acompanhamento da missão, foi estabelecido o indicador “Emprego formal per capita” por município. Trata-se de uma *proxy* que permite relacionar os dados de emprego com a dimensão da população local. Assim como na Missão 6, os maiores

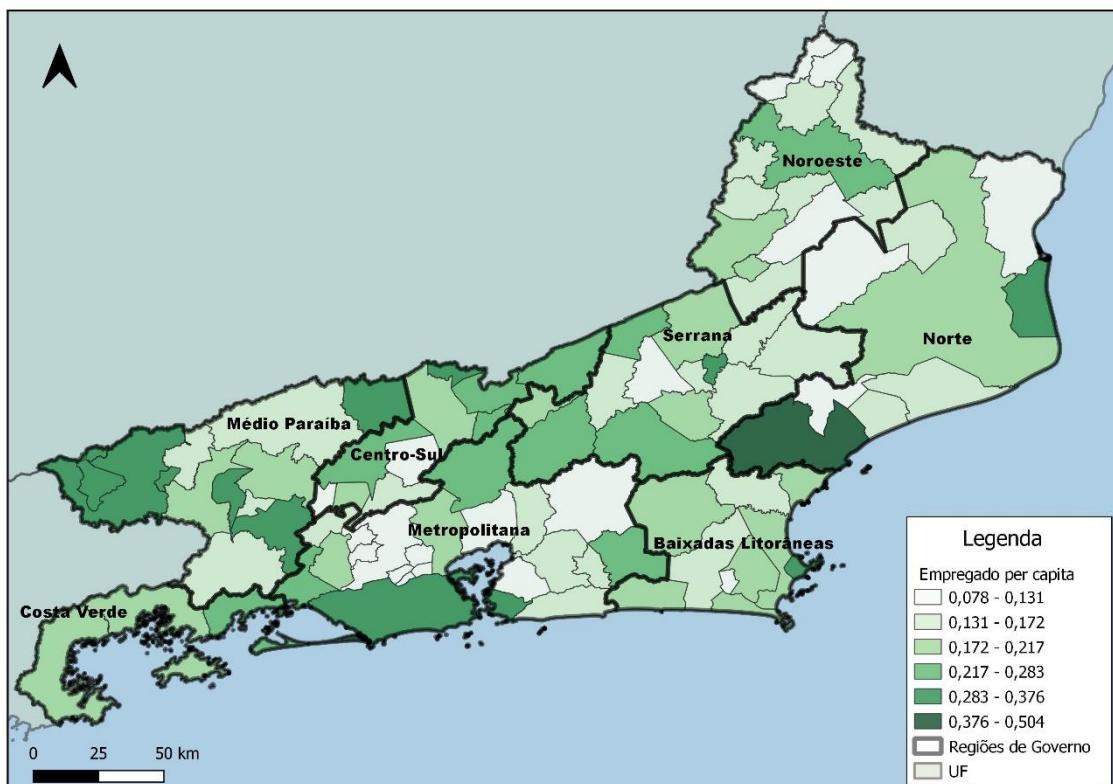
³² Tipo de marca registrada que é utilizada por uma associação, organização ou grupo de empresas para identificar produtos ou serviços originários de seus membros.

³³ Tipo de sinal distintivo utilizado para identificar produtos originários de uma região geográfica específica que possuem características ou reputação associadas a essa origem. Ela pode se referir a um local geográfico particular, como um país, uma região, uma cidade ou até mesmo uma área delimitada dentro de uma região.

valores estão localizados nas cidades e nas aglomerações urbanas com presença de atividades industriais, novamente são elas: regiões do Médio Paraíba, da RMRJ e do Norte Fluminense.

Por outro lado, é possível identificar pontualmente concentrações de empregos formais em alguns municípios, com uma maior tendência positiva na Região do Centro-Sul Fluminense.

Figura 11 - Emprego formal per capita - 2021



Fonte: Elaboração própria com base em RAIS/MTE.

Missão 8: Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas

A Missão Economias Urbanas Fortes e Cidades Socioambientalmente Inclusivas tem por objetivo elevar todos os municípios do estado a níveis adequados de qualidade de vida, equilíbrio ambiental e de desenvolvimento social e econômico.

Tendo em vista a característica majoritariamente urbana do estado fluminense, a busca por melhor qualidade de vida nas aglomerações urbanas coloca em relevo as temáticas das cidades, dos territórios e das agendas locais como fundamentais para o desenvolvimento. Considerando que o processo histórico de urbanização agravou exclusões a segmentos da população e produziu uma reorganização política, econômica e social dos territórios em diversas escalas, impõe-se como necessário que as cidades se configurem como um ambiente econômico e socioambientalmente inclusivo às populações.

A promoção dos direitos sociais dentro do espaço vivido das cidades - em especial os direitos à moradia, transporte, lazer, saúde, segurança, ambiente, saneamento adequado e à educação – juntamente com a integração comunitária, a cultura da tolerância, da participação cidadã e da cooperação entre entes públicos e agentes privados serão, dessa forma, fundamentais para a consecução dessa missão.

Assim, a realização desse objetivo advirá, sobretudo, da promoção das políticas públicas nos territórios, na busca por um desenvolvimento humano e garantia de direitos. Mais especificamente, o alcance dessa missão será avaliado por meio do IDH estadual³⁴.

O IDH é uma proposta para mensurar o desenvolvimento extrapolando sua abordagem exclusivamente econômica, por meio do Produto Interno Bruto - PIB e PIB per capita, implicando em uma concepção de desenvolvimento mais complexa. O índice não é isento de críticas, mas tem sido utilizado de forma bastante ampla e recorrente desde a década de 1990, tendo se popularizado e se consolidado. O IDH contempla as dimensões de renda, educação e esperança de vida ao nascer.

Na perspectiva da renda, capta-se informações acerca do potencial de acesso às necessidades básicas do cidadão e de seu poder de escolha, haja vista as condições

³⁴ O estado do Rio de Janeiro é o de menor IDH da região sudeste, computando 0,762 no ano de 2021, e ocupando a 8^a posição entre todos os estados nacionais.

monetárias de acesso. Nesse sentido, observar a renda per capita de uma sociedade pode indicar um padrão de vida e, por conseguinte, impactos em sua qualidade de vida.

Na perspectiva da educação, tem-se como ideia de que o acesso à educação de qualidade e ao conhecimento é um fator fundamental para o desenvolvimento e futuro das populações, com implicações em suas perspectivas e qualidade de vida. Assim, importa observar a média de anos de escolaridade e os anos de escolaridade esperados.

Já na perspectiva da longevidade, parte-se da ideia de que o acesso à saúde de qualidade poderá incorrer em baixos índices de morte prematura e de amplo acesso a uma saúde de qualidade que possa ser avaliada pela expectativa de vida ao nascer dos cidadãos.

A amplitude conceitual da presente missão impõe um desafio a mais à construção de estratégias de intervenção e para a operacionalização de processos de monitoramento e avaliação. Contudo, fundamentalmente, pode-se apontar que são três dimensões nas quais deve-se alcançar padrões satisfatórios em todas as cidades para que se considere a missão cumprida: o **acesso a oportunidades sociais e econômicas**, a **segurança**, e a **qualidade de vida**.

Como acesso a oportunidades sociais e econômicas, compreende-se as possibilidades objetivas de pleno desenvolvimento das capacidades individuais e seus custos. Isto é, a existência de atividades, equipamentos e serviços que promovam o desenvolvimento de potencialidades individuais que possibilitem tanto a satisfação de aspirações e interesses, quanto a integração social e cultural, assim como o desenvolvimento de habilidades necessárias para o trabalho e geração de renda.

A segurança remete ao direito fundamental à vida, em que a sensação de segurança é subjetiva, mas trata-se de elemento indissociável da qualidade de vida. Por outro lado, e objetivamente, a redução de riscos à vida e de morte prematura por causa violenta impacta positivamente a expectativa de vida em uma determinada localidade.

A expressão qualidade de vida pode ensejar uma grande variedade de conceituações com maior ou menor grau de subjetividade. Aqui entende-se qualidade de

vida fundamentalmente como promoção da saúde, com impactos mais ou menos diretos na morbimortalidade e expectativa de vida das populações (BUSS, 2000). Dessa forma, o acesso e a qualidade dos serviços médico-assistenciais são peça elementar, mas também as condições de moradia e infraestrutura urbana têm grande impacto sobre as condições de saúde da população.

Assim, a trajetória escolhida para se intervir em direção à consecução dessa missão se traduz em três diretivas: a) **Acesso a oportunidades econômicas e sociais**, b) **Saúde e qualidade de vida** e c) **Segurança**.

No âmbito do acesso a oportunidades econômicas e sociais, tem-se por objetivo a busca pela **ampliação do número de vagas em creches públicas**, uma vez que possibilita um local seguro de aprendizagem e desenvolvimento às crianças na primeira infância e permite que pais tenham maiores chances de ingressar no mercado de trabalho e processos de qualificação, sobretudo as mães, melhorando a perspectiva de renda familiar. Tal atuação estatal está em consonância com os pactos firmados para a educação infantil e creches³⁵.

Ainda no âmbito da educação enquanto elemento para acesso a oportunidades, é imprescindível atuar sobre a temática da qualidade da educação; assim, busca-se a melhora nos índices educacionais com o objetivo de **aumentar o Índice de**

³⁵ A importância das creches pode ser observada em várias perspectivas normativas internacionais e brasileiras. No âmbito global, tem-se a Convenção sobre os Direitos da Criança, documento ratificado por 196 países incluindo o Brasil o qual, por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, promulgou a Convenção indicando, em seus art. 18.2 e 18.3, que o Brasil deve prestar assistência adequada aos pais e aos representantes legais para o desempenho de suas funções no que tange à educação da criança e assegurar a criação de instituições, instalações e serviços para o cuidado das crianças; assim como poderá adotar medidas apropriadas a fim de que as crianças cujos pais trabalhem tenham direito a beneficiar-se dos serviços de assistência social e creches a que fazem jus. A Constituição de 1988, Artigo 208, inciso IV impõe como dever do Estado a educação mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade. Em 1990, aprovou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente considerando as crianças como seres pertencentes de direitos. Já a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, indica que a educação infantil é primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade de modo que as creches, ou entidades equivalentes, serão oferecidas para crianças de até três anos de idade.

Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb³⁶ no ensino fundamental e médio dos municípios fluminenses. A educação de qualidade de modo justo e universal tem papel estratégico pois, ao elevar padrões educacionais, ampliam-se as perspectivas de oportunidades futuras aos cidadãos em níveis econômicos e sociais. Nesse sentido, também é importante que haja total garantia de igualdade de condições de todos os estudantes para o acesso e permanência na escola³⁷.

No entanto, concomitante à melhoria na qualidade da educação, deverá também haver grande atenção e intervenção pública na direção da garantia do **aumento do número de vagas de qualificação profissional** para um efetivo caminho ao cumprimento dessa missão, de modo que tal direcionamento possa aumentar as chances de empregabilidade da população e, por conseguinte, de aumento de renda das famílias. A qualificação deverá ser ponto chave de atuação, seja para atualização de conhecimentos e novas habilidades, seja para o direcionamento com função empregatícia - principalmente para áreas e setores com perspectivas de desenvolvimento e que demandarão mão de obra local e regional.

Soma-se a essa iniciativa de acesso a oportunidades econômicas e sociais a compreensão de que o acesso da população a atividades de cultura, esporte e lazer tem um papel importante para a formação educacional, na visão de mundo, no capital cultural e para saúde física e mental, afetando diretamente na percepção da qualidade de vida e a cultura cidadã. Assim, a busca pela **ampliação da oferta de equipamentos culturais, de esporte e lazer** desempenha um papel fundamental na promoção do acesso a oportunidades econômicas e sociais, pois potencializa as possibilidades dos indivíduos se desenvolverem no sentido *lato*, assim como gerarem fortalecimento de vínculos e pertencimento.

³⁶ O Ideb calcula seu índice a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep, que correspondem às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

³⁷ Conforme um dos Princípios e Fins da Educação Nacional estabelecido no Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

Outro fator fundamental para a qualidade de vida nas cidades é a mobilidade, haja vista o território fluminense ser majoritariamente urbano. A melhoria da mobilidade urbana, por meio da **redução do tempo de deslocamento casa-trabalho** e da **redução da distância entre os domicílios e pontos de embarque de transporte público**, incorrerá em uma infraestrutura de transporte mais eficiente, com redução de tempos de deslocamento e com maior capilaridade de cobertura territorial, tornando o deslocamento mais facilitado e acessível para os indivíduos alcançarem seus locais de trabalho, estudo e outras atividades. Assim, espera-se impactar no custo de deslocamento; gerar maior conexão entre regiões distantes e centralidades; melhorar a qualidade de vida nos termos de saúde física e mental da população; na redução de situações com impactos negativos como congestionamento e poluição; e proporcionar o acesso de locomoção às populações de locais menos atendidos ou cobertos por transportes públicos.

No âmbito das cidades, deverão ser refletidas e mediadas ações sobre as áreas de **saúde e qualidade de vida** - a segunda forma de intervenção sobre essa missão - o que envolve a atuação de serviços e equipamentos dos entes federativos de saúde, assim como a moradia de qualidade e também a qualidade ambiental urbana do território.

O acesso aos serviços médico-assistenciais e à saúde pública de qualidade é fundamental e tem inúmeros impactos práticos de curto e longo prazos sobre a população. Assim, dever-se-á atuar para **melhorar a cobertura e qualidade da atenção primária e hospitalar em saúde**, já que a atenção primária é porta de entrada para o Sistema Único de Saúde - SUS e atua a partir de uma perspectiva de atenção integral na saúde coletiva. Ao garantir o acesso a cuidados médicos abrangentes e preventivos, é possível identificar e tratar problemas de saúde antecipadamente, com melhor acompanhamento. Além disso, uma rede de atendimento eficaz reduz a pressão sobre os hospitais, permitindo que as instalações de saúde se concentrem em tratamentos mais complexos. Nesse sentido, alguns resultados esperados são o aumento da cobertura das equipes de atenção primária e das equipes do Programa Saúde da Família - PSF e a diminuição da mortalidade infantil.

A relação entre saúde e qualidade de vida urbana a partir do olhar acerca de parâmetros ambientais é importante e deverão ser perseguidas melhorias do ambiente em sentido amplo, desde o correto uso do solo a partir do planejamento e da garantia de direitos, viabilizando-se estratégias justas e humanas para as ocupações irregulares e

desordenadas atualmente presente nas cidades, a melhoria da qualidade do ar nas cidades e, também, da cobertura vegetal. Portanto, a busca será pela **adequação dos índices de qualidade ambiental urbana**.

Outro aspecto que interfere na saúde e qualidade de vida é a condição de habitabilidade. Ao oferecer moradias adequadas e seguras, cria-se um ambiente mais propício para um desenvolvimento mais saudável, com menor chance de ocorrência de problemas de saúde dos residentes, assim como a promoção de uma melhor interação social familiar e para estabilidade emocional dos indivíduos. Assim, deverá se atuar para a **redução do déficit habitacional**, cabendo destacar que questões relacionadas ao saneamento das residências também são consideradas como um dos elementos do cálculo do déficit, sendo relevantes como as condições de moradia.

Por fim, outra estratégia escolhida para se atuar nessa missão é a relacionada à temática da **segurança**.

Uma infraestrutura bem projetada e mantida, incluindo iluminação eficiente, pavimentação segura e a conservação de áreas públicas, cria ambientes propícios para atividades sociais e comunitárias, além de aumentar a visibilidade e a sensação de segurança, especialmente durante o período noturno. Um ponto chave de atuação é a **adequação da infraestrutura e a conservação dos espaços públicos**, já que são fundamentais para prevenção de crimes e delitos e aumentar a sensação de segurança (ALI, 2020) e, por consequência, a qualidade de vida nas cidades. Ademais, um nível adequado promove ambientes mais agradáveis, acessíveis e seguros para que os cidadãos possam viver, trabalhar e se relacionar de maneira satisfatória. Cabe destacar que iluminação, pavimentação e conservação também contribuem para a segurança do trânsito e prevenção de acidentes.

A **redução da criminalidade urbana** é um dado muito objetivo em relação à segurança e preservação da vida, um direito fundamental a ser assegurado. Uma diminuição na incidência de crimes violentos contribui diretamente para um ambiente mais seguro, justo e tranquilo. Nesse aspecto importa a atuação integrada do Estado e de seus Municípios com a União e com os demais Estados Federados, conforme preza uma das diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS.

Ganha relevo também o fato de que os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ concentram maior parte de alguns tipos de crimes registrados no estado do Rio de Janeiro, como a concentração de 95,8% das ocorrências totais de roubo de rua e 96,9% das de roubo de veículo³⁸, no estado, em 2022, conforme os dados do Instituto de Segurança Pública.³⁹

Assim, é importante destacar que outras dimensões da criminalidade, não exclusivas aos crimes violentos contra à vida, como os crimes contra o patrimônio são complementares para uma visão ampla da segurança no estado e merecem ser acompanhados. Além dos impactos positivos na qualidade de vida e garantia de direitos, a redução da criminalidade é elemento chave na dinâmica e desenvolvimento de diversos setores econômicos, como o turismo, o setor imobiliário e a atração de investimentos empresariais em geral.

Por fim, a **melhoria das respostas relacionadas a eventos climáticos**, como os desastres, é de extrema importância para garantir outros aspectos da segurança e, consequentemente, a qualidade de vida das populações urbanas. Assim, compreende-se que as políticas e as intervenções direcionadas a uma melhor resposta diante de eventos climáticos podem evitar ou atenuar significativamente os impactos sobre as vidas humanas. Tendo em vista a geografia, o clima, o modelo de desenvolvimento e a urbanização, o estado do Rio de Janeiro é um dos mais vulneráveis para desastres e eventos climáticos como enchentes ou inundações; enxurradas ou inundações; enxurradas ou inundações bruscas e escorregamentos ou deslizamentos. Não obstante, tais ocorrências recaem, geralmente, sobre moradores de áreas urbanas mais pobres e carentes de infraestrutura urbana.

O Ministério da Saúde registrou 1.774 mortes causadas por desastres ambientais no Brasil entre 2010 e 2018. Dessas, mais de dois terços (1.263) ocorreram no

³⁸ Esses dados referem-se aos indicadores estratégicos criminais Roubo de Rua, que é composto por roubo a transeunte, roubo a telefone celular e roubo em coletivo, e ao Roubo de Veículo, que agrupa roubo de veículo e roubo de veículo-moto.

³⁹ <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>, acesso em 15 de setembro de 2023.

estado do Rio de Janeiro, considerando que tais mortes foram ocasionadas por avalanche, desabamento de terra e outros movimentos da superfície terrestre, tempestade cataclísmica e inundação. Com isso, o planejamento e a implementação de medidas de preparação para desastres, como gerenciamento de riscos, são fundamentais, assim como a operacionalização dos direcionamentos de instrumentos de planejamento na escala municipal, devendo contemplar tal atuação. Soma-se a isso, a configuração de equipes capacitadas para respostas bem coordenadas para tais situações. Cabe destacar que a importância da prevenção também em termos econômicos, uma vez que, segundo estudo da Organização das Nações Unidas - ONU, para cada dólar investido em prevenção, poupa-se sete dólares gastos em construção.

Ao considerar a abordagem dessa missão, é notória a importância de se investir em infraestrutura, desde moradias à transporte eficiente e planejamento urbano adequado; assim como garantir saúde, educação, cultura, esporte, lazer e espaços verdes como fundamentais para os cidadãos se desenvolverem e terem garantia de direitos para usufruir uma urbanização mais equitativa. Ademais, acredita-se que a devida atenção a essa missão tem potencial para maior integração comunitária, podendo ser fator gerador de criação de uma cultura de tolerância e integração social mais significativa.

Como mencionado, cabe destacar que deverá ser acompanhado o desenvolvimento humano em nível comparativo municipal, observando-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M, por meio do qual se pode aferir a qualidade de vida das populações nos municípios a partir da dimensão da longevidade (esperança de vida ao nascer), da dimensão da educação (escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem) e da renda (renda municipal per capita). Assim, pode-se buscar o alcance de padrões satisfatórios nas dimensões pertinentes pelos municípios do estado, interessando também a comparação sobre as disparidades.

Por outro lado, o IDH e o IDH-M são indicadores compostos com atualizações espaçadas, com uma periodicidade decenal. Assim, para a avaliação municipalizada da Missão 8, buscou-se refletir sobre outros possíveis índices ou indicadores que captassem aspectos relacionados à qualidade de vida nas cidades, ao desenvolvimento e ao desenvolvimento humano.

Assim, refletiu-se sobre o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS⁴⁰, o qual é complementar ao IDHM e possui indicadores nas dimensões infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho; no entanto, o mesmo é produzido por meio dos microdados do Censo Demográfico, sendo 2010 o último ano de atualização. Assim, não foi considerado adequado utilizá-lo como parâmetro de retrato atualizado dos municípios fluminenses.

Outro índice refletido foi o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IDF⁴¹, o qual capta o desenvolvimento municipal por meio das variáveis emprego e renda, educação e saúde; no entanto, tendo em vista que o último levantamento tinha o período de 2016 como ano base de análise, também não foi considerado como norteador da reflexão da territorialização para essa missão.

Logo, tendo em vista a ausência de dados mais recentes distribuídos municipalmente, o acompanhamento, monitoramento e análise de índices ou indicadores que captem o aspecto da qualidade de vida e do desenvolvimento a partir da perspectiva da territorialização será melhor compreendido a partir da liberação dos demais dados e microdados do Censo Demográfico 2022.

Nesse sentido, é importante buscar estabelecer a produção e monitoramento de dados, informações, estatísticas e indicadores relacionados a fenômenos que dialogam com o IDH e o IDHM, cujos dados possuem maior periodicidade e também são disponibilizados para a escala municipal fluminense.

⁴⁰ Índice de Vulnerabilidade Social acessado em <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

⁴¹ O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Acessado em <https://www.firjan.com.br/ifdm/#:~:text=O%20IFDM%20%E2%80%93%20%C3%8Dndice%20FIRJAN%20de,%26%20renda%2C%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sa%C3%BAde>.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO GOVERNAMENTAL

A definição de alguns instrumentos prioritários de planejamento e gestão governamental, no âmbito do PEDES, leva em consideração aquilo que é concebido como imprescindível para a execução das estratégias definidas – que é o caso da governança e do financiamento – e de oportunidades de atuação do aparato estatal como agente indutor e/ou executor de políticas públicas de desenvolvimento regional.

Evidentemente, os instrumentos não se resumem a esses aqui colocados, mas destaca-se esses três elementos para que sejam tratados com atenção pelos envolvidos no processo de implementação e aperfeiçoamento do PEDES. Demandam, especialmente, a atuação burocrática na coordenação e viabilização de arranjos institucionais para que possibilitem o desenvolvimento das estratégias traçadas no PEDES para o alcance das missões.

Governança

A construção de uma governança necessita, inicialmente, identificar os diálogos relevantes acerca das políticas públicas a serem consideradas para, em seguida, mediante a participação das instituições relevantes e da sociedade civil, delinear o arcabouço da governança capaz de atender aos anseios de todos.

Sob um aspecto amplo, este documento tem a intenção de caracterizar a governança como um instrumento que lide com os desafios estabelecidos no PEDES na coordenação, formulação, implementação e monitoramento dos programas governamentais decorrentes e em contextos complexos, dinâmicos e incertos. A governança, como estratégia de intervenção para o desenvolvimento de um plano, procura não apenas estabelecer boas práticas de gestão, mas, também, formatos, instrumentos e rotinas que sejam viáveis, efetivos e adequados aos diferentes níveis das organizações que compõem a administração pública e demais atores externos relevantes na concretização de políticas públicas.

O que se quer com o estabelecimento da governança como recurso estratégico, é o papel que ela deve desempenhar para garantir a construção de arranjos institucionais sólidos e de dinâmicas e ferramentas consistentes que preservem a autonomia estadual e colaborem para o alcance das demandas sociais.

A perspectiva analítica do conceito de governança

Para os fins a que se propõe este documento, o conceito de governança será abordado sob a perspectiva analítica, em contraposição a uma perspectiva prescritiva-formal. Essa última, baseia-se em estratégias de disseminação de boas práticas prescritivas para a atuação das instituições, sendo o seu ponto de partida, a boa gestão dos recursos econômicos e sociais com vistas ao desenvolvimento. Em geral, essa perspectiva estabelece quais seriam os atributos necessários para que o aparato governamental se torne mais efetivo na execução das políticas públicas. Já a perspectiva que trata da governança sob o aspecto analítico, esta vai além de formatos organizacionais modelados ou baseados em experiências específicas. Essa abordagem pressupõe uma reflexão sobre como as organizações atuam e se relacionam no ambiente no qual estão inseridas, bem como procura entender as razões das necessidades de transformação nos arranjos de governança ao longo do tempo e do espaço (Cavalcante e Pires, 2018). Destaca-se que, olhando de forma mais sistêmica, a perspectiva de uma governança analítica não deve se prender a manuais estáticos de boas práticas para uma governança. Deve ser desenhada e construída de forma a atender as necessidades de gestão de ações em prol ao desenvolvimento socioeconômico de um território.

Planejamento estratégico e governança

Sob a ótica de um planejamento estratégico de longo prazo que tem o território como base para o desenvolvimento socioeconômico, é preciso focar esforços na construção de processos interinstitucionais horizontais (entre os órgãos e entidades estaduais) e verticais (entre Estado, União, Municípios, comunidade científica, sociedade civil e entes privados) para conduzir os assuntos públicos de interesse coletivo. É

recomendável que a implementação das políticas formuladas sob orientação do PEDES varie de acordo com as características da região-alvo, como sua realidade socioeconômica, os atores envolvidos, incentivos existentes e restrições impostas de toda ordem (econômica, social e ambiental). Para que uma política estratégica de desenvolvimento regional tenha êxito, mais do que um aparato administrativo-burocrático robusto e qualificado que planeje e execute as políticas públicas, é fundamental uma articulação política entre os diferentes níveis de governo que possibilite uma governança regional participativa, ampla e democrática. Essa governança passa pelo protagonismo dos atores sociais e políticos e pelo reconhecimento dos conflitos econômicos, políticos e sociais inseridos no cotidiano das diferentes regiões fluminenses.

As diretrizes estabelecidas no presente documento vão ao encontro do debate contemporâneo de gestão pública, que supera a ideia de planos e propostas como modelos prescritivos e caminha na direção de combinar diferentes tendências para a implementar soluções inovadoras e efetivas para problemas complexos, transversais e incertos (Mazucatto e Penna, 2016; Cavalcante, 2017). A partir do mapeamento de macrotendências globais e como elas se interrelacionam com o território fluminense, chegou-se a um conjunto de missões que procuram responder aos desafios de ordem econômica, social e ambiental do Estado do Rio de Janeiro para as próximas décadas.

Não há uma fórmula única de como atingi-las, dadas as especificidades inerentes de cada missão em seu aspecto conceitual e como ela se situa no tempo e no espaço. Nesse sentido, o PEDES busca se orientar pela definição de **governança transformacional** (Martins e Marini, 2014). O conceito de governança transformacional congrega uma série de elementos nas diferentes definições de governança ao longo das últimas décadas. Preconiza predicados que orientam para onde um arranjo governamental deve olhar.

Destacam-se, nesse sentido, uma **orientação para resultados**, entendendo este último como a congregação de esforços para a geração de valor público. Valor público, por sua vez, indica “o que” deve ser gerado, “para que” deve ser gerado e “para quem”. Inclui os conceitos comumente utilizados na literatura de gestão pública de eficiência, eficácia e efetividade.

Outro importante elemento que deve ser considerado para a construção de uma governança é o seu **caráter colaborativo**, um dos temas centrais nessa abordagem sob a perspectiva analítica. A colaboração, nesse caso, pressupõe interações institucionais e entre múltiplas instituições e a sociedade. Confere legitimidade, tornando-a mais transparente e democrática, diminuindo os riscos de insulamento da burocracia e captura dos bens públicos por entidades privadas. Permite, especialmente, a composição de diferentes arranjos de acordo com o diagnóstico situacional, minimizando a assimetria entre as esferas envolvidas em problemas específicos.

Por fim, outro elemento crucial de uma governança transformacional é a que olha para a **capacidade de governo**. A governança como capacidade de governo presume que aquela não deve ser construída a partir das capacidades identificadas no órgão governamental e impostas aos diferentes atores, mas sim com a finalidade de construir as capacidades necessárias para uma ação governamental efetiva para o alcance dos objetivos pretendidos. De acordo com a OCDE (2003), o setor público deve aperfeiçoar suas capacidades estratégicas dentro da estrutura da visão desenvolvida no nível político. Por sua vez, o nível político deve ir além do ciclo eleitoral e do programa de governo. Assim, a governança deve se referir a questões futuras de forma transgovernamental e ser revisada frequentemente à luz de novos conhecimentos e novas dinâmicas num ambiente em constante movimento.

Portanto, sob a perspectiva analítica, e considerando esses atributos-chave, podemos definir a governança pública para um planejamento estratégico de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro como um processo que gera valor público a partir de determinadas capacidades e qualidades institucionais e da colaboração entre agentes públicos e privados na produção de serviços, políticas e bens públicos, conforme a cadeia de governança abaixo:

Figura 12 - Atributos de uma governança transformacional



Fonte e elaboração: Martins e Marini, 2014

Fortalecimento das capacidades de governo como estratégia para uma governança transformacional

As recentes crises sistêmicas – incluindo a emergência de saúde pública disseminada pela pandemia de Covid-19 –, a crescente desigualdade e a crise climática acentuaram a importância do desenvolvimento, no âmbito do Estado, de capacidades específicas necessárias para a resolução de desafios sociais. Além das tradicionais capacidades institucionais públicas que abrangem as habilidades de governar, fazer e gerenciar e dependem de investimentos cumulativos prévios, emergem capacidades normalmente associadas ao setor privado, tais como capacidade científico-tecnológica, produtiva e consumidora. A amalgama entre essa gama de capacidades públicas e privadas é condição *sine qua non* para a efetividade do desenho e implementação das políticas.

No framework clássico de Políticas Orientadas por Missões - POMs proposto por Mazzucato e Penna (2016) e Penna (2018), destacam-se cinco dimensões principais: econômica, *stakeholders*, científico-tecnológica, empreendedora ou produtiva e de política pública. A esse grupo, Santos et al. (2023) propõem adicionar mais uma dimensão: a de diagnóstico e previsão. Cada uma dessas dimensões possui uma capacidade associada, que são cruciais para a construção de uma POM bem-sucedida. O quadro abaixo detalha tais capacidades:

Quadro 2 - Capacidades estatais necessárias para desenho e implementação de POMs

Capacidade Científico-Tecnológica	Base de conhecimentos científicos e tecnológicos apropriada no subsistema de educação e pesquisa
Capacidade de Demanda	Demandas de mercado (público ou privado) efetiva ou latente, tanto em termos de poder de compra quanto de necessidade
Capacidade de Produção e Inovação	Base de empresas apropriada (por exemplo, existência de empresa ou empreendedores dispostos a tomar riscos para estabelecer uma empresa inovadora) no subsistema de produção e inovação
Capacidade de Estado	Conhecimento apropriado nas organizações públicas que formulam e executam as políticas sobre o problema selecionado e as possíveis soluções e/ou sobre “quem sabe o que e como”
Capacidade de Política Pública	Mix apropriado de instrumentos do lado da oferta e do lado da demanda (estrategicamente implementados), apoiado por políticas complementares
Capacidade de Diagnóstico e Previsão (ou Técnico-Administrativa)	Diagnóstico preciso do problema e da solução, incluindo uma análise da situação atual e das perspectivas futuras dos setores e tecnologias alvo, formulada em termos de uma missão bem definida

Fonte: Elaboração própria com base em Santos et al. (2023)

O PEDES, enquanto instrumento de planejamento de longo prazo para o alcance de objetivos econômicos, sociais e ambientais específicos, adota a metodologia das POMs, valorizando, portanto, o papel do Estado como mobilizador em torno de uma pauta comum e coordenador de estratégias e atores públicos e privados para o alcance das missões selecionadas.

Em paralelo, uma das estratégias escolhidas para alcançar essas oito missões está relacionada ao desenvolvimento territorial e estímulo ao adensamento das atividades econômicas de seis Complexos: Economia da Saúde; Economia do Mar; Economia Verde; Petróleo e Gás; Infraestrutura e Logística; e Cultura e Turismo.

Desse modo, considerando as capacidades descritas no quadro acima, sugere-se que as três primeiras (**C&T, produção e demanda**) sejam analisadas a nível do desenvolvimento territorial, tendo por base os complexos econômicos; ao passo que as três últimas (**estado, políticas públicas e diagnóstico e previsão**) sejam identificadas no bojo das missões, mais especificamente em relação aos órgãos governamentais e autarquias diretamente envolvidos em sua implementação e monitoramento.

Propõe-se, portanto, duas matrizes, uma para cada eixo, para analisar e identificar as capacidades existentes, as possíveis lacunas e os requisitos para transformá-las em capacitações. Serão sugeridos alguns indicadores, proxies ou fontes de informação iniciais para a identificação das capacidades. Tais informações deverão ser complementadas com informações fornecidas pelos órgãos e autarquias do estado e/ou empresas e associações de classe.

Após a identificação das capacidades e a análise das mesmas, incluindo a verificação das lacunas existentes, o desafio é compreender de que forma tais capacidades podem ser mobilizadas dentro do escopo do Plano Estratégico para se tornar capacitações dinâmicas que gerem valor público.

Quadro 3 - Capacidades para o desenvolvimento territorial

Complexos	Capacidade de Produção e Inovação	Capacidade Científico-Tecnológica	Capacidade de Demanda (mercado)
Petróleo e Gás	• Empresas e empregos na cadeia (proporção no estado e no país) (RAIS)	• Grupos de Pesquisa por Área (CNPq) • Programas de Pós Graduação e Investimento em bolsas e fomento por Área (CAPES)	• Matriz Insumo-Produto (demanda) • Compras públicas (instrumentos, regulação etc.)
Economia da Saúde		• PPG notas 6 e 7 (CAPES)	• Tamanho de mercado e renda disponível (levantamentos e pesquisa)
Economia do Mar	• Setor líder (PEDES)	• Projetos Aprovados por Área (FAPERJ)	• Dinâmica do mercado internacional (levantamentos e pesquisas)
Economia Verde	• Startups na área (levantamento Distrito)	• Artigos publicados (<i>Science Direct/Scopus/Web of Science</i>)	
Infraestrutura e Logística	• Empresas inovadoras (<i>cases</i>) [levantamentos e pesquisas]	• Patentes depositadas e concedidas (INPI)	
Cultura e Turismo	• Estrutura da cadeia produtiva (grandes empresas, multinacionais, estatais etc.)		

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4 - Capacidades para o desenvolvimento das missões

Missões (Órgão Responsável/Áreas de Política)	Capacidade de Estado (Sociopolítica)	Capacidade de Política Pública	Capacidade Técnico-Administrativa
M1 (...)	• Capacidade de influência na formação de agenda pública: alinhamento de interesses diversos (públicos e privados)	• Instrumentos de política pública disponíveis (leis, decretos, planos, programas, financiamento etc.)	• Panorama dos órgãos e autarquias envolvidos
M2 (...)		• Políticas explícitas e implícitas (verificar a sinergia e complementaridade)	• Qualidade e quantidade de recursos humanos e tecnológicos disponíveis
M3 (...)		• Articulação com políticas federais e municipais	• Bases de dados (grau de sofisticação)
M4 (...)	• Conselhos e instâncias similares com encontros frequentes e influência nas políticas públicas		• Histórico de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para as áreas de interesse
M5 (...)	• Advocacy (sociedade civil)		• Capacidade de articulação (redes)
M6 (...)	• Alinhamento com agenda federal e internacional – planos e conceitos		• Existência de planejamento estratégico
M7 (...)			
M8 (...)			

Fonte: Elaboração própria

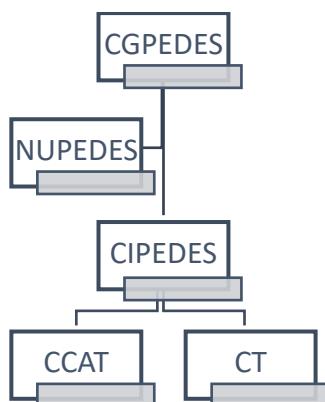
A governança do PEDES

A governança tem um papel fundamental no planejamento estratégico, como já foi ressaltado. Partindo dessa assertiva, foi elaborada uma estrutura de governança que garanta ao governo estadual uma atuação continuada e capilarizada como (i) indutor do desenvolvimento socioeconômico do estado; (ii) articulador de diferentes setores e atores públicos e da sociedade, em várias escalas; (iii) promotor do fortalecimento das capacidades de governo para atender, de forma qualificada, demandas complexas da vida em sociedade.

A efetivação das instâncias da estrutura de governança do PEDES viabilizará o processo do planejamento estratégico, sendo capaz de conciliar diretrizes políticas de longo prazo com ajustes situacionais necessários. São as dinâmicas relacionais que possibilitam a produção de políticas públicas e ações governamentais, tornando-se imperativo a configuração de espaços – dinâmicos e diversificados – para o fortalecimento dos diálogos intersetoriais e interfederativos (em diferentes escalas). Com isso, os arranjos institucionais e instrumentos formatados de governança são meios para se atingir a finalidade de fazer políticas.

A estrutura de governança abarca um núcleo estratégico, que se articula a arranjos institucionais regionalizados. Essa estrutura foi concebida para contemplar a dimensão técnico-política do planejamento, conforme a figura abaixo:

Figura 13 - Estrutura de governança do PEDES



Fonte: Elaboração própria

Nessa estrutura de governança, há uma instância de tomada de decisão central à qual se vinculam instâncias de assessoramento técnico, de produção de informação e de articulação regional.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, enquanto órgão central do sistema de planejamento do Poder Executivo Estadual, tem a função de realizar a coordenação executiva das instâncias dessa estrutura, viabilizando a governança dos PEDES em suas atribuições de estabelecer, aprovar, monitorar e avaliar o Planejamento Estratégico do Estado.

▪ **CGPEDES:**

O Comitê Gestor do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social de Estado – CGPEDES é o núcleo responsável pela tomada de decisões estratégicas sobre o planejamento estratégico, sendo liderada pelo Governador do Estado.

São atribuições do CGPEDES:

- Analisar e aprovar o PEDES 2024-2031 e dos demais ciclos;
- Viabilizar a implantação e consolidação do PEDES no Estado do Rio de Janeiro;
- Observar a consonância entre o PEDES e os elementos que constam no PPA;
- Solicitar a elaboração de estudos, pareceres, informações e recomendações sobre temas de relevante interesse público e pertinentes à dimensão estratégica do PEDES;
- Priorizar e aprovar os projetos de gestão estratégica e decidir sobre seu cancelamento ou suspensão;
- Promover as articulações necessárias para o adequado desenvolvimento do PEDES;
- Monitorar e avaliar, semestralmente, e, quando necessário, propor aperfeiçoamentos à execução do PEDES.

Os membros efetivos do CGPEDES são o Governador, vice-Governador de Estado e os titulares das secretarias de Estado do Gabinete do Governador, de Planejamento e Gestão, da Casa Civil, de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, de Energia e Economia do Mar, de Ambiente e Sustentabilidade e de Fazenda. Além desses, podem ser convidados a participar das suas atividades os titulares das entidades da administração direta e indireta, os membros da sociedade civil, os representantes da comunidade científica, dentre outros.

O CGPEDES se configura em uma instância colegiada, deliberativa e permanente, cujas funções de Secretaria Executiva são exercidas pela SEPLAG, como: realizar as atividades administrativas para a convocação, realização e registro das reuniões ordinárias e extraordinárias do CGPEDES, bem como da Câmara Intersetorial e das Câmaras Técnicas e demais atividades pertinentes ao funcionamento do dessas instâncias, dentre essas atividades, a sistematização de dados e informações.

- **NUPEDES:**

O Núcleo de Monitoramento e Avaliação – NUPEDES visa a ser uma unidade de referência de coordenação, organização e elaboração de dados e informações qualificadas para o acompanhamento, análise e aperfeiçoamento do PEDES e suas ações estratégicas.

Situado na SEPLAG, o NUPEDES é formado por uma equipe multidisciplinar de servidores públicos, a fim de assessorar tanto o CGPEDES, quanto os órgãos ou setoriais responsáveis pela execução das ações.

Assim, cabe ao NUPEDES produzir, sistematizar e disponibilizar dados e informações para o monitoramento e avaliação dos objetivos e diretrizes das missões do PEDES, a partir dos indicadores estabelecidos para as missões e objetivos, da elaboração de relatórios técnicos, da construção de cenários socioeconômicos e de instrumentos de análise econômica e estatística, realizando, com isto, a gestão do conhecimento para o planejamento estratégico. São possibilidades do Núcleo:

- Construir e sistematizar repertório de indicadores de resultado e de impacto para monitoramento das missões;
- Disseminar a gestão por evidências nos órgãos, coordenando a construção e monitoramento de indicadores e impacto nos objetivos específicos das missões;
- Coordenar a estruturação e acompanhamento da carteira de projetos estratégicos em sinergia com as missões e seus desdobramentos, junto aos órgãos;
- Elaborar estudos de temáticas específicas das missões, aprofundando o entendimento do objeto e amparando a construção das ações estatais;
- Articular a produção e o compartilhamento de dados relacionados às missões regionalmente e com diferentes atores;
- Apoiar a configuração de arranjos institucionais e instrumentos de governança adequados a realidade de cada região de governo e induzir a consolidação de tais estruturas, a fim de que essas atuem de maneira sinérgica a partir de uma estratégia regional;
- Identificar fragilidades de marcos regulatórios de forma a destravar atividades voltadas ao fortalecimento do setor produtivo;
- Identificar ações sinérgicas e conflitantes na atuação de diversas áreas do Governo no que diz respeito ao adensamento produtivo da economia fluminense;
- Desenvolver instrumentos econômicos de análise para orientar as ações estratégicas, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico sustentado dos municípios e regiões do estado;
- Produzir estudos e notas técnicas sobre a estrutura produtiva, as dinâmicas territoriais e o desempenho das finanças públicas;
- Identificar fontes de financiamento e investimento para implementação das ações estratégicas e projetos estruturantes.

Uma ferramenta, que já está disponível para gestores e para o público em geral, é a plataforma virtual e interativa denominada Plataforma Integrada de Planejamento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro – Estratégia Rio

(www.estrategia.planejamento.rj.gov.br). Ela se configura em um instrumento de planejamento e gestão de políticas públicas, sendo composta por:

- PAINEL ESTRATÉGIA RJ - Painel interativo de dados socioeconômicos e ambientais (repositório de dados);
- Calculadora da Matriz Insumo-Produto - MIP-RJ;
- Repositório de produtos e processo de construção do Planejamento Estratégico;
- Biblioteca dos documentos produzidos no âmbito do Planejamento Estratégico.

Com este formato, o NUPEDES se constitui como uma instância permanente e técnica de assessoramento do CGPEDES.

▪ CIPEDES e CT

A Câmara Intersetorial - CIPEDES é composta por técnicos representantes das Secretarias de Estado que compõem o CGPEDES. A Câmara é instaurada por esse Comitê quando houver uma demanda, realizando reuniões ordinárias periódicas até a conclusão da atividade demandada.

Assim, o CIPEDES se configura como uma instância colegiada, técnica, consultiva e intermitente, vinculada ao CGPEDES, sendo suas atribuições:

- Analisar e propor ao CGPEDES ajustes e recomendações ao PEDES;
- Identificar e propor ações para o aperfeiçoamento da implantação e consolidação do PEDES no Estado do Rio de Janeiro;
- Elaborar estudos e produção de dados sobre temáticas relevantes ao PEDES;
- Contribuir para que o PPA expresse a proposta contida no PEDES;
- Propiciar canais de participação da sociedade civil e entes públicos interessados.

Para as suas atividades, que podem ser realizadas por meio de Câmaras Técnicas temáticas, poderão ser convidados titulares das entidades da administração direta e indireta, assim como membros da sociedade civil e comunidade científica.

As Câmaras Técnicas - CT são instâncias temporárias instauradas pela CIPEDES, para a elaboração, por demanda, de um produto específico, podendo ser iniciadas várias ao mesmo tempo. As CT podem:

- Produzir propostas de políticas públicas, projetos ou ações estratégicas de interesse para a elaboração ou aperfeiçoamento do PEDES;
- Produzir e analisar dados e estudos estratégicos para a elaboração, acompanhamento, avaliação ou aperfeiçoamento do PEDES;
- Fazer recomendações técnicas para a implantação, aperfeiçoamento, correção ou governança das ações do PEDES.

Assim, a sua composição será definida a partir da temática ou especificidades do produto, mobilizando técnicos da administração pública ou fora dela.

▪ CCAT

O Conselho Científico de Assessoramento Técnico – CCAT é a instância por excelência, dentro da estrutura de governança, de diálogo entre a gestão pública e a produção de conhecimento acadêmico.

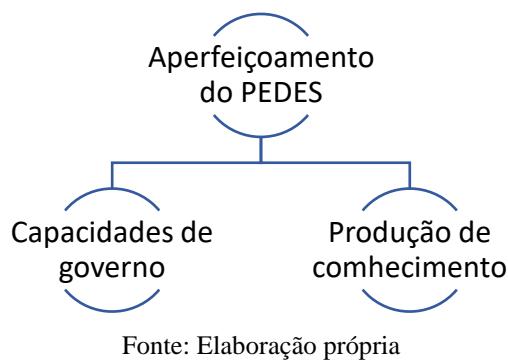
O CCAT é composto por representantes das universidades e institutos de ensino superior com sede no estado do Rio de Janeiro e do órgão estadual de fomento à pesquisa do estado do Rio de Janeiro, podendo participar, a convite, especialistas associados a grupos de pesquisa ou organizações não governamentais que atuam na temática ou possuam trabalhos acadêmicos nos temas relevantes ao PEDES.

O CCAT deverá identificar núcleos de pesquisa, linhas de pesquisa ou pesquisadores afins a temáticas pertinentes ao PEDES, articulando com esses e promovendo atividades regionalizadas.

Busca-se com isso, mobilizar a comunidade acadêmica para contribuir com o aperfeiçoamento e consolidação do PEDES, contribuindo com o aprimoramento das

capacidades de governo para atuar nas etapas de gestão, monitoramento, avaliação, implantação das ações e atividades do planejamento estratégico, e possibilitando a produção e compartilhamento entre gestores públicos e acadêmicos de conhecimento sobre temas correlatos às estratégias para o desenvolvimento do ERJ – desenvolvimento territorial e ciência, tecnologia e inovação – , a partir da mobilização de pesquisadores que atuam nas instituições nas regiões.

Figura 14 - Aperfeiçoamento do PEDES



Fonte: Elaboração própria

O CCAT tem como objetivos:

- Possibilitar a produção e compartilhamento de saberes entre pesquisadores de diferentes campos do conhecimento e gestores públicos com foco no aperfeiçoamento do PEDES, da implementação e sua governança.
- Mobilizar, de forma regionalizada, pesquisadores visando à produção e compartilhamento de conhecimento sobre dinâmicas locais e arranjos de governança.
- Possibilitar o aperfeiçoamento das capacitações e capacidades de governo para atuar na governança de planejamentos estratégicos de gestores públicos e técnicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, o CCAT se configura como uma instância colegiada, permanente, colaborativa e de assessoramento técnico-científico para o aperfeiçoamento do PEDES e de sua governança.

- **Arranjos institucionais no território**

Os arranjos institucionais no território pretendem contribuir para a efetividade da regionalização das ações do Planejamento Estratégico, por meio de mobilização e articulação local, fortalecendo diálogos intersetoriais e interfederativos para a implementação e aperfeiçoamento das ações do PEDES.

Para dar conta da complexidade dos desafios do desenvolvimento regional socioeconômico e ambiental do Estado do Rio de Janeiro, é importante considerar novas formas de coordenação e articulação governamental, visando a produção de mecanismos, bem como habilidades e competências para a atuação em problemas complexos no território, envolvendo um conjunto de atores de diferentes instituições. Para isso, como já foi pontuado, não há um único formato ou conjunto de ferramentas.

Assim, o estabelecimento de arranjos institucionais apresenta-se como um movimento de construção de espaços institucionais de maior flexibilidade e menor rigidez, com capacidade de enfrentar os problemas presentes no território, a partir de dinâmicas relacionais e colaborativas.

Os arranjos institucionais no território visam:

1. Garantir a participação de representantes do poder público, do setor produtivo, de trabalhadores, de pesquisadores locais na implementação e aperfeiçoamento de iniciativas e ações estratégicas para o desenvolvimento econômico e regional do Estado;
2. Identificar problemas regionais/estruturais e contribuir para diagnósticos regionais, tendo como referência principal as missões do Planejamento Estratégico;
3. Propor ações, debatidas a nível regional, que estejam alinhadas às especificidades territoriais e às características socioeconômicos, culturais e ambientais dos territórios fluminenses;
4. Fortalecer os instrumentos de planejamento territorial e a complementariedade dos arranjos institucionais interfederativos e cooperativos em escala local, regional e estadual;

5. Compartilhar informação territorial em diferentes escalas espaciais como insumo básico para ações, projetos e políticas de desenvolvimento regional.

Quadro 5 - Composição da governança do PEDES

	DIMENSÃO	ÓRGÃO	COMPOSIÇÃO	ATUAÇÃO	INSTÂNCIA	ATRIBUIÇÃO PRINCIPAL
CGPEDES	Política	Intersetorial	Governador + Titulares das setoriais	Central	Colegiada, deliberativa e permanente	Analisar e aprovar o PEDES e tomar decisões estratégicas sobre o planejamento governamental
NUPEDES	Técnica	SEPLAG	Técnicos SEPLAG	Central	Assessoramento: Monitoramento e avaliação contínua	Sistematização e acompanhamento dos indicadores e produção de análises econômicas e regionais
CIPEDES	Técnica	Intersetorial	Técnicos das setoriais	Central	Colegiada, técnica, consultiva e intermitente	Identificar e propor ações para o aperfeiçoamento da implantação e consolidação do planejamento estratégico, propiciando canais de participação da sociedade civil e entes públicos interessados.
CT	Técnica	Intersetorial e/ou interinstitucional	Técnicos	Central ou regional	Temporária consultivo	Produzir, por demanda, propostas de políticas públicas, projetos ou ações estratégicas de interesse para a elaboração ou aperfeiçoamento do planejamento.
CCAT	Técnica	Interinstitucional	Pesquisadores	Regional	Permanente, colegiada e colaborativa	Possibilitar a produção e compartilhamento de saberes entre pesquisadores de diferentes campos do conhecimento e gestores públicos com foco no aperfeiçoamento do planejamento estratégico, mobilizando, regionalizadamente, pesquisadores.
Arranjos institucionais no território	Técnico-político	Interinstitucional	Atores relevantes	Regional	Permanente e consultiva	Contribuir para a efetividade da regionalização das ações de planejamento estratégico, por meio de mobilização e articulação com atores locais.

Fonte: Elaboração própria

Políticas públicas indutoras

As Políticas Públicas Indutoras - PPI, enquanto instrumento de planejamento estratégico, delimitam um conjunto de ações interligadas dependentes da iniciativa governamental e que, sob a coordenação e articulação do Estado, são capazes de promover uma mudança social efetiva.

Neste contexto, enfatiza-se a preeminência da atuação do Estado como indutor das economias regionais, mobilizando ferramentas que lhe são próprias (como, por exemplo, uma política monetária discriminatória, que oferte crédito de forma regionalizada), e articulando, interfederativamente, com o governo federal e os municípios, em torno de problemas complexos comuns, forma a aglutinar forças em diferentes escalas.

Uma vez que, os problemas apresentam escalas de intensidade distintas pelos territórios fluminenses, refletindo as heterogeneidades espaciais, expressas tanto nas potencialidades quanto na amplitude e dinâmica dos seus desafios socioeconômico e ambiental e nos recursos disponíveis para enfrentá-los. Diante disso, a formulação de Políticas públicas indutoras é estratégica para o desenvolvimento regional.

As PPI se vinculam aos eixos estratégicos *Ciência, Tecnologia e Inovação* e ao *Desenvolvimento Regional* e, ao desenhar os contornos para a atuação estatal em consonância com as missões, contribuem com ações para um modelo de desenvolvimento regional socioeconômico e inovativo que busque responder às demandas da população fluminense expressas nas missões do Plano.

Pode-se elencar os seguintes atributos:

- Conjunto de ações interligadas de iniciativa do governo;
- Entrelaçamento entre as dimensões econômica e social;
- Potencial de coordenação e/ou articulação intersetorial, interfederativa e/ou com a sociedade civil;
- Direcionadas ao desenvolvimento socioambiental e econômico de um território, região e/ou município.

Figura 15 - Políticas públicas indutoras e suas relações



Fonte: Elaboração própria

As PPI, por ação do Estado, buscam ser instrumentos capazes de induzir outros atores públicos e privados para um objetivo comum. Assim, para além de uma regionalização *top down* restrita a investimentos pontuais, concebe-se a formulação de PPI de forma discricionária, sendo atreladas às demandas e potencialidades locais.

Compras Públicas como PPI

O poder de compra do Estado é um instrumento estratégico importante a ser usado no contexto de uma política pública indutora de desenvolvimento socioambiental e econômico e regional.

A compra pública formatada enquanto política pública intersetorial amplia a função da compra estatal, não se limitando a racionalizar custos, mas pretendendo potencializar os benefícios sociais de sua ação. Nesse sentido, uma estratégia é a reorganização do sistema de compras para estimular a formação de cadeias produtivas regionalizadas.

O PEDES, particularmente nas economias da Saúde e Verde, propõe como estratégica de indução do desenvolvimento territorial a organização e gestão da demanda.

Com isso, assume-se o poder de compras do governo como política pública indutora de desenvolvimento socioeconômico.

Outra possibilidade é a transferência tecnológica, mediante parcerias para o desenvolvimento produtivo - PDP, principalmente para medicamentos, que, com isso, aumenta-se a autonomia nas áreas de maior dependência tecnológica e orienta projetos de investimento de acordo com a demanda de saúde. O PDP envolve transferência de tecnologia e a parceria com instituições públicas produtivas, no qual o poder de compra pública é assegurado pela negociação do valor do produto e por ser uma compra centralizada em grande escala, o que nem sempre é possível nas compras de rotina dos governos estaduais.

Política pública indutora de alimentação saudável

A Economia Verde tem como uma das atividades principais a agricultura, principalmente a de base familiar. A agricultura familiar se caracteriza por ter uma gestão da propriedade compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária ser a principal fonte de renda, porém, esse último critério nem sempre se mostrar adequado à realidade dos agricultores familiares fluminenses, que tem a agricultura conjugada a outras atividades econômicas, por vezes, de maior rentabilidade.

Segundo o Censo Agro 2017, no Rio de Janeiro, são 65.224 estabelecimentos agropecuários com 160.571 pessoas ocupadas nessas atividades. Destes 1.998 estabelecimentos integram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (IBGE, 2017), sendo 43.599 agricultores com Cadastro da Agricultura Familiar. São famílias produzindo diferentes tipos de alimento que respondem diretamente a missão *Segurança Alimentar e Nutricional da População Fluminense* e potencialmente aptos a participar do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

No âmbito de uma Política de Desenvolvimento Agrícola para o Estado de Rio de Janeiro, cabe induzir ações de dinamização das economias regionais e locais a partir das compras estatal de alimentos produzidos no território fluminense, estabelecendo uma relação entre consumo (estatal) e produção (local). De forma que, o governo estadual atuará em consonância com a retomada da Programa de Aquisição de Alimentos, no nível federal, que prevê a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar.

Assim, a partir de uma previsão legal no âmbito federal e a existência de produtores no estado, identifica-se o aspecto estratégico dessa política pública que resultará no maior acesso de alimento de qualidade para a população fluminense e geração de emprego de forma territorialmente descentralizada. Porém, para isso, há alguns gargalos a serem superados:

- **Formalização do agricultor familiar:** embora o estado tenha cerca de 137.585 agricultores cadastrados (EMATER, 2023), em 2021, havia apenas 28.930 inscrições estaduais ativas, ou seja, de produtores rurais com inscrição estadual para viabilizar a nota fiscal para comercialização de produtos. Assim, a regularização é básica para acessar o PAA, sendo um dos principais entraves a regularização fundiária (estrutura fundiária e domínio da terra);
- **Logística para a circulação dos produtos:** é essencial a qualidade da infraestrutura para a circulação de produtos nas estradas e vias rurais;
- **Infraestrutura digital:** há a previsão da exigência da adoção da nota eletrônica para o produtor rural, que encontra um grande obstáculo na falta e/ou precariedade de acesso à internet no meio rural;
- **Gestão de conhecimento:** a produção e consumo de informação são estratégicos tanto para os órgãos compradores quanto para a atuação qualificada dos órgãos setoriais. Existe uma produção expressiva de dados estatísticos e registros administrativos que podem se sistematizados e georreferenciados para o gestor e público em geral. Com isso é possível aperfeiçoar o sistema de compras com possibilidade de planejar os contratos de compras futuras, a partir do Plano de Contratação Anual -PCA (geração de expectativa), bem como utilizar o instrumento de credenciamento para os produtores rurais interessados em vender para o Estado, nas três esferas de governo. Dados possíveis:
 - Georreferenciamento – acompanhamento das safras agrícolas (ASPA); unidades escolares consumidoras dos produtos agrícolas; produtores.
 - Infográfico sobre produções e logística.
- **Linhas de crédito:** o meio rural tem um expressivo contingente de trabalhadores informais, com relações trabalhistas precárias. Assim, através de uma política monetária discricionária, que atrela as dimensões social e econômica, pode-se trazer parte desses trabalhadores para a formalidade;
- **Apoio à estrutura de governança:** existe uma estrutura de governança nos três níveis da federação, por meio de conselhos paritários, sociedade civil e governo, que atuam como órgão fiscalizador de gestão social no nível local.

Financiamento do PEDES

A consolidação de uma governança e de um arranjo institucional está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento de estratégias de financiamento que deem autonomia financeira para o planejamento e a execução de planos de desenvolvimento integrado. Como afirmam Lacerda e Ribeiro (2014), é imperativa a autonomia financeira das instâncias democráticas, já que sem capacidade de gestão sobre os recursos públicos torna-se muito difícil viabilizar uma governança que possibilite o exercício de sua governabilidade.

De maneira geral, isso acaba sendo traduzido pela dependência de estados e municípios à União por conta das diretrizes programáticas nacionais de políticas públicas e do financiamento de políticas que tendem a ser centralizadas e setoriais, desconsiderando as especificidades dos territórios e um processo de planejamento regional. A questão do conflito federativo, portanto, agrava o problema econômico e limita o espaço decisório da administração estadual.

Com efeito, a questão do financiamento remete ao próprio debate sobre o papel do Estado, como indutor ou facilitador do desenvolvimento, em bases sustentáveis. Seja pela oxigenação direta à execução dos projetos, seja pela manutenção de uma máquina pública moderna e eficiente que lhes dê suporte e manutenção, os recursos empregados devem responder pela entrega de bons bens e serviços públicos à população, com todas as limitações e restrições fiscais existentes.

Bons projetos na gestão pública dependem de uma série de fatores que não são exclusivamente relacionados ao dinheiro disponível. Mas é certo que a escassez de recursos orçamentários, ou de linhas de crédito, responde pelo insucesso da maioria dos planos e ações, inviabilizando-os desde o início, ou resultando em solução de continuidade. Nesse sentido, essa seção busca abordar alguns aspectos inerentes às possibilidades de financiamento de ações públicas em consonância com o PEDES.

Desafios e oportunidades na captação de recursos

Na captação dos recursos públicos, as receitas governamentais são consideradas **próprias ou de transferências**.

As primeiras são as arrecadadas pelas próprias entidades encarregadas de sua aplicação (por exemplo, o Imposto de Renda para a União, e o ICMS para os Estados), enquanto as receitas de transferência são as provenientes do repasse de recursos captados por outras instituições, por exemplo, o Fundo de Participação dos Estados e Municípios – transferidas pelo governo federal a essas esferas. Derivam de receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais (aluguéis, arrendamentos, taxas de ocupação de imóveis), industriais, agropecuárias e de serviços.

Os **Fundos Públicos** são utilizados para garantir recurso financeiro para a realização de ações, projetos e políticas públicas específicas desde o tempo do Brasil Colonial. Assim, se, hoje, no nível federal há cerca de cem fundos, a realidade não é diferente nos âmbitos estadual e municipal.

Esses fundos podem ter duas naturezas: contábil e/ou financeira. Os de natureza contábil correspondem àqueles que constam do orçamento, recebem recursos arrecadados anualmente pelo ente público e executam políticas públicas ou projetos específicos para atender uma demanda da população. Por outro lado, os de natureza financeira captam recursos para serem posteriormente emprestados para projetos públicos e privados mediante uma remuneração ao próprio fundo, em geral, operado por um agente de fomento ou banco público credenciado pela legislação vigente.

Ainda, segundo o Decreto Federal nº 93.872 de 26 de dezembro de 1986 que definiu essas naturezas:

“§ 1º São fundos especiais de natureza contábil, os constituídos por disponibilidades financeiras evidenciadas em registros contábeis, destinados a atender a saques a serem efetuados diretamente contra a caixa do Tesouro Nacional.

§ 2º São fundos especiais de natureza financeira os constituídos mediante movimentação de recursos de caixa do Tesouro Nacional para depósitos em estabelecimentos oficiais de crédito, segundo cronograma aprovado, destinados a atender aos saques previstos em programação específica”.

Nesse cenário, há uma diversidade de fundos: de participação, de desenvolvimento, os garantidores, o de poupança, partidários, eleitorais, gerais e especiais. Para o financiamento de projetos, destacam-se os fundos especiais, em que os recursos só podem ser utilizados em atividades específicas. O fundo especial foi idealizado para “*agilizar a gestão e garantir recursos públicos para áreas/setores específicos, sob a alegação de serem estratégicos aos interesses nacionais*” (BASSI, 2019, p.7).

As finanças do Estado do RJ seguem enfrentando as dificuldades que acarretaram a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, inibindo a capacidade de investimento em programas e projetos que, não obstante, precisam se viabilizar para que não haja paralisia da máquina pública estadual.

Com uma dívida consolidada que já se encontra próxima dos 200 bilhões de reais, e uma Receita Corrente Líquida inferior à metade desse valor, o Governo do Estado afirma a perspectiva de retomada do seu desenvolvimento. Um desenvolvimento em bases mais robustas e territorialmente equilibradas, como premissa das próprias negociações bem sucedidas no Regime de Recuperação Fiscal, em sua segunda rodada, que supõe a recuperação de vetores de crescimento da economia estadual, traduzidos em mais renda, postos de trabalho e gestão inovadora.

Isso reforça a necessidade de que o conjunto de projetos seja concebido e desenvolvido resguardando a máxima coerência, não apenas quanto aos instrumentos normativos de gestão – PEDES, PPA, LDO, LOA – mas também com relação às estratégias de seu financiamento.

É bastante perceptível que ainda há lacunas nas articulações institucionais, que dificultam a compreensão e o acesso às diversas possibilidades de financiamentos de projetos. É necessário construir uma capacidade de governança colaborativa, que envolva capacitação contínua para acesso a plataformas e entendimento dos trâmites regimentais.

Muitos desses procedimentos são longos e complexos, e os instrumentos precisam ser bem azeitados para que os recursos cheguem à ponta.

É bastante clara a necessidade e o desejo de estabelecer as “pontes” entre quem quer financiar e quem quer receber. Para além de questões específicas a cada operação e da estruturação dos projetos de investimento, merecem destaque cinco fatores essenciais para a melhoria da captação de recursos, quais sejam:

- Execução eficiente
- Articulação institucional
- Transparência ativa e prestação de contas
- Gestão estratégica de recursos e prioridades
- Conhecimento das fontes de financiamento e seus marcos legais
- Capacitação técnica da equipe

Assim, os desafios a serem superados envolvem a capacitação das prefeituras municipais, os aprimoramentos na funcionalidade dos sistemas e a melhor estruturação da governança (articulação institucional entre as esferas públicas).

Instrumentos

Em atenção a esses pontos, tanto o governo federal quanto o estadual têm avançado em iniciativas para reduzir as assimetrias de informações.

Por parte do governo federal, o TCU criou auditorias contínuas, especializadas em melhorar o resultado das transferências da União, envolvendo as licitações eletrônicas. Há um esforço contínuo para tornar mais amigáveis os **aplicativos** (Gov.br e derivações) e os processos de cadastramento dos tomadores de empréstimos (atualizações de sites e reuniões instrutivas), além de instruções normativas, como a Lei nº 14.172 de 10 de junho de 2021, que estabelece o auxílio da União para os Estados e Distrito Federal para a garantia de acesso à internet aos alunos e professores da educação básica pública. Outros sites, como o Caixa Políticas Públicas, oferecem **produtos**

customizados para os municípios, de acordo com suas especificidades, procurando facilitar a regularização fundiária.

No âmbito estadual, pode-se elencar algumas oportunidades a serem desenvolvidas. Para permitir o acesso dos municípios aos recursos de convênios federais, que não pertencem às áreas de saúde e educação, está em estruturação uma nova versão do **PECAM** (Programa Estadual de Captação e Gestão de Recursos para Municípios), que visa estabelecer parcerias de apoio e capacitação aos municípios do estado do Rio de Janeiro e permitir acesso a esses recursos em tempos de dificuldades orçamentárias.

O PECAM foi um projeto realizado em sua primeira versão entre 2007 e 2015, no âmbito estadual e que foi descontinuado posteriormente. Visava capacitar e auxiliar os municípios a terem a garantia de adimplência e, consequentemente, ficarem aptos a acessar convênios oriundos de diversas fontes de recursos federais.

Porém, não há disponíveis dados consolidados de liberação de recursos na primeira parte do programa, o que até se explica dado o escopo focado em estabelecer parcerias e capacitar o quadro técnico das prefeituras no sentido de garantir a adimplência e permitir acesso a esse tipo de recursos. Nessa segunda versão haverá um acompanhamento dos mesmos.

Neste momento o projeto está em fase de mapeamento destes convênios e das disponibilidades monetárias oferecidas pelos diversos órgãos de âmbito federal, bem como de estruturação das melhores formas de parceria e capacitação. A expectativa é de que esteja rodando no primeiro semestre de 2024.

A **REDE de Parcerias** que reúne os governos federal, estadual e municipal, além de representantes da sociedade civil, já conta com a adesão de 35 municípios fluminenses, e vem atuando na melhoria e simplificação dos processos e na disseminação de informações sobre portarias e decretos. Instâncias como essa evitam o atraso nos repasses financeiros, que tantas vezes ocorrem por pequenas exigências de cadastramento ou de compreensão de um procedimento nos sistemas.

No Rio de Janeiro, o Sistema de captação de recursos envolve a gestão de contratos e convênios do conjunto de órgãos da administração direta, indireta e fundacional, incluindo:

- O [Converj](#): é o Sistema de Convênios do Estado do Rio de Janeiro gerido pela Secretaria de Estado da Casa Civil, por meio da Coordenação de Convênios. É uma ferramenta virtual que facilita o acompanhamento de parcerias que visam a transferência de recursos financeiros do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- O [Siafe-Rio](#): é o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro, que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Fontes de financiamento

Para o financiamento de projetos, o conjunto de fontes complementares ao orçamento estadual abrange **quatro dimensões**, que em vários aspectos se interrelacionam, quais sejam:

- Financiamentos federais (bancos, agências, emendas parlamentares etc.)
- Investimentos privados (PPPs, concessões, contratos de partilha etc.).
- Cooperação internacional (bancos, fundos, câmaras de cooperação etc.)
- Fundos do Governo do Estado do RJ

1. Financiamentos do governo federal

Os grandes bancos federais que operam suas principais linhas de crédito no Rio de Janeiro são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES, e devem ser acionados com maior intensidade a partir do “NOVO PAC”, já anunciado pelo Governo Federal, que terá um maior foco no financiamento de Parcerias Público Privadas - PPP. Nele se inserem perspectivas de grandes investimentos estratégicos para o ERJ, como a conclusão do gasoduto da Rota 3, a modernização da Usina Nuclear Angra I e a Linha 3 do metrô (Niterói – Itaboraí).

Completa esse conjunto a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, cujo foco se direciona para o financiamento à inovação e à pesquisa científica e tecnológica. A Finep, como secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, atua concedendo linhas de crédito, seja alocando de forma direta ou descentralizada, por meio das agências de fomento como a AgeRio. No ano de 2022, foram liberados R\$ 248 milhões para 100 projetos no ERJ.

Os fundos federais são diversos e incluem tanto os fundos de natureza contábil, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, Fundo Nacional de Saúde, Fundo Nacional da Aviação Civil, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Fundo Nacional de Educação - FNDE, entre outros, e os de natureza financeira, como o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, ou os que possuem as duas características: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, Fundo Nacional de Cultura e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Além de executar políticas e projetos de forma direta pela União, esses fundos também podem repassar recursos aos estados e municípios por meio da chamada “transferência fundo a fundo” para serem aplicados pelo próprio ente recebedor.

O financiamento das políticas públicas e do desenvolvimento econômico do ERJ pode ocorrer ainda por meio de recursos designados na Lei Orçamentária Anual da União. No primeiro caso, aparece na forma de execução descentralizada de recursos no ERJ que foram dotados no orçamento da administração direta (ministérios) e indireta (autarquias e fundações públicas), no qual possuem uma ação específica programada na LOA Federal.

As emendas parlamentares constituem instrumentos pelos quais o Congresso Nacional participa da elaboração do orçamento anual. Nesse sentido, elas buscam aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, visando a melhor alocação dos recursos públicos, ao suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei enviado.

Portanto, as emendas parlamentares (de bancada, individual, de comissões e de relator) são solicitadas pelos deputados e senadores eleitos pelo ERJ. Vale salientar que, pela Constituição Federal de 1988, as regras relacionadas às emendas parlamentares precisam seguir os ritos incluídos no Art. 166. Ambas as emendas - individuais e de bancada - possuem caráter impositivo, ou seja, precisam ser executadas ao longo do exercício financeiro e metade dessas precisam ser destinadas a serviços de saúde, excetuadas para o pagamento de despesa de pessoal. Esse tipo de emenda não depende de certificado de adimplência para ser executada pelo demandante. Nesse sentido, o PEDES pode ter o papel de documento orientador que articule as necessidades de investimento em projetos estratégicos para o Estado e aquilo que pode ser submetido como emenda parlamentar.

A captação de recursos dessas emendas parlamentares precisa seguir alguns passos necessários como observar alguns condicionantes em termos de prazo definido no art. 14 da CF 1988 e valores para o seu repasse que, para obras e serviços de engenharia, o valor mínimo para celebração do instrumento é de R\$ 250.000,00, enquanto, para execução de despesas de custeio ou para aquisição de equipamentos, o valor mínimo é de R\$ 100.000,00 (emendas parlamentares federais).

Inicialmente, é preciso definir em qual programa de governo a emenda se encaixa na ação orçamentária da LOA Federal; estabelecer a relação do projeto para atender as necessidades da população alvo e definir a qual grupo de natureza ela poderá pertencer: outras despesas correntes ou investimentos. Os próximos passos são: elaborar o plano de trabalho e o projeto básico. Com a celebração do contrato, ocorre a sua publicação no Diário Oficial. Durante a sua execução, é preciso atentar para o cumprimento do trabalho e atender as normas legais vigentes. Por fim, ocorre a prestação de contas do responsável no prazo de 60 dias após o encerramento da vigência ou execução do contrato.

Dessa forma, é possível acrescentar valores às programações orçamentárias com o objetivo de atender às demandas das comunidades que o parlamentar representa. Os deputados e senadores podem assim influir na alocação de recursos públicos aos estados e municípios e instituições com os quais assumiram compromissos políticos.

Nesse contexto, os ministérios elaboram cartilhas para orientar os parlamentares sobre a destinação de emendas ao orçamento.

No caso da transferência especial, vale ressaltar que esses recursos também não precisam de certidão de adimplência, ou qualquer convênio ou instrumento congêneres. Esse recurso passa a pertencer ao orçamento do ente recebedor no ato da transferência financeira, porém, é necessário que pelo menos 70% do valor seja destinado para as despesas de capital.

Esse tipo de emenda não possui uma finalidade definida em uma ação programática da LOA Federal, ou seja, o ente recebedor pode executar de forma livre.

Quanto ao **financiamento federal diretamente aos municípios**, há uma série de iniciativas e de fontes monetárias voltadas a convênios e instrumentos semelhantes a esses.

Para convênios federais que não sejam das áreas de educação e saúde – exceções estabelecidas em legislação - se faz necessário que o município atenda a todas as condições constantes do **CAUC** (Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais) da Secretaria do Tesouro Nacional, para estar apto a receber esses recursos. Segundo levantamento realizado no início do mês de agosto de 2023, 86 dos 92 municípios do Rio de Janeiro estavam inabilitados a receber verbas dessas modalidades de convênios.

O CAUC comprehende uma série de exigências mistas entre a forma de aplicação de recursos anteriores, restrições nos cadastros financeiros do governo federal, encaminhamento de informações referentes à gestão financeira e o atendimento das obrigações previdenciárias do seu quadro de servidores e/ou outros entes.

Entre as maiores dificuldades encontradas pelos municípios no atendimento aos requisitos estão a pendências de regularidade de publicação dos relatórios oficiais sobre orçamento perante o poder público federal – embora outros requisitos também tenham municípios com pendências, contudo em menor número.

Por outro lado, a comprovação da aplicação mínima de recursos orçamentários em saúde e educação (outro dos requisitos para a garantia de adimplência) é um dos aspectos com maior percentagem de atendimento.

2. Financiamento pela iniciativa privada

Muito se tem avançado nas parcerias com a iniciativa privada, em PPP's e concessões, e grandes investimentos em infraestrutura foram viabilizados com recursos do governo federal (BNDES) e de órgãos internacionais de cooperação.

Pode se realizar via concessão comum, privatização e parceria público-privada. Na Lei da Concessão (8.987/95) consta que a tarifa cobrada do usuário e outras receitas de administração já são suficientes para remunerar o prestador do serviço, ou seja, o governo não precisa contribuir financeiramente. O exemplo desse tipo de contrato é o de uma rodovia que, no modelo de concessão, depende dos recursos gerados pelos pedágios.

As privatizações foram regulamentadas pela Lei nº 9.491 de 09 de setembro de 1997. Trata-se da venda de um bem público ou de uma empresa estatal para a iniciativa privada. Aqui, portanto, o caráter é definitivo. No entanto, as concessões e privatizações previstas nessas leis mostraram-se insuficientes e as demandas da sociedade brasileira precisaram ser atendidas com a criação das PPP's. Assim, nasceu a Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004, que regulamenta as parcerias e institui regras para que elas aconteçam. De forma geral, essa legislação existe para viabilizar os investimentos em serviços e em obras para os cidadãos.

Parcerias público-privadas são contratos organizacionais, em geral com longa duração, que atribuem a um sujeito privado o dever de prestar um serviço público. Pode ocorrer com ou sem direito à remuneração, a partir da exploração da infraestrutura, mas mediante garantia especial prestada pelo ente público, utilizável para obter recursos no mercado financeiro. O destaque está na capacidade de o poder público captar os investimentos do setor privado para projetos que, anteriormente, só dependiam do Estado.

Para o Rio de Janeiro, destaca-se a importância dos recursos obtidos com a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – Cedae, cerca de R\$ 14,4 bilhões para o estado e R\$ 7,6 bilhões para 29 municípios.

Igualmente decisivos são os processos de concessão dos principais aeroportos do estado (Galeão e Santos Dumont) que atualmente requerem soluções para equilíbrios financeiros e de permissão de rotas (*slots*), assim como o encaminhamento e a modelagem de Concessão das Rodovias Federais e Estaduais, incluindo o Lote de Vias Metropolitanas, junto ao BNDES. Das quatro rodovias atualmente em processo de renegociação entre o governo federal e as concessionárias, afeta diretamente o RJ uma extensão de 320 km (BR-101 entre Niterói e Campos dos Goytacazes), sob responsabilidade da Arteris Fluminense.

3. Financiamentos internacionais

Essa modalidade de captação de recursos, prevista na Constituição e detalhada em resoluções do Senado Federal, permite aos entes públicos brasileiros realizarem operações de crédito com instituições financeiras internacionais. São recursos reembolsáveis, emprestados por bancos de desenvolvimento, que têm como objetivo financiar projetos que visem a melhoria na qualidade de vida da população.

Segundo dados do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios - SADIPEM, de 2015 a 2020, 3,7 bilhões de dólares, distribuídos em 56 projetos, entraram no país via operações de crédito externo de prefeituras. Recebem destaque os estados de São Paulo, Ceará e Bahia, cujos respectivos municípios concentram 49,6% desse montante.

Os principais financiadores para os governos brasileiros são o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, mas vários *fundings* de agências bilaterais são igualmente importantes de serem considerados, como a Câmara Alemã, a AFD (França), a JICA (Japão), a USTDA (EUA), o British Council etc.

Dentre os diversos instrumentos com destinação regional, tem-se como exemplo o Fundo Multilateral de Investimentos - FOMIN, administrado pelo BID e criado, em 1991, para auxiliar pequenas empresas inovadoras em países da América Latina e Caribe.

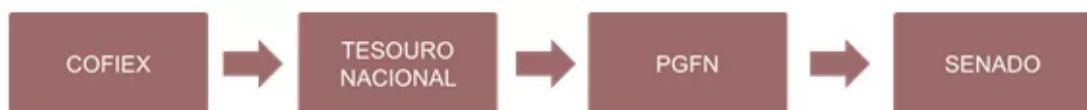
As operações de crédito externo para estados e municípios precisam ser autorizadas pelo Governo Federal e pelo Senado. Para tanto, é necessária a aprovação em quatro principais etapas: Cofiex, Tesouro Nacional, PGFN e Senado Federal.

A primeira instância é a Cofiex, Comissão de Financiamentos Externos, órgão vinculado ao Ministério da Economia responsável pela apreciação dos projetos para captação internacional. O estado ou município deve enviar uma carta-consulta que será analisada pelo GTEC (Grupo de Técnico da Cofiex), levando em consideração o conteúdo técnico do projeto e uma análise preliminar da Capacidade de Pagamento do ente.

Com a aprovação da Cofiex, é aberto um Pedido de Verificação de Limites - PVL junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Essa segunda etapa tem como objetivo avaliar as finanças estaduais ou municipais e as condições do empréstimo, a fim de entender se estão dentro dos critérios determinados pela legislação.

Com o parecer favorável da STN, o processo é encaminhado para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, na qual é realizada a análise jurídica das minutas do contrato. Em seguida, o pedido é encaminhado para a Presidência da República, que envia mensagem ao Senado para aprovação no plenário. Com este último aval recebido, o ente é finalmente autorizado a assinar o contrato com a instituição financeira.

Figura 16 - Etapas para aprovação de operações de crédito externo



Fonte: Elaboração própria.

A princípio, não há nenhuma limitação de escopo para o financiamento internacional de projeto. Todavia, as prioridades da Cofiex, do Senado e dos bancos financiadores, convergem na direção do desenvolvimento sustentável, recebendo destaque projetos desde em temas como requalificação urbana, saúde e educação, até programas integrados de mobilidade, cidades inteligentes e saneamento básico.

Atualmente, o BIRD está executando dois projetos com reflexos no Estado do Rio de Janeiro: Projeto Transição para a Eletromobilidade nas Cidades Brasileiras e Linha de Crédito para Resiliência Urbana no Sul do Brasil, nos valores de U\$ 98 milhões e U\$ 940 mil, respectivamente⁴².

E há exemplos bem positivos de fundos internacionais que firmam sociedade com empresas privadas no Brasil. No setor de saneamento, com efeitos no Estado do RJ, a **Aegea**, dona das Águas do Rio, que administra dois lotes da concessão da Cedae, tem como controlador o grupo Equipav (52,77% do capital) e como sócios relevantes o fundo soberano de Cingapura (GIC), com 34,34% e, desde 2021, a Itaúsa, com 12,88%.

A **Iguá**, outra grande do setor, tem entre seus principais acionistas a gestora IG4, o fundo de pensão canadense CPP Investments, o BNDESPar e o grupo canadense AIMCo. A principal operação da Iguá é a concessão de esgoto que engloba Barra da Tijuca, Jacarepaguá, e os municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes.

⁴² Mapa com os projetos, disponível no site do BIRD:

<https://maps.worldbank.org/projects/wb/location/Rio%20De%20Janeiro?status=active>

4. Fundos do governo estadual

No Estado do Rio de Janeiro, a atual diretriz orçamentária categoriza, como “**L 5**”, todas as ações orçamentárias, do tipo PROJETO:

“que envolvem um conjunto de operações, limitadas no tempo, expandem a produção pública ou criam infraestrutura para novas atividades, ou, ainda, implementam ações inéditas num prazo determinado. Seus produtos concorrem para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo” (RIO DE JANEIRO, 2023. p.17)

Esse tipo de despesa é classificado como despesa de capital.

Esses projetos constam na Lei Orçamentária Anual - LOA do ERJ e são destinados recursos orçamentários para atingir esse objetivo durante o exercício financeiro. Entretanto, para adequar a própria execução desses projetos, principalmente diante de uma perspectiva de contingenciamento, as secretarias executoras podem, de forma alternativa, utilizar os recursos dos **fundos estaduais** para garantir o alcance das diretrizes e metas estabelecidas.

Os principais fundos instituídos pela Constituição do ERJ e na legislação infraconstitucional são: o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECP, Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social - FEHIS, Fundo Estadual de Investimentos em ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social - FISED. Esses fundos possuem fonte de recursos própria ligada à arrecadação de impostos e às transferências legais ao Tesouro Estadual.

Outros fundos listados anteriormente possuem outras particularidades, pois, são: a) vinculados aos outros poderes do Estado (Legislativo e Judiciário) ou outros órgãos autônomos como Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ. Ainda, existem aqueles que estão ligados às polícias do Estado como Fundo Especial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - FUNESPOM E Fundo Especial da Polícia Civil - FUNESPOL; b) apenas criados para receber transferências da União como Fundo Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Saúde; c) operam investimentos na

própria secretaria como Fundo Especial de Administração Fazendária - FAF da Secretaria de Fazenda; d) ou para servir de *funding* financeiro para a AgeRio operar linhas de financiamento como o caso do Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses.

Cabe destacar que existem dois fundos voltados para a implantação de projetos específicos que são o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, para a recuperação de bacias hidrográficas e o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, esse último operado pela Instituto Rio Metrópole, tendo recebido recursos do leilão da Cedae.

Desse conjunto, destaca-se como um dos fundos mais relevantes o **Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano**, o FECAM, instituído pela Lei nº 1060 de 10 de novembro de 1986 como Fundo Especial de Controle Ambiental. A receita do FECAM deriva basicamente dos *royalties* e participações especiais na exploração de petróleo e gás nas camadas do pré-sal e do pós-sal. Do valor total do fundo, 30% são destinados à reserva de Desvinculação de Receitas aos Estados - DRE, o restante é utilizado no financiamento de projetos e programas que se enquadrem no rol de finalidades elencadas na Constituição Estadual e são aprovados pelo Conselho do FECAM.

No entanto, ainda é tímida a utilização de verbas disponíveis em dezenas de Fundos Públicos do Estado. Eis que é fundamental para a gestão pública identificar as melhores possibilidades de viabilização financeira dos projetos do governo do ERJ. Essa tarefa inclui o mapeamento do conjunto de fundos públicos (federais e estaduais) destinados a financiamento de programas e projetos, e seus critérios de elegibilidade, bem como a orientação aos órgãos, de forma proativa, quanto à formulação precisa na definição dos projetos, relacionada às fontes de financiamento.

Abaixo uma tabela com a tipologia de projetos passíveis de financiamento por fundos públicos do Estado.

Tabela 1 - Projetos passíveis de financiamento por fundos públicos do Estado

Projeto	Execução física (%)	Investimento (R\$)	Fundo elegível
Sistema de Saneamento de Alcântara	44%	433.349.700	FECAM
Sistema Coletor Tronco Faria Timbó⁴³	54%	154.508.809	FECAM
ETA Guandu - Implantação do sistema de tratamento de lodo	39%	112.400.565	FECAM
Contenção e proteção de queda de blocos de rocha - Rocinha	45%	130.232.750	FEHIS
Obras de recuperação conjunto habitacional Fazenda Botafogo - 86 blocos com 3.440 aptos	49%	24.740.315	FEHIS
Instalação do Pet-Scan e da ressonância no Rio Imagem - Rio de Janeiro	50%	3.368.800	FES
Câmeras operacionais portáteis - Patrulhamento Polícia Militar	38%	115.440.000	FISED

Fonte: PACTO RJ – Extrato/Elaboração própria, 2023.

Tão importante quanto captar os financiamentos corretamente, é ter o adequado direcionamento. Isso requer um planejamento estratégico governamental e o efetivo monitoramento dos resultados. Trata-se de evitar o financiamento tipo “guidão de bicicleta”, quando se obtém recurso para uma parte do projeto, que se revela praticamente inútil se o restante não for contemplado.

Assim se observa no financiamento para determinados trechos rodoviários, sem as conexões subsequentes, ou para dragagem (expansão marítima) em portos operacionais, sem a melhoria de acessos e de retro áreas. Em ambos os casos, são inevitáveis as deseconomias com os engarrafamentos decorrentes.

⁴³ Projeto já contemplado com recursos do FECAM

Pela mesma lógica, não é razoável ter investimentos na construção ou expansão física de um hospital ou escola, se não estiverem assegurados os recursos para as despesas de manutenção e equipe de profissionais.

São públicos e notórios os casos de falhas em consequência dos enormes recursos investidos no metrô carioca (linhas 1, 2 e 4) e no Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - PDBG, financiado por empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No PDBG, com pífios resultados em décadas até então, além da fragilidade na governança institucional, foram priorizados projetos pontuais no escoadouro da Baía, sem a devida correspondência no saneamento dos efluentes.

O PEDES, em sua essência, trata exatamente da importância do encadeamento entre projetos e ações que gerem valor público baseado numa estratégia de desenvolvimento.

EIXOS ESTRATÉGICOS DE AÇÃO

Os eixos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico e regional se constituem nas estratégias escolhidas para a execução dos elementos do PEDES (missões/objetivos, ações estratégicas/projetos). Abarcam, de forma ampla, os elementos considerados necessários para o desenvolvimento e consecução dos instrumentos definidos no planejamento estratégico.

Foram definidos dois eixos estratégicos que têm como objetivo central propor uma organização da estrutura governamental capaz de direcionar e construir ações e projetos efetivos em direção às missões definidas: o desenvolvimento territorial como estratégia transversal e; a ciência, tecnologia e inovação como principal fator de competitividade econômica do Estado do Rio de Janeiro.

Ciência, tecnologia e inovação

“A menos que desafiamos os numerosos “mitos” do desenvolvimento econômico e abandonemos as visões convencionais acerca do papel do Estado, não poderemos enfrentar os desafios estruturais do século XXI nem produzir a mudança tecnológica e organizacional de que necessitamos para o crescimento equitativo e sustentável de longo prazo.”
(Mariana Mazzucato)

Nas últimas duas décadas foi estabelecido um consenso entre gestores públicos, acadêmicos, empresários que a geração, aplicação e difusão sistemática de conhecimento científico-tecnológico e de inovações se tornou o elemento fundamental para a competitividade de firmas, indústrias, regiões e países. A construção e desenvolvimento de (ecos)sistemas de inovação passou a ser, simultaneamente, o principal instrumento e objetivo das políticas de desenvolvimento em diferentes níveis geográficos. Inspirados em experiências de sucesso, como o Vale do Silício na Califórnia e a região de Shenzhen na China, por exemplo, cidades e regiões ao longo do globo buscaram emular em seus territórios ambientes de inovação capazes de estimular o empreendedorismo científico-tecnológico e a inovação de forma dinâmica e escalável.

Esse movimento também ocorreu em diferentes regiões do Brasil, contudo, apesar de algumas exceções geográficas e setoriais pontuais, o país ainda enfrenta grande dificuldade de converter os bons resultados alcançados em termos de produção científica em uma performance inovativa robusta.

O Estado do Rio de Janeiro pode ser visto enquanto uma síntese do país. Seu legado de capital federal e grande centralidade na construção do processo histórico de desenvolvimento brasileiro faz com o que o estado hoje reúna, e em alguns casos amplifique, as potencialidades, desafios e contradições do país de maneira única. Um desses aspectos, indubitavelmente, é o paradoxo entre a capacidade de produção de conhecimento de sua infraestrutura de ciência e tecnologia e o baixíssimo grau de inovação de sua estrutura produtiva – com exceção do arranjo construído em torno da cadeia de Petróleo e Gás nucleada pela Petrobras.

A construção de um planejamento estratégico de longo prazo, institucionalizado na figura do PEDES, portanto, visa solucionar essa gama de desafios,

gargalos e contradições presentes no estado. Com base no diagnóstico realizado e nas ferramentas metodológicas selecionadas, elegeu-se a Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) como um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento. Isto implica que, ao invés de ser uma área isolada e restrita a uma Secretaria específica, a C,T&I deverá ser transversal a todas as iniciativas formuladas dentro do PEDES, servindo tanto como matéria-prima como resultado das ações empreendidas. Ademais, o alcance das oito missões selecionadas como prioritárias no horizonte do Plano passará obrigatoriamente pela aplicação e disseminação da ciência, tecnologia e inovação enquanto estratégia de desenvolvimento socioeconômico.

Potenciais e limites para a consolidação de um Sistema Regional de Inovação do Estado do Rio de Janeiro

O conceito de Sistema Regional de Inovação - SRI tem como principal mérito destacar a importância da proximidade geográfica para a dinamização do processo de inovação, que, por sua vez, é visto como sistêmico e interativo. Definido como “*um conjunto de interesses públicos e privados, instituições formais e outras organizações que, interagindo entre si, funcionam de forma a conduzir à geração, uso e difusão do conhecimento em uma determinada região*”, o SRI oferece um quadro conceitual relevante para pensar o desenvolvimento regional baseado em inovação.

Os Sistemas Regionais de Inovação são compostos por quatro subsistemas com coerência e dinâmicas próprias que incluem: a **demand**a, representada pelo mercado consumidor e sociedade civil; o **subsistema de produção e inovação**, composto pelas empresas industriais e de serviços, bem como fornecedores, consumidores, colaboradores e competidores; o **subsistema de geração e difusão do conhecimento**, composto pelas organizações públicas e privadas de pesquisa, organizações educacionais e organizações intermediárias; e, por fim, o **subsistema de política regional**, que engloba as organizações políticas e agências regionais de desenvolvimento e fomento responsáveis por formular e implementar as políticas de apoio à inovação. As conexões entre esses subsistemas, por seu turno, contribuem para determinar a vitalidade do sistema em termos de inovação e da ocorrência do aprendizado interativo.

Detalhado em nota técnica produzida no âmbito do diagnóstico realizado como base para o PEDES (RIO DE JANEIRO, 2022c), o diagnóstico do SRI fluminense apresenta uma série de desafios e potencialidades para se consolidar. Do ponto de vista da sua estrutura científico-tecnológica, verifica-se uma ampla concentração de instituições na capital e Região Metropolitana que engendra uma dualidade metrópole-interior marcante. Para além do eixo metropolitano, destacam-se dois polos: o sul e o norte do estado. Enquanto o primeiro tem como forte a densidade industrial, o segundo está fortemente especializado na cadeia do Petróleo e Gás, porém possui um ecossistema de inovação emergente ancorado em uma rede de instituições científico-tecnológicas estaduais e federais espalhadas pelo território.

Do ponto de vista do subsistema de Geração de Conhecimento, o Estado do Rio de Janeiro possui uma capacidade de financiamento acima da média nacional, sobretudo com a recuperação da execução orçamentária da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) nos últimos cinco anos e dos grandes investimentos realizados pela CAPES e pelo CNPq no estado. Este volume de investimentos coloca o Rio de Janeiro em posição de destaque a nível nacional, no que tange a quantidade e qualidade de Grupos de Pesquisa e de Programas de Pós-Graduação de excelências nas diversas áreas de conhecimento, com destaque para Bioquímica, Engenharias, Biotecnologia, Ciência da Computação, Geociências, Medicina e Química. Além disso, o estado avançou de forma consistente nas últimas duas décadas na formação de mestres e doutores, em especial nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Biológicas, todas com grande potencial de articulação junto ao setor produtivo.

Esta articulação, contudo, é muito limitada quando se observa a interação dos subsistemas de geração de conhecimento e de produção e inovação. Considerando a absorção dos mestres e doutores pelas indústrias e serviços intensivos em conhecimento⁴⁴

⁴⁴ Para compatibilizar a análise de emprego de mestres e doutores com a metodologia da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), foram consideradas as seguintes seções da CNAE 2.0: B e C (Indústrias Extrativas e Indústrias de Transformação, respectivamente), D (Eletricidade e Gás); as divisões de serviços 61 (Telecomunicações), 62 (Tecnologia da Informação), 71 (Arquitetura, Engenharia, Testes e Análises Técnicas) e 72 (Pesquisa e Desenvolvimento); o grupo de serviços 63.1 (Tratamento de

o estado supera largamente os demais estados, contudo a esmagadora maioria desses profissionais está concentrada na cadeia de Petróleo e Gás, mais especificamente em um conjunto bastante restrito de grandes empresas. Outro dado interessante é o da evolução que houve na interação entre Grupos de Pesquisa e Empresas no período 2002 e 2016. O estado terminou a série como o segundo do país com maior percentual de grupos que relataram interação com empresas. Grande parte desse resultado, no entanto, se deve ao peso dos setores de Petróleo e Gás, principalmente devido à descoberta do Pré-Sal, e do Complexo da Economia da Saúde, em razão da presença da tríade Fiocruz, Biomanguinhos e Farmanguinhos e da Política de Desenvolvimento Produtivo capitaneada pelo Ministério da Saúde.

Essa limitada articulação entre a infraestrutura de ciência e tecnologia e o setor produtivo se reflete no desempenho abaixo da média do subsistema de produção e inovação. A análise feita na Nota Técnica (IDEM, 2022c, pg. 58) mostra que a dinâmica inovativa do estado é marcada por uma dualidade estrutural: de um lado há uma “ilha” dinâmica centrada na cadeia de Petróleo e Gás e composta por grandes empresas que realizam atividades de P&D internamente, se relacionam com ICTs de forma frequente e cooperam com parceiros de todo o mundo; por outro lado, há um tecido produtivo desintegrado, pouco dinâmico e com baixo nível de inovação, composto, principalmente, por pequenas e médias empresas industriais e de serviços.

Não é adequado tratar o estado todo como apenas um Sistema Regional de Inovação homogêneo, uma vez que as condições para inovar são distintas entre as diversas regiões que o compõem. A Nota Técnica referenciada propõe a divisão do estado em três SRIs distintos: Metropolitana, Norte e Sul. A Região Metropolitana, ainda mais fortalecida com a recente inclusão do município de Petrópolis, possui um SRI organizacionalmente denso e diversificado, porém fragmentado, i. e., sofre com a desarticulação entre os principais atores ligados à inovação presentes na região, que atuam de forma isolada, gerando, simultaneamente sobreposição e falta de alinhamento.

Dados, Hospedagem na Internet e Outras Atividades Relacionadas) e a combinação de divisão e grupo de serviços 58+59.2 (Edição e Gravação de Som, e Edição de Música) (IBGE, 2020).

O Sul Fluminense, definido como a junção das regiões Costa Verde, Médio Paraíba e Centro-Sul⁴⁵, possui um SRI relativamente denso organizacionalmente – considerando apenas a perspectiva industrial –, especializado – com destaque para a cadeia metalmecânica – e relativamente coeso, por conta do Cluster Automotivo. E o Norte Fluminense, visto como a conjunção das regiões Norte e Noroeste⁴⁶, se caracteriza por apresentar uma baixa densidade industrial, forte especialização e dependência em torno da cadeia do Petróleo e Gás e fragmentação – com destaque para a desarticulação entre os principais municípios da região: Campos dos Goytacazes e Macaé.

Nesse arranjo proposto, duas regiões de governo não estão contempladas: Serrana e Baixadas Litorâneas. A primeira, sobretudo depois da saída de Petrópolis, perdeu relevância e não possui um conjunto de instituições e organizações suficiente para gerar uma dinâmica própria. O município mais relevante é Nova Friburgo, que possui um campus da UERJ e um polo industrial, com destaque para o segmento têxtil (moda íntima). Com a recente incorporação de Petrópolis à RMRJ, a Região Serrana passou a ser polarizada pela metrópole, uma vez que o município era um de seus pilares econômicos, além de abrigar parte significativa da infraestrutura científico-tecnológica regional. Dessa forma, os fluxos de profissionais e conhecimento entre as regiões, fortemente intermediados por Petrópolis, se intensificaram.

⁴⁵ O critério para a junção das três regiões é a identidade comum forjada historicamente pela divisão geográfica do IBGE que vigorou entre 1989 e 2017. Neste arranjo, a mesorregião Sul Fluminense era composta pelas microrregiões do Vale do Paraíba Fluminense, de Barra do Piraí e da Baía da Ilha Grande. Os municípios dessa mesorregião, atualmente extinta, estão distribuídos entre as três regiões administrativas em questão. O Sul Fluminense, nucleado pela Região Médio Paraíba, compartilha uma infraestrutura de transportes e uma lógica turística e cultural, assim como uma identidade econômica marcada pela forte presença da indústria, com destaque para a metal-mecânica, siderurgia, cimenteira e energética. Do ponto de vista científico e tecnológico as três regiões que compõem o SRI aqui proposto também têm em comum a baixa densidade de ICTs públicas, sendo servido, principalmente, por uma rede de instituições privadas com pouca atividade de pesquisa.

⁴⁶ Ao contrário do Sul Fluminense, que possui uma identidade produtiva, logística e cultural construída historicamente, a junção das regiões Norte e Noroeste na composição do SRI Norte se explica pela infraestrutura científico-tecnológica que conecta ambas as regiões. Nucleada pela UENF e capilarizada pela rede de IFFs que se estende de Macaé até Itaperuna, essa rede de instituições criou um fluxo de estudantes, profissionais e conhecimento que justifica o tratamento conjunto. Essa rede, por exemplo, sustenta o único polo EMBRAPII fora da Região Metropolitana, localizado em Campos, que atende pequenas e médias empresas dos municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminense.

As Baixadas Litorâneas, por sua vez, estão localizadas de maneira equidistante em relação à metrópole e ao Norte Fluminense. A região possui uma infraestrutura de ciência e tecnologia ainda incipiente e uma dinâmica inovativa pouco desenvolvida. Historicamente, em razão da facilidade de acesso entre a metrópole, as baixadas e o norte, por conta da condição viária e da topografia plana, a região se posicionou como um corredor privilegiado de acesso entre a produção de conhecimento realizada na RMRJ e a exploração de petróleo da Bacia de Campos. Esta localização estratégica, contudo, não foi suficiente para enraizar na região uma infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação capaz de criar um SRI autônomo. Os principais fluxos econômicos e de conhecimento ocorrem, hoje em dia, entre Rio das Ostras e Macaé. Esta experiência pode servir de inspiração para o restante dos municípios da região, especialmente em razão da janela de oportunidade aberta pela ascensão de Maricá como um futuro polo de ciência e tecnologia no estado.

Proposta de construção de uma governança adequada

A melhoria do ambiente institucional voltado à inovação e a promoção da articulação entre os diferentes atores do estado são condições necessárias para superar os gargalos e permitir o aproveitamento das oportunidades apresentadas anteriormente. Neste sentido, é preciso construir uma governança adequada para avançar na construção de uma Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação capaz de harmonizar os diferentes instrumentos de política e alinhar os diferentes atores envolvidos.

Apesar de ainda apresentar algumas inconsistências, a nova Lei Estadual de Inovação (Lei nº 9.809 de 22 de julho de 2022) aprovada recentemente traz algumas oportunidades para avançar nessas questões. O Artigo 14 da Lei prevê a elaboração de uma Estratégia Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, que será atualizada a cada sessenta meses e define que ela “*apresentará as linhas temáticas priorizadas, as metas relacionadas a cada uma destas linhas, um Plano de Ação com ações para o curto, médio e longo prazo e um diagrama detalhando a divisão do trabalho entre as entidades públicas envolvidas na execução do referido plano*” (ALERJ, 2022).

Complementarmente, a quarta seção da lei trata do estabelecimento do **Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação**, que tem como principal atribuição estabelecer a **Política de C,T&I do Estado do Rio de Janeiro**. O Conselho será composto dos seguintes membros, a serem indicados, juntamente com seus suplentes, pelas seguintes instituições ou entidades:

Quadro 6 - Instituições e entidades participantes do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação

- | |
|---|
| I – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação; |
| II – Secretaria de Estado de Fazenda; |
| III – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; |
| IV – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais ⁴⁷ ; |
| V – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; |
| VI – Secretaria de Estado de Educação; |
| VII – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); |
| VIII – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); |
| IX – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); |
| X – Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC); |
| XI – 8 representantes da comunidade científica fluminense, escolhidos em fórum próprio, observada a seguinte representação: |
| a) 4 representantes das universidades e dos institutos federais de pesquisa sediados no Rio de Janeiro; |
| b) 2 representantes dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, sediados no Rio de Janeiro, sendo um do IFRJ e outro do IFF; |
| c) 4 representantes do setor empresarial provenientes de empresas que investem em centros de pesquisa e desenvolvimento; |
| d) 1 representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); |
| e) 1 representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); |
| f) 1 representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC). |

⁴⁷ Na ocasião da aprovação da lei a Secretaria ainda possuía esta nomenclatura. Atualmente a mesma está dividida em duas: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (SEDEICS) e Secretaria de Energia e Economia do Mar (SEENEMAR). Ambas devem compor o Conselho.

XII – 2 representantes das regiões administrativas do Estado, escolhidos pelos municípios por meio de fórum próprio;

XIII – 1representante das centrais sindicais.

Fonte: ALERJ (2022)

Além de definir a política de C,T&I do Estado, também são atribuições do Conselho: propor planos, metas e prioridades estaduais referentes à ciência e ao desenvolvimento tecnológico e inovação; monitorar e avaliar a execução desta política; compatibilizar as ações estaduais da área com a política de C,T&I dos governos federal e municipais; propor diretrizes para a formulação de políticas de educação técnica, tecnológica e superior do ERJ com base nas necessidades e nas potencialidades dos municípios fluminenses; diagnosticar as necessidades e interesses na área de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado e indicar diretrizes e prioridades, respeitadas as características regionais, visando à aplicação racional dos recursos, bem como à conciliação dos interesses da comunidade científica e tecnológica e do setor empresarial, subordinados aos interesses da sociedade; opinar na elaboração dos projetos de lei dos planos plurianuais, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais em matérias relativas à área de ciência, tecnologia e inovação; e propor estudos e subsidiar a formulação de propostas destinadas a desenvolver a área de ciência, tecnologia e inovação no Estado.

Previsto desde a Lei de Inovação estadual anterior, promulgada em 2008, o Conselho Estadual de C,T&I, que deveria ser o pilar central da governança do Sistema Estadual de Inovação, nunca foi convocado. Dessa maneira, recomenda-se a efetivação desse dispositivo legal através da ativação do Conselho a fim de contribuir para a definição das diretrizes gerais da Política Estadual de C,T&I, às quais os demais entes e instrumentos de política vinculados ao tema devem estar subordinados.

Por fim, destaca-se a questão do **Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (FATEC)**. Criado em 1988, o Fundo esteve inativo nos últimos anos por questões burocráticas, mais especificamente em decorrência da sua vinculação à Conta Única do Tesouro, impedindo a utilização dos recursos direcionados ao mesmo. Contudo, o inciso 1º do Artigo 65 da nova lei prevê que: “*os recursos do FATEC serão movimentados em conta específica, administrada pela FAPERJ, que divulgará relatório semestral sobre sua execução*”; e que “*o saldo positivo do FATEC, apurado em balanço*

no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo". Estes novos dispositivos, se regulamentados, representarão uma mudança importante na destinação e utilização de recursos da área de C,T&I no Estado.

Em síntese, a lei abre diversas oportunidades: a elaboração pioneira de uma estratégia de C,T&I para o Estado; o estabelecimento de um conselho ligado ao tema para definir prioridades e orientar políticas públicas de desenvolvimento alicerçadas em ciência, tecnologia e inovação; os diversos instrumentos que podem se combinar para ampliar a inovatividade regional; as possibilidades de estruturação de redes de conhecimento e inovação; e a recuperação de uma robusta fonte de recursos para impulsionar atividades de P,D&I em pequenas e médias empresas, bem como a criação de empresas de base tecnológica. Estes são elementos-chave para dinamizar o Sistema Regional de Inovação do Estado do Rio de Janeiro e colocar a Ciência, Tecnologia e Inovação como eixo estratégico de desenvolvimento econômico e social.

Desenvolvimento territorial

*“A dimensão espacial é, pois, inerente a qualquer política pública e não pode ser ignorada, sejam quais forem os objetivos de um governo, de vez que sociedade e espaço são indissociáveis.”
(Lysia Bernardes).*

Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, é competência dos Estados tratar da dimensão regional das políticas públicas. Da mesma forma, fica facultado a essas unidades da federação⁴⁸, por meio de lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões para fins de planejamento territorial e efetivação de funções públicas de interesse comum.

No Estado do Rio de Janeiro, cuja população é predominantemente urbana, o dispositivo constitucional foi fielmente reproduzido pela Constituição Estadual⁴⁹. Por outro lado, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ, criada em 1974 junto à fusão do Estado da Guanabara como o Rio de Janeiro⁵⁰, passou por diversas alterações em termos de constituição geográfica ao longo dos anos (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2019). Em 2018⁵¹, sua configuração foi atualizada, totalizando assim, 22 municípios.

Além do recorte metropolitano, o Estado do Rio de Janeiro possui mais sete Regiões de Governo e, em sua totalidade, possui 92 municípios. Essa divisão institucional-administrativa foi estabelecida em 1987 para atender o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro, lançado à época pelo Governo Moreira Franco⁵². A proposta funcionava por meio das “regiões programáticas”, cuja principal orientação era a regionalização orçamentária de programas governamentais.

⁴⁸ Parágrafo 3º do art. 25 da Constituição Federal

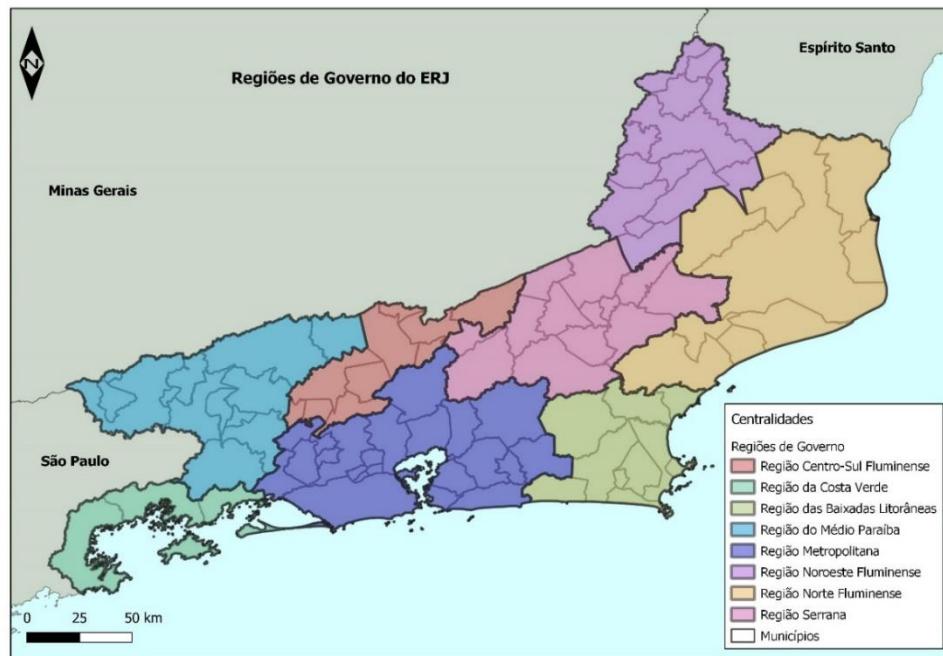
⁴⁹ Artigos 75 e 76

⁵⁰ Lei Complementar nº 20 de 01 de julho de 1974

⁵¹ Lei Complementar nº 184 de 27 de dezembro de 2018

⁵² Lei nº 1.227 de 17 de novembro de 1987

Figura 17 - Regiões Oficiais de Governo do ERJ



Fonte: Elaboração própria

Vale pontuar que a criação de regiões, por meio de ato legal, não resolve, necessariamente, a questão da complexidade territorial e escala regional e, portanto, não implica diretamente na melhoria da qualidade da gestão e oferta de serviços e políticas públicas nos municípios. Sendo assim, entende-se que a perspectiva da dimensão espacial não pode ser confundida com o recorte legal e institucional de regiões determinadas por lei (FIRKOWSKI, 2013).

É papel do planejamento territorial aproximar a compreensão conceitual da escala regional – tratada como fator essencial para organização territorial de vetores de desenvolvimento tecnológico, de infraestruturas e demais fluxos econômicos e demográficos – da compreensão institucional, em que as regionalidades devem ser definidas por legislação estadual, relacionada a interesses comuns e motivada pela necessidade de ordenamento do território. Sendo assim, a regionalização da ação governamental deve estar amparada nas especificidades regionais e na capacidade analítica da realidade territorial, fazendo uso de critérios técnicos bem definidos.

Dessa forma, a institucionalização da dimensão territorial, no âmbito do planejamento, torna-se central para a identificação de interesses e objetivos comuns em

escala local e regional. Nesse sentido, um dos desafios para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios é formalizar regionalidades funcionais, ou seja, institucionalizar ambientes e instrumentos para o atendimento de demandas sociais e/ou territoriais (KLINK, 2013).

Arranjos institucionais colaborativos

A Administração, ao reconhecer a complexidade da dimensão territorial, deve estabelecer uma combinação de elementos técnicos e políticos que possam abrir um diálogo entre a ação pública e as múltiplas espacialidades existentes nos territórios do ERJ. O poder público estadual, nessa direção, precisa reafirmar seu papel fundamental de articulação sociopolítica para o desenvolvimento urbano-regional do estado. Assim, a indução do desenvolvimento econômico e o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais devem ser tratados de forma efetiva e integrada, a partir do fortalecimento dos mecanismos institucionais de planejamento territorial.

A integração das ações de cunho territorial perpassa a definição de governabilidade. Esta, em sua escala regional, deve estar centrada, então, em um processo de permanente construção, visando estabelecer contínuos e criativos arranjos territoriais, articulados, porém, não engessados. Nesse contexto, torna-se imperativa a identificação de atores sociais e agentes econômicos até então não mapeados, saindo de um campo político já explorado para um horizonte de novas possibilidades.

Reforça-se, com isso, a necessidade de o planejador estabelecer interlocutores nos territórios, reforçando canais de diálogo com produtores, empresários e representantes da sociedade civil. Afinal, não cabe ao planejamento apenas a busca por consensos, mas a capacidade de mediar tensões e pontos de vista distintos agentes em torno de políticas, projetos estratégicos e intervenções.

A falta de arranjos de governança regional para pensar o desenvolvimento territorial das regiões fluminenses fortalece ainda mais o “modelo” competitivo e reescalonado entre cidades e empreendimentos territoriais, o que tem como resultado

direto o aumento das instabilidades e disparidades inter-regionais nas economias, particularmente, por meio do crescimento da competição predatória em nível local e regional.

Portanto, para lidar com esses obstáculos, a execução das ações deve tanto fomentar como partir da criação e da realização de fóruns regionais e/ou outras formas de organização territorial que possam permitir uma maior participação da sociedade fluminense na identificação de problemas e na identificação de projetos efetivamente estratégicos.

O presente documento, se por um lado, é resultante da colaboração de diversos técnicos, gestores, políticos e servidores públicos, por outro abre espaço para a participação social dos territórios fluminenses. Inclusive, o plano deve servir de impulso à elaboração de instrumentos complementares de planejamento em escala regional, capazes de produzir e organizar de forma efetiva a construção e aplicação de políticas públicas e investimentos que atendam às especificidades territoriais, identificadas a partir do debate com os atores e instituições locais, municipais e estaduais.

Os arranjos institucionais colaborativos e territoriais oferecem, assim, capilaridade espacial e materialidade ao PEDES, tornando possível diagnósticos regionais detalhados e a proposição de ações mais alinhadas às especificidades territoriais e às características socioeconômicas, culturais e ambientais dos territórios e populações fluminenses.

Estratégias de desenvolvimento territorial

O desenvolvimento territorial está intrinsecamente ligado à estrutura produtiva e às economias locais, por intermédio de uma relação complexa entre vários fatores, tais como emprego e renda, investimentos, inovação, potencialidades locais, recursos naturais existentes, infraestrutura, entre outros.

Cabe ressaltar que da mesma forma que a estrutura produtiva influencia o desenvolvimento territorial, o desenvolvimento territorial também molda a estrutura

produtiva e econômica instalada em determinada localidade. Nesse sentido, para a diversificação das atividades produtivas em um território, vários elementos são decisivos, principalmente, aqueles disponibilizados pelos governos nacionais e subnacionais, tais como os incentivos fiscais, financeiros e locacionais, bem como a melhoria na infraestrutura, capazes de estimular e dinamizar os investimentos em diferentes escalas.

Destaca-se, ainda, que as empresas procuram localidades capazes de equilibrar a existência de mão de obra capacitada, acesso aos insumos, novos mercados e custos eficientes, atrelados à facilidade de logística e, dependendo da indústria, à distância das fontes de recursos naturais.

Esses aspectos se traduzem como fatores de competitividade territorial, sendo necessárias ações coordenadas entre distintos atores, a fim de desencadear sinergias mais profundas para desenvolver economicamente distintos espaços de maneira sustentável ao longo do tempo. Tal desenvolvimento deve ser pautado em uma mudança efetiva e de “reequilíbrio” territorial das atividades produtivas.

Em suma, é essencial consolidar uma competitividade sistêmica nas economias locais e regionais, que seja capaz de adensar as atividades produtivas ali existentes. Portanto, o Estado tem um papel multifacetado no processo de planejamento, sendo indutor central do desenvolvimento socioeconômico, em que suas ações devem ir além da mera atração de empresas com instrumentos meramente fiscais. O principal desafio, então, é a coordenação de decisões de diversos atores, públicos e privados, para criar novas vantagens competitivas específicas que estimulem a interrelação entre vários setores econômicos, o que acarretaria no fortalecimento do sistema econômico estadual e traria ganhos crescentes de produtividade social.

Um plano de desenvolvimento deve estar alinhado às sinergias entre as cadeias produtivas e os parâmetros estruturais da política regional e urbana, bem como à inovação, considerando a dinâmica do mercado de trabalho, a natureza da base produtiva, a pressão demográfica, as formas de ocupação urbana, o aproveitamento econômico das diversas bases de conhecimento, a possibilidade de desenvolver os sistemas regionais de inovação mencionados na seção anterior, entre outros.

Para fins da presente proposta, deve-se considerar duas faces de um aspecto inerente ao desenvolvimento territorial. Por um lado, a execução de políticas públicas se ampara na capacidade de empregar receitas adquiridas pela administração pública, uma vez que, sem essas, tais políticas são fortemente comprometidas. No caso do ERJ, os recursos têm origem majoritariamente tributária, em especial na arrecadação de ICMS, que está diretamente associada ao dinamismo da economia. Deste modo, a sustentação de um espaço no orçamento para cada política pública específica tem como pré-condição que a economia do território fluminense como um todo apresente crescimento necessário para amparar a arrecadação e os recursos destinados para tal orçamento.

Por outro lado, e em um sentido mais profundo, para além das necessidades de receita, o próprio objetivo da despesa pública (e sobretudo dos investimentos públicos) é de intervir e modificar as condições econômicas vigentes, acarretando transformações estruturais de caráter mais permanente e com efeitos sistêmicos que podem auxiliar nos objetivos gerais do poder público.

Nesse contexto, no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro, as missões elencadas neste documento buscam um direcionamento para as políticas públicas estaduais e, consequentemente, para os recursos e orçamentos destinados a elas. Tendo em vista a estrita relação retroalimentada entre recursos fiscais como financiadores de políticas públicas e a promoção de transformações estruturais na economia, o PEDES propõe o desenvolvimento de complexos econômicos e regionais no Estado do Rio de Janeiro.

Os complexos econômicos devem, então, ser objeto de políticas públicas territorializadas, que articulem territórios, mercado e Estado, e que estejam voltadas ao adensamento produtivo. Estas devem, sobretudo, considerar as ações sinérgicas entre distintos agentes e as especificidades locais.

Complexos econômicos como vetor de desenvolvimento regional

Como mencionado anteriormente, a presente proposta do Planejamento Estratégico foi construída tendo como base a metodologia de desenvolvimento por missões por meio da transformação estrutural da sociedade fluminense. Para tratar desta mudança estrutural, no âmbito da Economia Regional, foram definidos seis complexos econômicos, escolhidos a partir de um conjunto de transversalidades (competitividade, territorialidade, infraestrutura e ciência, tecnologia e inovação - CT&I). Tais transversalidades possibilitaram uma análise das atividades econômicas vinculadas a esses complexos, a fim de fomentar a elaboração de políticas públicas que induzam uma efetiva mudança estrutural, principalmente, as que dizem respeito à estrutura produtiva do estado.

No estudo desses complexos econômicos, foram mapeadas suas cadeias produtivas e descritos os seus setores-chave – aqueles com forte potencial indutor de outros setores ou atividades.

O conceito de complexo econômico, por si só, envolve, em primeiro lugar, o conjunto de atividades econômicas relacionadas ao processo de transformação de matérias-primas em um conjunto de produtos finais, de forma sequencial, que estrutura uma cadeia produtiva a partir de suas relações técnicas intersetoriais. Em segundo lugar, envolve a articulação de elos existentes entre diferentes cadeias produtivas, a ponto de formar um bloco com mesma base técnica produtiva. Esse bloco é composto por várias concentrações produtivas, que são distribuídas no território e possuem logística articulada entre elas.

Vale ressaltar que toda a caracterização dos complexos econômicos foi detalhada no Documento Base (Rio de Janeiro, 2023b), que serve de referência para a construção do planejamento estratégico do Estado do Rio de Janeiro. Há que se mencionar, ainda, diversos estudos produzidos ao longo dos anos de 2022 e 2023 que abordaram diferentes questões inerentes ao desenvolvimento socioeconômico sustentável, além do aprofundamento de análises regionais, realizado por meio notas técnicas, que englobam dentre outros assuntos, competitividade regional e análises de instrumentos econômicos, a exemplo da Matriz Insumo-Produto.

Os complexos econômicos identificados como estratégicos foram:

Figura 18 - Complexos econômicos estratégicos para o Rio de Janeiro



Fonte: elaboração própria.

Referente aos critérios específicos que levaram à seleção dos seis complexos, tem-se que:

- 1) Considerando o peso da produção do setor na economia fluminense e o potencial arrecadatório, foi selecionado o Complexo de Petróleo e Gás que foi responsável por 21,2% do PIB do ERJ em 2019⁵³, e, apenas por conta dos *royalties* e participações especiais, por 34,3% da Receita Corrente Líquida do estado em 2022⁵⁴.
- 2) Por meio do critério que estabelece a seleção dos complexos por um marco institucional existente de interação do setor com políticas públicas, foram selecionados os complexos:

⁵³ Proxy para participação da extração de P&G no PIB estadual a partir do exercício de extração hipotética do setor de indústrias extractivas da MIP 12X12 do ERJ (Alerj, 2022).

⁵⁴ Conta realizada com base nos dados do Relatório Fiscal da SEFAZ-RJ.

- Economia da Cultura e do Turismo - o estado se apresenta como uma referência nacional e internacional para atividades culturais e, consequentemente, turísticas. Diversas instituições reconhecem a importância desse complexo, tais como o Ministério do Turismo. A instituição, no seu Mapa do Turismo, apresenta o ERJ possuindo 29% dos seus municípios classificados como tipo A ou B em turismo, quase 3 vezes superior à média dos demais estados. Ademais, o Plano Estratégico do Turismo RJ + 10 anos traz a visão estratégica enquanto um dos maiores destinos turísticos do mundo, sendo fator relevante para o critério de marco institucional.
 - Economia do Mar - possui articulação com diferentes atores, instituições e setores econômicos no ERJ, com destaque para a construção naval, pesca e aquicultura bem como a extração de petróleo e gás natural, cuja atividade no ERJ é realizada exclusivamente no seu mar territorial. O complexo possui, também, um marco institucional para políticas públicas, a Lei Estadual nº 9.466/2021, que define uma política estadual de incentivo e a elaboração de um plano estratégico estadual para a Economia do Mar. Há, ainda, a Comissão Estadual de Desenvolvimento da Economia do Mar - CEDEMAR, vinculada à Secretaria de Estado de Energia e Economia do Mar - SEENEMAR, com a finalidade de formular e propor diretrizes para as políticas voltadas à promoção da Economia do Mar do estado.
 - Economia da Saúde - selecionada por concatenar elementos importantes para o desenvolvimento econômico e por ter articulação constante com instituições públicas de pesquisa, além do interesse de ampliação do complexo manifestado pelo Poder Legislativo Estadual. Trata-se de um caso de referência bem-sucedida do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) no âmbito federal.
- 3) Por meio do critério que estabelece a seleção dos complexos por uma economia diversificada e integrada, foram selecionados os complexos a seguir:
- Economia da Saúde - composta por subsistemas (subsistema de serviços de saúde, subsistema de base química e biotecnológica, subsistema de base mecânica, eletrônica e de materiais e subsistema de informação e

conectividade) que estabelecem uma relação entre diferentes setores industriais e de serviços de diversas cadeias produtivas.

- Petróleo e Gás - possui caráter multidimensional por meio das cadeias *downstream*, *midstream* e *upstream* que evidenciam a relação do complexo com inúmeros setores de atividade econômica nas indústrias extrativa, de transformação e no setor de serviços.
- 4) Por meio do critério que estabelece a seleção dos complexos pelas vantagens competitivas associadas ao progresso técnico, foram selecionados os complexos a seguir:
- Economia da Saúde - possui subsistemas intensivos em tecnologias e aplicações industriais de pesquisas científicas (subsistema de base química e biotecnológica; subsistema de base mecânica, eletrônica e de materiais; e subsistema de base informacional e conectividade), além da possibilidade de criação de negócios que tenham como princípio essas pesquisas (*deep techs*).
 - Petróleo e Gás - possui vínculo com atividades intensivas em tecnologia, sobretudo aquelas ligadas ao processo de extração. Com o advento do pré-sal, por exemplo, foi necessário impulsionar o desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas para que a extração de petróleo fosse economicamente viável. Além disso, o complexo é responsável por um volume alto e recorrente de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, firmando parcerias para a inovação com diversas universidades presentes no ERJ (UERJ, UFRRJ, UFRJ, PUC-Rio, entre outras).
- 5) Por meio do critério que estabelece a seleção dos complexos por sustentabilidade socioambiental e a partir das perspectivas futuras de transição energética e tecnológica, foram selecionados os complexos a seguir:
- Economia Verde - responde às necessidades de preservação e recuperação dos recursos naturais, além de seu uso sustentável (energia renovável; práticas sustentáveis de uso do solo; economia circular) para o desenvolvimento econômico, e a necessidade de descarbonização da economia.
 - Economia do Mar – depende de atividades econômicas, como a pesca, que são altamente dependentes da necessidade de preservação dos mares,

oceano e das regiões costeiras, garantindo a sobrevivência da fauna e da flora, ambas necessárias para o equilíbrio do ecossistema marinho e dos elementos de subsistência humana associados.

- 6) Por meio do critério que estabelece a seleção dos complexos por força de arrecadação, destacam-se os complexos: (i) da Saúde; (ii) de Infraestrutura e Logística; e (iii) de Petróleo e Gás. Estes complexos, historicamente, apresentaram uma capacidade de arrecadação relevante para o ERJ, com destaque para a arrecadação observada no Complexo de Petróleo e Gás através de *royalties* e participações; e para a arrecadação esperada através da promoção de atividades econômicas por meio da Economia da Saúde e dos projetos executados no Complexo de Infraestrutura e Logística.

Quadro 7 - Critérios de seleção e identificação dos complexos econômicos

CRITÉRIOS	COMPLEXO ECONÔMICO
O peso do setor na economia fluminense	Petróleo e Gás
O marco institucional existente de interação do setor com políticas públicas	Cultura e Turismo
	Economia do Mar
	Economia da Saúde
Economia diversificada e integrada	Economia da Saúde
	Petróleo e Gás
Vantagem competitiva associada ao progresso técnico	Petróleo e Gás
	Economia da Saúde
Sustentabilidade Socioambiental	Economia Verde
	Economia do Mar
	Economia da Saúde
Força da arrecadação do complexo	Infraestrutura e Logística
	Petróleo e Gás

Fonte: Elaboração própria.

Síntese da caracterização dos complexos econômicos

Como já mencionado anteriormente, o Documento Base para o planejamento estratégico do Estado aprofundou a análise de cada complexo selecionado. Além disso, este trabalho foi submetido ao debate nas Câmaras Técnicas Intersetoriais (CTs), contando com inúmeras contribuições e críticas por parte de especialistas, gestores públicos e técnicos das diferentes áreas de governo. A seguir é apresentada uma pequena síntese dos complexos econômicos no ERJ e alguns pontos de destaque relativos às

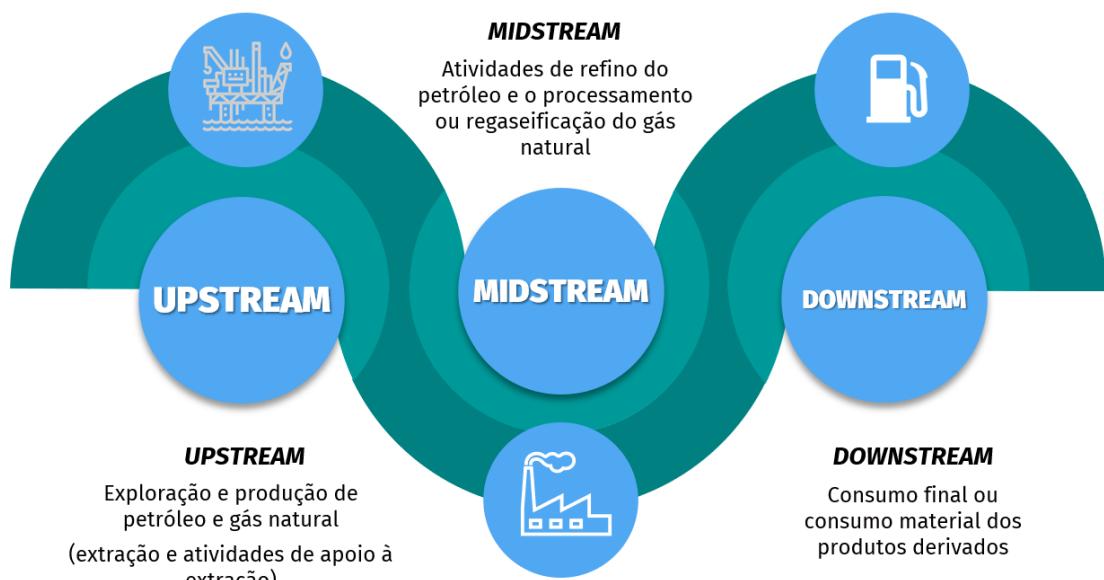
oportunidades que eles oferecem para o desenvolvimento econômico e regional fluminense.

Complexo Econômico de Petróleo e Gás

O complexo representa a principal matriz energética do Estado do Rio de Janeiro, tendo como base a exploração de hidrocarbonetos e seus derivados. Além de incorporar grande parte do desenvolvimento tecnológico da indústria nacional, fornece alguns dos principais componentes para os diversos setores produtivos do país.

A cadeia P&G possui forte transversalidade e encadeamentos com importantes segmentos da economia, como a indústria naval, a farmacêutica e o setor logístico. A estrutura básica da cadeia desse complexo é:

Figura 19 - Estrutura básica da cadeia de petróleo e gás



Fonte: Elaboração própria

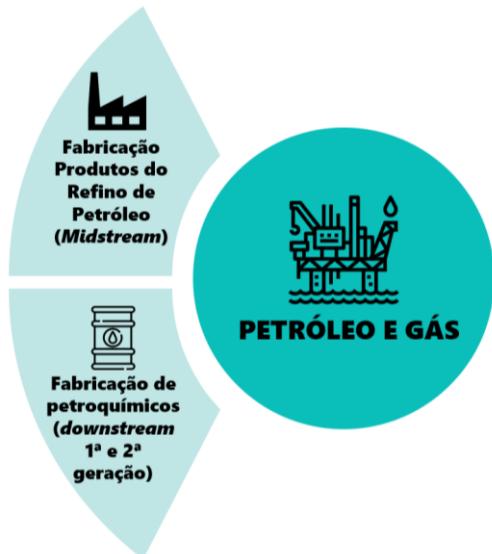
Todo complexo econômico possui um ou mais de um setor líder que representa a força catalisadora para sua transformação contínua, com capacidade de encadeamento para frente e para trás da cadeia produtiva, merecendo, portanto, uma análise específica de sua potencialidade indutora. Com base na Matriz Insumo-Produto do ERJ foi possível identificar os setores líderes do Complexo de Petróleo e Gás, a seguir.

Figura 20 - Setores líderes do complexo de petróleo e gás

SETORES LÍDERES

Para identificação dos setores líderes do Complexo do Petróleo e Gás foram utilizadas: a Matriz Insumo Produto (MIP) e o grau de importância do setor em relação ao complexo que é medido pelo grau de relacionamento do setor em relação ao complexo.

Verificou-se que a extração, o refino e as indústrias de 1^a e 2^a gerações são setores capazes de atrair outros setores, com possibilidade de incremento dos empregos e aumento de arrecadação do complexo de Petróleo & Gás.

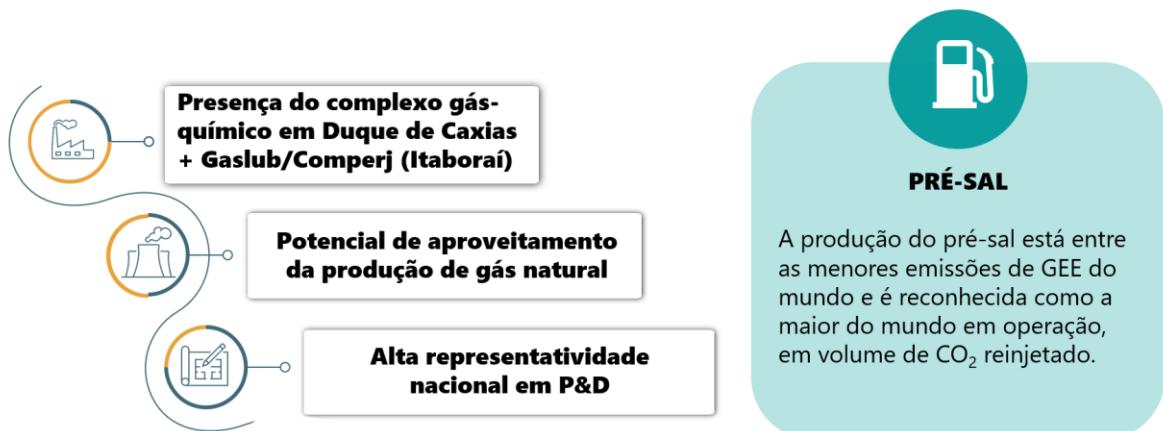


Fonte: Elaboração própria

Há que se mencionar que existem fatores inerentes a determinadas regiões e atividades econômicas que influenciam na alocação de investimentos públicos e privados, aqui chamados de fatores de competitividade. Para cada complexo econômico foram identificados, ao longo de sua análise, esses atributos que tornaria uma atividade econômica em determinada localidade mais vantajosa que as demais. No presente complexo, foram identificados os seguintes fatores:

Figura 21 - Fatores de competitividade do complexo de petróleo e gás

FATORES DE COMPETITIVIDADE



Fonte: Elaboração própria

Muitos são os desafios e oportunidades que podem ser identificados nas atividades inerentes ao Complexo de Petróleo e Gás, há quatro aspectos mais relevantes nesse quesito:

- **Necessidade de interiorizar o consumo e fomentar a indústria do gás natural fluminense, por meio da expansão da estrutura de distribuição e escoamento do gás natural** - Foco no Rota 03 e retomada do Polo Gaslub, existindo a possibilidade de ampliação da rede de gasodutos por meio dos projetos das Rotas 4 e 4B. A ROTA 3 conecta à operação da Bacia de Santos a Itaboraí (RJ)
- **Fraca interação entre os subsistemas de geração e de aplicação do conhecimento** – Há dificuldade de se transformar o conhecimento em tecnologias e inovações produtivas, esse fato minimiza a capacidade de absorção das empresas de todos os portes do sistema de inovação regional.
- **Potencial de compras pouco aproveitado** – Há oportunidade de adensar a cadeia local por meio de contratos com Petrobras e empresas âncoras instaladas no RJ: 70% dos contratos da Petrobras se referem a contratos com empresas (fornecedores) oriundas de outros países, 19% são fornecedores do estado do Rio de Janeiro e 11% são fornecedores de outros estados brasileiros.
- **Poucos encadeamentos para frente** - Há necessidade de criação de ações que visem fomentar o encadeamento para frente, relativo à produção de derivados e utilização em processos de transformação industrial (por exemplo, petroquímicos, fertilizantes, entre outros).

Economia Verde

Com respeito ao Complexo da Economia Verde, este envolve uma economia limpa na produção, mas também inclusiva no consumo e nos resultados, baseada no compartilhamento, circularidade, colaboração, solidariedade, resiliência, oportunidade e interdependência. Se apoia em projetos socialmente inclusivos e com uso eficiente de recursos naturais e sua cadeia produtiva é composta pelos setores apresentados na figura a seguir.

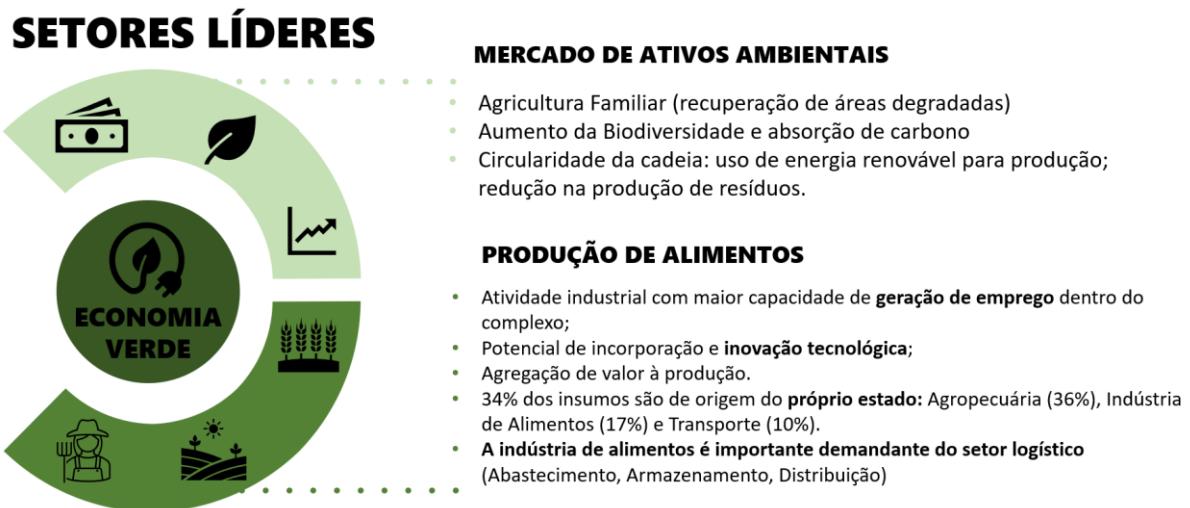
Figura 22 - Estrutura básica da cadeia produtiva da economia verde



Fonte: Elaboração própria

O crescimento desse complexo depende diretamente do desenvolvimento e incremento de novas tecnologias no processo de produção, de forma a agregar valor aos produtos, evitar desperdícios e reduzir os impactos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Seus setores líderes são:

Figura 23 - Setores líderes do complexo da economia verde



Fonte: Percentuais calculados a partir da MIP-RJ (Alerj, 2022)

Com respeito aos fatores de competitividade da Economia Verde, foram identificados três aspectos contidos na figura a seguir.

Figura 24 - Fatores de competitividade do complexo da economia verde

FATORES DE COMPETITIVIDADE



Com relação aos desafios e às potencialidades da Economia Verde no estado do Rio de Janeiro, há quatro aspectos em destaque:

- **Necessidade de recuperação de áreas degradadas do ERJ** – Há necessidade de identificar regiões do ERJ onde é possível a consolidação de atividades econômicas que podem contribuir para a reversão da degradação ambiental.
- **Potencial pouco aproveitado de adensamento da atividade produtiva por meio da indústria de alimentos** – Diversificar a indústria agropecuária, agregando valor e tecnologia aos produtos, além de melhorar a condição de vida e de trabalho do agricultor.
- **Necessidade de regulamentação do mercado de ativos ambientais** – Necessidade de regulamentação dos ativos, de atração de certificadoras e de bancos de fomento para a negociação de créditos de carbono.
- **Necessidade de regulação e redução de custos nos mercados de energia renovável** – Necessidade de consolidar matrizes energéticas de fontes renováveis de forma competitiva.
- **Potencial para desenvolver a economia circular no ERJ** – O desenvolvimento da economia circular contribui tanto para a redução de emissões, por meio da recuperação de resíduos, como fornece à indústria alternativas sustentáveis na oferta de insumos para a produção.

- **Potencial de ampliação da capacidade científica-tecnológica do setor agropecuário do ERJ** – A transição energética e agroalimentar da economia fluminense passa por uma conversão da produção para um modelo agropecuário com base no desenvolvimento sustentável e na inovação.

Economia da Saúde

O Complexo da Economia da Saúde - CES se refere a um esforço nacional de “*consolidação do SUS e de um projeto nacional de desenvolvimento assentado, simultaneamente, na constituição de sistemas universais e em bases produtivas e de inovação fortes, soberanas e socialmente orientadas*” (GADELHA & TEMPORÃO, 2018)

No ERJ, o CES se estrutura por meio de um ecossistema de grupos empresariais, institutos de pesquisa e redes de serviços (público e privado) espacialmente organizada no território. O Estado do Rio de Janeiro assume papel estratégico para o desenvolvimento do CES devido à presença de instituições de pesquisa de referência (ex: Fiocruz, Vital Brazil, universidades) e de uma ampla rede de serviços de média e alta complexidade (ex: INTO, INCA). Sua cadeia produtiva está apresentada na ilustração seguinte.

Figura 25 - Estrutura básica da cadeia produtiva da economia da saúde



Fonte: Elaboração própria

Com os seus potenciais inovativos e de geração de emprego, é possível apontar, para o estado do Rio de Janeiro, a indústria farmacêutica e os serviços como os setores líderes do Complexo da Economia da Saúde. É importante ressaltar que a indústria farmacêutica é responsável pela produção de medicamentos humanos alopáticos, homeopático e fitoterápicos.

Figura 26 - Setores líderes do complexo da economia da saúde

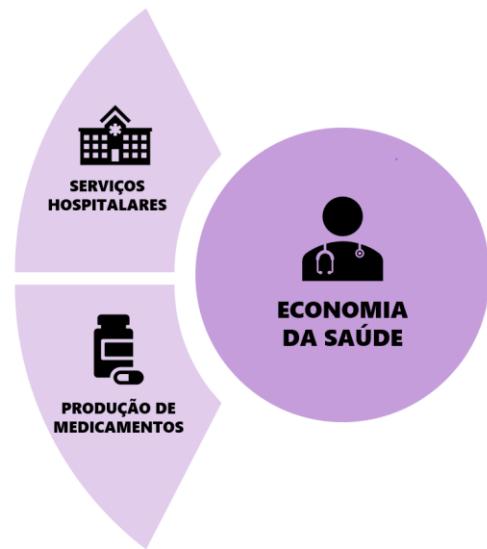
SETORES LÍDERES

PRODUÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS

- O ERJ representa 12% da produção nacional de produtos farmacêuticos;
- Ela potencializa o aproveitamento da infraestrutura fluminense de ciência e tecnologia.
- Possibilita a diversificação da base produtiva de medicamentos (ex: fitoterápicos), tendo a biodiversidade estadual como um fator de competitividade

SERVIÇOS DE SAÚDE

- Funciona como o motor de crescimento do Complexo Econômico da Saúde, pois interliga todos os demais subsistemas, convergindo para atenção à saúde;
- Setor que mais oferece emprego formal e está capilarizado por todo o território fluminense;
- Importante demandante de produtos dos outros subsistemas.

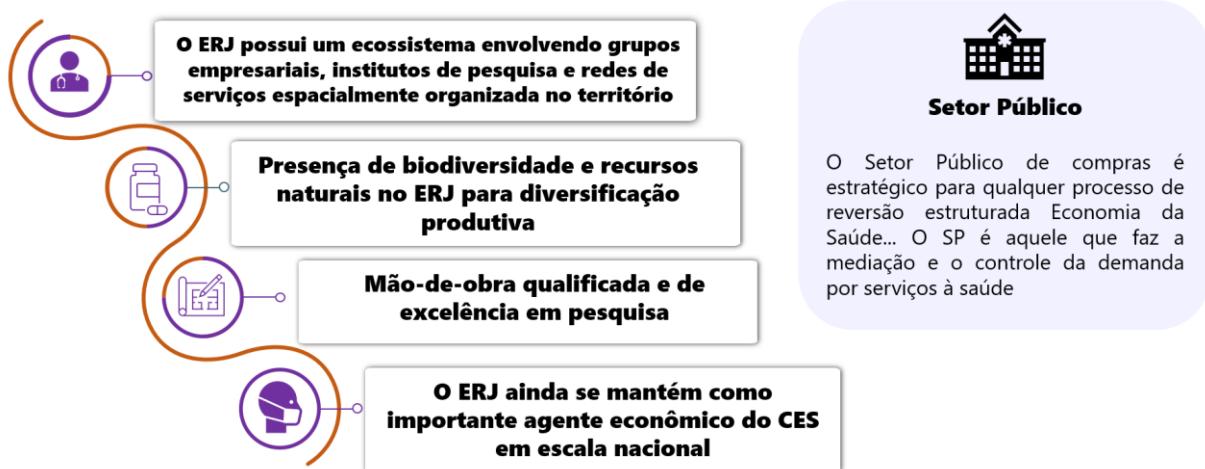


Fonte: Elaboração própria. Percentuais calculados a partir da MIP-RJ (Alerj, 2022)

A característica dessa indústria farmacêutica possibilita que haja uma grande diversificação na produção de medicamentos, incluindo aí, os medicamentos da biodiversidade. Assim, a indústria de medicamentos fitoterápicos, para alguns especialistas é uma janela de oportunidade, tendo a biodiversidade nacional como um dos seguintes fatores de competitividade:

Figura 27 - Fatores de competitividade do complexo da economia da saúde

FATORES DE COMPETITIVIDADE



Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos desafios e às potencialidades identificadas ao longo da análise da Economia da Saúde no estado do Rio de Janeiro, a seguir é apresenta a síntese de como o complexo pode afetar diretamente na economia do ERJ por meio de quatro aspectos:

- Potencial pouco aproveitado de regionalização do CES como vetor de desenvolvimento** – A dinâmica da estrutura de serviços local mobiliza territórios, identifica demandas especiais e abre possibilidades para o uso de tecnologia e informação, promovendo o desenvolvimento territorial, estratégia que não é plenamente aproveitada e implementada no ERJ.
- Potencial pouco aproveitado do setor de compras públicas para a promoção do desenvolvimento** – Os gastos em saúde no ERJ representaram R\$ 24 bilhões em 2019. É preciso pensar como aproveitar esse volume de recursos direcionando-o para a promoção e fomento, no que for possível, das atividades produtivas do complexo.
- Necessidade de recuperação da indústria do complexo no ERJ** - Processo fundamental para a redução das importações de produtos da saúde e diversificação econômica.

Economia do Mar

A Economia do Mar se refere ao conjunto de atividades econômicas direta ou indiretamente relacionadas à utilização, à exploração ou ao aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos dos mares, oceanos e águas interiores, que geram trabalho, emprego e renda, de forma sustentável, e incorporam projetos e investimentos à estrutura produtiva fluminense, com o fito de contribuir, em caráter duradouro, para o aumento da arrecadação e para a promoção da inclusão social. (art. 2º da Lei nº 9.466/2021)

As atividades econômicas compreendidas por este complexo são:

Figura 28 - Estrutura básica da cadeia produtiva da economia da mar



Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista aspectos importantes para o desenvolvimento socioeconômico, como perfil de mão de obra, intensidade de tecnologia, inovação, incentivos, geração de emprego e função social, foram selecionados os seguintes setores econômicos, que possuem efeitos multiplicadores no emprego e na renda, bem como os que estimulam atividades de outras cadeias produtivas, sendo catalisadores do desenvolvimento:

Figura 29 - Setores líderes do complexo da economia do mar

SETORES LÍDERES

PESCA E AQUICULTURA

Destaques para a função socioeconômica, em especial na geração de trabalho e renda bem como na segurança alimentar;

DEFESA

Destaques para a função socioeconômica, em especial na geração de trabalho e renda bem como na segurança vinculada e soberania nacional;

CONSTRUÇÃO NAVAL

Destaques: na Matriz Insumo-Produto nacional atividade é relevante, mas não é representativa na estrutura produtiva estadual; a Extração de Petróleo e Gás é importante demandante da Indústria Naval (MAI), pelos investimentos em bens de capital, como plataformas e navios de apoio; o potencial de geração de emprego.



Fonte: Elaboração própria.

Com respeito aos fatores de competitividade da Economia do Mar, tendo em vista a grande relevância na história, cultura e economia do estado do Rio de Janeiro, o tamanho da costa, a existência de baías, enseadas, lagoas e afins que apresentam inúmeras potencialidades econômicas para a indústria naval e náutica; para o segmento de Defesa; para as práticas turísticas, de esporte e de lazer; para a pesca, aquicultura e biotecnologia marinha etc. Ressaltam-se os seguintes fatores:

Figura 30 - Fatores de competitividade do complexo da economia do mar

FATORES DE COMPETITIVIDADE



Fonte: Elaboração própria.

É notório que esse conjunto de atividades relacionadas à Economia do Mar são fontes de oportunidades para o Rio de Janeiro e o adensamento de sua estrutura produtiva. Contudo, há que se mencionar também alguns obstáculos observados. Os desafios e as oportunidades mais relevantes analisados são:

- **Urgência em recuperação da construção naval** - Apesar da perda da importância na produção nos últimos anos da indústria naval e náutica do estado, e tendo em vista que políticas de incentivo são, majoritariamente, federais, torna-se necessário políticas de fomento para a retomada do segmento. Esse processo depende da criação de uma governança envolvendo o governo estadual, o governo federal e os grandes *players* do mercado (ex: Petrobras).
- **Necessidade de aumentar a complexidade econômica das atividades pesqueiras e melhor aproveitar o potencial pesqueiro do ERJ** - Necessidade de apropriação de conhecimento científico e tecnológico e qualificação da mão de obra, em especial, das cadeias produtivas da pesca e aquicultura.
- **Falta de infraestrutura adequada para o desembarque pesqueiro e o escoamento da produção** – Diante da aquisição da área do Antigo Estaleiro Caneco, há a potencialidade de o espaço disponibilizar serviços de apoio à atividade pesqueira, tendo como desafio o desenvolvimento da atividade na região no entorno da Baía de Guanabara.
- **Necessidade de implementação de marcos legais importantes para o planejamento costeiro e marinho no ERJ** – Necessidade de elaboração do planejamento espacial marinho, em especial, a gestão espacial marinha e o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC-RJ)
- **Baixo aproveitamento econômico da biodiversidade marinha** – Existência abundante de fonte para desenvolvimento, fabricação e comercialização de bioproductos destinados a áreas como saúde, alimentação, cosmética, agricultura, controle de poluição etc.

Infraestrutura e Logística

Em relação ao Complexo de Infraestrutura e Logística destaca-se o seu papel de suporte à atividade produtiva. Ele abrange tanto a infraestrutura física (urbana - abastecimento de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações) como a infraestrutura logística de cargas (portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, dutovias, centros logísticos).

A cadeia produtiva básica abarca, ainda, a construção civil e seus complementos, como produção de cimento, de areia, metal mecânica, de material elétrico, siderúrgica, de madeira, de vidros, de tintas, cerâmica, de softwares de gestão e automação, gráfica e de embalagens, além dos serviços de segurança, de transporte, de arquitetura etc. A cadeia pode ser ilustrada da seguinte forma:

Figura 31 - Estrutura básica da cadeia produtiva da infraestrutura e logística



Fonte: Elaboração própria.

Considerando essas atividades, foram identificados os seguintes setores líderes para o Complexo de Infraestrutura e Logística:

Figura 32 - Setores líderes do complexo da infraestrutura e logística



Fonte: Elaboração própria.

Com respeito aos fatores de competitividade, os principais aspectos que estão relacionados ao Complexo de Infraestrutura e Logística são:

Figura 33 - Fatores de competitividade do complexo da infraestrutura e logística

FATORES DE COMPETITIVIDADE



Fonte: Elaboração própria.

Já em relação aos desafios e potencialidades, pode-se identificar os seguintes:

- **Déficit de infraestrutura urbana no ERJ, com destaque para o saneamento e a oferta de moradia popular** – O ERJ contratualizou a universalização do saneamento no estado, contudo, o estado detém um índice de atendimento de esgoto de apenas 67,8% (SNIS, 2021). Além

disso, há a necessidade de avançar sobre a despoluição de mananciais estratégicos para o abastecimento da população;

- **Necessidade de recuperação da infraestrutura aeroportuária fluminense** – Consolidar o ERJ como *hub* aéreo e aproveitar de forma integrada as bases aeroportuárias dos aeroportos do Galeão e do Santos Dumont, além de recuperar aeroportos estratégicos no interior, torna-se urgente e fundamental como estratégia de desenvolvimento econômico e de atração de investimentos locais;
- **Necessidade de realizar melhorias na malha rodoviária do ERJ** – É necessário aprimorar os processos de renovação de concessões federais e estaduais e de avaliação e monitoramento das mesmas; além da recuperação de estradas vicinais no interior do estado;
- **Necessidade de integrar a plataforma logística regional fluminense** - Como estratégia de fortalecimento da infraestrutura regional por meio da viabilização de escoamento eficiente da produção local bem como para o aproveitamento dos entrepostos localizados no estado, é necessário realizar o esforço de integração da malha ferroviária local, rodovias e bases portuárias. A título de exemplo, a viabilização da “cintura” ferroviária do país (EF – 118 / Rio-Vitória) e a sua integração com as redes ferroviárias que levam ao Centro-Oeste do país e ao sul fluminense tornam-se estratégias fundamentais para o desenvolvimento do estado e para oportunidades de comércio internacional por via do escoamento de cargas. Além disso, a disponibilidade de novos centros logísticos de cargas é uma necessidade urgente que se configura como necessária para viabilização do adensamento produtivo e da indústria local.

Economia da Cultura e Turismo

O Complexo de Cultura e Turismo pode ser entendido como o ambiente de relações entre oferta, distribuição e demandas culturais e turísticas. Dessa forma, o complexo busca mapear as restrições individuais que limitam os bens e serviços culturais e turísticos, sinalizar caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável e sugerir ações a serem tomadas para que distorções sejam corrigidas. Em suma, desenvolver o Complexo de Cultura e Turismo consiste em um valioso mecanismo para formulação,

monitoramento e avaliação dessas políticas públicas, cuja cadeia produtiva pode ser sistematizada em:

Figura 34 - Estrutura básica da cadeia produtiva da cultura e turismo

CADEIAS PRODUTIVAS



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao setor líder, a partir dos dados de mercado de trabalho e das relações setoriais via MIP-RJ, identificou-se o setor audiovisual como estratégico. Esse se evidencia pela sua capacidade de geração de empregos e interligação com os demais setores no ERJ e pela participação (e liderança) que o estado tem nesse segmento brasileiro. Com políticas públicas direcionadas para o setor, o estado será capaz de consolidar a sua liderança na produção de conteúdo inovadores/tecnológicos nas atividades que fazem parte da rede que compõe o setor audiovisual.

Figura 35 - Setores líderes do complexo da cultura e turismo

SETORES LÍDERES

Os setores com maior participação no complexo da cultura no estado do Rio de Janeiro são: editorial (29,67%), festas e celebrações (23,46%) e audiovisual (22,36%).

A participação do estado do Rio de Janeiro no total de empregos do Brasil no setor de audiovisual equivale a 13,96%.



Fonte: Percentuais calculados a partir da Rais/MTE

A cultura diversa, na capital e no interior, os atributos musicais e gastronômicos, produtos registrados com indicação geográfica com agregação de valor e identidade singular são evidentes diferenciais do estado do Rio de Janeiro. O desenho territorial ao longo da costa e com grande quantidade de espelhos d’água, oferece oportunidades culturais, turísticas e desportivas, para além dos pontos consagrados da capital, inclusive para a propagação de esportes aquáticos competitivos e não competitivos. Seus fatores de competitividade são:

Figura 36 - Fatores de competitividade do complexo da cultura e turismo

FATORES DE COMPETITIVIDADE

1

O ERJ possui um **setor de audiovisual relevante no cenário nacional.**

2

O ERJ possui ativos naturais, culturais e uma rede de serviços que o colocam em posição privilegiada no cenário nacional do turismo.

Fonte: Elaboração própria.

Com respeito aos desafios e as potencialidades de Cultura e Turismo para o desenvolvimento do complexo são identificados:

- **Necessidade de fortalecimento do sistema estadual de turismo** - Promover a sinergia entre seus órgãos componentes para a implantação da política estadual e o desenvolvimento do turismo sustentável.
- **Necessidade de fortalecimento das regiões turísticas do ERJ** – Necessidade de estimular os municípios a planejar, ordenar, gerir, monitorar e divulgar experiências turísticas de forma sustentável e segura, individualmente e em parceria com outros municípios, para fortalecer as regiões turísticas.
- **Necessidade de desconcentrar atividades do Complexo de Cultura e Turismo pelos territórios e regiões fluminenses** – É necessário estabelecer políticas públicas para alavancar a produção e o desenvolvimento regional/local, redistribuindo atividades do complexo por todo território fluminense, haja vista a forte concentração atual na capital e região metropolitana.
- **Necessidade de produção de informação e instrumentos de governança para a criação de sistema de análise e monitoramento do complexo de cultura e turismo** – A inexistência de acompanhamento perene de dados e informações sobre as atividades relacionadas ao turismo impacta negativamente na formulação de políticas públicas, na sua governança e desenvolvimento.
- **Necessidade e potencial de implementar processos inovativos em cultura** – É necessário estabelecer redes de inovação e conhecimento nucleadas pelos grandes *players* existentes no estado.
- **Necessidade de institucionalização de fontes de financiamento** – Existem fontes diretas de financiamento público de atividades culturais, sobretudo via incentivos fiscais, subsídios e outros. Contudo, considerando as especificidades das atividades culturais (sazonalidades, mão de obra informal etc.), é preciso criar mecanismos de financiamento para o incentivo à capilaridade e consolidação econômica da cultura em termos regionais.
- **Necessidade de aprimoramento da participação democrática e accountability** - Embora os conselhos de cultura se configurem como inovações institucionais de ampliação dos espaços de deliberação pública,

as entidades não são iguais e poucas têm condições de arcar com os custos da participação e capacidade técnica para intervir efetivamente na agenda, havendo problemas temporais e financeiros, de nivelamento de conhecimentos, informação bem como falta de competências especializadas.

Caminhos para o desenvolvimento: atendimento às missões por meio de ações estratégicas

A proposta de reconhecer o desenvolvimento territorial justifica-se por conta das transversalidades e da necessidade de territorializar as estratégias para o atendimento e o alcance das oito missões para o ERJ. A escolha dos complexos econômicos, nesse sentido, permite alinhar desafios e cenários futuros trazidos pelas missões com as potencialidades e os fatores de competitividade das atividades produtivas e especificidades da economia regional fluminense.

Conforme descrito anteriormente, o presente plano contou com a contribuição de especialistas, técnicos e órgãos setoriais da Administração Pública, por meio das Câmaras Técnicas Intersetoriais e oficinas de trabalho. Nesses espaços, diante dos desafios postos para o desenvolvimento sustentável fluminense, foram debatidas e estabelecidas as ações estratégicas (AEs) para o PEDES.

Para definição e seleção das ações, as propostas precisariam atender aos seguintes critérios:

- 1. Geração de emprego e renda:** a ação deveria ter claro potencial de geração de emprego e renda, seguindo a premissa do Planejamento Estratégico;
- 2. A ação deveria estar alinhada às atividades econômicas da base técnica do complexo:** seguindo o recorte dos seis complexos econômicos selecionados pela metodologia do Planejamento Estratégico do ERJ, as propostas devem lidar com os problemas estruturais tratados no âmbito de cada complexo;
- 3. Alinhamento da ação estratégica com as missões:** considerando que o plano tem como base o desenvolvimento por missões, o escopo de atuação das ações estratégicas deve contemplar, em alguma medida, as oito missões;
- 4. Territorialidade:** um importante critério considerado foi a capacidade de intervenção da ação no desenvolvimento territorial das regiões fluminenses. A capilaridade espacial dos efeitos de cada uma delas foi fator preponderante para sua escolha.

Como síntese final do plano, podemos visualizar o Mapa Estratégico do PEDES. As ações propostas estão organizadas por eixos de desenvolvimento e são destinadas ao atendimento das missões ou à consolidação dos complexos econômicos e regionais do ERJ.

PREMISSAS

- O aumento da capacidade de investimento do Estado do Rio de Janeiro
- A geração de emprego e renda
- O planejamento de base territorial
- A gestão baseada em evidências

DESAFIO

Desenvolvimento econômico regional de longo prazo, inovativo e social e ambientalmente sustentável do Estado do Rio de Janeiro

DIRETRIZES

- A redução das desigualdades sociais e regionais do estado
- A diversificação e integração da economia fluminense
- O desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa e a inovação
- Vantagens competitivas associadas ao progresso técnico
- Sustentabilidade socioambiental

MISSÕES

- 1 Erradicação da extrema pobreza
- 2 Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
- 3 Segurança hídrica do território fluminense
- 4 Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro
- 5 Redução do impacto dos resíduos sólidos
- 6 Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
- 7 Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego
- 8 Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas

COMPLEXOS ECONÔMICOS

- 1 PETRÓLEO E GÁS
- 2 ECONOMIA VERDE
- 3 ECONOMIA DA SAÚDE
- 4 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
- 5 ECONOMIA DO MAR
- 6 ECONOMIA DA CULTURA E DO TURISMO

EIXO ESTRATÉGICO 1**A ciência, tecnologia e inovação como principal vantagem competitiva econômica**

- Desenvolver setores correlatos de média alta e alta tecnologia, com base nos exemplos bem-sucedidos e nos arranjos institucionais já consolidados da cadeia de Petróleo e Gás, especialmente, na área das energias de transição – solar, hidrogênio verde, eólica offshore.
 - Fortalecer a atuação da assistência técnica rural e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico agropecuário com vistas à consolidação de cadeia produtiva de alimentos inclusiva, inovadora e sustentável.
 - Aprimorar as tecnologias de informação em saúde para organização do setor de compras em escala regional.
 - Fomentar projetos de pesquisa aplicada para atendimento às demandas já identificadas dos setores pesqueiro e aquícola, a fim de desenvolver, em diferentes escalas e modalidades, técnicas produtivas que envolvem a segurança do pescado e a eficiência produtiva.
 - Elaborar um programa de desenvolvimento da biotecnologia marinha, que promova a qualidade dos produtos do mar; a utilização de biotecnologia em atividades econômicas e na revitalização de ambientes marinhos.
 - Qualificar a mão de obra, principalmente em áreas com forte teor inovativo e que atenda as demandas culturais e turísticas.
 - Fomentar a produção e a difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais através do fomento direto a projetos e empreendimentos culturais, incubação de empreendimentos criativos e pesquisa, visando ao desenvolvimento dos diversos setores da cultura.
- Estimular a capacitação ou instalação de fornecedores locais, industriais e de serviços com foco nos setores dinâmicos da economia fluminense.
 - Fomentar a criação de empresas de base tecnológica a partir da base de conhecimento existente no estado.
 - Estimular a interação universidade-empresa em todas as suas dimensões, principalmente no âmbito da Transferência de Tecnologia.
 - Fomentar a difusão de inovação entre MPMEs por meio da articulação de empresas com Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) com foco os setores tradicionais.
 - Estabelecer uma coordenação adequada das diferentes políticas públicas de apoio à inovação, combinando instrumentos do lado da oferta e do lado da demanda.
 - Promover a aproximação com ecossistemas de inovação de sucesso em outros estados.

EIXO ESTRATÉGICO 2**O desenvolvimento territorial**

- Implementar novas rotas de escoamento de Gás Natural no ERJ.
- Reativar e ampliar as atividades do Polo GASLUB.
- Ampliar a produção florestal nas regiões do estado.
- Recuperar áreas degradadas pelo reflorestamento com espécies nativas.
- Garantir o escoamento e distribuição da produção agropecuária.
- Regulamentar o mercado de carbono e de negociação de ativos ambientais.
- Reorganizar as Redes de Atenção à Saúde para desconcentrar as atividades produtivas e de serviços do complexo no estado.
- Utilizar consórcios públicos de saúde para gestão mais eficiente de recursos.
- Orientar o poder de compra do estado para estimular a diversificação da produção regional relacionada ao complexo da Saúde.
- Efetivar governança que implemente instrumentos necessários ao desenvolvimento dos estaleiros navais instalados do estado.
- Estruturar o Centro de Excelência do Pescado Fluminense, disponibilizando capacitação e ponto de recebimento de pescado e produtos relacionados.
- Instituir instrumentos necessários de ordenamento espacial das atividades inerentes à Economia do Mar.
- Consolidar o ERJ como hub aéreo do país, ampliando e aprimorando a rede de aeroportos regionais.
- Mapear a real demanda por habitações populares para orientar investimentos federais e estaduais.
- Cumprir a meta da universalização do saneamento, priorizando a oferta de água com qualidade à população e o tratamento de esgotos.
- Recuperar e ampliar a malha rodoviária prevista.
- Viabilizar a implantação de condomínios industriais e de centros de consolidação e desconcentração de cargas.
- Definir modelagem que viabilize a plataforma logística do ERJ, integrando a rede ferroviária às bases portuárias.
- Efetivar governança colaborativa para a implantação da política de turismo sustentável e seu desenvolvimento.
- Apoiar os municípios na gestão da oferta de experiências turísticas para fortalecer as regiões turísticas de forma sustentável.
- Fortalecer e difundir as expressões da diversidade cultural fluminense.
- Produzir, apoiar e sistematizar informações voltadas à gestão e ao planejamento do turismo e da cultura fluminense.
- Desenvolver critérios de análise de políticas culturais.
- Incentivar eventos de pequeno porte da cultura popular.
- Efetivar um sistema para colhimento de pedidos de enquadramento em incentivos fiscais relacionados ao esporte.
- Estimular a atração de novas empresas para fortalecer uma rede de fornecedores locais em ambiente de vantagem competitiva.
- Ampliar a produção de alimentos baseada na transição agroecológica e no apoio à agricultura familiar.
- Aumentar a produção de energias oriunda de fontes renováveis.
- Implementar a economia circular no ERJ por meio da cadeia da reciclagem.
- Estimular a produção de insumos do Complexo da Saúde, aproveitando as plantas industriais de Bio-Manguinhos e a capacidade produtiva do IVB-RJ.
- Aumentar a produção de pescado pelo fomento da pesca artesanal e aquicultura familiar, adequando condições de comercialização e consumo.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO GOVERNAMENTAL

1

A governança sob uma perspectiva analítica

2

Políticas públicas indutoras

3

Financiamento

CONCLUSÃO

A equação para o desenvolvimento sustentável deriva de um equilíbrio estratégico entre escolhas e consequências. O grande desafio para a gestão pública do Estado do Rio de Janeiro, no panorama atual, é conjuminar, da melhor forma possível, uma invejável janela de oportunidades que se avizinha – as ações e obras do PAC, a Agenda 2030, a revisão das concessões, a consolidação dos marcos regulatórios etc – com as urgências estruturais e as potencialidades da economia fluminense, em sintonia com os fatores portadores de futuro.

Isso requer aprimoramentos nas estruturas de governança, que por sua vez não podem prescindir de um suporte técnico que forneça bases analíticas, com informações e dados para a tomada de decisões. No propósito de contribuir para que os elementos dessa equação sejam suficientemente conhecidos, dimensionados e acompanhados, o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social** tratou de elencar missões, definir complexos econômicos, setores líderes e eixos estratégicos de ação. Um Plano de Estado, em construção metodológica referendada por literatura internacional, com alcance de longo prazo, capaz de orientar os demais planos e instrumentos normativos do planejamento estadual.

O PEDES representa o trabalho de quase dois anos, derivado das premissas do Plano de Recuperação Fiscal, sendo que suas diretrizes (Decreto 48.404, de 16/03/23) estabelecem a necessidade de constante atualização e complementações. Isso porque a essência do Plano repousa no território e sua finalidade é o bem estar da população fluminense. Tanto o maior equilíbrio no desenvolvimento regional, como a qualidade de vida (IDH do Estado do RJ), são variáveis de grande dinamismo e complexidade, que, há muitas décadas, clamam por um olhar mais coerente sobre suas necessidades e soluções consequentes.

Além disso, é imprescindível ampliar cada vez mais os canais de diálogo entre as instâncias de governo e a sociedade civil, de forma que a abrangência dos atores envolvidos assegure a indispensável coparticipação na priorização dos projetos.

O PEDES apontou os desafios e direcionamentos estratégicos, com base em evidências. Os fatores limitantes não são poucos, nem tampouco triviais. Mas iniciativas

como essa, estimuladas e legitimadas, trazem um novo alento para a inserção do Estado em um exitoso porvir.

O Rio de Janeiro, que sempre se notabilizou como berço de conhecimento, inovação e caixa de ressonância no país, tem rara oportunidade para adotar um modelo de gestão que logre superar as graves dificuldades acumuladas, coadunando planejamento e orçamento numa agenda de efetivos resultados para o soerguimento do Estado.

REFERÊNCIAS

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ. **Nota Técnica nº 01/novembro/2020 - O potencial representado pelo Sistema Produtivo de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro e implicações para o desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro, RJ, 2020.

_____. **Matriz Insumo Produto do Rio de Janeiro - 2019.** Assessoria Fiscal da Alerj, 2022. Disponível em: <https://www.assessoriafiscalrj.org/>.

ALI, P. C.; JESUS, L. A. N. de.; RAMOS, L. L. A. **Espaços livres de uso público no contexto da segurança urbana.** Ambiente Construído, 20(3), 67–86, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-86212020000300418>

BASSI, C. M. **Fundos Especiais e Políticas Públicas: uma discussão sobre fragilização do mecanismo de financiamento.** Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), Textos para Discussão nº 2458, 2019.

BRANDÃO, C; SIQUEIRA, H. **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasil, DF: Diário Oficial da União, 2006.

_____. **Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira.** Brasília, DF. 2^a ed. 1º reimpressão. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR). **Relatório Estadual de Gestão de 2019 – Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://sinir.gov.br/relatorios/estadual/>

_____. **Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.** Secretaria de Estado de Fazenda. 2022. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/transparencia/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3aWCC42000028339>

_____. **Cartilha Orientativa de Emendas parlamentares:** Emendas em Educação. Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2023/emendas/cartilhas/MEC.pdf>.

_____. **Cartilha de Emendas Parlamentares.** PLOA 2023. Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2023/emendas/cartilhas/FNS.pdf>.

_____. **Cartilha Parlamentar.** Ministério do Turismo, 2022/ 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2023/emendas/cartilhas/MTur.pdf>.

_____. **Emendas Parlamentares 2023. Infraestrutura de Transportes:** Obras federais prioritárias para o país. Ministério da Infraestrutura, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2023/emendas/cartilhas/MINFRA-Sudeste.pdf>.

_____. **Entenda a Gestão - Emendas Parlamentares.** Controladoria-Geral da União. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/605525-emendas-parlamentares>.

_____. Ministério do Desenvolvimento e da Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome. **Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional como foco na desnutrição** (MapaInSAN). Brasília, DF, 2023.

BUSS, P. M. **Promoção da saúde e qualidade de vida.** Ciência & Saúde Coletiva, 5(1), 163–177, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-8123200000100014>

CAVALCANTE, P. **Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM.** Brasília: Ipea. Texto para Discussão, n. 2319, 2017.

_____ ; PIRES, R. **Governança pública: construção de capacidades para a efetividade da ação governamental.** Brasília: Ipea. Nota Técnica, n. 24, 2018.

EGLER, C. **Nodalidade e rede de cidades na América do Sul.** Confins, n. 16, 2 nov. 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Mapeamento dos Fluxos de Recicláveis Pós-Consumo no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ, 2022.

FIRKOWSKI, Olga. Metrópoles e Regiões Metropolitanas no Brasil: Conciliação ou Divórcio? In: FURTADO, Bernardo; KRAUSE, Cleandro; FRANÇA, Karla C.B de (orgs.). **Território metropolitano, políticas municipais:** por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: Ipea, p. 21-52, 2013.

FUNDAÇÃO CEPERJ. **Cadernos de estudos urbano e regionais: o caso da metrópole fluminense.** Fundação Ceperj: Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, fev., 2019. Disponível em: <http://www.fesp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=93>.

FURTADO, C. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Entre inconformismo e reformismo.** Estudos Avançados, v.4 n.8 São Paulo Jan./Apr. 1990.

GADELHA, C. A. G.; TEMPORÃO, J. G. **Desenvolvimento, Inovação e Saúde: a perspectiva teórica e política do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 23, n. 6, pp. 1891-1902, 2018

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. **Inventário de Emissões de GEE – Ano de 2015.** Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/publicacoes/publicacoes-inea/relatorios-e-inventarios/>

JANNUZZI, P. de M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais.** Revista De Administração Pública, 36(1), p. 51-72, 2002. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6427>.

_____. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 56, n. 2, p. p. 137-160, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v56i2.222. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>. Acesso em: 31 ago. 2023.

KLINK, J. **A escalaridade e a espacialidade do (novo) desenvolvimentismo: uma exploração conceitual para o debate.** In: BRANDÃO; SIQUEIRA (orgs.). Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 19-38, 2013.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. C. R. **The Brazilian Innovation System: A Mission-Oriented Policy Proposal.** Brasília: CGEE, 2016.

MARTINS, H. F.; MARINI, C. **Governança Pública Contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual.** Brasília: Revista do TCU, n. 130, 2014.

OCDE. **Coerência nas políticas.** Relatório da 27ª Sessão do Comitê de Gestão Pública, 2003.

PENNA, C. C. R. **Mission-oriented approach to innovation policy for long-term smart growth in Latin American countries: a conceptual note. Institutional innovation-led growth: a commitment with the future (RG-T2726)** (Mimeo: IADB), 2018.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2020.** Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf

RIO DE JANEIRO. Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. **I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, RJ. 2018, Disponível em: <http://redesans.com.br/rede/wp-content/uploads/2020/01/plano-san-estado-rio.pdf>

_____. **Lei nº 8625, de 18 de novembro de 2019.** Dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural sustentável, de agroecologia e de produção orgânica no estado do rio de janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

_____. **Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro,** 2022. Disponível em:

<http://www.fazenda.rj.gov.br/transparencia/content/conn/UCMSServer/uuid/dDocName%3aWCC42000028339>.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **desafio.** Rio de Janeiro, junho de 2023. Disponível em

https://www.redor.planejamento.rj.gov.br/legislacao/manuais/CLASSIFICADOR%20de%20PLO_Ed_1_06_2023v1.pdf

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 001/2022/SUBPLE - Base conceitual da metodologia.** Rio de Janeiro, julho de 2022. Disponível em: <http://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica- -no-001.2022.SUBPLE.pdf>

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 002/2022/SUBPLE - Competitividade.** Rio de Janeiro, agosto de 2022a. Disponível em: http://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-Competitividade.SEI-120001_007617_2022.pdf

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 003/2022/SUBPLE - Centralidades.** Rio de Janeiro, outubro de 2022b. Disponível em: <http://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-no-003.2022.SUBPLE-Centralidades.pdf>

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 004/2022/SUBPLE - Ciência, Tecnologia e Inovação.** Rio de Janeiro, outubro de 2022c. Disponível em: <http://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-no-004.2022.SUBPLE-Ciencia-Tecnologia-e-Inovacao-no-ERJ.pdf>

_____. de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 005/2022/SUBPLE - Infraestrutura e Logística.** 2022d. Disponível em: <http://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-no-005.2022.SUBPLE-Infraestrutura-e-Logistica.pdf>

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 006/2022/SUBPLE - Resultado Fiscal Estrutural para o Estado do Rio de Janeiro: Metodologia e Aplicação para a Definição de Políticas Anticíclicas.** 2022e. Disponível em: <http://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-no-006.2022.SUBPLE-Resultado-Fiscal-Estrutural-para-o-ERJ.pdf>

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 001/2023/SUBPLE – Metodologia Insumo Produto no Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro.** 2023a. Disponível em: <https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/04/Nota-Tecnica-no-001.2023.SUBPLE-Metodologia-Insumo-Produto-no-Planejamento-Estrategico.pdf>

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social. Documento Base (3 volumes).** 2023b. Disponível em: <https://www.estrategia.planejamento.rj.gov.br/#/biblioteca/118>

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 001/2023/SUBPLE – Metodologia de Redes de Complexidade Econômica no Planejamento Estratégico.** 2023c. Disponível em: <https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp->

<content/uploads/2023/04/Nota-Tecnica-no-002.2023.SUBPLE-Metodologia-de-Complexidade-Economica.pdf>

_____. Secretaria de Estado de Saúde. “**Duas Faces da Insegurança Alimentar em crianças no Estado do Rio de Janeiro – ano 2022**”. Rio de Janeiro, RJ, 2023. Disponível em:

https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NTc2MTM%2C#:~:text_=DO%20RIO%20DE%20JANEIRO%20%E2%80%93%20ANO,dados%20preocupantes%20de%20obesidade%20infantil. Acessado em 15/08/2023.

_____. **Converj**. Disponível em: <http://www.converj.rj.gov.br/converj/>.

_____. **Siafe**. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/siaferio/>.

SANCHES, O. M. (2002). **Fundos Federais: origens, evolução e situação atual na administração federal**. Brasilia, DF, 2002. V. 39, n°. 154, p. 269-299.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora USP, 2005

SANTOS, G. O. S.; PENNA, C. C. R.; LA ROVERE , R. L. **Missão Covid-19: potenciais e limites para a construção de uma Política de Inovação Orientada a Missões**. Revista Economia Ensaios, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 38, n. 1, 2023. DOI: 10.14393/REE-v38n1a2023-64766. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/64766>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SIMÕES, R. F.; et al. **Centralidades e Hierarquia Urbana em Minas Gerais: Uma Visão Prospectiva**. Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira, in: Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

SOBRAL, B. **Metrópole do Rio e projeto nacional: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território Rio de Janeiro**. Editora Garamod, 2013.

_____. **A evidência da estrutura produtiva oca: O ERJ como um dos epicentros da desindustrialização nacional.** In: Monteiro Neto, A.; Nunes de Castro, C.; Brandão, C. (orgs.) Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

_____. **Finanças públicas fluminenses e tensão federativa: Uma abordagem da crise a partir das especificidades econômicas e do marco de poder.** Síntese: Revista da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do ERJ, v. 13, p. 12-31, 2019.

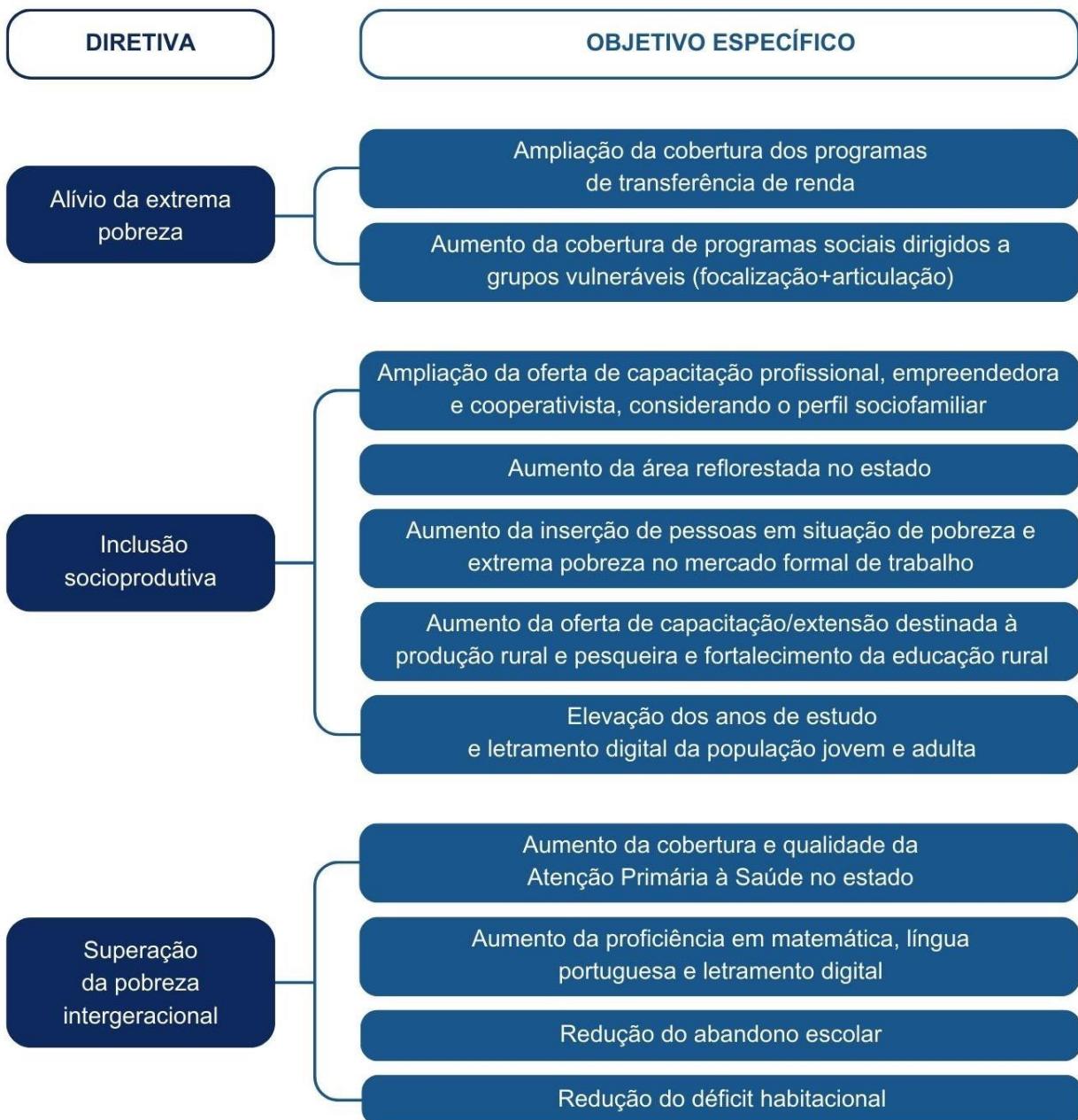
TRABUCO, Luiza. **Comida importa? a trajetória de conformação do estado do rio de janeiro como importador de alimentos.** In: Anais do V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Anais. Salvador (BA) UFBA, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/VENPSSAN2022/495031-COMIDA-IMPORTA-A-TRAJETORIA-DE-CONFORMACAO-DO-ESTADO-DO-RIO-DE-JANEIRO-COMO-IMPORTADOR-DE-ALIMENTOS>. Acesso em: 06/09/2023

ANEXO I

DIRETIVAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR MISSÃO

Missão 1: Erradicação da extrema pobreza

Figura 37 - Missão 1: Erradicação da extrema pobreza



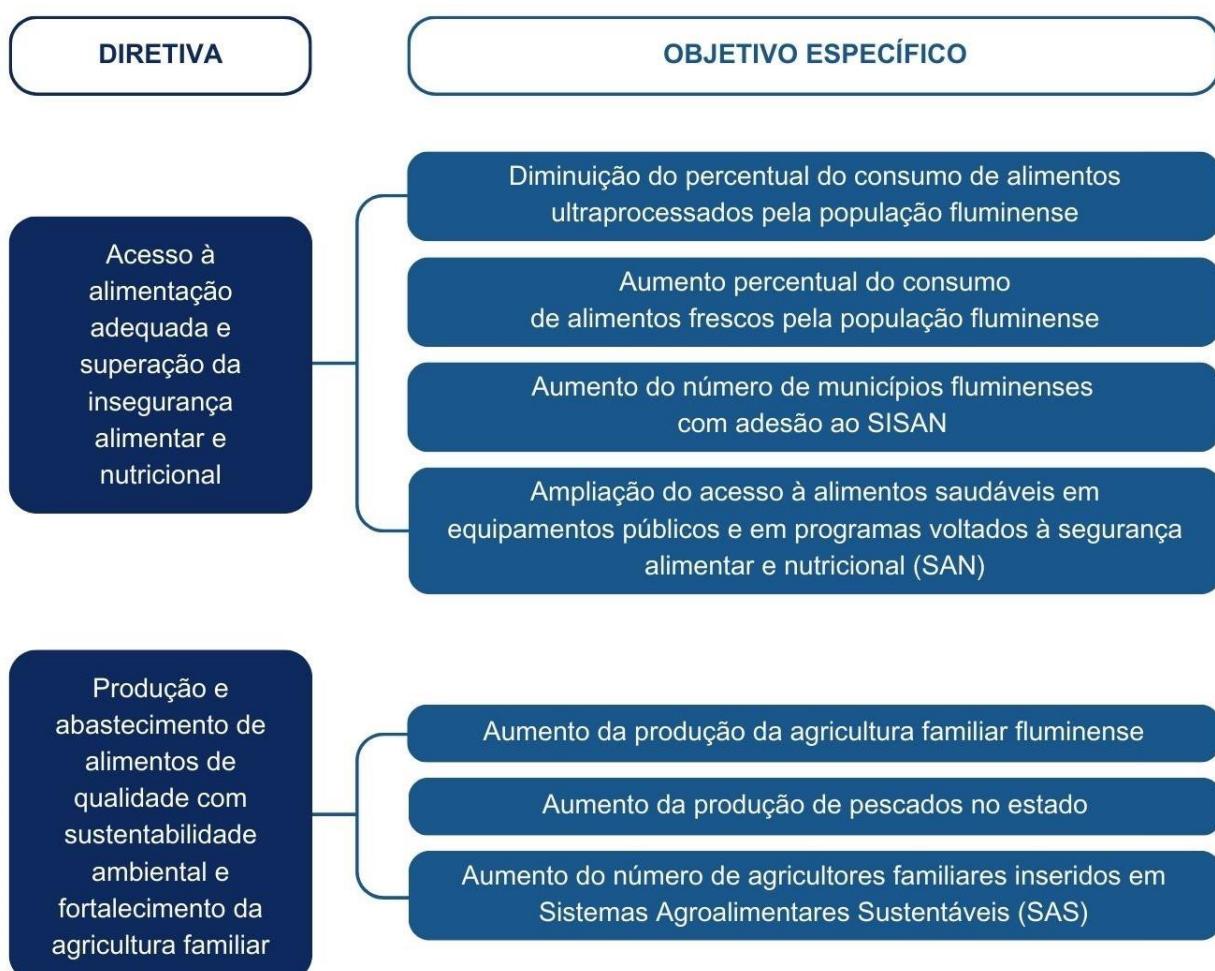
Fonte: Elaboração própria.

Diretrizes da Missão 1:

- Busca por aumento da renda dos produtos rurais
- Aumento dos empregos ligados à cadeia agropecuária e pesqueira
- Democratização do acesso à terra e regularização fundiária
- Aumento da formalização dos agricultores e pescadores
- Aumento do valor agregado da produção agropecuária e pesqueira

Missão 2: Segurança alimentar e nutricional da população fluminense

Figura 38 - Missão 2: Segurança alimentar e nutricional da população fluminense



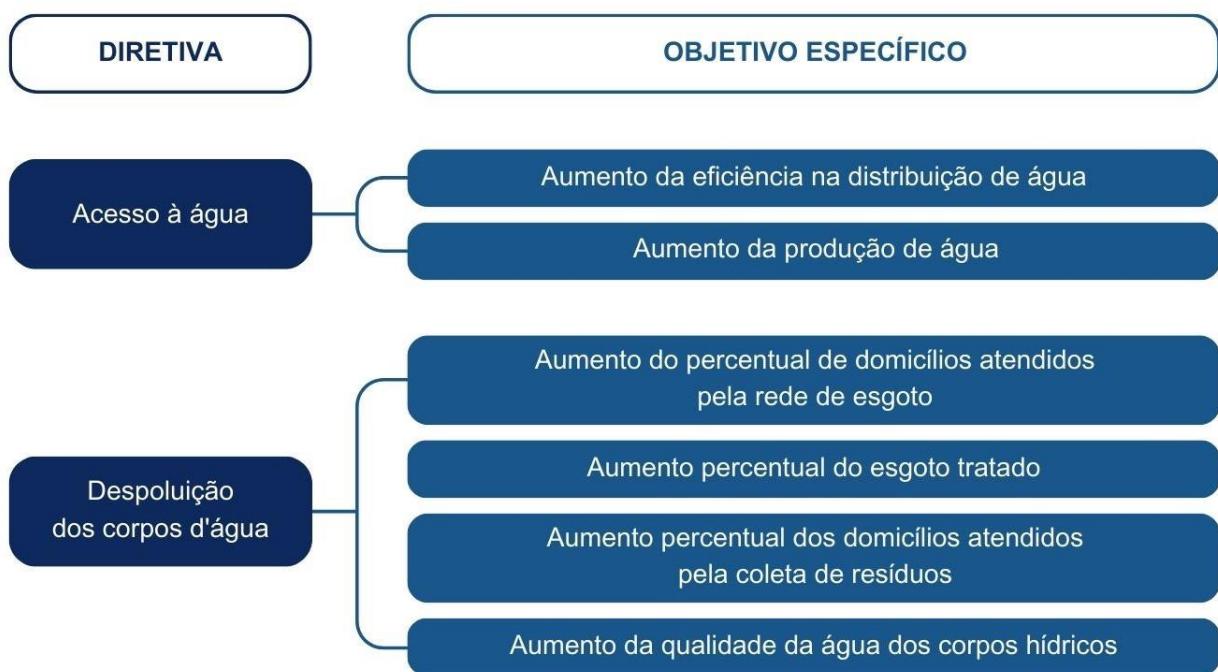
Fonte: Elaboração própria.

Diretrizes da Missão 2:

- Incentivar ampliação/introdução de alimentos da Mata Atlântica na transição agroecológica
- Fortalecimento das cooperativas e associação de agricultores e pescadores
- Melhorar a infraestrutura logística de escoamento e distribuição da produção agropecuária e pesqueira do estado
- Introdução e ampliação de mecanismos e instrumentos regulatórios com fins de contribuir com a redução do consumo de alimentos ultraprocessados
- Acesso a crédito por agricultores familiares e pescadores
- Aumento da produção de alimentos oriundos de área urbana e periurbana
- Monitoramento e controle de agrotóxicos

Missão 3: Segurança hídrica do território fluminense

Figura 39 - Missão 3: Segurança hídrica do território fluminense



Fonte: Elaboração própria.

Diretrizes da Missão 3:

- Racionalização do consumo
- Proteção de mananciais

Missão 4: Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro

Figura 40 - Missão 4: Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria.

Diretrizes da Missão 4:

- Conservação da biodiversidade
- Investimentos na demanda e oferta de energia limpa
- Eletrificação da frota estadual

Missão 5: Redução do impacto dos resíduos sólidos

Figura 41 - Missão 5: Redução do impacto dos resíduos sólidos



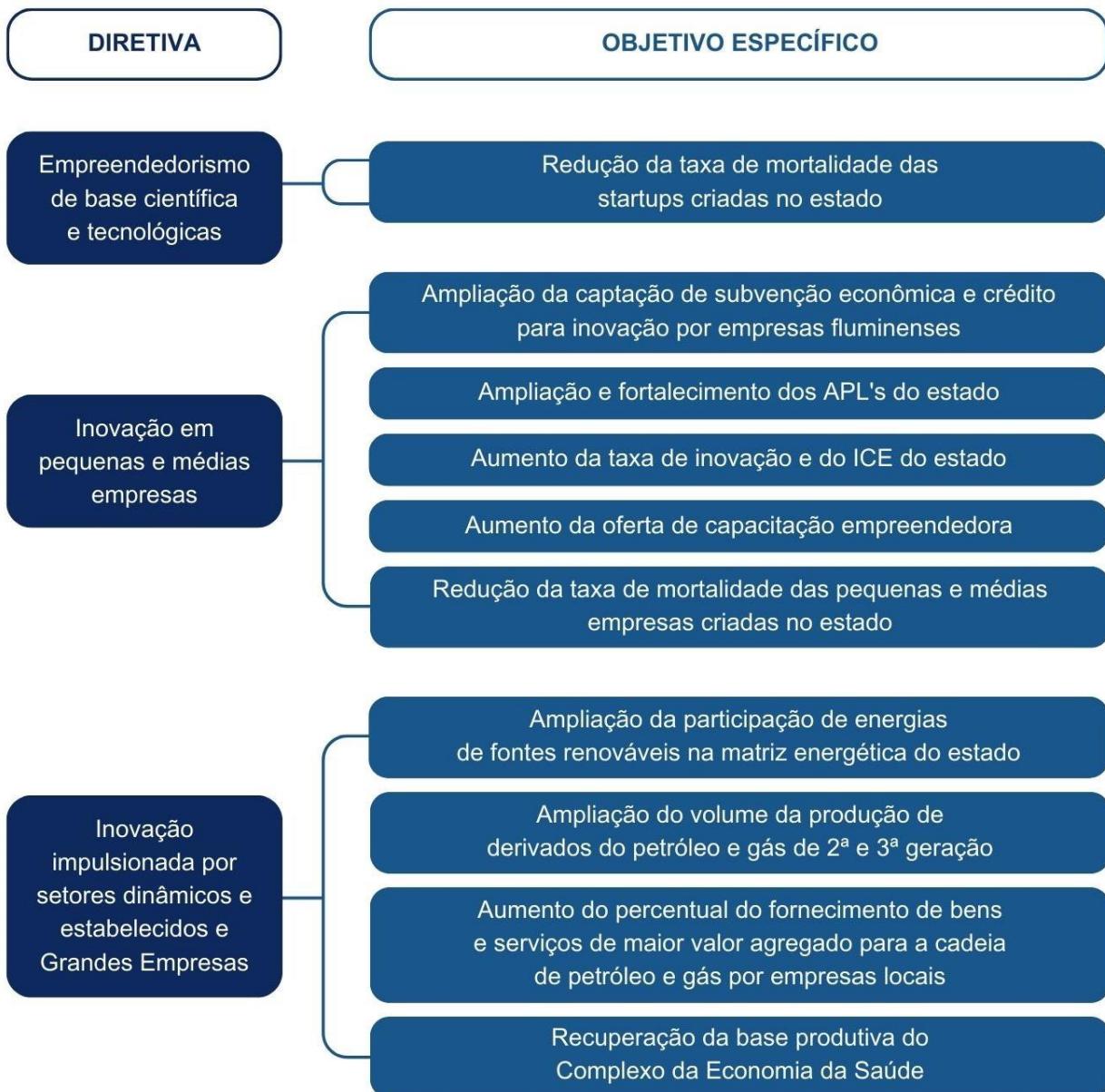
Fonte: Elaboração própria.

Diretrizes da Missão 5:

- Incentivar o uso de materiais recicláveis
- Incentivar catadores de forma cooperativa

Missão 6: Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento

Figura 42 - Missão 6: Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento



Fonte: Elaboração própria.

Diretrizes da Missão 6:

- Interação Universidade-Empresa
- Aumento da incorporação de tecnologia na produção agropecuária do estado.
- Melhorar o cenário para sobrevivência das startups criadas no estado.
- Dinamização do Sistema Regional de Inovação (SRI) do estado.

Missão 7: Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro

Figura 43 - Missão 7: Ampliação e desconcentração territorial



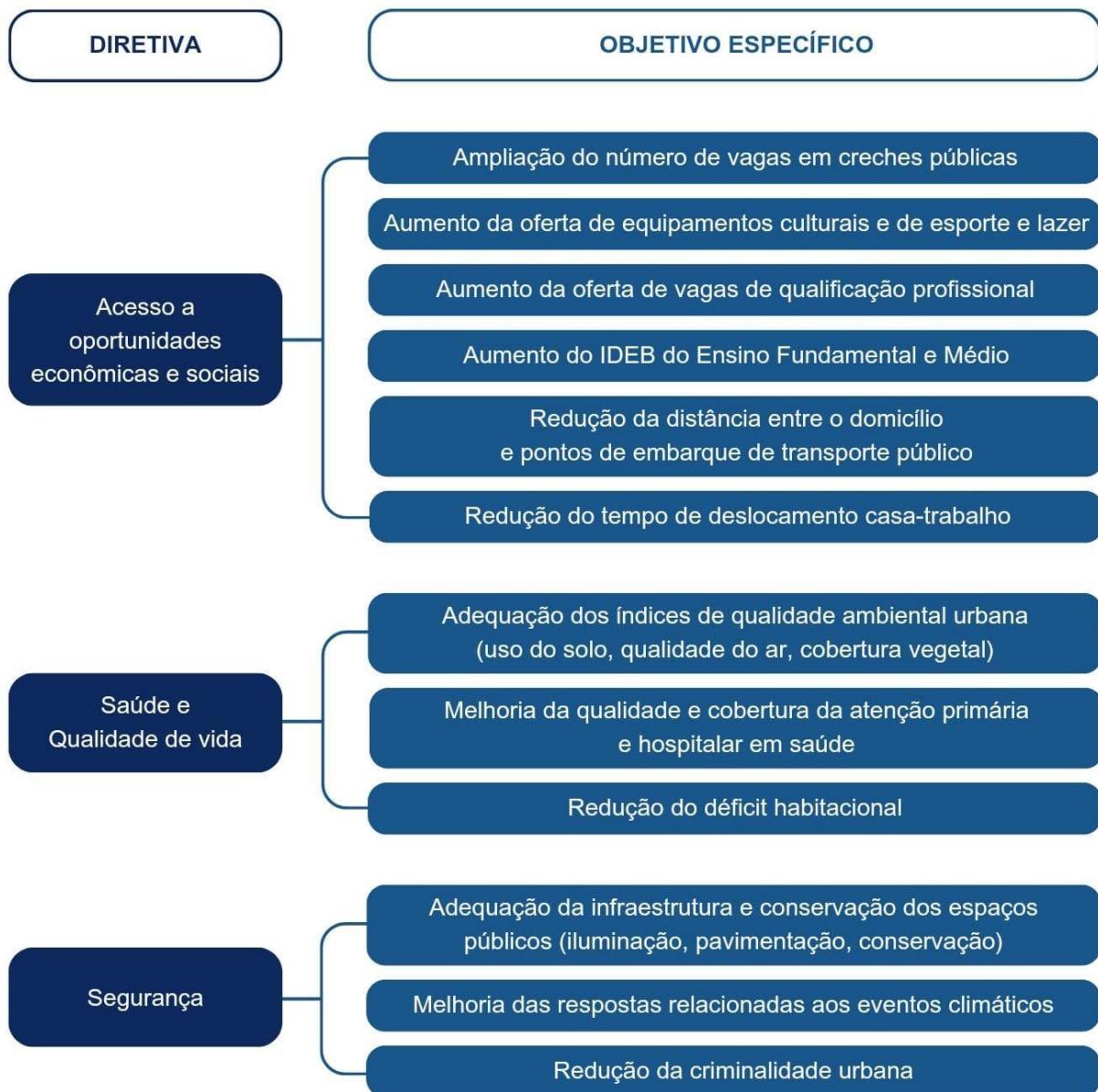
Fonte: Elaboração própria.

Diretrizes da Missão 7:

- Fortalecimento das pequenas e médias empresas locais.
- Atração de investimentos.

Missão 8: Economias urbanas fortes e cidades ambientalmente inclusivas

Figura 44 - Missão 8: Economias urbanas fortes e cidades ambientalmente inclusivas



Fonte: Elaboração própria.

Diretrizes da Missão 8:

- Potencializar a economia local por meio de atividades relacionadas às marcas regionais e aos APL's.

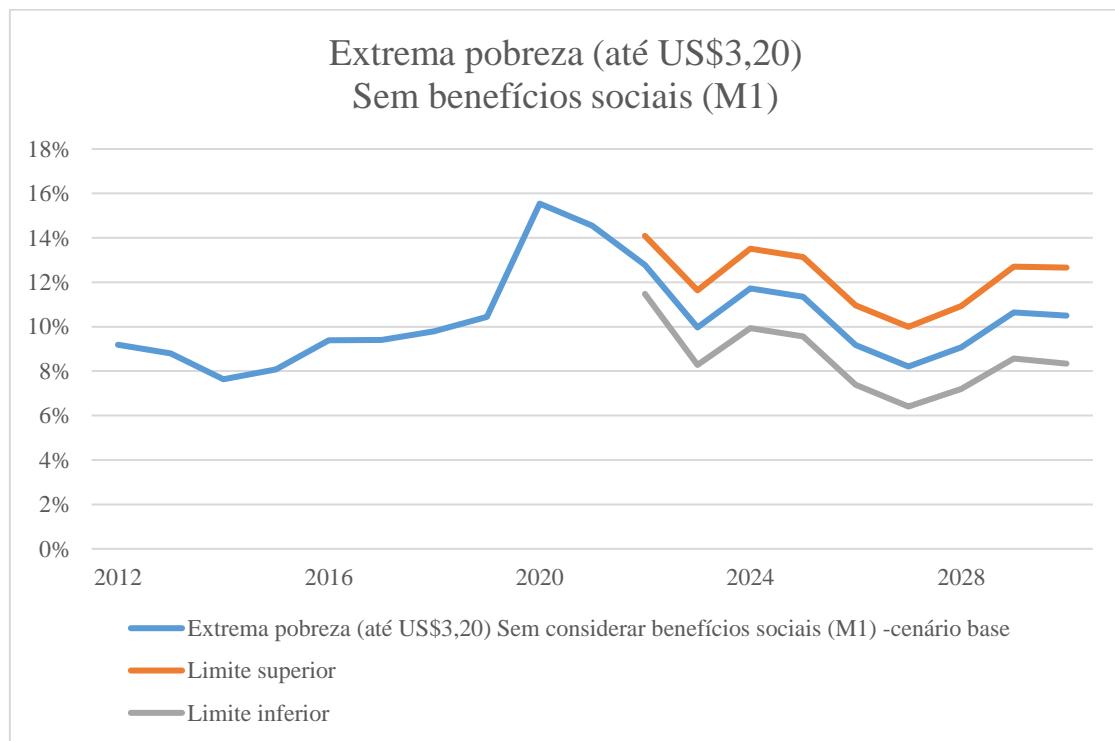
SÉRIE HISTÓRICA E PREVISÃO

Buscando ilustrar o comportamento dos indicadores ao longo do tempo, são apresentados gráficos para cada missão com os registros observados historicamente e a projeção a partir de modelos de médias móveis, descrito no tópico a seguir. A projeção é expressa em um intervalo que, no gráfico, é representado pela linha base média e pelos limites máximo e mínimo. Tal intervalo explicita o cenário provável que se espera, caso não ocorram eventos grandiosos imprevistos ou mudanças significativas na execução de políticas públicas, inclusive a efetiva implementação do planejamento estratégico.

A disponibilidade de dados da Missão 2 (Segurança alimentar e nutricional) e da missão 8 (Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas) oferecem quantidade restrita de medições a ponto de impossibilitar uma projeção a nível minimamente adequado.

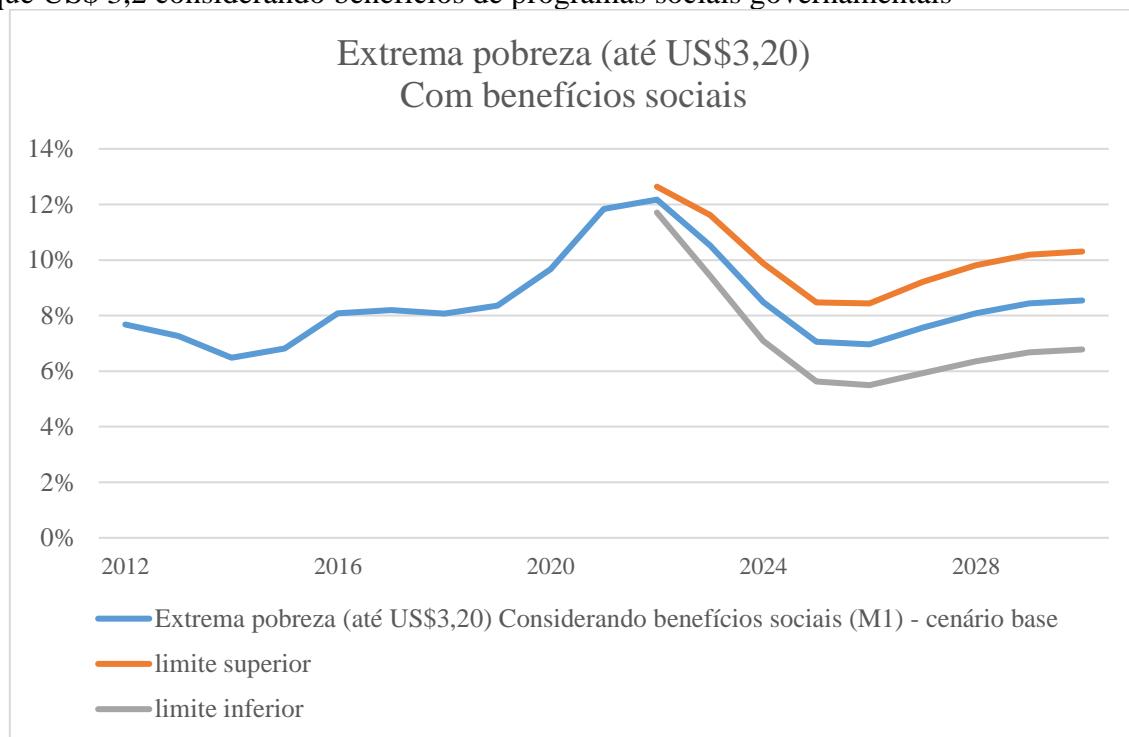
Missão 1: Erradicação da extrema pobreza

Gráfico 1 - Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 3,2 sem considerar benefícios de programas sociais governamentais



Fonte: elaboração própria com base nos dados IBGE/Síntese dos Indicadores Sociais

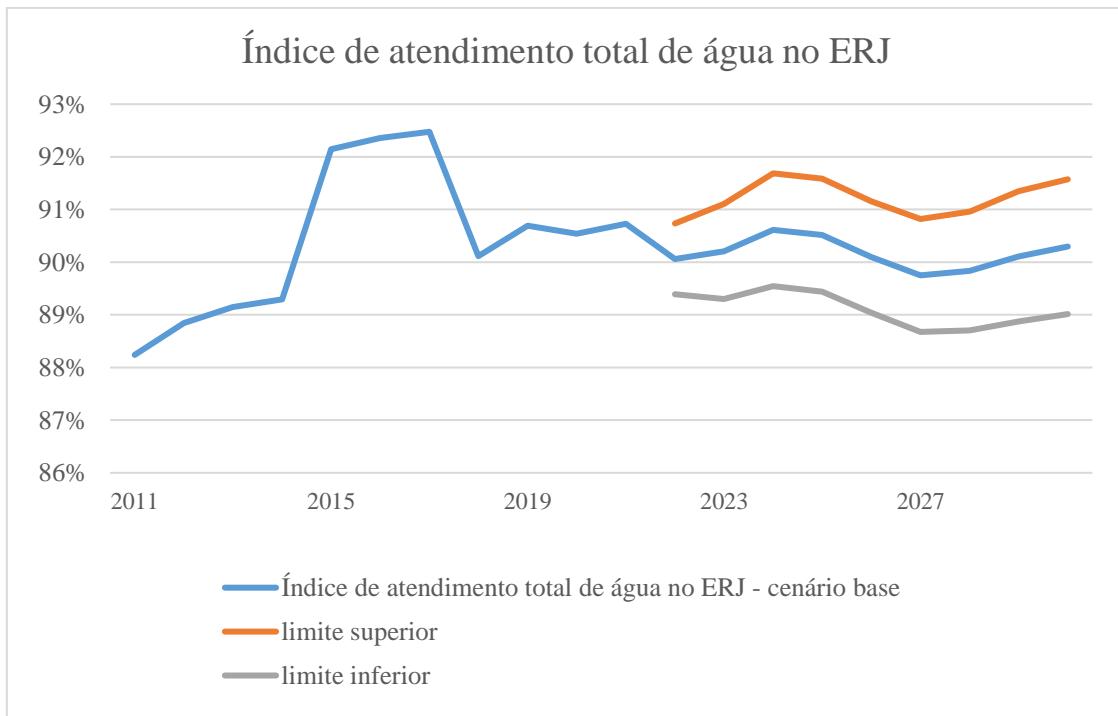
Gráfico 2 - Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 3,2 considerando benefícios de programas sociais governamentais



Fonte: elaboração própria com base nos dados IBGE/Síntese dos Indicadores Sociais

Missão 3: Segurança hídrica do território fluminense

Gráfico 3 - Índice de atendimento total de água no estado do Rio de Janeiro

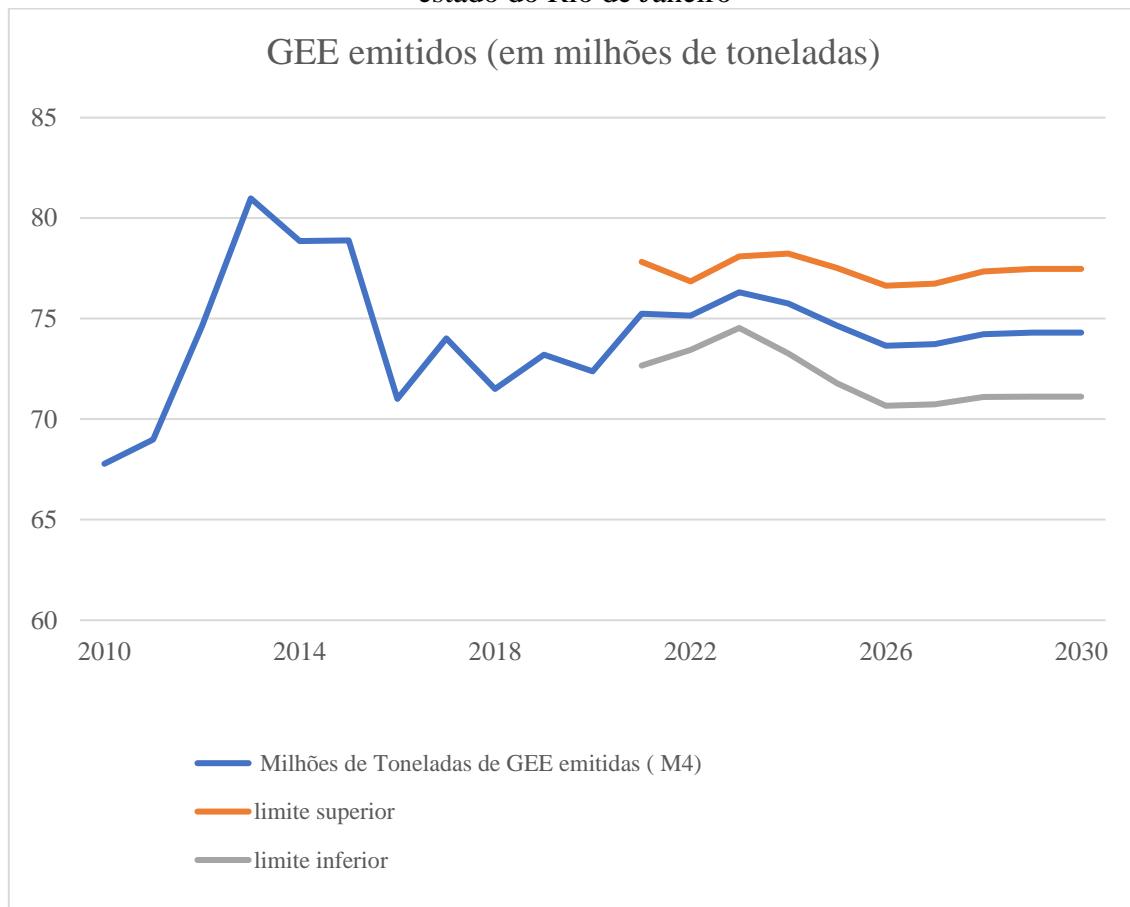


Fonte: Elaboração própria com base nos dados SNIS

Missão 4: Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro

A quantidade de Gases de Efeito Estufa - GEE emitidas por ano, em toneladas, são dados do inventário nacional de carbono.

Gráfico 4 - Gases de Efeito Estufa (GEE) emitidas por ano, em milhões de toneladas, no estado do Rio de Janeiro

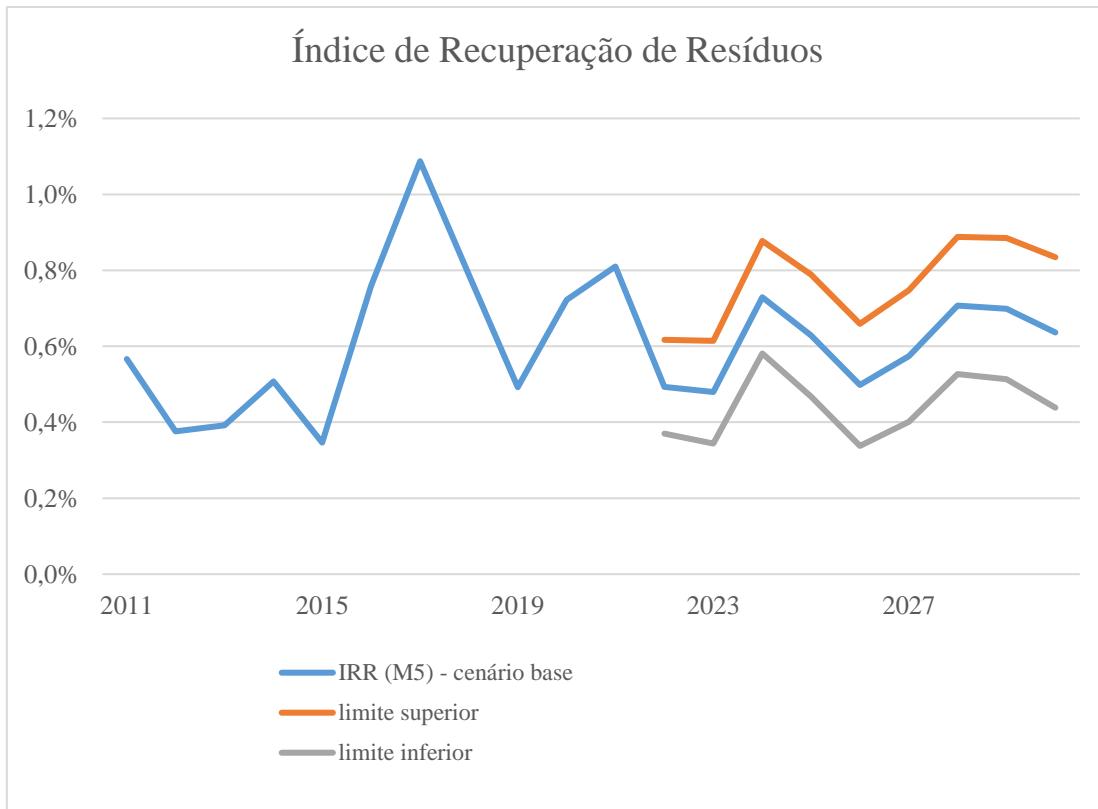


Fonte: elaboração própria com base nos dados da SEEG

Missão 5: Redução do impacto dos resíduos sólidos

O Índice de Recuperação de Resíduos - IRR mensura o volume de resíduos que são recuperados para reuso, reciclagem ou transferência energética, em relação ao volume de resíduos brutos coletados.

Gráfico 5 - Índice de Recuperação de Resíduos (IRR) no estado do Rio de Janeiro



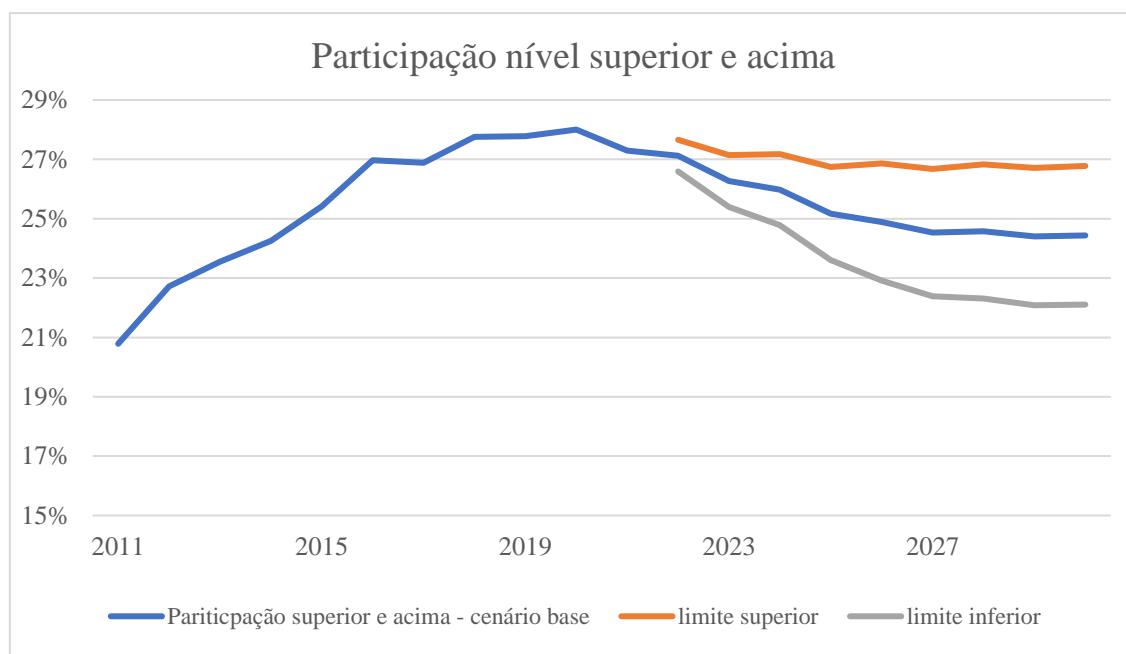
Fonte: elaboração própria com base nos dados SINIR

Missão 6: Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento

A proporção de empregados com nível superior no total dos setores na indústria e em serviços intensivos em conhecimento. A referência sobre a intensidade de conhecimento na indústria e serviços se fundamenta na metodologia da Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC, que considera as seguintes seções da CNAE 2.0: B e C (Indústrias Extrativas e Indústrias de Transformação, respectivamente), D (Eletricidade e Gás); as divisões de serviços 61 (Telecomunicações), 62 (Tecnologia da Informação), 71 (Arquitetura, Engenharia, Testes e Análises Técnicas) e 72 (Pesquisa e Desenvolvimento); o grupo de serviços 63.1 (Tratamento de Dados, Hospedagem na Internet e Outras

Atividades Relacionadas) e a combinação de divisão e grupo de serviços 58+59.2 (Edição e Gravação de Som, e Edição de Música) (IBGE, 2020).

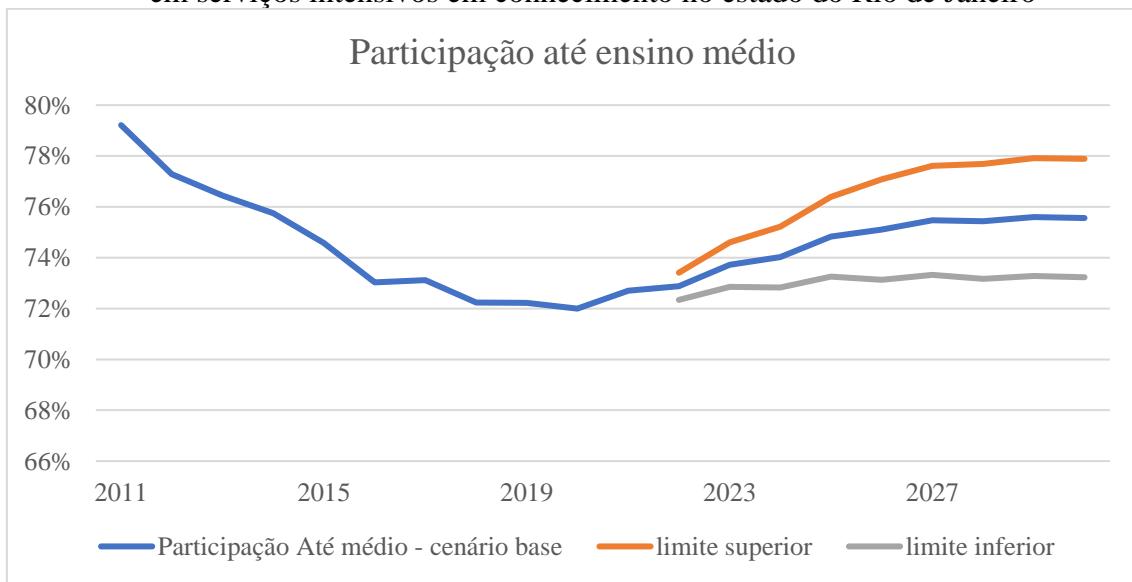
Gráfico 6 - proporção de empregados com nível superior no total dos setores na indústria e em serviços intensivos em conhecimento no estado do Rio de Janeiro



Fonte: elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE

Adicionalmente, pode-se verificar a proporção de participação de empregados com instrução até o nível médio em relação ao total, dos mesmos setores.

Gráfico 7 - proporção de empregados com nível médio no total dos setores na indústria e em serviços intensivos em conhecimento no estado do Rio de Janeiro

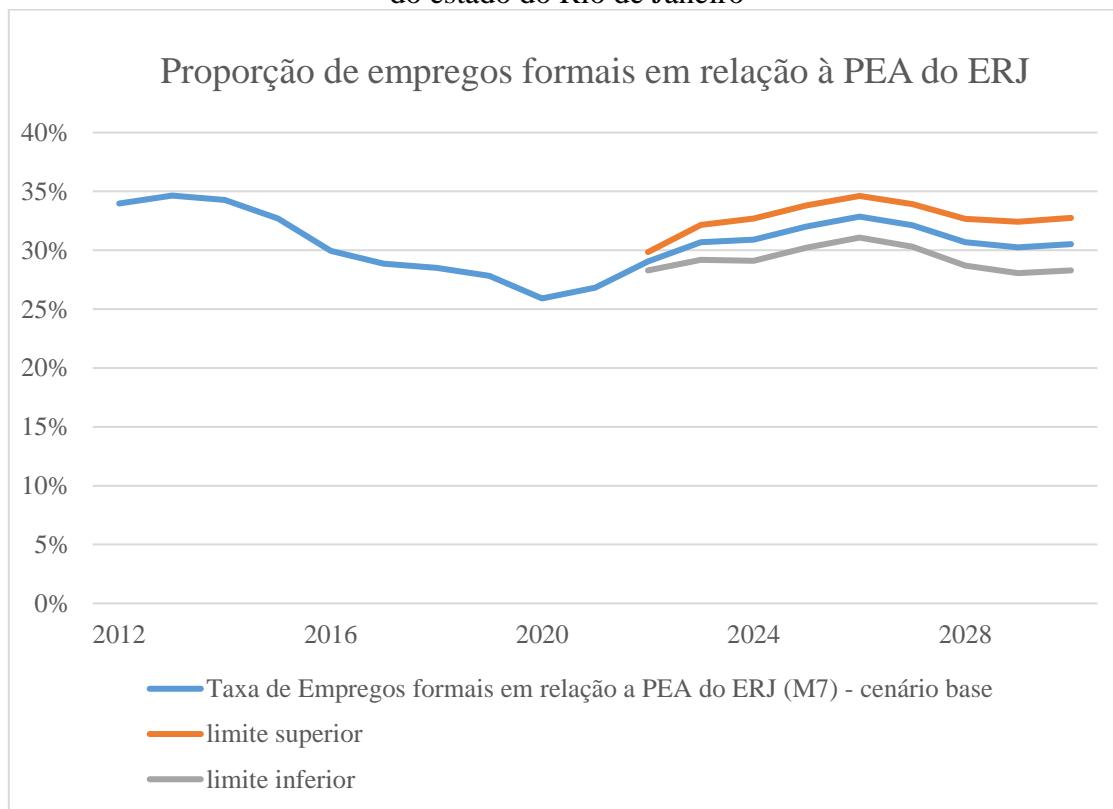


Fonte: elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE

Missão 7: Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no Estado do Rio de Janeiro

O emprego per capita é apresentado em relação ao total da população economicamente ativa - PEA. Ilustrativamente segue a projeção para todo estado, contudo, o desenvolvimento do trabalho tem a priorização da análise a partir de regionalizações, por região de governo e municípios, de modo a evidenciar as relações de (des)concentração territorial das oportunidades.

Gráfico 8 - Proporção de empregos formais em relação à população economicamente ativa do estado do Rio de Janeiro



Modelo básico de previsão dos indicadores de missões

Foi utilizada a metodologia dos modelos de médias móveis para a projeção dos indicadores das missões do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social - PEDES do Estado do Rio de Janeiro.

Os indicadores das missões possibilitam a formação de séries temporais, na medida em que são representados por valores ordenados no tempo. A média móvel constitui em uma classe dentro dos modelos de previsão de séries temporais do tipo ARIMA (Auto Regressivo de Médias Móveis).

Um modelo de média móvel de ordem q constitui em uma combinação linear simples dos resultados passados, onde q representa o número de períodos utilizados para realizar a previsão, no qual os erros são considerados como aleatórios e independente entre si. No cenário base foi utilizado um MA (8), ou seja, com 8 períodos defasados.

Para os cenários otimista e pessimista, foi utilizado um intervalo de confiança com 67% de confiança, valor que equivale à 1 desvio padrão da distribuição normal, de forma que o cenário otimista considerado é dado pelo valor superior do intervalo de confiança e o cenário pessimista o valor inferior, que equivalem, respectivamente, à 1 desvio padrão acima e abaixo do cenário base.

1. Modelagem

O modelo de média móvel com 8 defasagens, também conhecido como MA (8) ou Média Móvel de Ordem 8, é um modelo estatístico utilizado para analisar e prever séries temporais. Ele faz parte da família de modelos ARIMA (*Auto Regressive Integrated Moving Average*), que combina componentes autoregressivos (AR) e médias móveis (MA) para modelar o comportamento de uma série temporal ao longo do tempo.

Componente de Média Móvel (MA): O MA trata das influências do passado recente em uma série temporal. No caso do MA (8), se está considerando oito defasagens anteriores da série temporal para modelar o comportamento atual. Cada defasagem é

ponderada por um coeficiente específico. A média móvel em si é a média ponderada dessas defasagens.

Notação Matemática: O modelo de média móvel com 8 defasagens é representado da seguinte forma:

$$X_t = \mu + \varepsilon_t + \theta_1 \varepsilon_{t-1} + \theta_2 \varepsilon_{t-2} + \dots + \theta_8 \varepsilon_{t-8}$$

- X_t é o valor da série temporal no tempo t .
- μ é a média da série temporal.
- ε_t é o ruído branco no tempo t .
- $\theta_1, \theta_2, \dots, \theta_8$ são os coeficientes da média móvel associados às defasagens ε_{t-1} até ε_{t-8}

Interpretação: Cada coeficiente θ_i determina o impacto da defasagem ε_{t-i} no valor atual da série temporal X_t . Quanto maior o valor absoluto de um coeficiente, maior a influência da defasagem correspondente. Os coeficientes negativos indicam uma relação inversa entre a defasagem e o valor atual.

Estimação: Os coeficientes θ_1 até θ_8 precisam ser estimados a partir dos dados da série temporal. Isso geralmente é feito por métodos de otimização, como o método dos mínimos quadrados, que busca minimizar a diferença entre os valores observados e os valores previstos pelo modelo.

Previsão: Uma vez que os coeficientes são estimados, o modelo MA (8) pode ser usado para prever valores futuros da série temporal com base nas defasagens passadas e nos valores de ruído branco.

2. Conclusão

Em resumo, o modelo de média móvel com 8 defasagens é uma ferramenta estatística que considera as influências das oito defasagens anteriores de uma série temporal para modelar e prever seu comportamento. Nesse sentido, a consistência estatística dependerá da disponibilidade de dados ao longo da série histórica. Por outro lado, como

ocorreu em algumas das missões, essas linhas temporais precisaram ser ajustadas de forma a conter valores para todos os anos analisados.

De forma prática e de fácil assimilação e aplicabilidade, trata-se de uma abordagem útil para capturar padrões de curto prazo e tendências dentro da série temporal.

ANEXO II

INDICADORES

Atendendo à premissa da gestão baseada em evidência e ao requisito básico de um planejamento estratégico exequível e consistente foi organizado um elenco de indicadores que respondem às missões em seus diferentes níveis de agregação, indicador de missão primário e secundário e indicador de objetivo específico, conforme explicitado na seção de missões do documento principal.

Os indicadores elencados se distribuem nas 8 (oito) missões, totalizando 108 indicadores categorizados em: 10 indicadores principais de missão, 21 indicadores secundários de missão e 77 indicadores de objetivos específicos. Dentre eles existem diferentes situações de maturidade de elaboração: 66 indicadores elaborados; 23 indicadores em elaboração e 19 indicadores a elaborar. A distribuição, dos indicadores por missão, nas diferentes categorias é apresentada a seguir.

INDICADORES	Tipo de indicador			Total Geral
	Missão primário	Missão secundário	Objetivo específico	
Missão 1: Erradicação da Extrema Pobreza	2	6	16	24
Elaborado	2	5	8	15
Em elaboração		1	4	5
A elaborar			4	4
Missão 2: Segurança alimentar e nutricional da população fluminense	2	5	7	14
Elaborado	2	4	7	13
Em elaboração				
A elaborar		1		1
Missão 3: Segurança hídrica do território fluminense	1	1	6	8
Elaborado	1		4	5
Em elaboração		1	1	2
A elaborar			1	1

INDICADORES	Tipo de indicador			
	Missão primário	Missão secundário	Objetivo específico	Total Geral
Missão 4: Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro	1	2	3	6
Elaborado	1	1	1	3
Em elaboração		1	2	3
A elaborar				
Missão 5: Redução do impacto dos resíduos sólidos	1		5	6
Elaborado	1		2	3
Em elaboração			2	2
A elaborar			1	1
Missão 6: Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento	1	5	14	20
Elaborado	1	3	5	9
Em elaboração		2	5	7
A elaborar			4	4
Missão 7: Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro	1	2	7	10
Elaborado		2	2	4
Em elaboração	1		3	4
A elaborar			2	2
Missão 8: Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas	1		19	20
Elaborado	1		13	14
Em elaboração				
A elaborar			6	6
Total Geral	10	21	77	108

A seguir são apresentadas as fichas técnicas dos indicadores com os elementos que os constituem, com maior ou menor grau de detalhamento de acordo com o grau de maturidade de elaboração. Ressalta-se que os indicadores categorizados como em elaboração e a elaborar constituem uma orientação da necessidade de ampliação de cultura de gestão por evidências, aprimoramento de base de dados e outros fatores não sanáveis imediatamente, contudo registrados para consideração.

Nº indic	1.0.11
Tipo de indicador	Missão primário
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 3,2 com benefícios de programas sociais governamentais
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual da população do estado com rendimento domiciliar per capita inferior à linha de corte para a extrema pobreza segundo a proposta de linha de corte adequada ao Brasil, estabelecida pelo IPEA ao ODS 1, conforme https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html .
Fonte dos dados	IBGE/Síntese dos Indicadores Sociais
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616&t=resultados
Periodicidade da aferição	Anual (exceto em ano de Censo Demográfico)
Metodologia de cálculo	Cálculo da renda familiar dividida pela quantidade de integrantes familiares em dias transformado em dólar. Tendo como valor de referência a taxa de conversão de paridade do poder de compra para o consumo privado: onde R\$1,66 equivale a US\$1,00 PPC 2011 inflacionados pelo IPCA para anos recentes. Resulta na renda média diária da pessoa incluindo benefícios do governo na consolidação da renda.
Linha de base	11,8
Fórmula	$((renda da família)/(número de integrantes da família)) \text{ convertido para valor diário posteriormente transformado em dólar em relação ao PPC 2011 onde R\$1,66 equivale a US\$ 1,00) < 3,20 \text{ US\$}$
Unidade de medida	%
Relevância	Considerando a agudeza do quadro e a gravidade da questão é necessário que se tenha uma medida e acompanhamento da redução provocada por programas de transferência de renda na proporção de pessoas em situação de extrema pobreza. Espera-se que este indicador, que considera os benefícios de programas sociais para o cálculo da renda familiar, sofra alterações positivas em prazo relativamente curto.
Limitações	O indicador é construído a partir de dados da PNAD, cuja amostra só permite desagregação pela região metropolitana e capital. Sendo assim, há carência para o acompanhamento da extrema pobreza nos municípios do Estado.
Ano da última medição	2021
Desagregação	Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

Nº indic	1.0.12
Tipo de indicador	Missão primário
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 3,2 sem benefícios de programas sociais governamentais
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual da população do estado com rendimento domiciliar per capita inferior à linha de corte para a extrema pobreza segundo a proposta de linha de corte adequada ao Brasil, estabelecida pelo IPEA ao ODS 1 conforme https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html .
Fonte dos dados	IBGE/Síntese dos Indicadores Sociais
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=3561&t=resultados
Periodicidade da aferição	Anual (exceto em ano de Censo Demográfico)
Metodologia de cálculo	Cálculo da renda familiar dividida pela quantidade de integrantes familiares em dias transformado em dólar. Tendo como valor de referência a taxa de conversão de pariedade do poder de compra para o consumo privado: onde R\$1,66 equivale a US\$1,00 PPC 2011 inflacionados pelo IPCA para anos recentes. Resulta na renda média diária da pessoa não incluindo benefícios do governo na consolidação da renda.
Linha de base	14,6
Fórmula	$((renda da família sem benefícios sociais)/(número de integrantes da família))$ convertido para valor diário posteriormente transformado em dólar em relação ao PPC 2011 onde R\$1,66 equivale a US\$ 1,00) < 3,20 US\$
Unidade de medida	%
Relevância	A utilização desse indicador permite aferir a renda familiar excluídos benefícios de programas sociais eventualmente recebidos e, assim, avaliar o nível de pobreza pela renda obtida de forma autônoma no mercado pela família. Portanto, acompanhar avanços na superação da extrema pobreza por meio da inclusão produtiva.
Limitações	O indicador é construído a partir de dados da PNAD, cuja amostra só permite desagregação pela região metropolitana e capital. Sendo assim, há carência para o acompanhamento da extrema pobreza nos municípios do Estado.
Ano da última medição	2021
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

Nº indic	1.0.21
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Índice de Gini
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar a desigualdade em relação à distribuição de renda no território fluminense e a posição relativa do estado diante das unidades federativas
Fonte dos dados	IBGE/PNAD
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616&t=resultados
Periodicidade da aferição	Anual (exceto em ano de Censo Demográfico)
Metodologia de cálculo	O coeficiente de Gini se calcula como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é a, e a área abaixo da curva de Lorenz é b, então o coeficiente de Gini é $a/(a+b)$.
Linha de base	0,565
Fórmula	Considerando a curva de lorenz com uma área A e a área abaixo dela é B, A+B seria a área total, então O coeficiente de GINI é $A/A+B$
Unidade de medida	Unidade
Relevância	O índice de Gini é uma medida da desigualdade de renda como reflexo da concentração da distribuição da renda. É relevante monitorar a concentração da renda e da desigualdade como fator correlato ao objetivo central da missão que tem foco na superação da extrema pobreza amparada no conceito de pobreza absoluta. Contudo, o monitoramento de indicadores de desigualdade oferecem perspectiva complementar sobre o comportamento dos indicadores de pobreza.
Limitações	O índice de Gini não leva em conta outras dimensões importantes da desigualdade, como a desigualdade de acesso à saúde, à educação, entre outras. Outro ponto é que ele mede apenas a distribuição relativa da renda ou riqueza entre os indivíduos de uma população em um dado momento, não considerando as mudanças na distribuição ao longo do tempo e a mobilidade econômica a partir da renda da população mais pobre relação ao rendimento total.
Ano da última medição	2021
Desagregação	Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

Nº indic	1.0.22
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Proporção da apropriação dos 20% mais pobres da população sobre a renda da população do ERJ
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Acompanhar a desigualdade de distribuição de renda entre a a participação da massa de rendimento da população mais pobre

Nº indic	1.0.23
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Directiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 1,9 ppc 2011/dia com benefícios de programas sociais governamentais
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual da população do estado com rendimento domiciliar per capita inferior à linha de corte de US\$ 1,9 ppc 2011/dia, a fim de captar os diferentes níveis de extrema pobreza.
Fonte dos dados	IBGE/Síntese dos Indicadores Sociais
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616&t=resultados
Periodicidade da aferição	Anual (exceto em ano de Censo Demográfico)
Metodologia de cálculo	Cálculo da renda familiar dividida pela quantidade de integrantes familiares em dias transformado em dólar. Tendo como valor de referência a taxa de conversão de paridade do poder de compra para o consumo privado: onde R\$1,66 equivale a US\$1,00 PPC 2011 inflacionados pelo IPCA para anos recentes. Resulta na renda média diária da pessoa incluindo benefícios do governo na consolidação da renda.
Linha de base	7,3
Fórmula	$((\text{renda da família}) / (\text{número de integrantes da família})) \text{ convertido para valor diário posteriormente transformado em dólar em relação ao PPC 2011 onde R\$1,66 equivale a US\$ 1,00) < 1,90 \text{ US\$}$
Unidade de medida	%
Relevância	Considerando a agudeza do quadro e a gravidade da questão é necessário que se tenha uma medida e acompanhamento da redução provocada por programas de transferência de renda na proporção de pessoas em situação de extrema pobreza. Espera-se que este indicador, que considera os benefícios de programas sociais para o cálculo da renda familiar, sofra alterações positivas em prazo relativamente curto.
Limitações	Apesar da pobreza ser considerada um fenômeno multidimensional, a escolha utilizada de análise possível para que a pobreza seja acompanhada, monitorada e avaliada se deu a partir da perspectiva da pobreza monetária, em sinergia à perspectiva adotada pelo ODS 1. Este indicador complementa o indicador da Missão e amplia a perspectiva da análise sobre o fenômeno no Estado do Rio de Janeiro.
Ano da última medição	2021
Desagregação	Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

Nº indic	1.0.24
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 1,9 ppc 2011/dia sem benefícios de programas sociais governamentais
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual da população do estado com rendimento domiciliar per capita inferior à linha de corte de US\$ 1,9 ppc 2011/dia, a fim de captar os diferentes níveis de extrema pobreza.
Fonte dos dados	IBGE/Síntese dos Indicadores Sociais
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=3561&t=resultados
Periodicidade da aferição	Anual (exceto em ano de Censo Demográfico)
Metodologia de cálculo	Cálculo da renda familiar dividida pela quantidade de integrantes familiares em dias transformado em dólar. Tendo como valor de referência a taxa de conversão de paridade do poder de compra para o consumo privado: onde R\$1,66 equivale a US\$1,00 PPC 2011 inflacionados pelo IPCA para anos recentes. Resulta na renda média diária da pessoa não incluindo benefícios do governo na consolidação da renda.
Linha de base	9,3
Fórmula	$\frac{(\text{renda da família sem benefícios sociais})}{(\text{número de integrantes da família})}$ convertido para valor diário posteriormente transformado em dólar em relação ao PPC 2011 onde R\$1,66 equivale a US\$ 1,00 < 1,90 US\$
Unidade de medida	%
Relevância	A utilização desse indicador permite aferir a renda familiar excluídos benefícios de programas sociais eventualmente recebidos e, assim, avaliar o nível de pobreza pela renda obtida de forma autônoma no mercado pela família. Portanto, acompanhar avanços na superação da extrema pobreza por meio da inclusão produtiva.
Limitações	Apesar da pobreza ser considerada um fenômeno multidimensional, a escolha utilizada de análise possível para que a pobreza seja acompanhada, monitorada e avaliada se deu a partir da perspectiva da pobreza monetária, em sinergia à perspectiva adotada pelo ODS 1. Este indicador complementa o indicador da Missão e amplia a perspectiva da análise sobre o fenômeno no Estado do Rio de Janeiro.
Ano da última medição	2021
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

Nº indic	1.0.25
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 5,5 ppc 2011/dia com benefícios de programas sociais governamentais
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual da população do estado com rendimento domiciliar per capita inferior à linha de corte de US\$ 5,5 ppc 2011/dia, linha comumente associada a linha de corte da pobreza nacional
Fonte dos dados	IBGE/Síntese dos Indicadores Sociais
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616&t=resultados
Periodicidade da aferição	Anual (exceto em ano de Censo Demográfico)
Metodologia de cálculo	Cálculo da renda familiar dividida pela quantidade de integrantes familiares em dias transformado em dólar. Tendo como valor de referência a taxa de conversão de paridade do poder de compra para o consumo privado: onde R\$1,66 equivale a US\$1,00 PPC 2011 inflacionados pelo IPCA para anos recentes. Resulta na renda média diária da pessoa incluindo benefícios do governo na consolidação da renda.
Linha de base	23,6
Fórmula	$((renda da família)/(número de integrantes da família)) \text{ convertido para valor diário posteriormente transformado em dólar em relação ao PPC 2011 onde R\$1,66 equivale a US\$ 1,00) < 5,50 \text{ US\$}$
Unidade de medida	%
Relevância	Considerando a agudeza do quadro e a gravidade da questão é necessário que se tenha uma medida e acompanhamento da redução provocada por programas de transferência de renda na proporção de pessoas em situação de extrema pobreza. Espera-se que este indicador, que considera os benefícios de programas sociais para o cálculo da renda familiar, sofra alterações positivas em prazo relativamente curto.
Limitações	Apesar da pobreza ser considerada um fenômeno multidimensional, a escolha utilizada de análise possível para que a pobreza seja acompanhada, monitorada e avaliada se deu a partir da perspectiva da pobreza monetária, em sinergia à perspectiva adotada pelo ODS 1. Este indicador complementa o indicador da Missão e amplia a perspectiva da análise sobre o fenômeno no Estado do Rio de Janeiro.
Ano da última medição	2021
Desagregação	Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

Nº indic	1.0.26
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita menor que US\$ 5,5 ppc 2011/dia sem benefícios de programas sociais governamentais
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual da população do estado com rendimento domiciliar per capita inferior à linha de corte de US\$ 5,5 ppc 2011/dia, linha comumente associada a linha de corte da pobreza
Fonte dos dados	IBGE/Síntese dos Indicadores Sociais
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616&t=resultados
Periodicidade da aferição	Anual (exceto em ano de Censo Demográfico)
Metodologia de cálculo	Cálculo da renda familiar dividida pela quantidade de integrantes familiares em dias transformado em dólar. Tendo como valor de referência a taxa de conversão de pariedade do poder de compra para o consumo privado: onde R\$1,66 equivale a US\$1,00 PPC 2011 inflacionados pelo IPCA para anos recentes. Resulta na renda média diária da pessoa não incluindo benefícios do governo na consolidação da renda.
Linha de base	25,7
Fórmula	$((renda da família sem benefícios sociais)/(número de integrantes da família) convertido para valor diário posteriormente transformado em dólar em relação ao PPC 2011 onde R\$1,66 equivale a US\$ 1,00) < 5,50$ US\$
Unidade de medida	%
Relevância	A utilização desse indicador permite aferir a renda familiar excluídos benefícios de programas sociais eventualmente recebidos e, assim, avaliar o nível de pobreza pela renda obtida de forma autônoma no mercado pela família. Portanto, acompanhar avanços na superação da extrema pobreza por meio da inclusão produtiva.
Limitações	Apesar da pobreza ser considerada um fenômeno multidimensional, a escolha utilizada de análise possível para que a pobreza seja acompanhada, monitorada e avaliada se deu a partir da perspectiva da pobreza monetária, em sinergia à perspectiva adotada pelo ODS 1. Este indicador complementa o indicador da Missão e amplia a perspectiva da análise sobre o fenômeno no Estado do Rio de Janeiro.
Ano da última medição	2021
Desagregação	Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas.

Nº indicador	1.1.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Alívio da extrema pobreza
Objetivo Específico	Ampliação da cobertura dos programas de transferência de renda
Denominação do indicador	Proporção da população elegível incluída no Programa Bolsa Família
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Avaliar se a população com renda que a torne elegível para participação em programas sociais de transferência de renda está sendo atendida, sendo resultado de esforços para a inclusão dos mais vulneráveis nos programas.
Fonte dos dados	CadÚnico
Link da fonte	https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php [CECAD 2.0]
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Número de pessoas em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família dividido pelo total de pessoas cadastradas no CadÚnico em famílias elegíveis ao Programa, considerando apenas registros atualizados há menos de 2 anos.
Linha de base	
Fórmula	$((TotalCBenef <R\$218) / (TotalElegivel <R\$218))$
Unidade de medida	%
Relevância	A ampliação dos programas de auxílio financeiro desempenha um papel importante para reduzir o número de famílias pertencentes à linha de corte da extrema pobreza e amparar indivíduos mais vulneráveis, assim, importa avaliar se os indivíduos considerados na faixa da extrema pobreza estão sendo beneficiados com a transferência de renda.
Limitações	A base de dados é disponibilizada mensalmente, com defasagem de 3 meses. Um processamento anual a longo prazo é possível, porém, um levantamento mais frequente é inexcável.
Ano da última medição	2023
Desagregação	Unidades da Federação e Municipal

Nº indic	1.1.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Alívio da extrema pobreza
Objetivo Específico	Aumento da cobertura de programas sociais dirigidos a grupos vulneráveis
Denominação do indicador	Proporção de famílias com perfil de vulnerabilidade inscritas no CadÚnico recebendo benefício social
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Captar a cobertura dos programas sociais federais e estaduais considerando perfil de vulnerabilidade

Nº indic	1.2.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Inclusão Socioprodutiva
Objetivo Específico	Ampliação da oferta de capacitação profissional, empreendedora e cooperativista, considerando o perfil sociofamiliar
Denominação do indicador	Número de vagas de formação técnica e profissionalizante oferecidas para pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Captar a oferta de formação técnica/profissionalizante e o acesso a essas vagas pela população em situação de pobreza e extrema pobreza.

Nº indicador	1.2.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Inclusão Socioprodutiva
Objetivo Específico	Aumento da área reflorestada no estado
Denominação do indicador	Saldo de emprego formal anual para a silvicultura
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar os empregos gerados na atividade de reflorestamento anualmente
Fonte dos dados	RAIS
Link da fonte	http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/bases-de-dados.htm
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Acompanhar a variação de empregos em Silvicultura no ERJ com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)
Linha de base	
Fórmula	(Total de empregos no setor de silvicultura do ano corrente) - (Total de empregos no setor de silvicultura do ano anterior)
Unidade de medida	%
Relevância	Exploração de potencial de inclusão socioprodutiva, onde o aumento da área reflorestada poderá gerar a necessidade de mão de obra.
Limitações	O indicador não agrupa outros vínculos que não estão na RAIS.
Ano da última medição	2022
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municipal

Nº indicador	1.2.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Inclusão Socioprodutiva
Objetivo Específico	Aumento da inserção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no mercado formal de trabalho
Denominação do indicador	Proporção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza inseridas no mercado trabalho
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Captar a evolução da empregabilidade da população em situação de pobreza e extrema pobreza no mercado formal de trabalho

Nº indic	1.2.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Inclusão Socio produtiva
Objetivo Específico	Aumento da oferta de capacitação/extensão destinada à produção rural e pesqueira e fortalecimento da educação rural
Denominação do indicador	Percentual do público da agricultura familiar assistido nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar a cobertura dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) prestados à Agricultura Familiar no ERJ.
Fonte dos dados	Sistema PCP AgroGeo
Link da fonte	Banco de dados gerenciais de uso interno (EMATER-RIO).
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Nº de beneficiários da agricultura familiar assistidos pela ATER/total de beneficiários da agricultura familiar cadastrados pela EMATER-RIO
Linha de base	33
Fórmula	(beneficiários da agricultura familiar assistidos pela ATER)/(total de beneficiários da agricultura familiar cadastrados pela EMATER-RIO)x100
Unidade de medida	%
Relevância	O serviço permanente e continuado de Assistência Técnica e Extensão é fator de desenvolvimento sustentável rural, pesqueiro e aquícola, onde a ATER contempla uma vasta gama de serviços e atividades tendo o agricultor familiar, pescador artesanal e pequenos agricultores como público prioritário. Tendo em vista que tais atividades possibilitam melhores processos de atividades produtivas, organização, beneficiamento, educação não formal, armazenamento e comercialização de produtos, entre outros aperfeiçoamentos mediante execução e assessoramento de políticas públicas, compreende-se, assim, que tais atividades são fundamentais para a inclusão socio produtiva. O planejamento, a coordenação, a execução de programas de assistência técnica e extensão difundindo conhecimentos técnicos, econômicos e sociais, potencializam a produção, a produtividade e a melhoria das condições de vida, de renda e de acesso a mercados deste público. O atendimento prioritário aos agricultores familiares contribui para o aumento da oferta de alimentos que compõem a cesta básica da população Fluminense, contribuindo para a redução da insegurança alimentar e erradicação da pobreza.
Limitações	O cadastro de agricultores familiares da EMATER-RIO não contempla o universo deste público no ERJ. Entretanto, é a informação mais próxima à realidade estadual. O cadastro de beneficiários carece de constante avaliação para inativar os falecidos, os desistentes das atividades rurais e possíveis migrações de categorias.
Ano da última medição	2022
Desagregação	Municipal

Nº indic	1.2.05
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Inclusão Socioprodutiva
Objetivo Específico	Aumento da oferta de capacitação/extensão destinada à produção rural e pesqueira e fortalecimento da educação rural
Denominação do indicador	Número de atendimentos em Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA)
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar o atendimento em Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) a pescadores e aquicultores
Fonte dos dados	Relatórios de Gestão e banco de dados FIPERJ
Link da fonte	http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/main/relatorioanual
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Contagem do número absoluto de atendimentos a estabelecimentos aquícolas e pescadores pela ATEPA
Linha de base	6875
Fórmula	Somatório dos atendimentos em ATEPA realizados
Unidade de medida	Unidade
Relevância	O serviço permanente e continuado de Assistência Técnica e Extensão é fator de desenvolvimento sustentável rural, pesqueiro e aquícola. Tendo em vista que tais atividades possibilitam melhores processos de atividades produtivas, organização, beneficiamento, educação não formal, armazenamento e comercialização de produtos, entre outros aperfeiçoamentos mediante execução e assessoramento de políticas públicas, compreende-se, assim, que tais atividades são fundamentais para a inclusão socioprodutiva. O planejamento, a coordenação, a execução de programas de assistência técnica e extensão difundindo conhecimentos técnicos, econômicos e sociais, potencializam a produção, a produtividade e a melhoria das condições de vida, de renda e de acesso a mercados deste público.
Limitações	Os atendimentos ainda não estão sendo classificados por tipo de demanda, se para serviços de caráter mais pontual ou se para ciclos formativos. Alguns serviços de regularização são prestados pela extensão da FIPERJ pelas colônias de pescadores, não sendo contabilizados em sistema. O desconhecimento por parte dos pescadores e aquicultores dos serviços de ATEPA disponíveis que são prestados conforme demanda espontânea.
Ano da última medição	2022
Desagregação	Municipal

Nº indic	1.2.06
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Inclusão Socioprodutiva
Objetivo Específico	Aumento da oferta de capacitação/extensão destinada à produção rural e pesqueira e fortalecimento da educação rural
Denominação do indicador	Taxa de abandono de alunos em áreas rurais
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Captar a evolução da evasão escolar na área rural

Nº indic	1.2.07
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Inclusão Socioprodutiva
Objetivo Específico	Elevação dos anos de estudo e letramento digital da população jovem e adulta
Denominação do indicador	Proporção da população adulta sem ensino médio concluído
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Apontar a proporção da população com escolarização adequada para passar por processo de qualificação profissional e acompanhar o ritmo da elevação do nível de ensino deste perfil da população
Fonte dos dados	IBGE/PNAD
Link da fonte	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7189
Periodicidade da aferição	Bianual
Metodologia de cálculo	Quantidade de pessoas a partir de 25 anos (adultas) que não completaram o ensino médio até o ano da pesquisa em relação ao total da população na mesma faixa etária
Linha de base	36,90%
Fórmula	(Pessoas com 25 anos ou mais sem instrução + com ensino fundamental incompleto ou equivalente + com ensino fundamental completo ou equivalente + ensino médio incompleto ou equivalente) / (Total da população com 25 anos ou mais de idade) x 100
Unidade de medida	%
Relevância	Os anos de estudo, juntamente com a capacidade produtiva, as oportunidades de empregos formais e qualificação são fatores que impactam no sucesso da inclusão socioprodutiva da população. Ao observar os valores a partir desta faixa de idade se busca captar pessoas já consideradas adultas e que, em tese, deveriam ter concluído (sem distorção de idade-série) o ensino médio e que podem ser prejudicadas na possibilidade de entrada de mercado de trabalho. Isto porque, aventa-se que um alto percentual deste indicador pode se tornar uma barreira para o processo de qualificação que exigem ensino médio completo como pré-requisito. Espera-se que, ao longo dos anos, o percentual deste indicador sofra redução percentual. Tal indicador poderá ser comparado também com a evolução do comportamento deste indicador para outras faixas de idade.
Limitações	
Ano da última medição	2022
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Nº indic	1.2.08
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Inclusão Socioprodutiva
Objetivo Específico	Elevação dos anos de estudos e letramento digital da população jovem e adulta
Denominação do indicador	Proporção da população adulta sem ensino médio concluído em situação de pobreza
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Apontar a proporção da população em situação de pobreza de acordo com o Programa Bolsa Família, com escolarização adequada, para iniciar processo de qualificação profissional, acompanhando o ritmo da elevação do nível de ensino da população com a perspectiva de recorte por renda.

Nº indic	1.3.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Superação da Pobreza Intergeracional
Objetivo Específico	Aumento da cobertura e qualidade da Atenção Primária à Saúde no estado
Denominação do indicador	Cobertura da Atenção Primária à Saúde
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensura o quantitativo de população cadastrada pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) e Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde (MS), em relação à população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitindo uma forma de quantificar o acesso a esse nível de Atenção à Saúde, que se constitui como porta de entrada preferencial do SUS e de maior capilaridade no território.
Fonte dos dados	e-GESTOR AB
Link da fonte	https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCobertura.xhtml
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Razão entre a população cadastrada pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) mais Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde (MS) sobre a Estimativa populacional no Estado do Rio de Janeiro
Linha de base	63,63
Fórmula	(população cadastrada pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) + Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde (MS)/Estimativa populacional no Estado do Rio de Janeiro) x 100
Unidade de medida	%
Relevância	A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Trata-se da principal porta de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS. No Brasil, a Atenção Primária é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas.
Limitações	Os critérios metodológicos adotados no cálculo do indicador de cobertura da APS restringem o numerador ao considerarem o quantitativo de pessoas cadastradas em eSF e eAP financiadas pelo Ministério da Saúde, e não permite mensurar a quantidade de pessoas atendidas por equipes de eSF e eAP não financiadas pelo Ministério. O usuário pode estar cadastrado em mais de uma equipe/município, sendo alocado pelo sistema ao Ministério da Saúde, segundo as regras descritas na Nota Técnica Explicativa – Relatório de Cadastro.
Ano da última medição	2023
Desagregação	Municipal

Nº indicador	1.3.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Superação da Pobreza Intergeracional
Objetivo Específico	Aumento da cobertura e qualidade da Atenção Primária à Saúde no estado
Denominação do indicador	Percentual de acompanhamento de crianças no Programa Bolsa Família na Saúde
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual de acompanhamento de crianças no Programa Bolsa Família na Saúde, pois esta avaliação ocorre, prioritariamente, no âmbito da Atenção Primária à Saúde e verifica dimensões que demonstram uma atenção à saúde qualificada como crescimento e desenvolvimento e vacinação, além do acesso à saúde de uma faixa etária crítica de um público em situação de vulnerabilidade.
Fonte dos dados	Sistema Bolsa Família na Saúde
Link da fonte	https://bfa.saude.gov.br/
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	(Número de crianças acompanhadas no Programa Bolsa Família Saúde / Número de crianças no cadastradas no Programa Bolsa Família Perfil Saúde a serem acompanhadas) * 100 – relativo a segunda vigência do ano corrente
Linha de base	52
Fórmula	(Número de crianças acompanhadas no Programa Bolsa Família Saúde / Número de crianças no cadastradas no Programa Bolsa Família Perfil Saúde a serem acompanhadas) * 100
Unidade de medida	%
Relevância	O Programa Bolsa Família é o principal programa de transferência de renda no Brasil e tem como objetivo a superação da extrema pobreza e pobreza intergeracional. Composto por 3 áreas – Desenvolvimento Social, Educação e Saúde. Os dois últimos setores se constituem como condicionalidades para três grupos: crianças de zero a sete anos, gestantes e mulheres de 14 a 44 anos. As crianças sempre tiveram percentuais de acompanhamento menores do que outros grupos e essa diferença aumentaram durante o período pandêmico. Diante da importância fundamental deste grupo etário para um cuidado em saúde que promova o aleitamento materno, a introdução a alimentos adequados após os seis meses de vida, crescimento e desenvolvimento adequados e a vacinação.
Limitações	
Ano da última medição	2023
Desagregação	Municipal

Nº indic	1.3.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Superação da Pobreza Intergeracional
Objetivo Específico	Aumento da proficiência em matemática, língua portuguesa e letramento digital
Denominação do indicador	Percentual de aprendizado adequado em matemática no ensino fundamental e médio em escolas públicas de baixo nível socioeconômico
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Acompanhar o rendimento escolar em matemática dos estudantes em escolas públicas com nível social baixo. Complementa o indicador de elevação da qualidade do resultado da escolarização ao contemplar a focalização da taxa de rendimento dos alunos de escolas públicas com Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) abaixo de IV, conforme construído pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), com base nos resultados do questionário do(a) aluno(a) do Saeb (Inse do Saeb).

Nº indic	1.3.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Superação da Pobreza Intergeracional
Objetivo Específico	Aumento da proficiência em matemática, língua portuguesa e letramento digital
Denominação do indicador	Percentual de aprendizado adequado em língua portuguesa no ensino fundamental e médio em escolas públicas de baixo nível socioeconômico
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Acompanhar o rendimento escolar em língua portuguesa dos estudantes em escolas públicas com nível social baixo. Complementa o indicador de elevação da qualidade do resultado da escolarização ao contemplar a focalização da taxa de rendimento dos alunos de escolas públicas com Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) abaixo de IV, conforme construído pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), com base nos resultados do questionário do(a) aluno(a) do Saeb (Inse do Saeb).

Nº indic	1.3.05
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Eradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Superação da Pobreza Intergeracional
Objetivo Específico	Redução do abandono escolar
Denominação do indicador	Taxa de conclusão do ensino fundamental e médio de escolas públicas com indicador de baixo nível socioeconômico
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Acompanhar medidas e avanços nos resultados mais focalizados no perfil de alunos pobres e extremamente pobres e escolas públicas com Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) abaixo de IV, conforme construído pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), com base nos resultados do questionário do(a) aluno(a) do Saeb (Inse do Saeb).

Nº indic	1.3.06
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Erradicação da Extrema Pobreza
Diretiva	Superação da Pobreza Intergeracional
Objetivo Específico	Redução do déficit habitacional
Denominação do indicador	Déficit habitacional
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar ao longo do anos a situação de déficit habitacional, mais afeta às pessoas em condições de extrema pobreza e pobreza. O déficit observa duas perspectivas: (i) quantitativo que é a quantidade de novas moradias que necessitam ser produzidas para atender as demandas acumuladas por moradia pela população; (ii) qualitativo, o qual se refere à quantidade de moradias que necessitam de melhorias edilicias ou urbanas para assegurar boa qualidade de vida e boas condições básicas de habitabilidade.
Fonte dos dados	Fundação João Pinheiro
Link da fonte	https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/
Periodicidade da aferição	Indefinida
Metodologia de cálculo	número total de déficit habitacional em domicílios por estado. O cálculo leva em consideração o somatório da: a) habitação precária (domicílios rústicos e domicílios improvisados), b) da coabitação (déficit das unidades domésticas conviventes e domicílios cômodos) e c) ônus excessivo com aluguel urbano
Linha de base	481243
Fórmula	\sum total do déficit habitacional de domicílios no estado do Rio de Janeiro.
Unidade de medida	domicílios
Relevância	Estudo anual sobre o setor habitacional no país e a evolução de seus indicadores, considerando a falta ou inadequação do estoque urbano de moradias no Brasil, para unidades da Federação e regiões metropolitanas selecionadas. Possui elevada relevância para o campo habitacional tanto pelo seu objetivo quanto pelos atores envolvidos em seu desenvolvimento, sendo eles: Ministério do Desenvolvimento Regional, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Programa Habitar/Brasil/BID.
Limitações	Limitação temporal (tendo como base dados da PNAD Continua e do CadÚnico, já desatualizados e sem os referenciais durante/após os impactos gerados pela COVID-19)
Ano da última medição	2019
Desagregação	Unidades da Federação e Região Metropolitana

Nº indic	2.0.11
Tipo de indicador	Missão primário
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Percentual de domicílios com Segurança Alimentar
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual de domicílios do ERJ em situação de Segurança Alimentar, ou seja, famílias com acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e que sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo, com base na Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA).
Fonte dos dados	PNAD e Inquéritos Vígisan
Link da fonte	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/09/OLHEEestados-Diagramação-V4-R01-1-14-09-2022.pdf
Periodicidade da aferição	Irregular (Inquéritos VIGISAN - Suplemento I)
Metodologia de cálculo	Aplicação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA)
Linha de base	42,8
Fórmula	$100 - (\sum \text{percentual de domicílios com insegurança alimentar (INSAN) grave, moderada e leve})$
Unidade de medida	%
Relevância	A garantia do direito humano à alimentação é assunto central para uma agenda de desenvolvimento econômico e social. Segundo os dados mais recentes sobre a Insegurança Alimentar no Estado do Rio de Janeiro - captados pelo Inquérito VIGISAN Suplemento I, Insegurança Alimentar nos estados - o Estado do Rio de Janeiro possui aproximadamente 57,1% de seus domicílios com algum nível de Insegurança Alimentar. O referido indicador implica também, no reflexo inversamente proporcional a ele, no percentual de domicílios em situação de Segurança Alimentar (grave, moderada e leve). Torna-se urgente a questão também pelo fato de que houve aumento no percentual de domicílios em situação de Insegurança Alimentar grave (fome) no Estado do Rio de Janeiro, sendo 15,9%, o que equivale a aproximadamente 2 milhões e 700 mil cidadãos fluminenses em experiência de fome.
Limitações	Não consta apresentação de dados municipais. Aguardando o retorno da temática da Segurança Alimentar e Nutricional pelo IBGE
Ano da última medição	2022 (VIGISAN)
Desagregação	Unidades da Federação

Nº indic	2.0.12
Tipo de indicador	Missão primário
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar grave no ERJ
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual de domicílios do estado em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, famílias com redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; fome.
Fonte dos dados	PNAD e Inquéritos Vigisan
Link da fonte	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/09/OLHEEstados-Diagramação-V4-R01-1-14-09-2022.pdf
Periodicidade da aferição	Irregular (Inquéritos VIGISAN - Suplemento I)
Metodologia de cálculo	Aplicação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA)
Linha de base	15,9
Fórmula	$(\sum \text{domicílios classificados como insegurança alimentar grave} / \sum \text{domicílios da amostra da pesquisa}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	A Insegurança Alimentar grave é a redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças; e/ou privação de alimentos; a fome propriamente dita. O percentual de domicílios em situação de Insegurança Alimentar grave (fome) no Estado do Rio de Janeiro, sendo 15,9%, o que equivale a aproximadamente 2 milhões e 700 mil cidadãos fluminenses em experiência de fome. É útil o acompanhamento deste valor percentual como medida de comparação em linha histórica no próprio Estado do Rio de Janeiro, bem como em comparação com outros estados brasileiros.
Limitações	Não consta apresentação de dados municipais. Aguardando o retorno da temática da Segurança Alimentar e Nutricional pelo IBGE
Ano da última medição	2022 (VIGISAN)
Desagregação	Unidades da Federação

Nº indic	2.0.21
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar leve no ERJ
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual de domicílios do estado em situação de insegurança alimentar leve, ou seja, famílias com preocupação ou incerteza quanto a disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas.
Fonte dos dados	PNAD e Inquéritos Vígisan
Link da fonte	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/09/OLHEEstados-Diagramação-V4-R01-1-14-09-2022.pdf
Periodicidade da aferição	Irregular (Inquéritos VIGISAN - Suplemento I)
Metodologia de cálculo	Aplicação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA)
Linha de base	23,5
Fórmula	$(\sum \text{domicílios classificados como insegurança alimentar leve} / \sum \text{domicílios da amostra da pesquisa}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	A Insegurança Alimentar leve é a preocupação ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas. É útil o acompanhamento deste valor percentual como medida de comparação em linha histórica no próprio Estado do Rio de Janeiro, bem como em comparação com outros estados brasileiros.
Limitações	Não consta apresentação de dados municipais. Aguardando o retorno da temática da Segurança Alimentar e Nutricional pelo IBGE
Ano da última medição	2022 (VIGISAN)
Desagregação	Unidades da Federação

Nº indic	2.0.22
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar moderada no ERJ
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual de domicílios do estado em situação de insegurança alimentar moderada, ou seja, família com redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos
Fonte dos dados	PNAD e Inquéritos Vigisan
Link da fonte	https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/09/OLHEEstados-Diagramação-V4-R01-1-14-09-2022.pdf
Periodicidade da aferição	Irregular (Inquéritos VIGISAN - Suplemento I)
Metodologia de cálculo	Aplicação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA)
Linha de base	17,7
Fórmula	$(\sum \text{domicílios classificados como insegurança alimentar moderada} / \sum \text{domicílios da amostra da pesquisa}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	A Insegurança alimentar moderada é a redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos. Este nível de Insegurança Alimentar é, juntamente com o nível grave, os mais críticos. É útil o acompanhamento deste valor percentual como medida de comparação em linha histórica no próprio Estado do Rio de Janeiro, bem como em comparação com outros estados brasileiros.
Limitações	Não consta apresentação de dados municipais. Aguardando o retorno da temática da Segurança Alimentar e Nutricional pelo IBGE
Ano da última medição	2022 (VIGISAN)
Desagregação	Unidades da Federação

Nº indic	2.0.23
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Percentual de alimentos comercializados no estado e que são produzidos no território fluminense
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Identificar o grau dependência de produtos alimentares do estado. Captar a relação entre a produção fluminense e o nível de importação de alimentos, a partir do acompanhamento do volume de alimentos comercializados e que são produzidos no estado do Rio de Janeiro em relação ao volume total de alimentos comercializados (produzidos dentro e fora do ERJ).

Nº indic	2.0.24
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Prevalência de baixo peso infantil
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar dados de baixo peso (desnutrição) em crianças de 0 a 10 anos
Fonte dos dados	SISVAN
Link da fonte	https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Número total de crianças com baixo peso em relação ao total de crianças acompanhadas
Linha de base	5,8
Fórmula	$(\sum \text{crianças com baixo peso} / \sum \text{crianças acompanhadas}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	Acompanhar a evolução dos dados de baixo peso no estado possibilita pensar em políticas públicas e demais intervenções estatais para a melhoria dos resultados. A desnutrição infantil é um indicativo de características de deficiência nas condições de subsistência do domicílio.
Limitações	O percentual final é um dado somatório que consolida os dados municipais, portanto, para verificar as particularidades municipais, poderão também ser acompanhados os percentuais de cada município, para um retrato local.
Ano da última medição	2022
Desagregação	Brasil, Unidades da Federação e Municipal

Nº indic	2.0.25
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Prevalência do excesso de peso infantil
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar dados de excesso de peso (sobrepeso e obesidade) em crianças de 0 a 10 anos
Fonte dos dados	SISVAN
Link da fonte	https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Número total crianças com excesso de peso em relação ao total de crianças acompanhadas
Linha de base	31,1
Fórmula	$(\sum \text{crianças com excesso de peso} / \sum \text{crianças acompanhadas}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	Tendo em vista o hábito crescente de consumo de produtos ultraprocessados, bastante calóricos, ricos em gorduras saturadas e açúcar é importante acompanhar dados do excesso de peso infantil (sobrepeso e obesidade) visando estabelecer metas de reduções de percentuais e se coloca em relevo a importância de ações de promoção da alimentação adequada e saudável. A obesidade e sobrepeso infantil são indicativos de características de má alimentação nos domicílios.
Limitações	O percentual final é um dado somatório que consolida os dados municipais, portanto, para verificar as particularidades municipais, poderão também ser acompanhados os percentuais de cada município, para um retrato local.
Ano da última medição	2022
Desagregação	Brasil, Unidades da Federação e Municipal

Nº indic	2.1.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	Acesso à alimentação adequada e superação da insegurança alimentar e nutricional
Objetivo Específico	Diminuição do percentual do consumo de alimentos ultraprocessados pela população fluminense
Denominação do indicador	Percentual de adultos que consumiram cinco ou mais grupos de alimentos ultraprocessados
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar e evolução dos marcadores do consumo alimentar da população fluminense observando o consumo de alimentos ultraprocessados para identificar padrões de consumo e melhoria da situação de saúde, devido os mesmos serem de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis
Fonte dos dados	Vigitel Brasil 2021: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico
Link da fonte	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svs/vigitel/vigitel-brasil-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas/view e https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svs/vigitel
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Parcela de 18 anos ou mais que consumiram cinco ou mais grupos de alimentos ultraprocessados no dia anterior à entrevista. O cálculo é feito por amostragem, para a qual é realizado um sorteio de números telefônicos fixos e móveis a partir dos cadastros de telefones existentes nas capitais do país com base no cadastro eletrônico da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A referência da realização do cálculo é o Ministério da Saúde. Os alimentos ultraprocessados relacionados são: Refrigerante; Suco de fruta em caixa, caixinha ou lata; Refresco em pó; Bebida achocolatada; Iogurte com sabor; Salgadinho de pacote (ou chips) ou biscoito/bolacha salgado; Biscoito/bolacha doce, biscoito recheado ou bolinho de pacote; Chocolate, sorvete, fan ou outra sobremesa industrializada; Salsicha, linguiça, mortadela ou presunto; Pão de forma, de cachorro-quente ou de hambúguer; Maionese, ketchup ou mostarda; Margarina; Macarrão instantâneo, sopa de pacote, lasanha congelada ou outro prato pronto comprado congelado (conforme documento: Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal em 2021)
Linha de base	17,08
Fórmula	$(\sum \text{ número de indivíduos entrevistados que consumiram cinco ou mais grupos de alimentos ultraprocessados no dia anterior à entrevista}) / \sum \text{ número de indivíduos entrevistados} \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	É fundamental a avaliação do perfil de consumo de alimentos para identificação de grupos mais vulnerabilizados e definição de ações nas políticas públicas estaduais que promovam ambientes alimentares saudáveis, além da produção de alimentos in natura e minimamente processados no próprio estado do Rio de Janeiro, além de políticas de tributação.
Limitações	Amostra de entrevistados restrita , entrevista feita por contato telefônico e apenas para capitais.
Ano da última medição	2021
Desagregação	Capitais brasileiras e Distrito Federal

Nº indic	2.1.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	Acesso à alimentação adequada e superação da insegurança alimentar e nutricional
Objetivo Específico	Aumento percentual do consumo de alimentos frescos pela população fluminense
Denominação do indicador	Percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar o percentual de consumo alimentar de frutas e hortaliças (alimentos frescos) pelos cidadãos fluminenses para identificar padrões de consumo e melhoria da situação de saúde, devido os mesmos serem protetores para doenças crônicas não transmissíveis
Fonte dos dados	Vigitel Brasil 2021: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico
Link da fonte	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svs/vigitel
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Parcela de pessoas de 18 anos ou mais que consomem frutas e hortaliças em 5 dias ou mais por semana. O cálculo é feito por amostragem, para a qual é realizado um sorteio de números telefônicos fixos e móveis a partir dos cadastros de telefones existentes nas capitais do país com base no cadastro eletrônico da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A referência da realização do cálculo é o Ministério da Saúde, conforme documento: Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal em 2021.
Linha de base	21,08
Fórmula	$(\sum \text{número de indivíduos que consomem frutas e hortaliças em cinco dias ou mais da semana}) / (\sum \text{número de indivíduos entrevistados} \times 100)$
Unidade de medida	%
Relevância	É fundamental a avaliação do perfil de consumo de alimentos para identificação de grupos mais vulnerabilizados e definição de ações nas políticas públicas estaduais que promovam ambientes alimentares saudáveis, além da produção de alimentos in natura e minimamente processados no próprio estado do Rio de Janeiro, além de políticas de tributação.
Limitações	Amostra de entrevistados restrita, entrevista feita por contato telefônico e apenas para capitais.
Ano da última medição	2021
Desagregação	Capitais brasileiras e Distrito Federal

Nº indic	2.1.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	Acesso à alimentação adequada e superação da insegurança alimentar e nutricional
Objetivo Específico	Aumento do número de municípios com adesão ao SISAN
Denominação do indicador	Número de municípios aderidos ao SISAN
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução da adesão dos municípios fluminenses ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), considerando que a adesão ao SISAN fortalece a governança da segurança alimentar a nível municipal por permitir uma ação integrada entre órgãos municipais e entre estado e municípios. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei Federal nº 11346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional) tem a finalidade de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).
Fonte dos dados	Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Rio de Janeiro (CAISANS-RJ)
Link da fonte	https://www.secsocial.rj.gov.br/node/154
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Número nominal de municípios que aderiram ao SISAN
Linha de base	10
Fórmula	Número absoluto de municípios aderidos ao SISAN
Unidade de medida	Nominal
Relevância	Todos os estados brasileiros já aderiram ao SISAN e estão organizando o processo de adesão de seus municípios. Dentre as vantagens dos municípios aderirem ao SISAN, constam as de: (i) viabilizar a operacionalização de programas de forma integrada, intersetorial e sustentável, a partir de uma abordagem mais sistêmica onde se potencializa também a força política de atuação em nível local; (ii) facilitar o acompanhamento e o monitoramento de indicadores, programas e orçamento de SAN e análise da situação de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito municipal; (iii) potencial de receber pontuação adicional para propostas de apoio a ações e programas incluídos nos seus respectivos planos de segurança alimentar e nutricional, quando habilitados em editais de chamada pública para descentralização de recursos federais de ministérios, desde que seus planos atendam aos critérios e parâmetros específicos estabelecidos; - possibilita a organização e maior participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas referentes à SAN; (iv) possibilidade de receber apoio técnico e político para a implementação e aperfeiçoamento da gestão do SISAN e dos seus Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.
Limitações	Supõe-se que os municípios aderidos ao SISAN tem maior potencial de desenvolver as ações e políticas públicas voltadas para a promoção da segurança alimentar e nutricional da população. O indicador analisa o número de municípios aderidos, porém não avalia o processo de implementação (o funcionamento) das instâncias que integram o SISAN, bem como o monitoramento das ações e programas de promoção à Segurança Alimentar e Nutricional. Cabe destacar que se trata de um indicador de gestão, ou seja, por mais que o Estado invista em assessoramentos e visitas técnicas, há a necessidade de articulação entre os poderes municipais (legislativo e executivo) para a implementar o Sistema.
Ano da última medição	2023
Desagregação	Municipal

Nº indic	2.1.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	Acesso à alimentação adequada e superação da insegurança alimentar e nutricional
Objetivo Específico	Ampliação do acesso a alimentos saudáveis em equipamentos públicos e em programas voltados à segurança alimentar e nutricional (SAN).
Denominação do indicador	Número de refeições oferecidas diariamente nos programas e nos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional - EPSANS
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução da oferta de refeições diárias para a alimentação adequada por meio de equipamentos públicos de segurança alimentar e programas de oferta de alimentação.
Fonte dos dados	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH)
Link da fonte	Relatório de Gestão da SEDSODH - https://www.secsocial.rj.gov.br/node/154
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Número de refeições servidas diariamente nos programas e nos equipamentos públicos de SAN ("Restaurante do Povo"; "RJ Alimenta" e "Café do Trabalhador")
Linha de base	39575
Fórmula	\sum quantidade de refeições servidas por dia nos 3 equipamentos – Restaurante do Povo, RJ Alimenta e Café do Trabalhador
Unidade de medida	Nominal
Relevância	De acordo com o II VIGISAN - pesquisa realizada em 2022 - 2,7 milhões de fluminenses convivem com algum grau de insegurança alimentar, enfrentando restrições na quantidade de alimentos que consomem ou no acesso a eles. Com o surgimento da pandemia da COVID 19, a partir de 2020, os dados evidenciaram a piora nas condições de acesso aos alimentos da maioria das famílias, agravando todos os graus de insegurança alimentar e nutricional (IAN) da população. Desde então, devido ao contexto e a crise política e sócio – econômica instaurada, e outros fatores contribuíram para o agravamento da IAN e dos índices de desemprego e formalização do trabalho, refletindo assim, no aumento da pobreza e da fome da população.
Limitações	Divisão dos equipamentos e programas de SAN pelas regiões do Estado. O programa de cozinhas comunitárias está fase de planejamento, portanto não foi contemplado para este ciclo.
Ano da última medição	2022
Desagregação	Municipal / Equipamento de SAN

Nº indic	2.2.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	Produção e abastecimento de alimentos de qualidade com sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar
Objetivo Específico	Aumento da produção da agricultura familiar fluminense
Denominação do indicador	Produção de alimentos advindos da agricultura familiar fluminense
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar o avanço da produção da agricultura familiar ao longo dos anos a partir do volume de produção total deste segmento
Fonte dos dados	Dados de registro da EMATER-Rio a partir do Sistema PCP AgroGeo por meio dos Módulos PCP e ASPA, levantamento da produção leiteira, levantamento da produção de pequenos e médios animais e GTA – Guia de Trânsito de Animais destinados ao abate emitidos pela Defesa Agropecuária do ERJ.
Link da fonte	Sistema de uso interno
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	<p>1. Determinação semestral do % do público da agricultura familiar (AF) em relação ao público total cadastrado na base de dados da EMATER-RIO (Sistema PCP), considerando somente o público envolvido diretamente nas unidades de produção.</p> <p>2. Determinação da produção agropecuária de alimentos por região administrativa da EMATER-RIO, considerando os alimentos de origem agrícola (olerícolas de folhas, frutos e raízes, grãos, frutas e outras culturas) e pecuário (leite e carne bovina, ovos e mel) que contribuem para as refeições diárias da população fluminense.</p> <p>2.a) A produção agrícola será obtida pelo ASPA – Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola no ERJ, a produção de leite por meio do levantamento mensal informado realizado pela EMATER-RIO, a produção de ovos e leite pelo levantamento anual aplicado índices de sazonalidade da produção destes alimentos.</p> <p>2.b) A produção de carne foi calculada segundo o número de animais por município abatidos informados nas GTA emitidas pela Defesa Agropecuária do ERJ.</p> <p>A participação da AF na produção de alimentos por região administrativa da EMATER-RIO será calculada então a partir das informações relativas à produção agropecuária (2) e o percentual do público da AF existente por região (1), por meio do produto destes dois fatores, em tonelada e percentagem de participação.</p>
Linha de base	293130
Fórmula	\sum da produção em toneladas
Unidade de medida	Toneladas
Relevância	A agricultura familiar desempenha um papel de suma importância no estado do Rio de Janeiro quando se trata de garantir a segurança alimentar da região. Avaliar de forma precisa e sistemática o volume de produção proveniente desse setor agrícola torna-se fundamental para compreender plenamente sua contribuição na oferta de alimentos. Em comparação com a agricultura industrial em larga escala, a agricultura familiar mostra-se como uma alternativa mais sustentável, evidenciando práticas agrícolas tradicionais, diversificadas e de menor impacto ambiental. Essa abordagem é comumente adotada por pequenos produtores rurais e comunidades locais. Ao acompanhar o volume de produção da agricultura familiar, pode-se articular e comparar com outros dados que possam demonstrar também cruzamentos em relação à inclusão social e econômica desses grupos. Possibilita também ao governo estadual e suas instituições um aprimoramento na formulação de políticas públicas e programas de apoio mais efetivos a fim de maximizar o potencial desse setor para o estado do Rio de Janeiro.
Limitações	As determinações são realizadas por estimativas não sendo possível a realização de levantamento de forma censitária, considerando o alto custo desta operação.
Ano da última medição	2023
Desagregação	Região Administrativa da EMATER-RIO

Nº indic	2.2.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	Produção e abastecimento de alimentos de qualidade com sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar
Objetivo Específico	Aumento da produção de pescado no estado
Denominação do indicador	Volume de produção de pescado
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a evolução da produção de pescado, grupo que, segundo o Guia Alimentar para a população brasileira (2014), inclui peixes (de água doce e de água salgada), crustáceos (camarão, caranguejos e satis) e moluscos (polvos, lulas, ostras, mariscos); sendo o peixe, do grupo do pescado, aquele mais consumido.
Fonte dos dados	Relatório da FAO/Sofia sobre pescado e aquicultura/FIPERJ
Link da fonte	http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/publicacao/index/1
Periodicidade da aferição	anual
Metodologia de cálculo	As estimativas finais de produção pesqueira são obtidas através do processo denominado expansão da amostra de descarga, sendo atribuídos pesos às descargas amostradas nos municípios monitorados (Cabo Frio, Arraial do Cabo, Araruama, Saquarema, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Itaborai, Magé, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty), o que possibilita a estimativa dos totais populacionais. Como em qualquer pesquisa por amostragem probabilística, as unidades selecionadas na amostra devem se representar e, por consequência, representar as demais unidades que estão contidas na população-alvo da pesquisa, possibilitando assim a extração dos resultados para toda a população. De acordo com o plano amostral a seleção de locais dentro dos municípios pode ser vista como uma amostra de conglomerados. E como dentro de cada local selecionado houve a seleção de uma amostra das descargas ali ocorridas, podemos dizer que em cada município ocorreu uma amostragem de conglomerados em 2 etapas, onde na primeira foram selecionados os locais e na segunda as descargas que ali ocorreram. (LIMA-GREEN, Anistides Pereira; MOREIRA, Guilherme Gumarães. Metodologia Estatística de Pesca: Pesca Embarcada. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.) Os dados de produção da aquicultura são coletados durante entrevista e estimativa de produção junto aos aquicultores, dentro do censo aquícola. A rianicultura é também considerada no cálculo do volume de produção de pescado.
Linha de base	60973
Fórmula	\sum da produção de pescado ERJ
Unidade de medida	Tonelada
Relevância	Importância social e econômica da pesca para a sociedade e governo; levantamento de informações para embasar políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro; subsídios para a gestão dos recursos pesqueiros
Limitações	Necessidade de formalização de parceria com a empresa AquaBioOcean, executora do PMDP em sete municípios entre Armação dos Búzios e São Francisco de Itabapoana; inexistência de recursos para o monitoramento pesqueiro lagunar e de águas continentais. Assim, não são monitorados os municípios costeiros de Guapimirim, Casimiro de Abreu, Armação dos Búzios, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana e ainda os lagunares de água salgada de Iguaba Grande e São Pedro d'Aldeia. Relativamente à aquicultura, a quantidade limitada de técnicos que fazem o atendimento aos produtores impede que o universo de dados coletados represente a totalidade ou a grande maioria das propriedades.
Ano da última medição	2022
Desagregação	Municipal

Nº indic	2.2.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança alimentar e nutricional da população fluminense
Diretiva	Produção e abastecimento de alimentos de qualidade com sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar
Objetivo Específico	Aumento do número de agricultores familiares inseridos em Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS)
Denominação do indicador	Número de agricultores familiares inseridos em Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS)
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar a evolução do número de agricultores familiares com produção de alimentos em bases sustentáveis ou que tenham iniciado o processo de produção com base sustentável, e que estejam inseridos em Circuitos Curtos de Comercialização e/ou Mercado Institucional.
Fonte dos dados	Dados de registro da EMATER-Rio a partir do projeto SAS no Sistema PCP AgroGeo
Link da fonte	Sistema de uso interno
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Número de agricultores familiares inseridos no projeto Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS)
Linha de base	
Fórmula	\sum agricultores familiares inseridos no projeto Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS)
Unidade de medida	
Relevância	Os sistemas de base sustentável, predominantemente, são desenvolvidos pela Agricultura Familiar. Os Circuitos Curtos de Comercialização como, por exemplo, as feiras municipais, representam importante canal de comercialização para este público. Com o estímulo à produção em base agroecológica aliada à reestruturação e organização de feiras, e o incentivo ao acesso a políticas públicas, como Mercado Institucional e o PEFASTE/Cultivar Orgânico serão ofertados, de forma progressiva e com regularidade, volumes mais expressivos de produtos "limpos" à sociedade como um todo.
Limitações	
Ano da última medição	
Desagregação	Municipal

Nº indic	3.0.11
Tipo de indicador	Missão primário
Missão	Segurança hídrica do território fluminense
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Índice de atendimento total de água
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a população atendida pelo serviço de água em relação ao total da população
Fonte dos dados	SINIS
Link da fonte	https://sinis.gov.br/relatorios/estadual/
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	População atendida pelo serviço de água dividido pelo total da população
Linha de base	
Fórmula	$(\sum \text{população atendida pela rede} / \sum \text{da população}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	A água é essencial para a manutenção da vida e também para o desenvolvimento. Fornecer água ao maior número da população pela rede de distribuição é questão essencial para um desenvolvimento sustentável
Limitações	
Ano da última medição	2022
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municipal

Nº indic	3.0.21
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Segurança hidrica do território fluminense
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Índice de Segurança Hídrica
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Dada a importância da segurança hidrica para a qualidade de vida e atividade econômica, o índice considera as dimensões de Segurança Hídrica Humana (garantia de água para abastecimento e cobertura da rede de abastecimento) e Econômica (garantia de água para irrigação e pecuária e garantia de água para atividade industrial)

Nº indic	3.1.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança hídrica do território fluminense
Diretiva	Acesso à água
Objetivo Específico	Aumento da eficiência na distribuição de água
Denominação do indicador	Perdas na distribuição
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a perda no processo de distribuição em relação ao alcance da rede considerado pelo volume de distribuição da rede de abastecimento de água no território fluminense, cuja população é estimada em mais de 17 milhões de habitantes.
Fonte dos dados	SNIS
Link da fonte	http://apps.nis.mdr.gov.br/regionalizacao-hmg/web/mapa/index?id=20
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Total de água tratada importada e produzida menos o volume consumido e de serviço em relação ao total produzido menos o serviço
Linha de base	
Fórmula	$((\text{Volume de água produzido} + \text{Volume de água tratada importada} - \text{Volume de água consumido} - \text{Volume de serviço}) / (\text{Volume de água produzido} + \text{Volume de água tratada importada} - \text{Volume de serviço})) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	O indicador se mostra importante no sentido de buscar mensurar o volume da perda de água na distribuição sendo assim importante ferramenta para tomada de decisões e busca de melhorias na rede de distribuição.
Limitações	
Ano da última medição	2022
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municipal

Nº indic	3.1.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança hidrica do território fluminense
Diretiva	Acesso à água
Objetivo Específico	Aumento da produção de água
Denominação do indicador	Consumo de água por reuso
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Mensurar o consumo de água através de fontes alternativas (reuso), tendo em vista o impacto na reduz da pressão nos corpos hidricos responsáveis pelo abastecimento de água em território fluminense

Nº indic	3.2.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança hídrica do território fluminense
Diretiva	Despoluição dos corpos d'água
Objetivo Específico	Aumento do percentual de domicílios atendidos pela rede de esgoto
Denominação do indicador	Percentual de domicílios atendidos pela rede de esgoto
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção de domicílios atendidos pela rede de esgoto. A poluição dos corpos d'água impactam negativamente na segurança hídrica, podendo ser enfrentada por medidas preventivas e corretivas, sendo o esgotamento adequado fundamental para a prevenção da referida poluição.
Fonte dos dados	SNIS
Link da fonte	http://apps.nis.mdr.gov.br/regionalizacao-hmg/web/mapa/index?id=20
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	População urbana total atendida pela rede de esgoto em relação ao total da população urbana na região
Linha de base	
Fórmula	$((\text{População urbana atendida com esgotamento sanitário}) / (\text{População urbana residente do(s) município(s) com esgotamento sanitário})) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	O indicador é de grande relevância uma vez que quanto maior a proporção da população atendida com esgotamento sanitário, subentende-se que menos carga de poluentes são jogadas nos corpos hídricos
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	Municipal

Nº indic	3.2.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança hídrica do território fluminense
Diretiva	Despoluição dos corpos d'água
Objetivo Específico	Aumento percentual do esgoto tratado
Denominação do indicador	Percentual de esgoto tratado
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção tratada do volume total de esgoto captado pela rede. Entende-se por esgoto tratado o que recebe algum tipo de tratamento antes da sua disposição final, de acordo com definições do SNIS.
Fonte dos dados	SNIS
Link da fonte	http://appsnis.mdr.gov.br/regionalizacao-hmg/web/mapa/index?id=200
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	É calculado o total de esgoto tratado naquela região em relação ao total de esgoto presente
Linha de base	
Fórmula	$\frac{((\text{Volume de esgoto tratado}) + (\text{Volume de esgoto importado tratado nas instalações do importador}))}{((\text{Volume de esgotos coletado}) + (\text{Volume de esgotos bruto importado})))} \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	O esgoto tratado de forma devida contribui para a despoluição dos corpos hídricos
Limitações	
Ano da última medição	2022 com base em 2021
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municipal

Nº indic	3.2.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança hídrica do território fluminense
Diretiva	Despoluição dos corpos d'água
Objetivo Específico	Aumento percentual dos domicílios atendidos pela coleta de resíduos
Denominação do indicador	% dos domicílios atendidos pela coleta de resíduos
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o atendimento regular de coleta de resíduos sólidos domiciliar.
Fonte dos dados	SINIR.
Link da fonte	https://sinir.gov.br/relatorios/estadual/
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Total de população urbana atendida pela coleta em relação ao total da população urbana
Linha de base	
Fórmula	$(\sum \text{atendido pela coleta domiciliar}) / (\sum \text{População urbana}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	A relevância desse indicador se constitui o fato de que com a coleta adequada de resíduos sólidos, menos quantidades destes são despejados nos corpos d'água diminuindo também o risco de assoreamento.
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	

Nº indicador	3.2.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Segurança hídrica do território fluminense
Diretiva	Despoluição dos corpos d'água
Objetivo Específico	Aumento da qualidade da água nos corpos hidricos
Denominação do indicador	Aumento na qualidade da água
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar o nível de qualidade das águas dos corpos hidricos, por meio da aplicação do Índice de Qualidade de Água (IQANSF). O índice consolida em um único valor os resultados dos parâmetros: Oxigênio Dissolvido (OD), Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Fósforo Total (PT), Nitrogênio Ammoniacal (NH3), Potencial Hidrogeniônico (pH), Turbidez (T), Sólidos Dissolvidos Totais (SDT), Temperatura da Água e do Ar e Coliformes Termotolerantes.

Nº indic	4.0.11
Tipo de indicador	Missão primário
Missão	Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) por ano
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a quantidade de emissão de GEE do inventário nacional em Carbono
Fonte dos dados	SEEG - Observatório clima tempo
Link da fonte	https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Mensurada a quantidade de emissão de GEE atribuindo valor a cada um dos gases e encontrando um denominador equivalente e fazendo essa mensuração final em Carbono, sendo considerada CO2e (t) GWP- AR5
Linha de base	
Fórmula	\sum gases convertidos para equivalente de CO2 emitidos no ERJ
Unidade de medida	Toneladas
Relevância	Medir para buscar a diminuição da emissão de GEE na atmosfera contribui para a orientação de políticas públicas específicas na temática de descarbonização do ERJ
Limitações	
Ano da última medição	2022
Desagregação	Brasil, Unidades da Federação e Municipal

Nº indic	4.0.21
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Proporção de energia de fontes renováveis na matriz energética
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção de fontes renováveis no total da capacidade produtiva de energia do ERJ com foco em estimular o uso de fontes renováveis na matriz energética estadual em relação ao total de energia produzida, reduzindo assim a queima de combustíveis fósseis.
Fonte dos dados	EPE
Link da fonte	https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-ben
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Total de capacidade produtiva instalada na produção de energia renovável em relação ao total da capacidade de produção de energia instalada no estado inteiro
Linha de base	
Fórmula	$(\text{Capacidade produtiva energia renovável}) / (\text{Capacidade produtiva de energia total}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	Aumentar a participação da energia renovável contribui para a descarbonização do ERJ uma vez que diminui a dependência da queima de combustíveis fósseis.
Limitações	
Ano da última medição	2022
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Nº indic	4.0.22
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Percentual de cobertura florestal do território
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção da área de cobertura florestal em relação à área total do território

Nº indic	4.1.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro
Diretiva	Conservação de Recursos Naturais
Objetivo Específico	Aumento da área reflorestada no estado
Denominação do indicador	Área reflorestada de mata atlântica
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar a área reflorestada através da recuperação florestal medida em hectare aumentando o número de sumidouros de carbono no território fluminense

Nº indic	4.2.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro
Diretiva	Transição Energética
Objetivo Específico	Ampliação da participação de energias de fontes renováveis na matriz energética do estado
Denominação do indicador	Energia gerada por fontes renováveis
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Ampliar a base total de energia de fontes renováveis na matriz energética do ERJ
Fonte dos dados	EPE
Link da fonte	https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-ben
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	A contabilização do total de energia gerado por fontes renováveis
Linha de base	
Fórmula	\sum energia renovável gerada
Unidade de medida	Toneladas
Relevância	A geração de energia renovável contribui para a inovação e desenvolvimento do estado e reduz a emissão de GEE, estimula a preservação da biodiversidade e reduz custos.
Limitações	
Ano da última medição	2022
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Nº indic	4.2.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro
Diretiva	Transição Energética
Objetivo Específico	Redução das emissões de CO2 pela queima de combustíveis fósseis no território fluminense
Denominação do indicador	Emissão de CO2 pela queima de combustíveis fósseis
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar as toneladas de CO2 equivalentes emitidas pela queima de combustíveis fósseis (produção de P&G, transporte, indústria) no território fluminense

Nº indic	5.0.11
Tipo de indicador	Missão primário
Missão	Redução do impacto dos resíduos sólidos
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Índice de Recuperação de Resíduos – IRR
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o volume de resíduos que são recuperados para reuso, reciclagem ou transferência energética, em relação ao volume de resíduos brutos coletados
Fonte dos dados	SINIR.
Link da fonte	https://sinir.gov.br/relatorios/nacional/
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	É considerado o volume de resíduos que são recuperados para reuso, reciclagem ou transferência energética, em relação ao volume de resíduos brutos coletados, de acordo com o glossário SINIR (CS009)/(CO 119)
Linha de base	
Fórmula	$(\sum \text{ materiais recicláveis recuperados}) / (\sum \text{ resíduos domiciliares e públicos coletadas}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	A importância de como se é tratado os resíduos vem cada vez mais ganhando espaço no debate moderno, uma ótima forma de como lidar com os resíduos é obter alguma recuperação do resíduo já descartado e adquirido pela coleta
Limitações	
Ano da última medição	2022
Desagregação	Unidades da Federação e Municipal

Nº indicador	5.1.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Redução do impacto dos resíduos sólidos
Diretiva	Economia Circular e Logística Reversa
Objetivo Específico	Aumento da recuperação de materiais (reuso/reciclagem)
Denominação do indicador	Proporção do resíduo recuperado ou reciclado
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar o quanto de resíduos sólidos é recuperado através do resuso e reciclagem, desconsiderando a utilização para aproveitamento energético

Nº indicador	5.1.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Redução do impacto dos resíduos sólidos
Diretiva	Economia Circular e Logística Reversa
Objetivo Específico	Aumento do aproveitamento energético dos resíduos
Denominação do indicador	Proporção do resíduo utilizado para aproveitamento energético energético
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar a quantidade de resíduos sólidos utilizados para aproveitamento energético

Nº indic	5.1.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Redução do impacto dos resíduos sólidos
Diretiva	Gestão de Resíduos
Objetivo Específico	Garantia da destinação ambientalmente adequada dos RSU
Denominação do indicador	Número absoluto de vazadouros encerrados e remediados
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Acompanhar o número de lixões que sofreram ações de remediação

Nº indic	5.1.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Redução do impacto dos resíduos sólidos
Diretiva	Gestão de Resíduos
Objetivo Específico	Universalização da coleta de resíduos
Denominação do indicador	Percentual dos domicílios atendidos pela coleta de resíduos
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar a porcentagem de domicílios atendidos pela coleta regular de resíduos em relação ao total de domicílios
Fonte dos dados	SINIR
Link da fonte	http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Número total de domicílios que são atendidos com coleta domiciliar em relação ao total da população urbana
Linha de base	
Fórmula	$((\text{População atendida pela coleta domiciliar}) / (\text{População urbana})) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	Quanto maior o número de domicílios atendidos pela coleta regular, menos chances desses resíduos sólidos urbanos serem despejados na natureza sem nenhum tratamento
Limitações	O percentual de atendimento de coleta domiciliar municipal é um dado autodeclaratório
Ano da última medição	2021
Desagregação	Municipal

Nº indic	5.1.05
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Redução do impacto dos resíduos sólidos
Diretiva	Gestão de Resíduos
Objetivo Específico	Universalização da coleta de resíduos
Denominação do indicador	Percentual dos domicílios atendidos pela coleta seletiva domiciliar
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar a porcentagem de domicílios atendidos pela coleta seletiva de resíduos em relação ao total de domicílios
Fonte dos dados	SINIR
Link da fonte	http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Número total de domicílios que são atendidos com coleta seletiva domiciliar em relação ao total da população urbana
Linha de base	
Fórmula	$\frac{(\text{População atendida pela coleta seletiva domiciliar})}{(\text{população urbana})} \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	A coleta seletiva é importante para reduzir a contaminação tóxica do solo e corpos d'água.
Limitações	O percentual de atendimento de coleta domiciliar municipal é um dado autodeclaratório
Ano da última medição	2021
Desagregação	Municipal

Nº indic	6.0.11
Tipo de indicador	Missão primário
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Proporção de empregados com nível superior no total dos setores na indústria e em serviços intensivos em conhecimento
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção de empregados com nível superior no total dos setores na indústria e em serviços intensivos em conhecimento
Fonte dos dados	RAIS
Link da fonte	http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/bases-de-dados.htm
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Análise da proporção de empregados com nível superior na indústria e nos serviços intensivos em conhecimento com base na metodologia da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC), que considera as seguintes seções da CNAE 2.0: B e C (Indústrias Extrativas e Indústrias de Transformação, respectivamente), D (Eletricidade e Gás); as divisões de serviços 61 (Telecomunicações), 62 (Tecnologia da Informação), 71 (Arquitetura, Engenharia, Testes e Análises Técnicas) e 72 (Pesquisa e Desenvolvimento); o grupo de serviços 63.1 (Tratamento de Dados, Hospedagem na Internet e Outras Atividades Relacionadas) e a combinação de divisão e grupo de serviços 58+59.2 (Edição e Gravação de Som, e Edição de Música) (IBGE, 2020).
Linha de base	
Fórmula	$(\sum \text{ empregados com nível superior nas funções definidas}) / (\sum \text{ empregados nas funções definidas}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	Se tratando de setores intensivos em conhecimento observar e avaliar os que são intensivos em capital com boa participação de nível de instrução superior ou acima visando maior eficiência e competitividade destes setores
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	Regiões administrativas ERJ

Nº indic	6.0.21
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Dispêndio em P&D em relação a receitas totais do ERJ
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção de investimento do Governo Estadual em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação às receitas totais e comparar com as demais unidades federativas
Fonte dos dados	MCTIC -IBGE
Link da fonte	https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/governos_estaduais/2_3_8.html
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Total gasto em P&D (executado) pelo estado em relação ao total de receitas do ERJ
Linha de base	
Fórmula	$(\sum \text{ orçamento executado em PD}) / (\sum \text{ de receitas}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	O investimento em P&D é essencial para ampliação de novas pesquisas e para o aumento de inovações gerando setores que tem este investimento mais competitivos e eficientes, gerando maior produtividade
Limitações	
Ano da última medição	MCTIC - 2019; IBGE - 2020
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Nº indic	6.0.22
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Percentual de empresas que implementaram inovações em produtos e processos
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção de empresas industriais e de serviços intensivos em conhecimento do ERJ que implementaram inovações em produtos e processos no último triênio em comparação ao restante das unidades da federação
Fonte dos dados	Pintec - IBGE
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9141-pesquisa-de-inovacao.html
Periodicidade da aferição	Triannual
Metodologia de cálculo	Número de empresas que implementaram algum tipo de inovação em relação ao número total de empresas
Linha de base	
Fórmula	$(\sum \text{ empresas que apresentaram inovação}) / (\sum \text{ de empresas}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	Contabilizar implementações de inovações sejam no produto ou no processo organizacional é importante para avaliar como estamos em questão de evolução e efetividade das indústrias intensivas de capital
Limitações	
Ano da última medição	2017
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Nº indic	6.0.23
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Percentual de mestres e doutores no total de empregos na indústria e nos serviços intensivos em conhecimento
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção de mestres e doutores no total de empregos formais da indústria e de serviços intensivos em conhecimento e comparar com as demais unidades federativas

Nº indic	6.0.24
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção do Valor Adicionado das indústrias de média e alta intensidade tecnológica em relação ao total do valor adicionado na indústria e comparar com as demais unidades federativas. Além de se ter pesquisas e investimento em inovação deve-se ter retorno, o indicador busca avaliar o retorno dos investimentos em pesquisa e inovação para que se possa mensurar a efetividade do investimento na indústria intensiva de capital.
Fonte dos dados	IBGE - Pintec
Link da fonte	https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador9b1
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	A proporção do valor adicionado (VA) das indústrias média e alta intensidade tecnológica em relação ao total do valor adicionado da indústria refere-se à razão entre o VA dessas indústrias e o VA total. A intensidade tecnológica, em geral, é definida a partir da intensidade de P&D (gasto em P&D/valor adicionado). As atividades de média e alta intensidade tecnológica foram definidas, para a comparação internacional, a partir da classificação da OCDE utilizando a Classificação Industrial Padrão Internacional (ISIC), Rev. 4, compatível com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). As atividades a 2 dígitos são: 20 (Fabricação de Produtos Químicos); 21 (Fabricação de Produtos Farmaquímicos e Farmacêuticos); 26 (Fabricação de Equipamentos de Informática, produtos eletrônicos e ópticos); 27 (Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos); 28 (Fabricação de máquinas e equipamentos); 29 (Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias); 30 (Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto 301 - Construção de embarcações). O valor adicionado bruto da indústria de transformação é o valor que esta atividade agega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo, a contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) pelas diversas atividades econômicas que compõem a atividade, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido pelas atividades.
Linha de base	
Fórmula	$(\sum \text{valores adicionados das atividades de média e alta intensidade tecnológica (em R\$)}) / (\sum \text{valor adicionado total da indústria de transformação (em R\$)}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	A classificação por intensidade tecnológica tem o potencial de auxiliar na identificação de diferenças estruturais entre o padrão de esforços inovativos e de mudança tecnológica de países desenvolvidos e em desenvolvimento, considerando a existência de grande variabilidade de comportamentos nacionais em esforços de P&D setoriais (gasto em P&D/valor adicionado). Os dados que compõem a classificação da OCDE se apóiam em gastos agregados de todos os países pertencentes à organização, refletindo o comportamento da indústria dos países desenvolvidos em escala mundial. Apesar de comportamentos nacionais muitas vezes fugirem a essa média, ela demonstra o padrão de comportamento da indústria na fronteira tecnológica.
Limitações	
Ano da última medição	2019
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Nº indic	6.0.25
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Índice de complexidade econômica (ICE) médio das regiões do ERJ
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar a evolução do índice de complexidade econômica das regiões do estado ao longo do tempo, a fim de captar o nível de sofisticação produtiva regional

Nº indicador	6.1.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Empreendedorismo de base científica e tecnológica
Objetivo Específico	Redução da taxa de mortalidade das startups criadas no estado
Denominação do indicador	Variação de número de empresas optantes pelo Inova Simples
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar a variação do total de micro, pequenas e médias empresas optantes pelo Inova Simples em relação ao ano anterior

Nº indic	6.2.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação em pequenas e médias empresas
Objetivo Específico	Ampliação da captação de subvenção econômica e crédito para inovação por empresas fluminenses
Denominação do indicador	Volume de subvenções econômicas e créditos para inovação captados anualmente
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar o volume total de recursos destinados à inovação captados pelas empresas fluminenses anualmente e comparar com as demais unidades da federação

Nº indic	6.2.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação em pequenas e médias empresas
Objetivo Específico	Ampliação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL's)
Denominação do indicador	Quantidade de Arranjos Produtivos Locais (APL's)
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Mensurar a ampliação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) no ERJ

Nº indic	6.2.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação em pequenas e médias empresas
Objetivo Específico	Aumento da taxa de inovação e do ICE do estado
Denominação do indicador	Índice de Complexidade econômica - RJ em relação ao Brasil
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar a evolução do índice de complexidade econômica das regiões do estado ao longo do tempo, a fim de captar o nível de sofisticação produtiva regional

Nº indic	6.2.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação em pequenas e médias empresas
Objetivo Específico	Aumento da taxa de inovação e do ICE do estado
Denominação do indicador	Taxa de inovação (PINTEC)
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção de empresas industriais e de serviços intensivos em conhecimento do ERJ que implementaram inovações em produtos e processos no último triênio em comparação às unidades da federação, conforme a Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC)
Fonte dos dados	PINTEC - IBGE
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9141-pesquisa-de-inovacao.html?=&t=resultados
Periodicidade da aferição	Triannual
Metodologia de cálculo	Número de empresas que implementaram inovação em relação ao número total de empresas
Linha de base	
Fórmula	$(\sum \text{empresas que apresentaram inovação}) / (\sum \text{empresas}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	Avaliar quantas empresas apresentaram alguma inovação para acompanhar o avanço das empresas do ERJ em relação à inovação e competitividade face às demais unidades da federação
Limitações	
Ano da última medição	2017
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Nº indicador	6.2.05
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação em pequenas e médias empresas
Objetivo Específico	Aumento da oferta de capacitação empreendedora
Denominação do indicador	Oferta de capacitação empreendedora por entes privados do sistema S
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Quantificar o número de cursos de empreendedorismo oferecido pelo sistema S, organizações das entidades cooperativas estabelecidas pela Constituição Federal

Nº indic	6.2.06
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação em pequenas e médias empresas
Objetivo Específico	Aumento de oferta de capacitação empreendedora
Denominação do indicador	Oferta de capacitação/cursos de empreendedorismo pelas escolas e Instituições Científica e Tecnológicas (ICTs) estaduais
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Quantificar o número de cursos de empreendedorismo oferecido pelas escolas e Instituições Científica e Tecnológicas (ICTs) estaduais

Nº indic	6.2.07
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação em pequenas e médias empresas
Objetivo Específico	Redução da taxa de mortalidade das pequenas e médias empresas criadas no estado
Denominação do indicador	Percentual de pequenas e médias empresas que sobreviveram no ciclo de um ano
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual de micro, pequenas e médias empresas que sobreviveram nos últimos 12 meses

Nº indic	6.2.08
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação em pequenas e médias empresas
Objetivo Específico	Redução da taxa de mortalidade das pequenas e médias empresas criadas no estado
Denominação do indicador	Variação anual de pequenas e médias empresas
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar a variação do total de micro, pequenas e médias empresas em relação ao ano anterior

Nº indic	6.3.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação impulsionada por setores dinâmicos e estabelecidos e Grandes Empresas
Objetivo Específico	Ampliação a participação de energias de fontes renováveis na matriz energética do estado
Denominação do indicador	Proporção de energia de fontes renováveis na matriz energética
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção de fontes renováveis no total da capacidade produtiva de energia do ERJ com foco em estimular o uso de fontes renováveis na matriz energética estadual em relação ao total de energia produzida, reduzindo assim a queima de combustíveis fósseis.
Fonte dos dados	EPE
Link da fonte	https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-ben
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Total de capacidade produtiva instalada na produção de energia renovável em relação ao total da capacidade de produção de energia instalada no estado inteiro
Linha de base	
Fórmula	(Capacidade produtiva energia renovável)/ (Capacidade produtiva de energia total)
Unidade de medida	%
Relevância	A geração de energia renovável contribui para a inovação e desenvolvimento do estado e reduz a emissão de GEE, estimula a preservação da biodiversidade e reduz custos.
Limitações	
Ano da última medição	2022
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Nº indic	6.3.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação impulsionada por setores dinâmicos e estabelecidos e Grandes Empresas
Objetivo Específico	Ampliação o volume da produção de derivados do petróleo e gás de 2a e 3a geração
Denominação do indicador	Proporção da 2ª e 3ª geração da cadeia de Petróleo e Gás no total do Valor de Transformação Industrial
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção da 2ª e 3ª geração da cadeia de Petróleo e Gás no total do Valor de Transformação Industrial (VTI) do estado do Rio de Janeiro, considerando Cód. CNAE divisão 19 - 20 - 22
Fonte dos dados	IBGE - PIA - VTI
Link da fonte	https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-empresa/tabelas/brasil/2021
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	VTI dos setores selecionados (Cód. CNAE divisão 19 - 20 - 22) deflacionados para valores atuais em relação ao VTI de todos os setores da pesquisa
Linha de base	
Fórmula	$\frac{(\text{VTI dos setores selecionados deflacionados para valores atuais})}{(\text{VTI todos os setores deflacionados para valores atuais})} \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	O indicador visa compreender e acompanhar a participação de setores de grande importância do ERJ no VTI em relação ao total de VTI realizado ao ano
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	Brasil, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul

Nº indic	6.3.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação impulsionada por setores dinâmicos e estabelecidos e Grandes Empresas
Objetivo Específico	Aumento do percentual do fornecimento de bens e serviços de maior valor agregado para a cadeia de petróleo e gás por empresas locais
Denominação do indicador	Participação de ERJ nos contratos da Petrobras
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Mensurar a participação de empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro no valor total de contratos da Petrobras

Nº indic	6.3.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação impulsionada por setores dinâmicos e estabelecidos e Grandes Empresas
Objetivo Específico	Recuperação da base produtiva do Complexo da Economia da Saúde
Denominação do indicador	Proporção de empregados no complexo da saúde
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o total de empregos do Complexo Econômico Industrial da Saúde no Estado do Rio de Janeiro e verificar a proporção em relação ao total de empregos do estado
Fonte dos dados	RAIS
Link da fonte	http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portfolio-de-produtos/bases-de-dados.htm
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Número total de empregos nas CNAEs referentes ao Complexo Econômico Industrial da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Linha de base	
Fórmula	$\sum \text{empregos de CNAEs selecionadas} / \sum \text{total de empregos formais} \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	O indicador busca mensurar de maneira bruta o número total de empregos no setor da saúde no ERJ
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	Municipal

Nº indic	6.3.05
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento
Diretiva	Inovação impulsionada por setores dinâmicos e estabelecidos e Grandes Empresas
Objetivo Específico	Recuperação da base produtiva do Complexo da Economia da Saúde
Denominação do indicador	Proporção de estabelecimentos no complexo da saúde
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o total de estabelecimentos do Complexo Econômico Industrial da Saúde no Estado do Rio de Janeiro e verificar a proporção em relação ao total de estabelecimentos do estado
Fonte dos dados	RAIS
Link da fonte	http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portfolio-de-produtos/bases-de-dados.htm
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Número total de estabelecimentos nas CNAEs referentes ao Complexo Econômico Industrial da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Linha de base	
Fórmula	$\sum \text{estabelecimentos de CNAEs selecionadas} / \sum \text{estabelecimentos} \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	O indicador busca mensurar de maneira bruta o número total de estabelecimentos no setor da saúde no ERJ
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	Municipal

Nº indic	7.0.11
Tipo de indicador	Missão primário
Missão	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Emprego formal per capita
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção de empregados formais em relação ao total da população economicamente ativa (PEA) no estado e em suas regiões administrativas

Nº indic	7.0.21
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Taxa de desocupação
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a taxa de desocupação na capital, região metropolitana (RMRJ) e interior: desemprego na capital e regiões
Fonte dos dados	PNADC
Link da fonte	https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm
Periodicidade da aferição	Trimestral
Metodologia de cálculo	Pessoas que não estão ocupadas e estão procurando emprego no mercado de trabalho
Linha de base	
Fórmula	$\sum \text{pessoas desempregadas procurando emprego} / \sum \text{população economicamente ativa (PEA)} \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	O indicador visa acompanhar o estado do desemprego no ERJ trimestralmente
Limitações	
Ano da última medição	2023
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municipal

Nº indic	7.0.22
Tipo de indicador	Missão secundário
Missão	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Taxa de subutilização da força de trabalho latente
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a taxa de subutilização na capital, região metropolitana (RMRJ) e interior
Fonte dos dados	PNADC
Link da fonte	https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm
Periodicidade da aferição	Trimestral
Metodologia de cálculo	São identificados três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: i) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os ii) desocupados; a eles se somam os que integram a iii) força de trabalho potencial.
Linha de base	
Fórmula	$\sum \text{pessoas que subutilizam a mão de obra} / \sum \text{população economicamente ativa (PEA)} \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	O indicador visa acompanhar o número de pessoas que subutilizam sua mão de obra no ERJ trimestralmente
Limitações	
Ano da última medição	fev-mar-abr 2023
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municipal

Nº indic	7.1.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro
Diretiva	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais-regionais estabelecidas
Objetivo Específico	Ampliação do número de marcas relacionadas à produção local
Denominação do indicador	Registro de marcas coletivas e indicação geográfica
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Quantificar o número de registros de marcas coletivas e indicações geográficas depositadas e concedidas por instituições do estado a cada ano

Nº indicador	7.1.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro
Diretriva	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais-regionais estabelecidas
Objetivo Específico	Aumento da empregabilidade da população local
Denominação do indicador	Saldo de empregos formais
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a variação empregos formais em relação ao ano anterior
Fonte dos dados	RAIS
Link da fonte	http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portfolio-de-produtos/bases-de-dados.htm
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Saldo bruto do número de empregos formais do período atual menos o do período anterior
Linha de base	
Fórmula	$(\sum \text{empregos formais no período T}) - (\sum \text{empregos formais no período T-1})$
Unidade de medida	Unidade
Relevância	O indicador busca acompanhar o saldo bruto de empregos totais no ERJ
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	Municipal

Nº indic	7.1.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro
Diretiva	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais/regionais estabelecidas
Objetivo Específico	Aumento da taxa de inovação do estado
Denominação do indicador	Taxa de inovação (PINTEC)
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar a proporção de empresas industriais e de serviços intensivos em conhecimento do ERJ que implementaram inovações em produtos e processos no último triênio em comparação às unidades da federação, conforme a Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC)
Fonte dos dados	Pintec - IBGE
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9141-pesquisa-de-inovacao.html?=&t=resultados
Periodicidade da aferição	Triannual
Metodologia de cálculo	Número de empresas que implementaram inovação em relação ao número total de empresas
Linha de base	
Fórmula	$(\sum \text{empresas que apresentaram inovação}) / (\sum \text{empresas}) \times 100$
Unidade de medida	%
Relevância	Avaliar quantas empresas apresentaram alguma inovação para acompanhar o avanço das empresas do ERJ em relação à inovação e competitividade face às demais unidades da federação
Limitações	
Ano da última medição	2017
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação

Nº indic	7.1.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro
Diretiva	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais-regionais estabelecidas
Objetivo Específico	Aumento da oferta de capacitação empreendedora
Denominação do indicador	Oferta de capacitação empreendedora por entes privados do sistema S
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Quantificar o número de cursos de empreendedorismo oferecido pelo sistema S, organizações das entidades cooperativas estabelecidas pela Constituição Federal

Nº indicador	7.1.05
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro
Diretiva	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais/regionais estabelecidas
Objetivo Específico	Aumento da oferta de capacitação empreendedora
Denominação do indicador	Oferta de capacitação/cursos de empreendedorismo pelas escolas e Instituições Científica e Tecnológicas (ICTs) estaduais
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Quantificar o número de cursos de empreendedorismo oferecido pelas escolas e Instituições Científica e Tecnológicas (ICTs) estaduais

Nº indic	7.1.06
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro
Diretiva	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais-regionais estabelecidas
Objetivo Específico	Aumento do número de empregos ligados à cadeia agropecuária e pesqueira
Denominação do indicador	Saldo de empregos formais na cadeia agropecuária e pesqueira
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Mensurar a variação em empregos formais na cadeia agropecuária e pesqueira em relação ao ano anterior

Nº indic	7.1.07
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro
Diretiva	Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais-regionais estabelecidas
Objetivo Específico	Formalização das empresas e cooperativas
Denominação do indicador	Quantificação de empresas e cooperativas abertas
Situação	Em elaboração
Objetivo do indicador	Quantificar o total de empresas e cooperativas abertas no estado nos últimos 12 meses

Nº indic	8.0.11
Tipo de indicador	Missão primário
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	
Objetivo Específico	
Denominação do indicador	Índice de Desenvolvimento Humano – IDH
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar o índice de desenvolvimento humano do ERJ (expectativa de vida, anos de escolaridade e renda per capita), e a posição relativa do estado ante as unidades federativas
Fonte dos dados	IBGE - Censo Demográfico
Link da fonte	https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj.html
Periodicidade da aferição	Decenal
Metodologia de cálculo	O cálculo do IDH é efetuado pelo IBGE a partir de três principais aspectos: Longevidade, Educação e Renda, variando de 0 a 1, de nenhum desenvolvimento humano ao desenvolvimento humano, respectivamente. Quanto à longevidade é considerado o indicador de saúde referente à esperança de vida ao nascer. A dimensão de educação agrupa 2 variáveis: média dos anos de escolaridade e anos de estudo esperado. Quanto à renda é considerada a renda per capita.
Linha de base	0,762
Fórmula	Média ponderada entre longevidade, educação e renda , um valor que vai de 0 a 1 $IDH = \sqrt[3]{(IDH\ longevidade \times IDHeducação \times IDHrenda)}$
Unidade de medida	Unidade
Relevância	Por mensurar, de modo sintético, o desenvolvimento humano por meio de três perspectivas (Renda, Educação e Longevidade), o IDH amplia a noção de desenvolvimento para além da perspectiva econômica, incluindo outros fatores que resultam de interferências noutras áreas da vida das pessoas. O IDH é amplamente utilizado, servindo como marcador comparativo entre países e, internamente, entre unidades da federação.
Limitações	Outros fatores que podem impactar no desenvolvimento humano não são compreendidos no IDH. Ademais, o IDH não capta aprofundadamente a qualidade das prestações de serviços nos campos da Saúde e da Educação, tampouco a perspectiva de desigualdade na distribuição das renda entre os cidadãos
Ano da última medição	2021
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municipal

Nº indic	8.1.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Acesso a oportunidades econômicas e sociais
Objetivo Específico	Ampliação do número de vagas em creches públicas
Denominação do indicador	Percentual de municípios do ERJ que atingiram a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) para atendimento de vagas em creche
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar o percentual de municípios fluminenses que cumpriram a Meta 1B de taxas de atendimento de creche (crianças de 0 a 3 anos) do Plano Nacional de Educação (PNE). A Meta 1B significa 50% de crianças de 0 a 3 anos, em relação à população estimada, frequentando creche até 2024.
Fonte dos dados	Estimativa populacional elaborada pelo TCE/SC a partir de dados do Censo Escolar da Educação Básica 2020, INEP/MEC; Censo Populacional 2010 de estimativas municipais anuais do IBGE e dados de sistemas de informações de nascidos vivos e mortalidade do Ministério da Saúde
Link da fonte	https://servicos.tce.sc.gov.br/tceeducacao/#acompanhamento e https://docs.google.com/spreadsheets/d/1G4zrfQlGu-BbkWF0-_jCpOvYkykZq73/edit?usp=drive_link&ouid=112254334365808757203&rtpof=true&sd=true
Periodicidade da aferição	Indeterminada
Metodologia de cálculo	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a creche (taxa de atendimento líquida em creche), construído pelo TCE/SC. Disponível em: https://tceduca.irbcontas.org.br/assets/manual-tceduca.pdf
Linha de base	11,95
Fórmula	(População de 0 a 3 anos que frequenta a Creche X População de 0 a 3 anos de idade)/100
Unidade de medida	%
Relevância	O investimento nas melhorias de condições e de desenvolvimento da Primeira Infância traz melhores resultados futuros às crianças no âmbito da educação, saúde e oportunidades
Limitações	
Ano da última medição	2020
Desagregação	Municipal

Nº indic	8.1.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Acesso a oportunidades econômicas e sociais
Objetivo Específico	Aumento da oferta de equipamentos culturais e de esporte e lazer
Denominação do indicador	Taxa de equipamentos públicos de Cultura, Esporte e Lazer disponibilizados à população
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Captar a evolução da oferta de equipamentos públicos de Cultura, de Esporte e de Lazer para o acesso da população fluminense

Nº indic	8.1.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Acesso a oportunidades econômicas e sociais
Objetivo Específico	Aumento da oferta de vagas de qualificação profissional
Denominação do indicador	Número de vagas de qualificação profissional
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Captar a evolução da oferta de qualificação profissional refente a ensino médio técnico, ensino técnico e ensino superior adequada tendo em vista os contextos locais e a população conforme análise dos complexos econômicos e perspectivas de desenvolvimento regional

Nº indic	8.1.05
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Acesso a oportunidades econômicas e sociais
Objetivo Específico	Aumento do IDEB do Ensino Fundamental e Médio
Denominação do indicador	Percentual dos municípios que atingiram a meta projetada para o IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública de ensino
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar o desenvolvimento da Educação nos municípios fluminenses a partir de índice que mensure a qualidade (médias de desempenho nas avaliações) e fluxo escolar.
Fonte dos dados	IDEB/INEP
Link da fonte	https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados
Periodicidade da aferição	Bianual
Metodologia de cálculo	O valor da meta projetada do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino é subtraido do valor do IDEB aferido no mesmo ano. Os municípios que alcançaram ou superaram a meta projetada são considerados no cálculo do indicador. Para os municípios com resultados de IDEB não divulgados, será considerado o resultado do biênio anterior, assim a totalização e o cálculo do percentual será sempre referente a 92 municípios.
Linha de base	21,7
Fórmula	(Número municípios que atingiu a meta projetada do IDEB para anos iniciais do ensino Fundamental) / 92 municípios x 100
Unidade de medida	%
Relevância	O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um parâmetro fundamental para a aferição e monitoramento dos avanços da qualidade da educação, sendo consideradas a taxa de aprovação e o desempenho em provas padronizadas (SAEB) de matemática e língua portuguesa. A meta é variável e, supostamente, representa uma melhoria necessária e alcançável pela rede pública de ensino.
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	Municipal

Nº indic	8.1.06
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Acesso a oportunidades econômicas e sociais
Objetivo Específico	Aumento do IDEB do Ensino Fundamental e Médio
Denominação do indicador	Percentual dos municípios que atingiram a meta projetada para o IDEB para o ensino médio na rede pública de ensino
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar o desenvolvimento da Educação a partir de índice que mensure a qualidade (médias de desempenho nas avaliações) e fluxo escolar.
Fonte dos dados	IDEB/INEP
Link da fonte	https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados
Periodicidade da aferição	Bianual
Metodologia de cálculo	O valor da meta projetada do IDEB para o ensino médio da rede pública de ensino é subtraído do valor do IDEB aferido no mesmo ano. Os municípios que alcançaram ou superaram a meta projetada são considerados no cálculo do indicador. Para os municípios com resultados de IDEB não divulgados, será considerado o resultado do biênio anterior, assim a totalização e o cálculo do percentual será sempre referente a 92 municípios.
Linha de base	64
Fórmula	(Número de municípios que atingiu a meta projetada do IDEB para o ensino médio) / 92 municípios x 100
Unidade de medida	%
Relevância	O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um parâmetro fundamental para a aferição e monitoramento dos avanços da qualidade da educação, sendo consideradas a taxa de aprovação e o desempenho em provas padronizadas (SAEB) de matemática e língua portuguesa. A meta é variável e, supostamente, representa uma melhoria necessária e alcançável pela rede pública de ensino.
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	Municipal

Nº indic	8.1.07
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Acesso a oportunidades econômicas e sociais
Objetivo Específico	Redução da distância entre o domicílio e pontos de embarque de transporte público
Denominação do indicador	Percentual de pessoas próximas a estações de média e alta capacidade
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar a evolução da distribuição da infraestrutura de mobilidade urbana para a população por meio de transportes públicos à disposição
Fonte dos dados	MOBILIDADOS por meio do acesso aos dados de Domicílios por faixa de renda por setor censitário disponibilizados pelo IBGE e da Rede de transporte de média e alta capacidade disponibilizada pelo ITDP Brasil.
Link da fonte	https://mobilidados.org.br/rms/nmjj
Periodicidade da aferição	Indeterminada
Metodologia de cálculo	O indicador mensura o percentual da população de uma cidade ou região metropolitana que reside em um raio de até 1 km de uma estação do sistema de transporte público de média e alta capacidade. O dado é obtido por recursos de geoprocessamento, considerando a distribuição da população no território e a localização das estações e terminais de transporte público de média e alta capacidade. Transporte público de média e alta capacidade são corredores cuja infraestrutura garante o transporte de grande quantidade de passageiros de forma ágil em áreas urbanas a partir da prioridade de passagem nas vias, de acordo com Boletim de de transporte público de média e alta capacidade ans cidades brasileiras (ITDP)
Linha de base	20
Fórmula	(População próxima de estações de transporte de média e alta capacidade/População da cidade ou Região Metropolitana)x100
Unidade de medida	%
Relevância	Acompanhar como está distribuída territorialmente o acesso ao transporte público e integrações de modais, a fim de possibilitar a intervenção estratégica para melhor mobilidade urbana e equidade de acesso ao transporte público de qualidade
Limitações	Último ano do dado elaborado pela plataforma MOBILIDADOS é do ano de 2014; restrição de cobertura do dado considerando que abrange apenas a região metropolitana e a falta de informações sobre a perspectiva de atualização dos dados na plataforma
Ano da última medição	2021
Desagregação	Região metropolitana ERJ

Nº indic	8.1.08
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Acesso a oportunidades econômicas e sociais
Objetivo Específico	Redução do tempo de deslocamento casa-trabalho
Denominação do indicador	Percentual de pessoas que gastam mais de uma hora de deslocamento para o trabalho
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar a evolução do parâmetro de tempo integrante da qualidade do deslocamento do cidadão na cidade, no âmbito da mobilidade urbana. A partir do parâmetro tempo de deslocamento para atividades funcionais
Fonte dos dados	MOBILIDADOS por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE, Vanável 9057 - Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho.
Link da fonte	https://mobilidados.org.br/rms/rmr
Periodicidade da aferição	Indeterminada
Metodologia de cálculo	O indicador é a soma do percentual de pessoas que gastam entre uma e duas horas (%P3) e o percentual de pessoas que gastam duas horas ou mais (%P4) obtidos nos microdados da PNAD.
Linha de base	26
Fórmula	Percentual > 1H = %C4 + %C5
Unidade de medida	%
Relevância	O tempo dispendido em deslocamento, principalmente em um deslocamento frequente como casa-trabalho, interfere significativamente na qualidade de vida da população. O indicador pode contribuir para o entendimento sobre a quantidade de pessoas que gastam mais de uma hora nos deslocamentos diários casa-trabalho e na aplicação de políticas públicas de enfrentamento à questão. A partir de uma mensuração inicial, o ideal é que o indicador apresente tendência de queda ao longo do tempo.
Limitações	Último ano do dado elaborado pela plataforma MOBILIDADOS é do ano de 2015; restrição de cobertura do dado considerando que abrange apenas a região metropolitana e a falta de informações sobre a perspectiva de atualização dos dados na plataforma
Ano da última medição	2015
Desagregação	Região metropolitana ERJ

Nº indic	8.2.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Saúde e Qualidade de Vida
Objetivo Específico	Adequação dos índices de qualidade ambiental urbana (uso do solo, qualidade do ar, cobertura vegetal)
Denominação do indicador	Cobertura vegetal natural
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar a qualidade de vida urbana da população em relação ao parâmetro ambiental de cobertura vegetal natural considerando a cobertura florestal dentre os parâmetros apresentados no MapBiomass
Fonte dos dados	Atlas Brasil/MapBiomass
Link da fonte	https://mapbiomas.org/
Periodicidade da aferição	Indeterminada
Metodologia de cálculo	Capta o total de área florestal em relação a área total dos municípios fluminenses
Linha de base	30
Fórmula	(Área florestal total/área total dos municípios)x 100
Unidade de medida	%
Relevância	A cobertura vegetal é importante para a qualidade do ar e do solo, melhorando também a qualidade da água, soma-se a isso benefícios para a saúde mental. Todos estes aspectos influencia na qualidade de vida dos cidadãos
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Município.

Nº indic	8.2.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Saúde e Qualidade de Vida
Objetivo Específico	Adequação dos índices de qualidade ambiental urbana (uso do solo, qualidade do ar, cobertura vegetal)
Denominação do indicador	Percentual de domicílios em aglomerados subnormais
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Captar a qualidade de vida urbana da população em relação a parâmetros de ocupação do solo. Aglomerados subnormais, segundo o IBGE, são ocupações irregulares de terrenos para fins de habitação em áreas urbanas e que, em geral, são caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos básicos e localização em áreas restritas à ocupação.

Nº indic	8.2.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Saúde e Qualidade de Vida
Objetivo Específico	Adequação dos índices de qualidade ambiental urbana (uso do solo, qualidade do ar, cobertura vegetal)
Denominação do indicador	Índice de Qualidade do Ar (IQAr)
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Captar a qualidade de vida urbana da população em relação a parâmetros de qualidade do ar de curto prazo, conforme estabelecido pela Resolução Conama nº 491/18

Nº indic	8.2.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Saúde e Qualidade de Vida
Objetivo Específico	Melhoria da qualidade e cobertura da atenção primária e hospitalar em saúde
Denominação do indicador	Cobertura da Atenção Primária à Saúde
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensura o quantitativo de população cadastrada pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) e Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde (MS), em relação à população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitindo uma forma de quantificar o acesso a esse nível de Atenção à Saúde, que se constitui como porta de entrada preferencial do SUS e de maior capilaridade no território.
Fonte dos dados	e-GESTOR AB
Link da fonte	https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCobertura.xhtml
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Razão entre a população cadastrada pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) mais Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde (MS) sobre a Estimativa populacional no Estado do Rio de Janeiro
Linha de base	63,63
Fórmula	(população cadastrada pelas Equipes de Saúde da Família (eSF) + Equipes de Atenção Primária (eAP) financiadas pelo Ministério da Saúde (MS)/Estimativa populacional no Estado do Rio de Janeiro) x 100
Unidade de medida	%
Relevância	A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Trata-se da principal porta de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS. No Brasil, a Atenção Primária é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas.
Limitações	Os critérios metodológicos adotados no cálculo do indicador de cobertura da APS restringem o numerador ao considerarem o quantitativo de pessoas cadastradas em eSF e eAP financiadas pelo Ministério da Saúde, e não permitem mensurar a quantidade de pessoas atendidas por equipes de eSF e eAP não financiadas pelo Ministério. O usuário pode estar cadastrado em mais de uma equipe/município, sendo alocado pelo sistema do Ministério da Saúde, segundo as regras descritas na Nota Técnica Explicativa – Relatório de Cadastro.
Ano da última medição	2023
Desagregação	Municipal

Nº indic	8.2.05
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Saúde e Qualidade de Vida
Objetivo Específico	Melhoria da qualidade e cobertura da atenção primária e hospitalar em saúde
Denominação do indicador	Percentual de acompanhamento de crianças no Programa Bolsa Família na Saúde
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Mensurar o percentual de acompanhamento de crianças no Programa Bolsa Família na Saúde, pois esta avaliação ocorre, prioritariamente, no âmbito da Atenção Primária à Saúde e verifica dimensões que demonstram uma atenção à saúde qualificada como crescimento e desenvolvimento e vacinação, além do acesso à saúde de uma faixa etária crítica de um público em situação de vulnerabilidade.
Fonte dos dados	Sistema Bolsa Família na Saúde
Link da fonte	https://bfa.saude.gov.br/
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	(Número de crianças acompanhadas no Programa Bolsa Família Saúde / Número de crianças no cadastradas no Programa Bolsa Família Perfil Saúde a serem acompanhadas) * 100 – relativo a segunda vigência do ano corrente
Linha de base	52
Fórmula	(Número de crianças acompanhadas no Programa Bolsa Família Saúde / Número de crianças no cadastradas no Programa Bolsa Família Perfil Saúde a serem acompanhadas) * 100
Unidade de medida	%
Relevância	O Programa Bolsa Família é o principal programa de transferência de renda no Brasil e tem como objetivo a superação da extrema pobreza e pobreza intergeracional. Composto por 3 áreas – Desenvolvimento Social, Educação e Saúde. Os dois últimos setores se constituem como condicionalidades para três grupos: crianças de zero a sete anos, gestantes e mulheres de 14 a 44 anos. As crianças sempre tiveram percentuais de acompanhamento menores do que outros grupos e essa diferença aumentaram durante o período pandêmico. Diante da importância fundamental deste grupo etário para um cuidado em saúde que promova o aleitamento materno, a introdução a alimentos adequados após os seis meses de vida, crescimento e desenvolvimento adequados e a vacinação.
Limitações	
Ano da última medição	2023
Desagregação	Municipal

Nº indic	8.2.06
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Saúde e Qualidade de Vida
Objetivo Específico	Redução do déficit habitacional
Denominação do indicador	Déficit habitacional
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Acompanhar ao longo do anos a situação de déficit habitacional, mais afeta às pessoas em condições de extrema pobreza e pobreza. O déficit observa duas perspectivas: (i) quantitativo que é a quantidade de novas moradias que necessitam ser produzidas para atender as demandas acumuladas por moradia pela população; (ii) qualitativo, o qual se refere à quantidade de moradias que necessitam de melhorias edilícias ou urbanas para assegurar boa qualidade de vida e boas condições básicas de habitabilidade.
Fonte dos dados	Fundação João Pinheiro
Link da fonte	https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/
Periodicidade da aferição	Indefinida
Metodologia de cálculo	número total de déficit habitacional em domicílios por estado. O cálculo leva em consideração o somatório da: a) habitação precária (domicílios rústicos e domicílios improvisados), b) da coabitação (déficit das unidades domésticas conviventes e domicílios cômodos) e c) ônus excessivo com aluguel urbano
Linha de base	481243
Fórmula	\sum total do déficit habitacional de domicílios no estado do Rio de Janeiro.
Unidade de medida	domicílios
Relevância	Estudo anual sobre o setor habitacional no país e a evolução de seus indicadores, considerando a falta ou inadequação do estoque urbano de moradias no Brasil, para unidades da Federação e regiões metropolitanas selecionadas. Possui elevada relevância para o campo habitacional tanto pelo seu objetivo quanto pelos atores envolvidos em seu desenvolvimento, sendo eles: Ministério do Desenvolvimento Regional, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Programa Habitar/Brasil/BID.
Limitações	Limitação temporal (tendo como base dados da PNAD Contínua e do CadÚnico, já desatualizados e sem os referenciais durante/após os impactos gerados pela COVID-19)
Ano da última medição	2019
Desagregação	Unidades da Federação e Região Metropolitana

Nº indic	8.2.07
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Saúde e Qualidade de Vida
Objetivo Específico	Redução do déficit habitacional
Denominação do indicador	Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários e assentamentos informais ou domicílios inadequados
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar proporção da população urbana que está exposta a condições precárias de habitação, num sentido amplo, de modo a permitir que se captem situações de precariedade em 3 perspectivas: população vivendo em assentamentos ou habitações precários, inadequados ou informais. Compatível com meta desenvolvida no painel ODS Brasil para a Meta ODS 11.1.1
Fonte dos dados	ODS Brasil
Link da fonte	https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador1111
Periodicidade da aferição	Decenal
Metodologia de cálculo	O cálculo do indicador envolveu duas frentes: a população urbana que reside em setores do tipo aglomerado subnormal e a população urbana em outros tipos de setores com condições de habitação precárias ou inadequadas – para integrar essa categoria, deve-se cumprir ao menos uma das seguintes condições: a)Densidade morador/dormitório maior que 3; b) Abastecimento de água por outras formas que não seja ‘rede geral de distribuição’; c) Esgotamento sanitário de outros tipos que não sejam ‘rede geral de esgoto pluvial’ ou ‘fossa séptica’; d) Lixo com destinações diferentes de ‘coletado diretamente por serviço de limpeza’ ou ‘colocado em caçamba de serviço de limpeza’ e e)O gasto com aluguel ser igual ou superior a 30% do total da renda domiciliar.
Linha de base	41,1
Fórmula	(população urbana em aglomerados subnormais + População urbana fora de aglomerados subnormais em condições de habitação precárias ou inadequadas)/total da população urbana x 100.
Unidade de medida	%
Relevância	Realizar o acompanhamento sobre avanço da população exposta a condições precárias de habitação (população vivendo em assentamentos ou habitações precários, inadequados ou informais) é importante na medida em que possibilita melhor análise sobre as diversas variáveis ligadas a estas condições: precariedade de serviços públicos essenciais, ausência de saneamento básico, sem fornecimento de água tratada, superlotação em dormitórios, condições impróprias da estrutura física das residências, custo relativo do aluguel em relação a renda familiar, assentamentos não reconhecidos legalmente ou regulamentados. Desse modo, pode-se realizar um melhor planejamento para atuação de políticas públicas visando melhoria dos espaços e das populações expostas a estas condições.
Limitações	
Ano da última medição	2010
Desagregação	Unidades da Federação

Nº indic	8.3.01
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Segurança
Objetivo Específico	Adequação da infraestrutura e conservação dos espaços públicos (iluminação, pavimentação, conservação)
Denominação do indicador	Percentual de municípios do ERJ com cobertura adequada para pavimentação, iluminação e coleta de lixo
Situação	A elaborar
Objetivo do indicador	Captar a cobertura de três parâmetros de infraestrutura nos municípios que influem na segurança: pavimentação das vias públicas, iluminação das vias públicas, e conservação no espaço público (coleta de lixo)

Nº indic	8.3.02
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Segurança
Objetivo Específico	Melhoria das respostas relacionadas aos eventos climáticos
Denominação do indicador	Proporção de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar organização e eficácia na atuação frente aos desastres e eventos climáticos ocorridos no território fluminense. Compatível com meta desenvolvida no painel ODS Brasil para a Meta 11.5.1.
Fonte dos dados	ODS Brasil
Link da fonte	https://odsbrasil.gov.br/objetivo11/indicador1151
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	O indicador é composto pelas variáveis: mortos, desaparecidos e o agregado de pessoas diretamente afetadas fruto da soma de feridos, enfermos, desabrigados, desalojados e outros afetados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID
Linha de base	3203,2
Fórmula	$((\text{número de mortos} + \text{número de desaparecidos} + \text{número de afetados de alguma forma}) / (\text{população total})) \times 100000$
Unidade de medida	Unidade por 100 mil habitantes
Relevância	Avaliar a eficácia das medidas de prevenção e resposta a desastres pelo poder público, assim como melhor analisar a evolução dos dados, com maior detalhamento, identificar áreas mais vulneráveis, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de mitigação e preparação.
Limitações	
Ano da última medição	2021
Desagregação	Unidades da Federação

Nº indicador	8.3.03
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Segurança
Objetivo Específico	Melhoria das respostas relacionadas aos eventos climáticos
Denominação do indicador	Proporção de governo locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar organização e eficácia na atuação frente aos desastres e eventos climáticos ocorridos no território fluminense em relação as estratégias nacionais de redução de risco de desastres. Compatível com meta desenvolvida no painel ODS Brasil para a Meta ODS 11.B.2.
Fonte dos dados	ODS Brasil
Link da fonte	https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador11b2
Periodicidade da aferição	Indeterminada
Metodologia de cálculo	O indicador foi elaborado a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC que, em 2013, inseriu, pela primeira vez, questões específicas sobre a gestão de riscos e desastres, com os objetivos de potencializar ainda mais o escopo dessa pesquisa e contribuir na orientação de diversas políticas públicas. Os municípios precisam declarar a existência das dimensões de estratégias locais de redução de risco: instrumentos de planejamento; gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, enxurradas ou inundações bruscas; gerenciamento de riscos e desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas; equipe para gestão de riscos e resposta a desastres.
Linha de base	97,8
Fórmula	(Total de municípios que possuam pelo menos 3 das 4 estratégicas locais de redução de risco de desastres) / Total de municípios x 100
Unidade de medida	%
Relevância	Acompanhar tais dados pode dar informações sobre o nível de preparação dos municípios diante de eventos climáticos extremos, já que municípios que tenham estratégias e planos adequados estão mais propensos a responder eficazmente a situações de emergência, reduzir danos e proteger melhor a vida dos cidadãos
Limitações	Os dados quanto à existência das estratégias são autodeclaratórios pelo Poder Executivo Municipal, sem validação quanto à eficácia
Ano da última medição	2020
Desagregação	Unidades da Federação

Nº indic	8.3.04
Tipo de indicador	Objetivo específico
Missão	Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas
Diretiva	Segurança
Objetivo Específico	Redução da criminalidade urbana
Denominação do indicador	Taxa de letalidade violenta
Situação	Elaborado
Objetivo do indicador	Captar a evolução da violência mensurando a relação entre total da população e o número de mortes causadas por eventos violentos, segundo o ISP são: homicídios dolosos, latrocínios (roubo seguido de morte), lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenção policial
Fonte dos dados	ISP - ERJ
Link da fonte	https://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=200
Periodicidade da aferição	Anual
Metodologia de cálculo	Soma do número de homicídios dolosos, latrocínios (roubos seguidos de morte) e casos de lesões corporais seguidas de morte e a posterior divisão pelo número de habitantes do estado e, por fim, multiplica-se o resultado por 100.000 habitantes
Linha de base	27,9
Fórmula	$((\text{Homicídios Dolosos} + \text{Latrocínios} + \text{Lesões Corporais Seguidas de Morte}) / \text{Total da População}) \times 100000$ habitantes
Unidade de medida	Taxa por 100 mil habitantes
Relevância	O acompanhamento do indicador é importante para avaliar a eficácia das políticas de segurança pública, identificar tendências da violência e avaliar a eficácia das estratégias de combate à violência. Quando comparadas entre municípios, possibilita pensar localmente e melhor alocar esforços e recursos
Limitações	Podem ocorrer subnotificações e o dado disponibilizado não é municipalizado.
Ano da última medição	2022
Desagregação	Capital, Baixada Fluminense, Grande Niterói e Interior

ANEXO III

ORIENTAÇÕES DO PEDES PARA A ELABORAÇÃO DO PPA

Considerando a relação entre os instrumentos de planejamento e orçamento, as iniciativas prioritárias desenvolvidas para o novo modelo do PPA devem ser escolhidas, principalmente, abrangendo as temáticas a seguir relacionadas.

Ressalta-se que os objetos listados se conectam à capacidade de ação do Estado e os órgãos e entidades devem, na elaboração da programação, elencar suas capacidades específicas às necessidades relacionadas. As temáticas podem, e devem, ser extrapoladas, ampliando a abrangência de ação na referida elaboração.

Missão 1: Erradicação da extrema pobreza

- Atenção à saúde pública, principalmente à atenção primária
- Fomento a políticas de proteção social básica a grupos vulneráveis
- Promoção de políticas que garantam o acesso e permanência de alunos na escola e aprimorem a qualidade da educação
- Promoção de programas de inclusão socioprodutiva da população

Missão 2: Segurança alimentar e nutricional da população fluminense

- Fomento à produção agrícola, de pesca e aquicultura, abarcando o desenvolvimento sustentável e científico
- Fortalecimento do abastecimento de alimentos
- Fortalecimento de programas de segurança alimentar e nutricional

Missão 3: Segurança hídrica do território fluminense

- Conservação e preservação dos recursos naturais e hídricos
- Políticas de prevenção à poluição (saneamento) e despoluição de corpos hídricos

Missão 4: Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro

- Políticas de restauração, recuperação e conservação ambiental
- Fomento à energia renovável no setor energético

Missão 5: Redução do impacto dos resíduos sólidos

- Gestão ambiental integrada de resíduos sólidos

Missão 6: Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento

- Políticas de fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação aplicada
- Estímulo ao empreendedorismo por financiamentos
- Desenvolvimento industrial, principalmente nos complexos mapeados
- Fortalecimento do empreendedorismo

Missão 7: Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro

- Promoção de ações e políticas voltadas a qualificação profissional
- Promoção do desenvolvimento regional
- Fomento à geração de emprego e renda, principalmente vinculado ao desenvolvimento regional

Missão 8: Economias urbanas fortes e cidades ambientalmente inclusivas

- Melhoria do transporte público
- Fomento ao acesso à habitação
- Desenvolvimento de programas de governança metropolitana e intermunicipal
- Promoção de infraestrutura
- Atenção à gestão de riscos relacionada a eventos climáticos
- Combate à violência e criminalidade em sentido amplo
- Combate à violência contra vulneráveis, principalmente nas questões de gênero e raça